

OFFICINA MECHANICA SERRARIA A VAPOR
FUNDIÇÃO DE FERRO E BRONZE

Completo sortimento de ferragens para construção e machinas para lavoura e industria

Diederichsen & Hibbeln

RUA S. SEBASTIÃO, 1 & RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 46

End. Telegr. "HIBBELN" & Telephone, 7 & CAIXA DO CORREIO, 38

— RIBEIRÃO PRETO —

Diederichsen

O sonho de Antonio em concreto

JOSÉ MANUEL LOURENÇO



281



Índice

Dedicatória	1
Agradecimentos	2
Prefácio	4
Apresentação	6
Introdução	11
Tiros, bombas, zepellins e o mundo visto pelos olhos de um cadáver	11
<i>Cidade italiana</i>	15
<i>Um mundo em transformação</i>	17
<i>Em busca de conhecimento</i>	20
<i>Um país bicromático: cáqui e verde-oliva</i>	22
<i>A Terra Roxa entra na fase adulta</i>	29
Capítulo 1	30
Depois do Rio, S. Paulo, Santos e Campinas, mademoiselle Abitbol chega a Ribeirão Preto	30
<i>Educação</i>	42
<i>Costumes</i>	45
<i>Núcleo Colonial Antonio Prado</i>	47
Capítulo 2	49
A vida em Holstenstadt Tom Kyle, Bernard vai à guerra e, no meio disso tudo, havia um sobrinho muito importante	49
<i>Uma cidade que era dinamarquesa, mas falava alemão</i>	51
<i>Jacob e Magdalene</i>	53
<i>O sobrinho Theodor</i>	54
<i>Um homem poderoso</i>	56
<i>Origens</i>	56
<i>Uma empresa poderosa no século 21...</i>	60
<i>Uma bandeira em Votuporanga</i>	63
Capítulo 3	64
A história de Anna e Bernard, uma tese de medicina e um menino que gostava de selos	64
<i>Anna da Rocha Leão</i>	66
<i>Fazenda Morumby</i>	68

Capítulo 4	75
A serraria de Achilles Vidulich e como “seu” Tonico se tornou um dos homens mais ricos de Ribeirão Preto	75
<i>O começo do império</i>	77
<i>Edifício ABC</i>	87
<i>Edifício Umuarama</i>	90
Capítulo 5	94
Morte, testamento, a companheira de vida e a história de Antonio e Lolé	94
<i>Cândida Bessa</i>	100
<i>Testamento</i>	104
<i>Quem está no testamento de Diederichsen</i>	104
<i>Família</i>	104
<i>Obras sociais</i>	105
<i>Herdeiros</i>	105
<i>Antonio e Lolé</i>	106
Capítulo 6	110
O sonho de Antonio em concreto	110
<i>Construção de um gigante</i>	117
<i>Cine São Paulo</i>	129
<i>Inauguração</i>	132
<i>Tombamento</i>	134
<i>Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto</i>	138
<i>Marcelo Di Bonifácio</i>	138
<i>Dácio Campos</i>	140
<i>O futuro</i>	142
Conclusão	144
A experiência de morar no Diederichsen e a memória de uma estátua abandonada no chão de um museu	144
Bibliografia	147
Autor	158
Galeria	159

Dedicatória

Para a minha filha Duda, uma adulta de 24 anos que, a duras penas, tem aguentado um adolescente de 61, que tenta funcionar como pai.

Agradecimentos

A Angelo Davanço (a quem devo R\$ 25 até hoje), Cristiano Pavini, Rosana Zaidan, Blanche Amâncio, Fatu Antunes, Adriana Silva, Lilian Rosa, Nainôra Freitas, Maria de Fátima Mattos, Sandra Molina, à doçura e sapiência de Edgard Castro e todos os profissionais do IPCIC e da Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto e seus conselheiros. São (e)ternos Quixotes, que não desistem de acreditar que a vida se faz a partir de sonhos e práticas de um mundo melhor, apesar dos muitos moinhos de ódio e indiferença.

Para Fernanda Colombini e Rafael Morotti, sem os quais, literalmente, este livro não poderia ter sido escrito. Em uma tarde-noite do último dia de setembro de 2023, quando o coração ameaçou parar de bater, o auxílio rápido e precioso deles me permitiu viver. Não tenho palavras suficientes para agradecer.

Pelo mesmo motivo, é obrigatório o agradecimento a Sandra Brandani Picinato, Wanderley Olivon Junior, Carlos Henrique Ferreira e Raissa Boaro, e todos os profissionais da Beneficência Portuguesa, pelo que fizeram naquela noite e nos dias seguintes.

A todos os profissionais dos arquivos do Seminário Maria Imaculada, de Brodowski, Público e Histórico de Ribeirão Preto, bibliotecas Sinhá Junqueira e Padre Euclides, pela ajuda no acesso a informações ali presentes, assim como aos

profissionais do Centro de Documentação da EPTV
Ribeirão Preto.

É fundamental um agradecimento especial ao Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto: todas as fotos históricas são de sua propriedade, gentilmente cedidas. O APHRP e o trabalho desenvolvido pelos seus profissionais deveria ser motivo de (muito) orgulho para esta cidade.

É imprescindível agradecer a Weber Sian, vencedor de um Prêmio Herzog de Fotografia, que abriu mão do seu tempo para fotografar imagens externas e internas do Diederichsen. Da mesma forma, agradeço a Guilherme Sircili por ter tornado a foto do autor menos traumática para os leitores.

A Dulce Neves e Abranche Fuad Abdo, pelo carinho, paciência e conselhos preciosos, conversas noite adentro e por, nestes anos todos, terem sido verdadeiros portos seguros na minha vida. Poder partilhar disso tudo com vocês é um privilégio.

A todos os entrevistados que, ao abrirem mão de parte de seus preciosos tempos, me permitiram montar um cenário mínimo a respeito da vida no Diederichsen.

A Tatiana Gaspar, cuja tese de doutorado foi fundamental para todos os capítulos deste livro, e a Stella Handa, com detalhes sobre a vida das meninas Minohara, no capítulo 2. Da mesma forma, agradeço a Rui Flávio Cháfalo Guião pela ajuda inestimável em relação a muitos pontos desta publicação e da defesa intransigente da importância da preservação e do resgate da memória.

A minha irmã Ernestina, sobrinhos Thiago e Fernanda e a afilhada Alícia, pelo amor diário e indispensável.

Por fim, à memória de Armando e Maria da Conceição, pais que se foram sem que eu pudesse dizer quantas vezes eles tiveram razão. É uma prova de que o tempo é imperdoável, porque a arrogância, imaturidade e estupidez o tornam assim.

Prefácio

Adriana Silva

No coração de Ribeirão Preto pulsa um guardião do tempo: o Edifício Diederichsen. A partir dele, tantas histórias vividas. Construído em meados da década de 1930, ele nasceu como o primeiro edifício vertical da cidade, um dos pioneiros arranha-céus do interior paulista. Sob suas linhas elegantes de art déco, este prédio histórico abriga mais do que concreto e tijolos: abriga sonhos, memórias e ecos de vidas passadas.

Felizmente, houve quem se dispusesse a ouvir essas vozes do passado. José Manuel Lourenço, o autor desta obra, revela-se um verdadeiro garimpeiro de histórias, escavando com paciência e paixão. Como um minerador em busca de pepitas preciosas, ele vasculhou arquivos empoeirados, percorreu corredores há muito esvaziados e conversou com aqueles que guardavam recordações esquecidas. Não raro, memórias esquecidas e personagens marcantes da cidade ganham vida em suas mãos hábeis e sensíveis. José Manuel dedicou-se a desenterrar lembranças e, tal qual um artesão, lapidá-las em narrativa, revelando ao leitor tanto figuras ilustres quanto gente comum que deram alma ao Edifício Diederichsen ao longo das décadas.

Página após página, viajamos no tempo e assistimos ao nascimento de um sonho em concreto. Conhecemos a Ribeirão Preto dos anos de 1930, seu contexto urbano, humano e cultural, cuidadosamente entrelaçado na narrativa, e sentimos a energia de uma cidade em transformação. A obra nos guia desde os primeiros esboços do prédio, concebido pelo visionário Antônio Diederichsen, passando pelo fervilhar de atividades em seus salões e aposentos, até os dias atuais em que o edifício, tombado como patrimônio, aguarda um novo capítulo. Cada etapa dessa trajetória é apresentada de forma vívida, valorizando tanto o cenário urbano da época quanto as pessoas e valores culturais que orbitavam ao redor do edifício.

É impossível folhear estas páginas sem se encantar com a vida que pulsava dentro do Diederichsen. Em seu apogeu, ele foi quase uma cidade vertical em miniatura, reunindo sob o mesmo teto cinema, comércio, moradia e hotelaria. Por décadas, famílias inteiras se reuniram em seu interior para ver as novidades do Cine São Paulo, tomar um cafezinho na Cafeteria Única e brindar com um chope gelado no lendário Pinguim. Ainda hoje parece possível ouvir os aplausos entusiasmados ecoando das matinês de domingo, sentir o aroma do café recém-passado se misturando ao perfume das damas elegantes, e perceber o burburinho alegre dos encontros casuais no saguão. O Edifício Diederichsen era palco de sonhos cotidianos, dos primeiros amores iniciados num balcão de café às ambições de progresso de uma cidade que crescia ao seu redor.

Com leveza e lirismo, José Manuel Lourenço transforma rigorosa pesquisa em prosa envolvente. Cada capítulo nos faz caminhar pelos salões do edifício como viajantes no tempo, de olhos maravilhados. Sentimos a poesia das lembranças em cada descrição de azulejo antigo, em cada fotografia desbotada que ele resgata, em cada voz do passado que ele faz soar novamente. O autor nos brinda com um relato que une fato e sensibilidade, de modo que o leitor tanto aprende quanto se emociona. Este encantamento histórico desperta em nós a consciência de que lugares são feitos de pessoas e que paredes podem guardar risos, vozes e suspiros de outras eras.

Prepare-se, leitor, para mergulhar de corpo e alma nesse trajeto literário que une memória e concreto. Ao adentrar as páginas deste livro, você percorrerá corredores outrora iluminados por sonhos e sairá com o coração tocado pelas memórias de uma Ribeirão Preto que vive em cada tijolo do Edifício Diederichsen. Que esta viagem no tempo o inspire a valorizar ainda mais a história que nos cerca, pois aqui se inicia um passeio inesquecível, onde a memória ganha forma de edifício e o concreto ganha alma de história. Boa leitura.

Apresentação

Entre idas e vidas, este livro demorou cerca de sete anos para ser escrito. Não porque tenha sido especialmente difícil para se completar, seja na captação, reunião e análise de dados ou na própria escrita, mas porque teve de competir com outros projetos, mais prementes, e com algo desagradavelmente inesperado e bastante comum neste país, chamado desemprego.

Escrever um livro é sempre uma atividade bastante estressante na sua composição, mas, ao mesmo tempo, extremamente prazerosa. Sempre é.

Este Diederichsen talvez tenha sido, até agora, a publicação que mais me deu prazer. Conhecer e poder contar a história de Antonio, o empresário que idealizou o prédio, a sua construção, ter tido o prazer de conversar com algumas pessoas que lá moraram, ter morado no prédio - algo de uma gentileza sem fim por parte da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto -, foram experiências únicas e que o autor, sem dúvida, irá carregar até o fim dos seus dias.

A história deste “sonho em concreto” começou em 2018, mais ou menos um ano após a publicação do livro “Palace - Café, Poder e Política”, sobre o antigo Central Hotel, depois Palace Hotel e, por fim, Centro Cultural Palace.

Em uma conversa com a jornalista e amiga Dulce Neves, vimos a possibilidade de escrever algo a respeito do edifício Diederichsen, na época ainda com alguns moradores no seu interior, mas já em estado de conservação inquietante.

Desse momento até 2023 foram escritos outros três livros pelo caminho: um sobre voluntariado em Ribeirão Preto, outros dois para a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, sobre o seu mais importante presidente, Amin Antonio Calil e os seus presidentes, além de algumas dezenas de páginas em um capítulo sobre Antonio Diederichsen no livro Histórias de Vida.

A própria ideia original do livro foi alterada há cerca de dois anos, quando o autor percebeu que era insuficiente contar a história do prédio sem que, pelo menos, os leitores conhecessem, mesmo que de forma superficial, a história do homem que o construiu.

Prédios, edificações, mesmo sendo um amontoado criativo de concreto, cimento, tijolos, madeira, vidro, ferro e areia, entre outros produtos, são erguidos sobre sonhos e ideias, mesmo com a esperança de que os interesses comerciais os façam sobreviver ao tempo. São, apesar disso e em alguns casos, a expressão daquele ou daqueles que os decidiram construir. É o caso do edifício Diederichsen.

Se a história da sua construção é grandiosa e a da sua compra, irônica, a do empresário Antonio Luiz Cristiano Diederichsen não é menos. Aliás, parte dessa história explica um pouco a origem desse prédio tão importante para a história de Ribeirão Preto e a sua autoestima.

Antonio Diederichsen é um paulistano de sangue alemão, por parte de pai, que veio para Ribeirão Preto, quando viu uma oportunidade de ganhar dinheiro. Acabou ganhando muito, muito mesmo. Mas o seu maior legado para a cidade não foi esse, embora as doações que fez, em vida e que deixou em testamento para muitas instituições sociais da cidade, sejam algo que atesta o seu caráter e o amor pela cidade que escolheu para adotar.

O maior legado desse homem de estatura mediana, óculos redondos cobrindo os olhos incrivelmente azuis, era a sua capacidade de, em muitos casos, antever o que vinha pela frente, conversar com o futuro e com isso, ganhar dinheiro, antecipando o novo.

Foi assim com automóveis, postos de gasolina, estacionamentos, prédios e, principalmente, nas relações trabalhistas, como se verá mais à frente.

Assim como outros grandes ribeirão-pretanos, nascidos aqui ou não, Diederichsen (e os seus vastos recursos financeiros), foi idolatrado quando vivo e, após a sua morte, praticamente esquecido pela cidade que ajudou a crescer e seus representantes políticos.

É sintomática a (triste) imagem de sua estátua, abandonada no depósito de um museu municipal, vilipendiada pelas políticas pequenas de políticos de mentes igualmente minúsculas, que tendem a ver a memória de uma comunidade e a cultura, em geral, como algo supérfluo.

Pessoas como Antonio Diederichsen, João Rodrigues Guião, Flávio Uchôa, Theolina Zemila de Andrade Junqueira e o marido Francisco Maximiano, João Macedo de Bittencourt, Albino Camargo, Camilo de Mattos, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, João Alves Meira Júnior, Fábio Barreto (checar todos os nomes), apenas para falar dos mais conhecidos, devem ser

homenageados com mais do que estátuas e nomes de ruas.

Os seus erros e acertos devem estar presentes na memória dos ribeirão-pretanos, se possível, desde os bancos escolares. Ou algum leitor acha, seriamente, que a cidade sabe o que são os edifícios Meira Júnior, Albino Camargo, por exemplo?

A melhor homenagem que se pode fazer a alguém não é só através de estátuas e nomes de ruas. É por meio de ações que façam com que a comunidade a que o homenageado pertenceu (seja como empresário, sapateiro, comerciante, industrial ou cortador de cana) saiba quem foi e como o que fizeram em vida impactou as vidas dessa mesma comunidade, tornando-a melhor e menos injusta.

Este livro foi dividido em uma introdução e seis capítulos. A primeira, como nos livros anteriores do autor, contextualiza o mundo e o Brasil no período da construção do edifício Diederichsen, entre 1934 e 1937. A partir daí, dentro de cada uma delas, entram editorias como cotidiano, economia, polícia, política, costumes, social e ciência, entre outras.

Começou-se um pouco antes, em passant, com o fim da Primeira Grande Guerra, em 1918, e quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929 e, depois, de forma mais completa, passando pela Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, eleições de 1934, instituição do Estado Novo, em 1937, e a eclosão da Segunda Grande Guerra, a partir de 1939. Foi um período, enfim, em que o Brasil e mundo usavam farda. Foi um período, por exemplo, em que um ser humano viu com os olhos de um cadáver, os zepellins cortavam os ares, a Igreja Católica produzia encíclicas contra o comunismo, enquanto flertava com o fascismo e Getúlio mandava e desmandava no Brasil

No capítulo 1 repete-se a mesma estrutura só que, desta vez, em um contexto que tem Ribeirão Preto como foco. Esta parte é praticamente toda escrita a partir de notícias publicadas, principalmente, nos jornais de Ribeirão Preto, como “A Cidade”, Diário da Manhã e Diário de Notícias e jornais de circulação nacional como Correio Paulistano, Correio da Manhã, Correio Mercantil (para se tentar descobrir a chegada ao pai de Antonio ao Brasil, no final do século 19), Folha de S.Paulo e Estado de São Paulo.

Cada notícia foi fotografada duas vezes: em detalhes e a página inteira do jornal, como forma de se poder identificar o veículo e a data de publicação da matéria. Nos anos de levantamento de informações deste livro, nos meios de comunicação citados acima, foram fotografadas (e feitos PDFs, no caso de fontes na internet) cerca de 1,7 mil notícias de jornais.

Todas elas tiveram os seus metadados preenchidos, de acordo com as separações citadas acima, de localização geográfica e assunto. Embora extremamente massacrante no momento da classificação, esse método proporcionou, posteriormente, a aplicação de filtros que revelariam informações que, em função da quantidade de dados, seriam impossíveis de ser obtidas sem essa classificação anterior.

Essa escolha tornou-se especialmente importante, quando, por exemplo usamos aqueles filtros para separar notícias internacionais, como as relacionadas com a Itália e o fascismo, entre 1930 e 1934, ou sobre como essa ideologia estava mais presente do que imaginávamos na mente dos ribeirão-pretanos.

Também foi assim que se revelou, por exemplo, a quantidade de notícias sobre homens que gostavam de tomar banhos nus no ribeirão Retiro Saudoso, perto do cruzamento das atuais avenidas Francisco Junqueira com Jerônimo Gonçalves, para espanto e vergonha das

senhoras e senhorinhas que por ali passavam, a pé ou de “omnibus”. Informações como essas só poderiam ser encontradas nos jornais da época. É neles que se revela a verdadeira cidade, com os seus costumes, crenças e preconceitos. É neles que surge a cidade sem filtros.

Foi um período em que Ribeirão Preto ficou extasiada pela voz e sensualidade de Haymond, “o homem-fronteira”, que partia os corações de ambos os sexos. Também foi uma época em que se morria muito na cidade, sobretudo em atentados contra a própria vida. E, em meio a tudo isso, havia a chaga dos menores abandonados e o seu depósito na cadeia, ao lado de loucos e criminosos.

Dentro do possível, não foram feitos juízos de valores a respeito de algumas afirmações presentes nesses periódicos, por dois motivos: em primeiro lugar, não era esse o objetivo deste livro; depois, pelo fato de o autor acreditar ser extremamente fácil e arrogante julgarem-se situações que ocorreram há quase um século, com a visão e os avanços éticos e morais dos dias atuais.

No capítulo 2, a atenção vira-se para Antonio Diederichsen, mas não exatamente sobre o empresário, mas sobre a sua origem na cidade de Kiel, no estado prussiano, mas controlado pela Dinamarca, Schleswig-Holstein. Esse capítulo conta, ainda, com uma parte a respeito de Theodor Wille e as suas empresas, o imigrante alemão que se tornou uma das figuras mais importantes do Brasil cafeeiro, e que era parente de Antonio Diederichsen.

O capítulo teve de ser ligeiramente ampliado até os anos de 1940 após o autor ter acesso a documentos elaborados pelos serviços de inteligência norte-americanos e britânicos, assim como notícias publicadas pelos jornais - entre o fim da década de 1930 e o início da de 1940 - sobre a existência de uma rede de espiões nazistas no Brasil e a sua proximidade com as empresas de Theodor Wille, que já havia falecido.

No capítulo 3 tenta-se resgatar a história de Bernard e Anna Diederichsen, os pais do empresário, ele, alemão, e ela, mineira. Foi ali que se pôde perceber que o avô dela era tido como se fosse o pai. Também é nesse capítulo que se conta a história do menino e adolescente Antonio Diederichsen, desde o seu nascimento em São Paulo até chegar a Ribeirão Preto, para dar início à sua trajetória de empresário.

No capítulo 4, fala-se exatamente dessa trajetória, iniciada em 1903, com a fundação da empresa Diederichsen & Hibbeln - Antigo Banco Constructor. O capítulo começa com uma pergunta: o que aconteceu com o sócio de Antonio depois de terem desfeito a sociedade, em 1916? A resposta é assustadora.

Este capítulo conta a vida profissional de Diederichsen até a criação da sua última empresa, em 1945, com a criação da sociedade anônima Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen.

No capítulo 5 dá-se espaço para a morte do empresário, em 1955, a sua repercussão na imprensa e da cidade e o seu testamento.

Nele, fala-se, também, sobre a invisibilidade do ser humano. É ali que tenta-se contar a história de Cândida Bessa, a companheira, por meio século, de Antonio Diederichsen, e a vida reclusa dos dois. Dona Candinha era casada e tinha uma filha, possivelmente com o administrador da fazenda que Diederichsen geriu, imediatamente antes de abrir a sua empresa. Era um relacionamento inaceitável para os padrões da época e explica a ausência, quase total, de Antonio e Cândida de eventos sociais e do seu perfil extremamente fechado.

Ainda no capítulo 5, tenta-se fazer uma minibiografia de Manoel Penna, o filho de português que chegou a Ribeirão Preto no fim dos anos de 1910 e tornou-se, como se dizia, a expressão de dois corpos e uma só cabeça. Penna tornou-se responsável pela gestão dos negócios de Antonio, após a morte deste, e criou, posteriormente, o Grupo Santa Emília.

No capítulo 6, o tema é o Edifício Diederichsen, contado a partir de entrevistas feitas pelo autor e, em grande parte, graças à tese de doutoramento da arquiteta e urbanista, Tatiana Gaspar. Essa parte do livro conta, ainda, com três grandes subitens: o processo de tombamento, a visão da Santa Casa de Misericórdia a respeito do futuro do prédio, em depoimentos do diretor superintendente da instituição, Marcelo Di Bonifácio e do provedor da Santa Casa, no ano em que o tombamento foi concluído, Dácio Campos.

Para finalizar o capítulo, conta-se, muito brevemente, daquele que pode ser o primeiro projeto, em décadas, a oferecer soluções concretas, feito pelo IPCIC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais).

Por fim, na conclusão, o autor fala sobre a experiência de ter morado no prédio, durante quase dois anos, e as impressões que teve nesse período e a necessidade de, todos nós, abolirmos a expressão “prédio velho” por “pedacinho da alma de Ribeirão Preto”.

Introdução

Tiros, bombas, zepellins e o mundo visto pelos olhos de um cadáver

Os empresários Angel Castroviejo e Lydio Vallada eram sócios em uma empresa que se tornou referência por comercializar algo que, na Ribeirão Preto de 1934, não se podia dizer que fosse um gênero de primeira necessidade: cultura.

Castroviejo e Vallada eram donos da Agência São Paulo, a mais importante distribuidora de jornais, como o Diário de S. Paulo - o maior matutino paulistano, como o seu slogan orgulhosamente afirmava - além de livros, revistas e outras publicações.

A loja estava localizada na região central da cidade, na rua Duque de Caxias, 80, no mesmo imóvel que tinha, na parte superior, a Associação Comercial de Ribeirão Preto, criada em 1904 por diversos empresários, entre eles, Antonio Diederichsen¹.

¹ Criada em 1904, a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, a Acirp quase desapareceu na primeira metade da década de 1920. Em 1926, graças a um processo de reconstrução levado a efeito por empresários como Francisco Mendes e Augusto Guimarães, entre outros, a entidade começou um longo processo de solidificação. No entanto, provavelmente por desavenças internas entre indústria e comércio que se refletiram no estatuto da entidade, desse período até 1941, a Acirp



Para aqueles que não podiam se dirigir até lá, bastava uma ligação para o telefone 839 para que as entregas fossem feitas em domicílio, “logo após o rápido da Mogyana” as deixarem na estação, como dizia um anúncio da época.

Em outubro de 1934, quando começavam as obras de construção do edifício Diederichsen, um livro atraía a atenção dos ribeirão-pretanos, muitos deles clientes da Agência São Paulo.

Era uma publicação em dois volumes, que somavam cerca de setecentas páginas. Havia sido escrita por um ex-militar que misturava trechos autobiográficos com um conjunto de delírios ultranacionalistas, mas que apresentavam respostas fáceis para problemas que eram tudo menos isso.

O primeiro desses volumes foi escrito na cadeia, em 1924, posto que o autor tinha o hábito, bastante em voga na época, de tentar aplicar golpes de Estado a torto e a direito.

Apesar disso, as suas palavras deslumbraram as almas não apenas dos moradores de Ribeirão Preto, mas de milhões e milhões de pessoas ao redor do mundo.

O livro tinha sido escrito por um ex-cabo do exército alemão, nascido na Áustria em 1889, filho de um funcionário público e de uma dona de casa. O best-seller vendido pela Agência São Paulo chamava-se “*Mein Kampf*” ou “*Minha Lucta*”, em português da época. O nome do autor era Adolf Hitler.²

Na segunda década do século 21, pode parecer surpreendente que um livro escrito por um dos genocidas mais conhecidos do mundo possa ter tido tanta receptividade. Mas quando “*Minha Lucta*” foi escrito, o mundo abrigava tamanho desespero e ódio, a ponto de se tornar um lugar onde uma das profissões mais requisitadas, sem dúvida, era a de salvador da pátria.

Além do ex-cabo Adolf na Alemanha, foi assim com Benito na Itália, António em Portugal e Francisco na Espanha, os dois últimos já na década de 1930. Isso, para ficar apenas nos mais conhecidos.

Em um mundo caótico, como o de 1934, Hitlers, Mussolinis, Salazares e Francos foram as saídas encontradas para dar sentido a algo que estava em permanente mudança e que parecia fora da ordem.

Nenhum deles escondeu o que pretendia fazer. Todos estiveram envolvidos com assassinatos de adversários, no sufocamento/aniquilamento das respectivas oposições e na aplicação de estruturas autoritárias de Estado. No entanto, todos chegaram ao poder com apoio popular.

Na dificuldade de compreensão desse mundo, cada vez mais complexo e injusto, personagens assim forneceram as respostas de mais fácil compreensão e mais facilmente assimiláveis, ainda que cobrando custos altíssimos, tanto no assassinato de vidas humanas como da democracia nesses Estados. Seguiu-se a passos largos rumo à insanidade.

Por isso, não é de estranhar que 1934 faça parte de um período em que, com poucas exceções, o mundo viveu fardado. Quase duas décadas antes, em 1918, uma guerra mundial de quatro anos havia acabado, deixando clara tanto a impressionante engenhosidade humana em matar como a capacidade dos vencedores em humilhar e fechar de todas as saídas possíveis para que os derrotados pudessem se reconstruir.

passou a chamar-se apenas Associação Comercial de Ribeirão Preto. A indústria só voltaria ao nome da associação nos primeiros anos da década de 1940, com a eleição de Amin Antonio Calil.

2 Anúncio publicado no jornal “A Cidade”, de 29/10/1934.

Nesse mesmo 1934, quando “seu” Tonico comprou do coronel-mor de Ribeirão Preto a casa-símbolo da Velha República, na esquina das ruas General Osório, Álvares Cabral e São Sebastião³, o mundo sentia, muito presente no ar, os efeitos nefastos deixados pelo Tratado de Versalhes⁴.

Mussolini e o seu fascismo⁵ surgiram pouco depois do fim da 1ª Guerra, em 1918, com a Marcha sobre Roma, e se afirmaram como força política, dois anos depois, com uma vitória do Partido Nacional Fascista nas eleições de abril, reclamada pelos socialistas como fraudada.

Depois Hitler - ex-combatente da 1ª Guerra - com o Partido dos Trabalhadores Alemães, também na década de 1920, que, depois, viria a se chamar Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães ou, simplesmente, Partido Nazista. Por fim, já na segunda metade dos anos de 1930, vieram Francisco Franco com a Falange Espanhola e António de Oliveira Salazar, com a organização política União Nacional, de Portugal.

Duas características eram comuns a todos eles: um anticomunismo feroz - herdeiro dos medos reais ou imaginários das consequências da Revolução de Outubro, em 1917, na Rússia, soberbamente aproveitado por esses personagens - e um nacionalismo exacerbado, ambos feitos à medida para os ouvidos das massas.

Havia, ainda, uma terceira, que se mostrou igualmente perniciosa: a propagação da imagem do timoneiro, o líder infalível que lutava contra tudo e todos, capaz de fazer, sem hesitar, sacrifícios possíveis e imaginários pelo seu povo. Em troca, pediam apenas a devoção cega das pessoas.

Tudo isso movido por poderosas máquinas de comunicação estatais e a complacência da maioria dos meios de comunicação, que, em muitos casos, se tornaram parceiros das campanhas oficiais de descrédito e desconstrução dos inimigos do Estado, em um processo, não por acaso, idêntico ao realizado pelo pior inimigo dessas nações, a Rússia.

E, assim como naquele país, na relação de subserviência dos órgãos de comunicação com aqueles Estados, tornou-se bastante comum a exaltação das personalidades dos grandes líderes e de seus governos.

Por exemplo, em 1936, quando a Itália já estava na reta final (vitoriosa) da segunda guerra

3 Como se verá no capítulo 3, o terreno do edifício Diederichsen foi comprado em abril de 1934 de Augusta Junqueira Pereira Lima, filha do poderoso coronel do café, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Quinzinho da Cunha, como era chamado, era o principal chefe político do PRP - e, por consequência, da Velha República na região.

4 O tratado de Versalhes foi um acordo de paz, assinado entre as potências europeias envolvidas na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com condições extremamente prejudiciais para a Alemanha derrotada. Naquele país, o documento era chamado de “Ditado de Versalhes”, onde a imposição dos vencedores substituiu as negociações de paz. As condições sufocantes do tratado para a Alemanha levaram não apenas à humilhação de um povo como provocaram uma intensa crise econômica e social. Somente em 2010 é que a Alemanha liquidou a dívida presente no tratado. Pelo menos, três consequências surgiram desse documento: a eclosão do nazismo na própria Alemanha, a criação da fraca Liga das Nações (antecessora da Organização das Nações Unidas) e a Revolução Russa. (Com informações do Jornal da USP Online, acessado em <https://jornal.usp.br/cultura/tratado-de-versalhes-marcou-nova-fase-do-capitalismo-diz-professor/>, no dia 17/2/2024).

5 O jornal “A Cidade”, de 4 de abril de 1934, mostrava não apenas a dimensão que o movimento fascista havia assumido na Itália, mas, de que forma, as futuras gerações vinham sendo preparadas para fazer parte dele. Segundo o diário, os dirigentes do Partido Nacional Fascista haviam informado que “as forças juvenis do fascismo aumentaram de 718.726 unidades durante o último ano. Em março de 1933 e 1934, o número de ‘balilas’ era, respectivamente, de 3.236.636 e 1.572.030 unidades de ‘avanguardistas’; de 307.452 e 367.621 unidades; o de pequenos italianos era de 1.039.044 e 1.315.939 unidades; o de jovens italianos de 105.556 e 151.823 unidades.”.

com a Etiópia⁶, um articulista do A Cidade publicou um texto chamado “Mussolini é um exemplo”⁷.

Vou me referir á obra prodigiosa realizada na Itália pelo gênio invulgar do grande Mussolini. Em que pese aos difamadores de toda ação construtiva é patente, é inegável o prodígio operado pela inteligência privilegiada e pela vontade resoluta e férrea daquele insigne conductor de homens. Não entro aqui na apreciação do regimen social por ele criado e tão gostosamente seguido por seus conterrâneos. Para o nosso intento basta salientar o contraste existente entre o que é e encontrou, logo após a sua marcha vitoriosa sobre Roma e o que conseguiu realizar no curto espaço de pouco mais de um decênio. Que era a Itália antes de Mussolini? Ninguém o ignora, os próprios peninsulares o confessam: era uma nação quando muito de segunda classe reduzida quase á falência em seguida á desastrosa guerra mundial, campo aberto a todas as explorações bolchevistas e aos conluios da judaica Maçonaria. O povo empobrecido sem esperança de dias melhores trabalhado pelas insinuações capciosas dos agentes da Revolução Internacional tornava essa ali o juguete fácil de se manobrar, nas mãos dos carbonários em máxima atividade. Esperava-se a cada momento uma revira-volta política em que o desaparecimento do trono da casa reinante fácil seria aos emissários de Moscou arrastarem para o maior dos infortúnios os incautos filhos da pátria das artes. É nesta situação, francamente desfavorável a qualquer governo reorganizador, que aparece o providencial “Duce”. Empunha com mãos seguras as rédeas da pública administração, impõe-se primeiro a confiança, depois ao amor dos italianos, injecta energia nova no organismo depauperado do paiz, vai ao encontro das legítimas aspirações de todas as classes sociaes, varre do solo pátrio, como medida de higiene mental, os empresários das perturbações políticas, restitue ao povo a paz e a segurança necessárias ao trabalho e consegue, em pouco tempo, oferecer ao mundo o espetáculo admirável e admirado dessa potência de primeira ordem que é a Itália de hoje. Pode-se divergir de Mussolini no campo das idéias; o que não é possível é negar-lhe o mérito da estupenda ressurreição da sua gloriosa pátria. Contra factos não há argumentos. Agora, pergunto eu: em que força extraordinária se apoiou o gênio desse prodigioso reformador para levar avante tão vitoriosamente os seus planos de engrandecimento da vez da vetusta? A resposta é óbvia: conhecedor profundo do sentimento religioso da totalidade de seus compatriícios, espírito atilado sabiamente convencido das maravilhas de que é capaz o povo cuja ritualidade se procura incrementar, certo de residir na mais perfeita harmonia com a Roma dos papas o segredo da maior eficiência das populações católicas, Mussolini, num rasgo de clarividência, não hesita um só instante e solicita a colaboração da igreja, põe termo com o Acordo de Latrão, á dissidência e ao mal-estar existente entre o Quirinal e o Vaticano, torna obrigatório o catolicismo nas escolas, não empreende uma só reforma que mesmo de longe possa ferir a arma alma cristã dos seus súditos e administradores e... vence. Vence apoiado menos pela força do exército, camisas pretas e dos ballila do que pela unanimidade reconhecida pelo povo católico italiano. Encontrou nas normas do Evangelho a solução para todos os problemas do aflitivo momento atual e tornou-se o benemérito da pátria. Mussolini é um exemplo!

O autor do texto não era qualquer pessoa, mas o secretário do bispado de Ribeirão Preto,

6 A segunda Guerra Ítalo-Etíope ocorreu entre outubro de 1935 e fevereiro de 1937. O país africano permaneceu ocupado pelas tropas italianas até 1941.

7 “A Cidade”, 9/10/1936.

o padre Leopoldino Fernandes. Aliás, o religioso parecia não ter maiores problemas em expressar opiniões políticas como as feitas acima, mesmo porque, como se verá mais à frente, tinha uma espécie de salvo-conduto divino para opinar sobre o mundo.

Talvez em função disso, dois meses depois, no mesmo jornal, escreveria outro texto sobre o contexto internacional, desta vez atacando os republicanos espanhóis, que lutavam contra a falange nacionalista de Franco, a quem chamava de comunistas.⁸

O mais trágico do artigo de Fernandes é que, apenas quatro meses após a sua publicação, em 26 de abril de 1937, bombardeiros alemães ligados a Franco destruíram a cidade de Guernica, matando cerca de 1,7 mil pessoas, em uma tragédia que ganharia o mundo nos traços de Pablo Picasso.

Cidade italiana

Esse fascínio com o fascismo, longe de ser a opinião isolada de um padre, era quase comum à sociedade ribeirão-pretana, cujas ligações com a Itália eram bastante profundas.

Afinal, a vaga de imigrantes que veio para Ribeirão Preto, entre o final do século 19 e o início do seguinte, falava, quase que exclusivamente, italiano. O economista Jonas Rafael dos Santos, citado por André Luiz Lanza e Maria Lúcia Lamounier, mostra a evolução da onda imigrante em Ribeirão Preto, em menos de duas décadas no município.

“Em 1886, os estrangeiros em Ribeirão Preto constituíam 7,3% do total de habitantes, sendo o grupo composto por apenas 761 pessoas. Desse total, 46,2% eram austríacos, 20,7% eram italianos e 18,4%, portugueses. Em 1902, os estrangeiros passaram a compor 62% da população, totalizando 33.119 imigrantes. Essa população imigrante era representada por 83,7% de italianos, 7,9% de portugueses e 5,1% de espanhóis, as três nacionalidades mais representativas.”⁹

Portanto, Ribeirão Preto, no começo do século 20, não era apenas uma cidade onde, de cada dez habitantes, seis eram imigrantes: era um local onde, não só os estrangeiros eram maioria, como oito de cada dez deles tinham vindo da Itália.

Em 1920, quando a cidade tinha pouco mais de 68 mil habitantes, o número de estrangeiros era de 21.238, cerca de 30% do total. Deles, a metade era italiana.

Por isso, instituições como a Società Operaria di Mutuo Soccorso Unione Italiana (1895), Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Fratellanza (1898), Società Unione Meridionale (1900), Società di Mutuo Soccorso e Beneficenza Pàtria e Lavoro (1903) e Società Dante Alighieri (1910)¹⁰ eram extremamente respeitadas e importantes na cidade.

8 (...) “A própria vida humana nada representa no niilismo absoluto dos asseclas de Carlos Marx. Violentar, trucidar, destruir arruinar, aniquilar, são os verbos que mais se conjugam nos programmas ou manifestos dos abomináveis inimigos da sociedade do ludibriado e incauto operario, que se deixa apanhar nas malhas das suas insídias”. (“A Cidade”, “Criminosos Confessos”, 4/12/1936).

9 Lanza e Lamounier, in “Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930)”, p. 575.

10 Para mais informações a respeito da estruturação econômica dos italianos em Ribeirão Preto, no final do século 19 e começo de 1900, é fundamental a leitura da tese de doutoramento de Patrícia Gomes Furlanetto, “O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas socioculturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto”.

Elas faziam, de fato, por meio do mutualismo e reforçando a prática do associativismo, um trabalho elogiável no sentido de amparar os cidadãos italianos em situação financeira não tão boa, através das caixas e pecúlios, enquanto realizavam atividades permanentes de fortalecimento do pertencimento italiano.

Desde a virada até o fim do século 19, nomes como o capitalista Girolano Ippolito, o comerciante Giovanni Beschiza, o alfaiate Vicente Croce ou o professor Germano Barillari eram figuras importantes para a sociedade ribeirão-pretana.

Os dois primeiros, por exemplo, estiveram entre os fundadores da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, em 1904, e todos, sem exceção, participaram da fundação ou do dia a dia de sociedades ligadas à Itália.

Em 1934, a presença de italianos e, agora, dos seus filhos, no cotidiano da cidade, era importante a ponto de Ribeirão Preto ter uma representação consular, ao lado de Japão, Portugal e “Hespanha”.

Por isso, a posição da sociedade e, por consequência, dos meios de comunicação, a favor da Itália, especificamente, não era de todo estranha.

Enquanto o Edifício Diederichsen crescia, os jornais locais publicavam dezenas de matérias (favoráveis), especialmente sobre o regime fascista. Isso ocorreu, particularmente, entre outubro de 1935 e maio de 1936, quando se desenrolou a invasão da Etiópia, em notícias e charges que estampavam as páginas dos jornais duas a três vezes por semana.¹¹

Foi assim, que, em outubro de 1936, “A Cidade” publicou uma foto ocupando quase metade da sua primeira página, mostrando uma multidão de italianos, na praça de Veneza, comemorando “*com grande devoção e extraordinario entusiasmo*” um discurso do Duce, a respeito do 15º ano da implantação do fascismo.¹²

Seis meses antes, no mesmo jornal, uma foto do ditador italiano ilustrou a matéria “*Ontem, hoje e amanhã*”, com os seguintes dizeres:

*No primeiro plano, o grande ministro Mussolini, homem que incarna o espírito da nova Italia eminentemente constructora e grandiosa. No segundo plano um ‘ballila’ sorri. É a Italia de amanhã. É o componente de uma geração que vae receber um enorme acervo de glorias e de conquistas para zelar, deixal-a intacta e provavelmente entregal-a ainda maior e mais bela aos posterors.*¹³

O “A Cidade” foi, de longe, o que mais notícias publicou a respeito das quatro ditaduras europeias, a maior parte delas relativas à Itália, todas bastante laudatórias. Mas, às vezes, a notícia ia bem além da informação, ainda que editorializada.

Em novembro de 1936, seis meses após o fim bem-sucedido da invasão italiana, o jornal publicou uma charge, composta por dois quadros: no primeiro, à esquerda, um militar branco (claramente inspirado em Mussolini), de pé, fardado e em pose marcial, olha com superioridade para um grupo de negros esfarrapados, descalços, todos ajoelhados e em posição submissa; o segundo quadro mostra um negro (Selassie), na Sociedade/Liga das

¹¹ Em um discurso feito em 12 de maio de 1936 na assembleia da Sociedade das Nações (ou Liga das Nações, em inglês), o imperador da Etiópia, Haile Selassie, derrotado na guerra com a Itália e já exilado, denunciou o país europeu pelo uso de armas químicas contra a nação africana.

¹² “A Cidade”, 31/10/1936.

¹³ “A Cidade”, 24/5/1936.

Nações (antecessora da ONU), em roupas tribais, com um grupo de diplomatas ajoelhados a seus pés. A legenda era a seguinte: “*Na Ethiopia os negros se prostram aos brancos, em Genebra os brancos aos negros*”. A charge foi produzida, originalmente, pelo jornal milanês “Il Guerin Meschino”. Todos os negros eram retratados com feições sími- as.

O fascínio com governos fortes e ditaduras também envolvia, por exemplo, publicações favoráveis à Alemanha, embora menos constantes do que aquelas relacionadas com a Itália de Mussolini. Em julho de 1935, um texto de opinião bastante dúbio é publicado pelo “A Cidade” sob o título “*O espantinho judeu na Alemanha*”, onde o povo de Israel é ironizado, terminando com a citação de um jornal alemão, atacando os judeus.

No entanto, naquele mesmo ano e mês, uma matéria assinada pelo jornalista Antonio Machado Sant’Anna, chamada “*O nosso Grienchenbaisel*”, vai contra a corrente e é publicada com críticas bastante fortes ao regime nazista.

Curiosamente, o mesmo Machado Sant’Anna, que também trabalhava na comissão de Propaganda do Clube de Regatas Rio Pardo, escreveu um texto cujo conteúdo era, no mínimo, estranho. Chamado “*Raça de Gigantes*”, o artigo foi publicado em fevereiro de 1936 e fazia referência a uma campanha a ser lançada, onde se podia ler o seguinte texto:

“... *um ser physicamente fraco é impotente pra levar avante os destinos de uma raça*”
(...) “[em Estocolmo, Berlim, Londres, Paris ou Roma] vemos o desfile de jovens desde os 8 annos até 35, peito largo e pisar forte, ao som dos tambores, em vestimentas esportivas, como a dizer ao mundo que um povo só é forte quando possui filhos são [sic] e treinados nas lides esportivas. Enquanto lá se torna obrigatória a instrução physica para que não pereça a mocidade e que possam os paizes estar alertas contra os perigos advindos das convulsões que ameaçam o mundo, o que vemos entre nós é summamente contristador e summamente ridículo.”¹⁴

O artigo escrito pelo jornalista ribeirão-pretano fazia parte de uma campanha que o Clube de Regatas Rio Pardo lançaria, em 1936, chamada Pró-Melhoria da Raça, e que, apesar da linguagem dúbia, visava unir diversas instituições do município em prol da prática de atividades esportivas.

Um mundo em transformação

O fascismo italiano e a Alemanha nazista não eram os únicos temas mundiais retratados nas páginas dos jornais de Ribeirão Preto. A Espanha e a sua Guerra Civil, que tornou o país em um sangrento laboratório de preparação de armas para a nova guerra mundial que se aproximava e o salazarismo feroz em Portugal, andavam lado a lado com Itália e Alemanha. A grande estrela era a Itália, de longe, seguida da Espanha, por causa da sua guerra e Portugal e Alemanha, com fartos elogios às suas economias.

Sobre este último país, uma notícia de 1934, com um parágrafo, se tornaria um do que seriam os anos que viriam pela frente. Sob o título “*Vão esterilizar 600 crianças mestiças*”, a matéria dizia o seguinte: “*Telegrammas de Berlim informam que o jornal “Deutsch Zeitung” reclama hoje a esterilização imediata de 600 crianças mestiças descendentes dos soldados negros africanos das tropas francesas de ocupação do Ruhr.*”¹⁵

¹⁴ “A Cidade”, 6/2/1936.

¹⁵ “A Cidade”, 16/2/1934. Apesar de se tornar tristemente conhecida na Segunda Guerra Mundial, a teoria eugenista alemã de limpeza da raça já vinha sendo preparada pelos nazistas desde 1920. Quando Hitler começa

Era um mundo à beira de um ataque de nervos. Havia notícias de desordens na Palestina, bombas na Áustria, medo de uma segunda guerra mundial a partir da Hungria e distribuição de boletins subversivos/comunistas em algum país europeu. As consequências eram mortes, mortes e mais mortes.

Mas, entre elas, havia quem morresse de coroa. Foi o caso do rei belga, Alberto I, cuja morte causou uma espécie de comoção enorme naquele país, evidentemente, mas também em Ribeirão Preto. Afinal, ele havia visitado a cidade em 1922, quando das cerimônias de comemoração do centenário da independência brasileira.

Em Ribeirão Preto, além de um lauto banquete que lhe foi oferecido em Guataporã, a falecida majestade também assistiu a um jogo de futebol do Commercial F. C. ou, como dizia de forma mordaz “A Cidade”, em 1934, “a entidade máxima do futebol citadino”.¹⁶ Alberto I morreu em fevereiro de 1934, após cair em um precipício, durante uma escalada a uma montanha¹⁷ e, ao lado de seu antecessor, Leopoldo II, entrou para a História ao perpetuar a prática de genocídio contra a população da ex-colônia do Congo.

Dois anos depois, a cerca de 450 quilômetros de Namur, cidadezinha onde Alberto I perdeu a vida, um caso de amor em Londres deixou a opinião pública mundial em prantos. No dia 11 de dezembro de 1936, quando o Diederichsen já estava pronto e com lojas funcionando no térreo, o “A Cidade” noticiou, inconformado, que, afinal, “*Venceu a intransigência inglesa*”. A matéria mostrava o último ato do conto de fadas às avessas do rei Eduardo VIII e a plebeia americana divorciada, Wallis Simpson.

A explicação para esse imbróglio inglês havia sido dada uma semana antes, pelo próprio “A Cidade”.¹⁸

O casamento do rei Edwardo VIII com a bella divorciada Simpson causou uma crise constitucional na Inglaterra, visto como pela constituição não é permitido o matrimonio dos monarchas com pessoas de condição inferior. A despeito da tradição o rei Edwardo parece disposto a levar ao altar a sua eleita, a mulher que venceu a sua aversão notória pelo casamento, mesmo que para isso seja necessário descer do throno ou quebrar a tradição. É o que nos dizem os telegramas de última hora em notícias sensacionaes. O ministério reunido hoje deu 48 horas ao rei Edwardo para decidir a sua situação: ou desiste da intenção de se casar com a senhora Simpson ou abdica. Os jornaes fazem grande rumor em torno da crise provocada pelo rei Edwardo quebrando a tradição britânica de não se referir á vida privada dos soberanos. O rei Edwardo declarou que se casará morganasticamente. O primeiro-ministro Baldwin annunciou que amanhã fará importantes declarações sobre a crise

a assumir mais preponderância no partido, entra em vigor a proibição de se associar qualquer pessoa que não fosse ariano ou que tivesse relações com não-arianos, incluindo-se esposas ou maridos. Também nesse ano, uma das formas de financiamento do Partido Nazista era a venda do tabaco chamado *Anti-semit*.

16 Na ocasião, a cidade também já contava com o Botafogo Futebol Clube, fundado em 1918. O Comercial é de 1911.

17 O rei Alberto I, que ficou conhecido pelo seu interesse em ciências naturais e justiça social, representou uma virada extrema na imagem da Bélgica junto aos demais países e à própria opinião pública mundial. Em 1909, ele sucedeu a seu tio no trono da Bélgica, Leopoldo II, que, antes de Hitler e Stalin, tornou-se um dos maiores genocidas do mundo, após as atrocidades cometidas à população do Estado Livre do Congo, na África. Administrado como uma possessão pessoal - e não de Estado - a borracha do Congo fez a fortuna pessoal de Leopoldo II, mas, ao mesmo tempo, expressou-se tragicamente nos cerca de 1 milhão de congoleses assassinados. É tristemente célebre a foto de um missionário - provavelmente inglês - ao lado de um nativo com a mão decepada, por não ter conseguido alcançar as metas propostas para a extração de látex.

18 “A Cidade”, 4/2/1936.

constitucional. Corre o rumor de que o rei Eduardo vai renunciar ao throno em favor de seu irmão, duque de York.

De fato, no dia 11 de dezembro, Eduardo VIII enviou a sua renúncia ao trono inglês, para poder se casar com “a bela divorciada Simpson”. Eduardo VIII ou Edward Albert Christian George Andrew Patrick David (1894/1972) foi rei do Reino Unido e Domínios Britânicos e imperador da Índia entre janeiro e dezembro de 1936.

Além da história de amor que embalou corações pelo mundo afora e de ter aberto mão do trono para se casar com a mulher amada, ele também ficou conhecido por algo menos nobre: as suas posições políticas favoráveis ao regime de Adolf Hitler, que comandava a Alemanha, país contra o qual a Inglaterra travou uma guerra sangrenta, que praticamente destruiu o país, entre 1939 e 1945. Isso, apenas três anos após abdicar do trono.

Pouco depois de Eduardo anunciar que deixaria de ser rei na Inglaterra, o estado de saúde de outro líder chamava a atenção do mundo. Em 9 de janeiro de 1937, os jornais de Ribeirão Preto pediam orações pelo estado de saúde do italiano Achilles Ratti, eleito em 1922 para comandar a Igreja Católica e, daí em diante, passar a ser conhecido como Pio XI. “*Oremos pelo Santo Pontífice*”, estampava o jornal, informando que

(...) Há vários dias, vem o mundo catholico acompanhando com pesar o desenvolvimento da pertinaz e grave moléstia que tem trazido preso ao leito de dôr Sua Santidade o Papa Pio XI com ameaças de um desfecho fatal.

Ainda que, de forma parcial, as orações parecem ter ajudado o estado de saúde do pio homem, uma vez que ainda permaneceria vivo por mais dois anos, e tinha uma característica bastante comum na época: era um fanático anticomunista.

No dia 19 de março de 1937, ele publicou a encíclica “Divini Redemptoris”, que tinha o comunismo como ponto central. Entre outras coisas, o santo texto dizia o seguinte.

(...) não se deixem enganar! O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em campo nenhum a colaboração com ele, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã. E, se alguns, induzidos em erro, cooperassem para a vitória do comunismo no seu país, seriam os primeiros a cair como vítimas do seu erro; e quanto mais se distinguem pela antiguidade e grandeza da sua civilização cristã as regiões aonde o comunismo consegue penetrar, tanto mais devastador lá se manifesta o ódio dos “sem-Deus”¹⁹.

Ele morreu dois anos depois, em fevereiro de 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

Quem também morreu naquele período, dois meses depois de Eduardo VIII ter aberto mão do trono inglês e um ano antes de Achilles ter escrito a “Divini Redemptoris”, na Itália, foi o carpinteiro alemão, Bruno Richard Hauptmann. Ele foi eletrocutado nos Estados Unidos em 30 de março de 1936, após ter sido considerado culpado pelo sequestro e morte de Charles Augustus Lindbergh Jr, o filho de apenas vinte meses do aviador Charles Lindbergh. Lindbergh tornou-se famoso ao se tornar a primeira pessoa a fazer a travessia do oceano Atlântico, em maio de 1927, em um percurso entre os Estados Unidos e França.²⁰

¹⁹ O texto completo da encíclica pode ser encontrado on-line, no site do Vaticano, no seguinte endereço: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. O último acesso feito pelo autor foi em 18/2/2024.

²⁰ Assim como Eduardo VIII, Lindbergh era um admirador de Hitler e do movimento ultraconservador de

O filho de Lindbergh foi sequestrado em março de 1932 e achado morto, dois meses depois, perto da casa dos pais, em Nova Jersey. Após uma investigação de 30 meses, o FBI chegou a Hauptmann, que nunca confessou o crime. Ele ficou preso por cerca de dois anos, até ser executado em 1936.²¹

Em busca de conhecimento

Mas nem só de guerras e mortes vivia o mundo, no período de construção do Diederichsen. Entre 1934 e 1937, ele seguia a sua caminhada infindável em busca do conhecimento, quando a ciência, gradativamente, afirmava-se como pré-requisito da verdade.

Em 1934, por exemplo, nos Estados Unidos, o engenheiro de Detroit, J. Thomas Rhamentine já buscava soluções que lhe permitissem gerar eletricidade com a captação da luz do sol.

Em julho do mesmo ano, mas na área da saúde, “cientistas australianos anunciaram a cura para a lepra”, como informou o “A Cidade”. O tema da hanseníase, aliás, era costumeiro nos jornais, naquela década de 1930. No final de 1934, em dezembro, já circulava a informação de que a cura para a doença havia sido descoberta, desta vez por cientistas brasileiros, inclusive com a alta hospitalar de 600 pacientes internados em São Paulo.

No começo de 1937, outra novidade, também na área da saúde, chocaria e, ao mesmo tempo, iria deslumbrar o mundo. Na Suíça, o diretor da clínica oftalmológica da Universidade de Genebra, chamado Adolphe Franceschetti,

(...) conseguiu dar novamente vista a um cego, mediante o enxerto da córnea retirada de cadáver. O paciente submetido a essa operação, cego desde os 18 anos, devido a uma anomalia da córnea nos dois olhos, conseguiu ver de novo, após a substituição do órgão enfermo por o de uma jovem de 18 anos, morta recentemente.

Esse mundo, agora visto com os olhos de um cadáver, era incrível. Aliás, esse foi o nome que a indústria japonesa de automóveis deu a um veículo, que custava cerca de cinco contos de réis, valor equivalente, por exemplo, a dois refrigeradores elétricos General Electric, do modelo Mascote, vendidos pela Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto, em 1934.²²

Afinal, por que o Incrível era tão, digamos, incrível? Além do preço, é claro, o carrinho gastava apenas 20 litros de combustível para percorrer 340 quilômetros, ou seja, 17 km/l. Um anúncio de 1934 do “Diário de Notícias” carioca informava que o preço de um Chevrolet (sem especificar o modelo) custava pouco mais de 14 contos de réis. E, a julgar pelo motor V8, era bem mais beerrão do que o carrinho japonês.

Enquanto o Incrível prometia o céu na terra, os terráqueos tinham os seus olhos voltados para o céu. Desde o final da 1ª Guerra Mundial, os ares eram povoados por máquinas ruidosas, que provaram ser excepcionais produtoras de mortes.

direita norte-americano, America First, o que o fez cair em descrédito junto ao governo de seu país.

21 O FBI (Federal Bureau of Investigation), equivalente norte-americano à Polícia Federal brasileira, tem uma página no seu site a respeito do rapto e morte do bebê Lindbergh. Ela pode ser acessada no seguinte endereço: <https://www.fbi.gov/history/famous-cases/lindbergh-kidnapping>. Último acesso em 18/2/2024.

22 Um anúncio disfarçado de matéria, publicado na edição de 7/11/1934 do Diário de Notícias, informava que o refrigerador, “pelo seu reduzido preço, o colloca ao alcance de qualquer bolsa”. O prestativo funcionário da empresa, Sebastião Moraes, após ter oferecido refrescos, sorvetes e “chopps” aos presentes, informou que a peça poderia ser comprada mediante uma entrada de 250 mil réis, acrescida de 30 prestações de 77 mil réis. O total era de 2:560\$000 (dois contos, quinhentos e sessenta mil réis).

Ao lado delas, pairavam objetos estranhos, cilíndricos, silenciosos, fruto da engenhosidade alemã, que se tornaram conhecidos pelo nome do seu criador, um conde alemão chamado Ferdinand Adolf Heinrich August Graf von Zeppelin²³.

Eram máquinas magníficas, imponentes, e que fizeram, inclusive, com que o Ministério da Viação dos Estados Unidos do Brasil assinasse um contrato de trinta anos com a empresa de Zeppelin, para a realização de vinte viagens anuais entre Alemanha e Rio de Janeiro.

O Brasil, aliás, já estava na rota dos dirigíveis, embora os preços não fossem exatamente apazíveis. Os quatro dias da viagem entre Rio de Janeiro, com escala em Recife e, depois, Friedrichshafen, custavam Rs\$ 8:300\$000 (oito contos e trezentos mil réis), ou seja, meio Chevrolet beberrão.

Em São Paulo e Santos, as passagens podiam ser compradas nos escritórios da Theodor Wille & Co. - nome que aparecerá diversas vezes neste livro - agentes da Luftschiffbau Zeppelin G.m.b.H. no Brasil.²⁴

Portanto, quando Antonio Diederichsen tomou a decisão de construir um edifício em Ribeirão Preto, é possível que soubesse o que estava fazendo, mas, convenhamos, foi de uma coragem digna de registro. Porque, naquela década de 1930, o mundo ainda sentia os efeitos da crise na Bolsa de Valores de Nova York, que destroçou a economia sustentada no café, era ferido em câmera lenta por guerras em várias partes do mundo, reunindo todas as condições para se abraçar à loucura de uma nova guerra. E, no Brasil, em menor escala, as coisas também não eram boas.

23 No século 21 pode parecer estranho falar-se de dirigíveis como máquinas de transporte. Mas, quase cem anos antes, isso não poderia ser mais falso. Uma notícia publicada pelo Diário de Notícias, no dia 1/9/1936, mostrava que, em cinco anos de uso, o Graff Zeppelin cobriu 743.287 km em 335 viagens, das quais 22 tiveram como destino o Brasil. Nesse período foram transportadas 23.322 pessoas. O dirigível também realizou uma viagem ao redor do mundo.

24 O nome Theodor Wille, como se verá no capítulo 2 deste livro, é vital para a compreensão da trajetória dos Diederichsen no Brasil. Não é possível explicar a presença e a importância dessa família no país, inclusive a do segundo filho de Bernard e Anna, que iria ser o responsável pela construção do edifício que leva o seu sobrenome.

Um país bicromático: cáqui e verde-oliva

Na década de 1930, o Brasil estava menos propenso às insanidades europeias, que custaram milhares de vidas. No entanto, pelo menos um princípio era o mesmo. Apesar de, na Velha República, a maioria dos presidentes ser de origem civil, o período que se caracterizou chamar de República Velha - que vai da proclamação da República, em 1889, até a deflagração da Revolução de 1930 -, foi marcado por arrufos militaristas, alguns de cunho importante para o futuro do país, como o tenentismo.

No entanto, apesar de políticas com as dos governadores e do café com leite ditarem as regras e garantirem o poder basicamente civil por quatro décadas, começa a ser forjado ali um modelito que viria a ditar os caminhos da moda política no país: o conjuntinho básico, formado por calça e jaqueta cáqui (com variações cromáticas e de estilo, no decorrer das décadas), quepe, botas, um ditador dentro dele e uma arma a tiracolo.

Depois de várias revoltas na República Velha²⁵, um militar, advogado e político gaúcho, insatisfeito com a rasteira dada pelo café de São Paulo no leite de Minas Gerais ²⁶, resolveu alterar uma receita de décadas.

Após perder a eleição presidencial de março de 1930 para o paulista Júlio Prestes, seguida do assassinato do seu vice paraibano, João Pessoa, tirou a farda do armário, juntou-se a outros militares e, sem maiores cerimônias, deu um golpe de Estado e derrubou a Velha República, que tinha na Ribeirão Preto de Quinzinho da Cunha um de seus expoentes²⁷.

Portanto, naquele novembro de 1930, mais um militar assumiria o poder - o quarto em 41 anos de existência dos Estados Unidos do Brasil - implantando um governo que haveria de se chamar provisório, apesar de, em um primeiro momento, durar quatro anos.

Em 1937, depois de sete anos no poder e de ter transformado os três últimos em um pesadelo institucional, cansou-se das chateações constitucionais, deu outro golpe e implantou o Estado Novo, com algumas características muito próximas do fascismo italiano. Esse gaúcho baixinho era Getúlio Dornelles Vargas e haveria de se tornar o nosso ditador de estimação.

Vargas permaneceu no poder até 1945, renunciou, caiu o Estado Novo, mas voltou cinco anos depois, pelo voto. Ficaria até 24 de agosto de 1954, quando, com uma bala, decidiu sair

25 A consolidação do Brasil como república não foi exatamente tranquila. Nos 41 anos de duração da República Velha, entre 1889 e 1930, o país teve, pelo menos, doze insurreições armadas. Entre 1889 e 1894, houve as duas Revoltas da Armada, depois a Revolta Federalista (1893/1895), Guerra de Canudos (1896/1897), Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912/1916), Revolta de Juazeiro (1914), o movimento tenentista, que se estendeu de 1920 a 1935 e, dentro dele: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), a Revolta Paulista (1924). No mesmo ano, houve levantes semelhantes em Mato Grosso, Sergipe, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul, além da Coluna Prestes (1925/1927). A saga termina em outubro de 1930, com a Revolução de Getúlio Vargas.

26 Acordo político costurado a partir do governo do paulista Campos Sales (1898/1902), que consistia na construção de uma hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais para a indicação dos presidentes da República.

27 O golpe militar de 1930 pôs fim à República Velha, com a ação do general Tasso Fragoso. Por ser o oficial mais antigo, comandou o movimento de deposição de Washington Luís, em 1930. Uma vez dado o golpe, presidiu a Junta Governativa Provisória (também chamada, premonitivamente, de Primeira Junta Militar), que governou o país de outubro a novembro, até a chegada das tropas de Vargas. No total, desde a proclamação da República, em 1889, a República Velha teve 13 presidentes, dos quais nove eram advogados, três militares e um professor. Paradoxalmente, foi no governo do seu último presidente, Washington Luís, que foi criado o serviço de inteligência nacional, em 1928, que, obviamente, não funcionou muito bem, visto a revolução que viria dois anos depois para derrubar o governo.

da vida para entrar na história, após indícios o colocarem muito próximo da tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda.

Entre 1930 e 1945, esteve no poder, de forma ininterrupta, por 19 anos, em um período que só não foi marcado por uma ditadura, entre 1934 e 1937. Nesses três anos, Vargas foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, após a publicação da Constituição de 1934.²⁸

Nessa década e meia, entre a Revolução de 1930 e o final da Segunda Guerra Mundial, Vargas governou o Brasil com mão de ferro, mas, ao mesmo tempo, implantou uma série de medidas que mudariam o perfil agrário do país, estruturou-o institucionalmente, criou o movimento Escola Nova, que teve como principal bandeira a educação pública universal e gratuita, criaria uma indústria de base, ao mesmo tempo em que iria implantar uma estrutura mínima de defesa do direito dos trabalhadores.²⁹

Assim como os seus colegas de ideologia, Mussolini, Hitler, Franco e Salazar, o mote do seu governo era um anticomunismo feroz, somado a um oportunismo político do qual não escapou, sequer, os praticantes do modelo verde-amarelo do fascismo³⁰.

Na construção da imagem do cruel inimigo vermelho, da mesma forma como fizeram o Ministério da Propaganda nazista, o L'Unione Cinematografica Educativa fascista, o Secretariado de Propaganda Nacional salazarista e o Departamento de Prensa y Propaganda franquista, os diversos governos Vargas utilizaram-se de uma forte máquina de propaganda

28 Essa Carta Magna duraria apenas três anos, uma vez que Vargas, em 1937, dará novo golpe de Estado para implantar o Estado Novo, que o deixaria no poder até 1945. A sua promulgação, em 16/7/1934, decorre diretamente da Revolução paulista de 1932. Dois dias após ser promulgada, o “A Cidade” publicou o texto a seguir, para demonstrar o ânimo dos paulistas e ribeirões-pretanos com a nova Carta. “A promulgação da Constituição brasileira, verificada ante-hontem no Rio de Janeiro, exaltou o júbilo popular brasileiro especialmente o Paulista. O nosso povo há muito ansiava pela reconstitucionalização nacional. De São Paulo partiu a revolta contra a ditadura exigindo que o paiz voltasse ao regimen legal. A guerra constitucionalista iniciada a 9 de Julho de 1932 empolgou o sentimento civico e patriotico dos paulistas. As páginas mais brilhantes da história patria foram então escriptas com o Sangue e o martyrio dos bandeirantes. E a data de 16 de Julho de 1934 fixou afinal o desfecho da guerra constitucionalista. (...) Em Ribeirão Preto desde ante-hontem ao momento em que os telegraphos e os rádios anunciavam a assignatura da nossa lei básica, o júbilo público foi intenso. No centro da cidade formou-se uma onda popular que percorreu as nossas ruas principaes, deu expansão ao seu extraordinário e justo regosijo. As casas commerciaes e repartições públicas hastearam desde logo os pavilhões nacional e paulista. As aulas de nossas escolas primárias, secundárias e superiores foram suspensas em homenagem ao grande acontecimento histórico. Cerca de mil estudantes e milhares de populares festejaram o grande acontecimento. A formidavel onda popular se detinha em frente às redacções dos jornaes.

29 Nos 19 anos em que permaneceu no poder, dos quais apenas quatro haviam decorrido de eleição direta, Vargas mudou o Brasil e pode-se dizer que transformou-o em uma nação. Nesse período, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, conhecido como “Ministério da Revolução”, que implantou toda a estrutura ligada à defesa do trabalhador e da legislação sobre o seu trabalho, como a Justiça do Trabalho (1939) e a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) e a respectiva carteira de trabalho, criou as representações classistas para que os sindicatos pudessem negociar seus acordos com as demais categorias, implantou, efetivamente, uma política industrial e um parque industrial de base, com o surgimento da Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e da Fábrica Nacional de Motores, implantou o Código Eleitoral (1934) e uma política educacional que viabilizou a escola pública universal e gratuita e que teve em Anísio Teixeira o seu grande mentor.

30 A Aliança Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político, surgido em 1932, por Plínio Salgado, ideologicamente inspirado nos principais movimentos autoritários europeus, sobretudo o italiano, mas com adaptações à realidade brasileira. As suas marcas tradicionais eram as fardas verdes, o símbolo Sigma e a saudação “Anauê”, de origem indígena. O discurso era fortemente influenciado pelo nacionalismo, corporativismo, anticomunismo, antisemitismo e oposição ao liberalismo e à democracia. Em Ribeirão Preto, a AIB chegou a ter a sua sede nas instalações do antigo teatro Carlos Gomes. O movimento foi extinto em 1935, já quando Vargas trilhou seu caminho rumo ao Estado Novo, que também incluiu a extinção do movimento de esquerda, Aliança Nacional Libertadora, liderada por Luiz Carlos Prestes, fundado e extinto em 1935.

para construir a imagem de líder, defensor do seu povo - que se expressou no mote “Pai dos Pobres” -, e, claro, reforçar a ideia do inimigo comunista, real ou imaginário.

O último desses instrumentos, chamado DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), esteve em ação entre 1939 e 1945, gestado dentro do Estado Novo.³¹ Entre as suas principais atribuições estavam, por exemplo, “*coordenar a propaganda nacional, fazer a censura do teatro, cinema, práticas esportivas, literatura e imprensa, promover eventos cívicos e patrióticos e proibir a entrada de livros estrangeiros no Brasil, considerados ‘nocivos’*”.³²

Os ditames do DIP e dos seus tentáculos estaduais, chamados Deip (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda), funcionavam com bastante eficiência.

Em Ribeirão Preto, não foi diferente. Em 7/11/1934, “A Cidade” informava na matéria “Massacre de Joazeiro” que

(...) brutal cena de sangue teve lugar em Joazeiro, no Ceará, tendo sido massacrados pelos comunistas oito infelizes fanáticos, quando montavam guarda no tumulto do padre Cícero. O bárbaro crime foi obra dos comunistas que estupidamente não quiseram consentir que os pobres sertanejos cearenses cultuassem a memória do ídolo daquelas paragens. (...) A população acha-se revoltada contra os covardes comunistas e a polícia que já efetuou diversas previsões a custo tem conseguido evitar o linchamento dos execráveis adeptos de Moscou.

No mesmo dia, o Diário de Notícias também falava de “*Graves ocorrências no Ceará*”, a respeito do mesmo assunto, mas com uma diferença substancial:

Informações recebidas de Joazeiro anunciam que a polícia, a requisição do vigário local, procurando evacuar os jagunços da igreja onde repousam os restos mortais do padre Cícero travou luta com os fanáticos, matando nove dos admiradores do velho sacerdote, há pouco falecido. Não procedem as notícias de que a luta foi travada entre comunistas e fanáticos. Uma força legal foi que matou os nove crentes de Joazeiro.

Se, no varejo, às vezes, as coisas não funcionavam muito bem, no atacado era outra história. Especialmente quando o assunto envolvia os seguidores de Marx.

No dia 1º de maio de 1936, enquanto os ribeirões-pretanos sucumbiam aos encantos da atriz húngara/norte-americana, Martha Eggerth, no filme “Casta Diva”, que inaugurava o Cine Theatro São Paulo, localizado na parte térrea do Edifício Diederichsen, na rua São Sebastião, a capa do jornal referia-se à prisão de comunistas suspeitos de imprimirem panfletos para distribuição no Dia do Trabalho.

Na dobra inferior do jornal, em uma notícia pequena, começava-se a desenhar um dos episódios mais vergonhosos da Era Vargas: a extradição de Olga Benário para a Alemanha e o seu posterior assassinato em uma câmara de gás pelos nazistas, em 1942³³. Ao ser extraditada,

31 Antes do DIP, Vargas fazia tests drives com o Departamento Oficial de Publicidade (1931-1934), Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934-1938, portanto, durante a construção do Diederichsen) e o Departamento Nacional de Propaganda (1938-1939).

32 Conforme o verbete *Departamento de Imprensa e Propaganda*, em <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-dip-estado-novo.htm>, consultado pela última vez no dia 8/3/2024.

33 Olga Gutmann nasceu em Munique, na Alemanha, em 1908. Entrou para o Partido Comunista Alemão em 1926, com 18 anos, foi presa por atividades subversivas em 1928 e, ao ser libertada, foi para a União Soviética, onde passou a trabalhar no Komintern. Foi em Moscou que ela conheceu Luiz Carlos Prestes, em 1931. A prisão

Olga era casada e estava grávida do líder do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes³⁴, também preso.

Se existe uma palavra que pode caracterizar aquele período de dois anos, três meses, duas semanas e seis dias que compuseram a construção do Diederichsen, ela se chama “anticomunismo”. Não era algo exclusivo do Brasil. O mundo era anticomunista.

No Brasil, sobretudo entre 1935 e agosto de 1942 - quando um submarino alemão afundou o navio brasileiro de carga e passageiros, Baependy, na costa brasileira - se havia um ponto comum à sociedade e imprensa nacional e local, muito em função do punho de ferro do DIP e seus antecessores, era a necessidade de se identificar os comunistas como o mal a ser extirpado.

E, das matérias publicadas pelos jornais de Ribeirão Preto, duas eram exemplares: a primeira, dizia respeito à encarnação do comunismo no país, o líder da coluna militar que levava o seu nome, Luiz Carlos Prestes.

Prestes era o líder da Aliança Nacional Libertadora, uma organização política de esquerda, marcada pelo discurso contra a ditadura de Vargas e o antifascismo. Foi posta na ilegalidade pelo governo em julho de 1935, apenas quatro meses após a sua criação.

Foi preso em março de 1936, quatro meses após a fracassada Intentona Comunista, de novembro de 1935³⁵. A prisão foi descrita pelos jornais locais com títulos como “Apagou-se a estrela de Prestes”, “Cavalleiro sem esperança” ou “Alvorada Rubra”.

O “A Cidade”, de 7/3/1936, deixava clara a sua posição a respeito da prisão.

de Olga foi descrita da seguinte forma no jornal Diário da Manhã. Com o título de “Uma Olga perigosa”, a matéria, de 1/5/1936, informava que “foi apurada a identidade da companheira de Prestes, detida sob o nome de Maria Begner. Trata-se de Olga Benário, nascida em Munich. Olga trabalhou no Komintern soviético, sob o nome de Eva Kruger, viveu na Rússia com um dos chefes comunistas alemães e sofreu a pena de três meses de prisão no Reich por ter facilitado a fuga de Otto Pauer, chefe da Segunda Internacional. Olga também chefiou por algum tempo, o Partido Comunista na Turíngia”. Além de Eva Kruger, Benário também utilizou os pseudônimos de Olga Sinek, Maria Bergner Vilar, Olga Vilar, Ivone Vilar, Olga Meireles e Maria Prestes. No Brasil, a referência mais conhecida sobre Olga Benário é o livro “Olga”, escrito por Fernando Moraes e editado em 1994 pela Companhia das Letras.

34 O militar e líder comunista, Luiz Carlos Prestes, nasceu em Porto Alegre (RS), em 1908 e morreu 82 anos depois, no Rio de Janeiro. Foi uma das personalidades políticas mais importantes do país no século 20 e tornou-se conhecido após liderar a Coluna Prestes. O movimento militar, de inspiração tenentista, percorreu o Brasil para confrontar o governo de Arthur Bernardes e os pilares da República Velha. Entre outras reivindicações, o movimento pedia a implantação do voto secreto e a defesa do ensino. Liderado pelo capitão Luiz Carlos Prestes, o movimento existiu entre 1924 e 1927, era formado por cerca de 1,5 mil homens, percorreu 13 estados e, após vários confrontos militares com as tropas governamentais, exilou-se na Bolívia. A Coluna Prestes é considerada um elemento fundamental para o enfraquecimento da República Velha, possibilitando a implantação da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. No Brasil, dois livros, em especial, falam sobre a trajetória do militar e, posteriormente, líder comunista: “*Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro*”, escrito pela doutora em História Social, Anita Leocádia Prestes, em 2015, e publicado pela Editora Boitempo. Anita é filha de Prestes com Olga Benário e nasceu em uma prisão da Gestapo, na Alemanha. O segundo livro chama-se “*O cavaleiro da Esperança: Vida de Luís Carlos Prestes*”, escrito em 1941 por Jorge Amado.

35 O capítulo 8 do livro “A Revolução de 1930 - O Conflito que Mudou o Brasil”, escrito pelo historiador Rodrigo Trespach, fala especificamente da Intentona Comunista - e de forma crítica. Ali, Trespach afirma que “os comunistas não conseguiram apoio popular, reunindo menos de 2.500 pessoas nas três cidades [Natal, Jaboatão dos Guararapes e Rio de Janeiro]. Ainda que o número possa ser maior, já que outras 1.420 foram presas em outros estados, por estarem supostamente relacionadas ao levante, o movimento de novembro nem de longe mobilizou ‘as grandes massas proletárias’, que formariam a revolução socialista no Brasil. *O que de fato aconteceu foi mais uma quartelada na história brasileira* [grifo nosso]. No Rio de Janeiro, dos 883 indiciados, 65% eram militares e apenas 9%, operários.”. TRESPACH, Rodrigo, in “A Revolução de 1930: o conflito que mudou o Brasil”. Rio de Janeiro, HarperCollins, 2021, p.183.

O chamado comunismo brasileiro acaba de levar mais um golpe e esse de extrema violência. No Rio, ante-hontem, a policia prendeu seu chefe supremo, o ex-capitão do exercito nacional, sr. Luiz Carlos Prestes. Pode-se, pois, dizer que o comunismo nada mais conseguirá no Brasil. Sua acção ficará restrita às intentonas do Norte e da capital da República, levadas a effeito em novembro do anno passado, sem os resultados esperados pelos agentes de Moscou. Luiz Carlos Prestes perdeu, dessa fôrma, o apellido de “Cavaleiro da Esperança”, passando, dóra avante, a ser o “Cavaleiro sem Esperança. E era preciso que acontecesse assim. Emquanto a sombra desse homem fosse vista ahi em cada canto, mesmo pelos olhos de visionários e fanáticos, não se poderia affirmar estivesse o paiz livre da praga vermelha ou das garras afiadas de seus ardilosos agentes. Tinham feito delle um “tabú” político, uma espécie de entidade sobrenatural mandada pelo destino para salvar o Brasil do guante capitalista, e muita gente acreditava nisso, desviando-se do cumprimento dos seus deveres para com a nacionalidade. Para essa gente cujo conhecimento do comunismo é meramente theorico só o exotismo russo será capaz de operar o milagre de salvar a patria da ruina social, política e financeira e engrandecê-la pelo progresso e civilização. Utopia, visionismo fanatico. (...) Não há razão, pois, para essa admiração fanatica pelo prisioneiro de hoje - hontem “Cavaleiro da Esperança” e agora “Cavaleiro sem Esperança”, porque irá como qualquer cidadão prestar contas á justiça do paiz pelos damnos causados aos interesses nacionaes com seus tramas revolucionarios. Nenhuma verdadeira esperança encarnava elle porque, como vimos, o comunismo não passa de uma mentira politico-econômica, de um regime tão vulnerável como qualquer outro. Até hoje, não demonstrou possuir, como querem seus adeptos, bases scientificas.

O apelo anticomunista - seja por questões ideológicas ou oportunistas - encontrou um exemplo surrealista em Ribeirão Preto, em uma matéria publicada pelo “Diário da Manhã”, de 18 de julho de 1936, com o título “Prédios Vermelhos”. O texto dizia o seguinte:

A rua General Osorio, com aquellas casas de pintura berrante, semelha, ao longe, uma bandeira corsaria... ou comunista... Desolador, contristador mesmo, o aspecto actual das pinturas de várias fachadas das casas commerciaes estabelecidas á rua General Osório: somente em dois lances daquela nossa importante via pública se encontram quatro ou cinco casas pintadas a vermelho vivo, vermelho sangue! Verdadeiro attentado ao bom gosto, estes avanguardistas dos tons chocantes precisam de repressão, porquanto não se concebe uma pintura assim, toda assim, justamente no coração do Coração de São Paulo! Ora, no Codigo de Posturas há um artigo, o 113, pelo qual á prefeitura compete zelar pela função esthetica da cidade, de accordo com os “estylos modernos”. Não nos parece a côr vermelha encaixada nesses dispositivos, por ser característica da falta de sobriedade bem necessária para quem deseja bem impressionar. Por isso, essas casas commerciaes, “incendiadas” dessa maneira para que as suas constantes “queimas” ou outros espalhafatos tecidos em torno de liquidações que nunca se liquidam estão fôra do bom gosto, ofendem o bom gosto do riberopretano. Offerecem, até, a supposição de uma propaganda não de seu commercio, mas sim do credo vermelho do comunismo em opa para arregimentar papalvos. Urge, portanto uma providência dos nossos poderes afim de que essas pinturas sejam alteradas, tal o attentado assim praticado contra a esthetica de Ribeirão Preto.

Nem o jornalista e empresário russo-brasileiro (e judeu), Samuel Wainer, fundador do influente jornal “Última Hora”, escapou da fúria da publicação do mesmo diário, dirigido por

Costabile Romano, que viria a se tornar prefeito, entre 1956 e 1959.

“A revista bolchevizante “Diretrizes”, de propriedade do judeu estrangeiro Samuel Wainer e em cuja redação figuram os mais expressivos caixeiros da propaganda vermelha, vem atirar à circulação o seu último número, trazendo nas suas páginas matéria suficiente para provar a razão de ser da sua existência. Apesar de estarmos na semana em que todo o Brasil faz uma pausa no ritmo das suas atividades para descobrir, reverente e grato, ante os túmulos de seus heróis que, naquela manhã sinistra de 27/11/1935 salvaram com as suas vidas o destino da nacionalidade, tão miserável e covardemente apunhalado pelos fantoches sanguinários do comunismo, a revisteca em questão não encontrou em todas as suas 36 páginas, duas linhas sequer para o registro desse acontecimento que é para nós, sem dúvida, o maior e o mais expressivo do momento. Em compensação, “Diretrizes” preocupou-se muito com o perigo nazista no Brasil, com os artigos dos senhores Lachatanere, Lewison, Goldin, Collins, o “drama do cabo de Hornos” e outras matérias judaicas, como seja a música do semita Aaron Copland. Isso tudo entre citações de Gorky e as maiores infâmias contra a laboriosa colônia alemã domiciliada entre nós e as altas figuras da missão diplomática germânica acreditada junto ao nosso governo!”³⁶

O fechamento desse discurso anticomunista - e anti-institucional, porque também incluiu a organização fascista Aliança Integralista Brasileira, de Plínio Salgado e o fim dos partidos políticos - ocorre em 1937, com a divulgação, pelo governo, do Plano Cohen. O plano estava assente na falsificação de “documentos”, feita pelo governo Vargas, que teriam sido elaborados pela Internacional Comunista para desestabilizar o país, por meio de manifestações populares, greves, saques e incêndios a prédios públicos. “Descoberto” pelas Forças Armadas, foi o golpe de misericórdia na tênue democracia brasileira, instituída pela Constituição de 1934, e abriu o caminho para a implantação do Estado Novo, em 1937, um ano antes da realização das eleições de 1938.

Dois anos antes, o “A Cidade”, na edição de 14/7/1935 - mesmo ano do fechamento da AIB e da ANL, havia publicado a seguinte nota, que já adiantava o que viria a ocorrer em 1937:

Plano de ação comunista no Brasil

O chefe de polícia do Rio deu longa entrevista aos “Diários Associados” sobre a descoberta de “plano de acção comunista” no Brasil. Segundo ele, o plano vinha sendo elaborado desde 1933. “O Partido Comunista” disse, “dada a situação actual da Rússia, que se vê apertada entre duas potencias - Alemanha nazista e o Japão entendeu oportuno não mais desdobrar as suas actividades maximas na Europa, mas deslocar, como medida necessária e immediata o centro das agitações comunistas para America do sul. E na America do sul o paiz visado e escolhido de preferência pelos chefes do communismo, para a implantação futura de suas doutrinas foi o Brasil. A policia vem acompanhando, ha muito tempo, essas actividades sinistras entre nós e tem obtido, como melhores e mais seguras pontos de informações, as proprias directivas do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Uma dessas dircetivas traçadas em meados do ano de 1933, tem para nó (sic) grande importância, pois nellas vem deslindado o plano de assalto ao Brasil. É esse um documento de grande significação e de grande importância para nós, repito, porque nos dá a chance e a explicação de tudo enquanto se vem registrando entre nós, no decorrer

dos ultimos dois anos, dando margem ainda a que possamos prever o que seria a termo futuramente, se não fosse a ação vigilante e enérgica do nosso governo. A seguir, o chefe da polícia carioca descreve o plano com largueza de pormenores, revelando o que era elle e o que pretendia realizar em nossa a terra. Não transcrevemos a exposição, porque é demasiadamente longa. Basta-nos citar algumas o que ele diz a respeito da execução prática do plano no dia julgado opportuno e depois da preparação previa:

b) (sic) Nenhuma destruição de usina para paralysar energia;

c) Golpe de mão nos telégrafos, de modo seguinte: os companheiros de células, empregados e telegraphos, ao signal, deverão comparecer ao serviço, provocar a vinda da tropa para o serviço, fingindo-se 'legalistas, por vezes'; 'prender ou matar os adversários' alegando que os mesmos são extremistas; em senhores da repartição, manter as cidades ainda não cahidas em nosso poder' na mais absoluta ignorância, transmittindo só as ordens dadas e sabotando as do governo, de tal sorte que as cidades ligadas nem percebam que ha perturbação da ordem;

d) A tropa que se revoltar agirá assim: fuzilamento dos officiaes não comunistas, de preferencia na porta de suas casas ou mesmo invadindo-lhes os domicilios;

e) Tropas especiaes em caminhões com metralhadoras amedrontarão a população, obrigando a se recolher a domicilio, esvasiando as ruas, 'entocando a burguezia'.

f) Apoder-se das estações radio-emissoras ou de uma dellas, inutilizando com bombas as outras (usar typos K.I.X., de dupla viragem, modelo approved, que podem ser collocadas dias antes e postas a funcionar quando se desejar.

Pelos vistos a coisa seria realmente possível.

A Terra Roxa entra na fase adulta

O anticomunismo e uma postura bastante complacente com os regimes autoritários europeus, sobretudo os da Itália e Alemanha, eram a face mais visível de que Ribeirão Preto havia crescido, em todos os sentidos.

Em 1934, quando o primeiro edifício multiuso do interior do Estado de São Paulo começa a ser construído, a cidade, definitivamente, já não era mais aquele lugar onde a terra roxa avermelhava o nariz dos prefeitos³⁷ e que, da noite para o dia, fez a riqueza de poucos por causa de um fruto. Nesse período, entre o final da década de 1920 e a seguinte, nada seria tão simples como antes.

Diversos terremotos iriam abalar o mundo e o Brasil, com consequências em Ribeirão Preto. Foi um período marcado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, fim da República Velha, com o golpe de Estado de Getúlio Vargas de 1930, Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, eleições para a Assembleia Constituinte que iria escrever a Constituição de 1934, com a eleição indireta de Getúlio no pacote, eleições em 1936 - com a vitória do PRP em Ribeirão Preto e a primeira eleição para a Câmara -, fechamento da AIB e da ANL e Plano Cohen em 1935, novo golpe de Estado, dado pelo mesmo Getúlio, que instituiu o Estado Novo, em 1937 e, finalmente, em 1939, o início da Segunda Guerra Mundial.

No meio disso tudo, em 1934, começava-se a erguer o sonho em concreto de Antonio Diederichsen, que teve parte importante na capacidade da economia municipal em suportar os efeitos de uma dependência quase total do café.

De certa forma, esse prédio tornou-se o símbolo de que algo diferente estava por vir. A sua construção, feita sob os escombros do símbolo local da Velha República, a casa do coronel Francisco Diniz da Cunha Junqueira, não deixou dúvidas de que se começava um novo ciclo.

E, contra todas as previsões, a Capital do Café mostrou que, depois de quase cair, conseguiu se levantar. Quando o Diederichsen foi construído, no mesmo ano de fundação da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto deixou a adolescência para entrar na idade adulta.

³⁷ A expressão está no livro *“Filhos do Café”* e foi usada para descrever Ribeirão Preto, em uma carta de 1907 do escritor Monteiro Lobato ao amigo e também escritor Godofredo Rangel. Para mais informações, ver SILVA, Adriana, ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira, SILVA, Michelle Cartolano de Castro e REGISTRO, Tânia Cristina, in *“Filhos do Café - Ribeirão Preto da Terra Roxa - Tradicional em ser moderna”*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010, p.13.

Capítulo 1

Depois do Rio, S. Paulo,
Santos e Campinas,
mademoiselle Abitbol chega
a Ribeirão Preto

“Contou-me um jornalista que, certa vez, um funcionário federal de certa capital do norte, fôra removido pelo governo, após longos anos de exemplar trabalho, para Ribeirão Preto. O pobre homem poz as mãos na cabeça: “- Que mal terei feito aos meus superiores? Porque é que me castigam assim? Ribeirão Preto...”. Afinal, enxugando as lágrimas, arrumou suas tralhas, tomou o vapor e resignou-se á sua sorte. “Ribeirão Preto! – scismava o triste – mas isso deve ser sertão bruto!”. E imaginava intrincadas florestas, onde vultos esgueirantes de bugres aguçariam suas settas entre roncões de onças e silvos de caninanas. (...) Quando desembarcou na estação enorme, borborinhante de gente, não acreditou no que via. Sacudiu o braço de um viajante estremunhado:



Salão de Xadrez
do Zé do Burro.

- Cavalheiro, mas que cidade é esta?

- Ora...Pois o senhor não a conhece? É Ribeirão Preto.

(...) Linda! Prédios magníficos! Um commercio luxuoso, variado, rico, activo, faz scintillar centenas de cristaes de vitrines sumptuosas, onde há tudo o que exige o conforto moderno. Bancos, joalherias. Pilhas de peças de seda. Calçados reluzentes...

O funcionário esfrega os olhos... “Mas isto é Ribeirão Preto?” Buzinam omnibus. Passam céleres automóveis riquíssimos. O povo cruza as ruas numa pressa paulista de negócios. (...)”¹

De fato, não havia intrincadas florestas, com esgueirantes bugres a afiar as suas setas, como percebeu o surpreso funcionário federal. Segundo o *Recenseamento Demographico, Escolar e Agrícola Zootechnico do Estado de São Paulo de 1936*², Ribeirão Preto tinha 81.565 habitantes. Era a quinta maior do Estado³ em número de moradores, atrás de São Paulo, Santos, Campinas e Presidente Prudente.

Mas, o que existe de interessante nesses números não é, apenas, a quantidade de habitantes, mas quantos deles moravam em cidades: a taxa de urbanização mostra que pouco mais da metade (50,88%) dos ribeirão-pretanos residia na área urbana, o que, nesse caso, tornava o município o quarto do Estado, com mais moradores nessas áreas.

Ficava atrás apenas de São Paulo e Santos e tinha quase a mesma taxa de Campinas (51,96%). Já em Presidente Prudente, esse percentual era de 8,33%, seis vezes menos do que em Ribeirão Preto.

Os números demonstram que Ribeirão Preto já tinha uma estrutura mínima de comércio e serviços que permitia a que cinco de cada dez dos seus moradores morassem na cidade. Em comparação com Presidente Prudente, com maior população e onde essa relação era de um para doze, é significativo.

Em menos de 20 anos, a relação cidade/campo havia se invertido totalmente em Ribeirão Preto. Em 1922, quando a casa de Quinzinho da Cunha ainda reinava na esquina das ruas Álvares Cabral e General Osório, quase sete de cada dez ribeirão-pretanos (66,66%) estavam na área rural.

Em 1940, três anos após a inauguração do edifício Diederichsen, esse percentual quase que se inverteu: naquele ano, seis de cada dez moravam na cidade e apenas quatro, no campo.

Afinal, por que um município que chegou a ter uma relação tão próxima com fazendas de café - a ponto de ser chamada de “Capital do Café” e de usá-lo para sustentar um sistema político até o final de 1930 - tinha tanta gente morando, trabalhando e produzindo na cidade,

1 Menotti del Picchia, no editorial da revista “A Cigarra”, que foi publicada com reportagem especial sobre Ribeirão Preto, em novembro de 1934.

2 “Recenseamento Demographico, Escolar e Agrícola Zootechnico do Estado de São Paulo”, p. 38. Comissão Central do Recenseamento das secretarias de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio/Secretaria de Estado dos Negocios da Educação e Saúde Publica. São Paulo, 1936.

3 Na transcrição dos números do recenseamento para a página da Wikipedia ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_S%C3%A3o_Paulo_por_popula%C3%A7%C3%A3o_\(1934\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_S%C3%A3o_Paulo_por_popula%C3%A7%C3%A3o_(1934))), vista, pela última vez, em 23/8/2025, o município de Marília aparece como o 5º maior do Estado, portanto, à frente de Ribeirão Preto. No entanto, ao se somarem os números da sede do município, os seus quatro distritos de paz e a zona rural, o valor total é de 71.464 habitantes e não os 82.427, como apresentados na internet. Ademais, a soma dos números de Marília inclui a vila de Vera Vruz, que não consta do documento original, elaborado pelo governo do Estado.

e não majoritariamente nas fazendas e na área rural? Isso apenas cinco anos depois da quebra da Bolsa de Valores de Nova York?

Vários economistas apontam caminhos, que, em muitos casos, se cruzam na mesma conclusão: mesmo em função dessa relação íntima (econômica e política) com o café, quando a crise mundial veio, Ribeirão Preto já tinha uma economia minimamente estruturada na área urbana, baseada em comércio, serviços e em uma indústria que lutava para se solidificar.

Essa estrutura fez, por exemplo, com que os efeitos da quebra da Bolsa de Valores fossem sentidos de forma menos penosa no município do que em outros, igualmente dependentes do café. Conforme a economista Luciana Suarez Galvão Pinto, em um trabalho que envolveu o estudo da economia de Ribeirão Preto entre 1930 e 1956,

“Não há argumentos suficientes para afirmarmos que a crise da economia cafeeira não prejudicou a economia local, mas o que pode ser dito é que o fato de Ribeirão Preto ser hoje uma cidade basicamente comercial e de prestação de serviços não é consequência da crise de 30. O perfil que a cidade apresenta hoje tem origem anterior a essa crise. O que pode ter ocorrido, é que após a crise, algumas pessoas que antes investiam na produção de café, tenham se sentido mais seguras em investir em uma atividade já consolidada n”A Cidade”, o comércio”. (LUCIANA SUAREZ GALVÃO PINTO, 1997, pp. 79 e 80)⁴

E como Luciana chegou a essa conclusão? Basicamente, seguindo o dinheiro. Segundo ela, duas das três principais fontes de renda da Prefeitura vinham dos impostos Predial Urbano (semelhante ao atual IPTU) e de Indústrias e Profissões (antecessor do ISS). A terceira fonte de arrecadação era o Imposto Territorial (idem, IPTU).

A variável preço do café tem baixo poder explicativo na nossa análise. Isso reforça a hipótese de que a economia da cidade de Ribeirão Preto estava, no período estudado, fortemente baseada no comércio e na prestação de serviços. Caso isso não ocorresse, a variação de preços no mercado do café afetaria a arrecadação de impostos da cidade de maneira mais séria.”. (LUCIANA SUAREZ GALVÃO PINTO, 1997), pp. 72.⁵

Portanto, quando Antonio Luiz Christiano Diederichsen comprou, dos herdeiros de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, a casa em frente à praça XV de Novembro, Ribeirão Preto já tinha uma estrutura econômica que lhe permitiu sobreviver à crise de 1929. Estrutura, paradoxalmente, que tinha sido consequência do dinheiro do café.

Demandando bens e serviços tipicamente urbanos, a cafeicultura foi indiretamente responsável pelo crescimento e pela diversificação das atividades urbanas e do trabalho urbano em Ribeirão Preto. (...) Analisando-se os dados disponíveis (...) foi possível observar que a atividade de maior expressão era o comércio, seguido pelos profissionais liberais e prestadores de serviço. A atividade industrial ocupava o terceiro lugar, seguida pelo setor financeiro, o segmento de menor expressividade. (LUCIANA SUAREZ LOPES, 2015), p.317.⁶

O economista Júlio Manuel Pires acrescenta, ainda, outra característica àquelas

4 LUCIANA SUAREZ GALVÃO PINTO. Crise e Ajustamento da Economia de Ribeirão Preto: 1930-1956. 1997. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1997.

5 Idem, página 72.

6 LUCIANA SUAREZ LOPES. O café e a cidade: a evolução das atividades urbanas em Ribeirão Preto, 1890-1933. **História e Cultura**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 302-318, 2015.

informadas acima por Luciana Lopes: a progressiva transformação do município em um polo regional de comércio e serviços.

A qualidade excepcional das terras e a instalação de uma agricultura moderna em bases capitalistas, em todo o Nordeste Paulista e parte do Sul de Minas Gerais, propiciaram crescimentos substantivos da renda nessas regiões, parcela da qual obrigatoriamente torna-se demanda por bens e serviços somente encontrados nas áreas urbanas. E Ribeirão Preto constituiu-se, sobretudo a partir da década de 1930, em locus privilegiado de atendimento a essa demanda. Assim, Ribeirão Preto firma-se como o mais importante centro comercial e de serviços da região, voltado para atender às cidades circunvizinhas, usufruindo, desse modo, do dinamismo econômico das atividades agropecuárias de uma área muito mais ampla, que abrangia um rol de produtos bem mais significativo. Decorre daí um impulso de crescimento maior e mais constante da economia municipal, dada a relativa imunidade a variações de monta que porventura pudessem ocorrer nas condições de mercado de um único produto agropecuário (JÚLIO MANUEL PIRES, 2004a), pp. 9 e 10.⁷

Por isso, em 1929, quando a crise assolou Nova York, a sua Bolsa de Valores e o mundo, o café já criara as condições mínimas para que Ribeirão Preto se tornasse menos dependente dele.

Isso não significa dizer que a crise econômica mundial de 1929 não chegou a Ribeirão Preto ou foi, por assim dizer, uma “marolinha”. O seu impacto não pode ser subestimado. Por exemplo, em 1932, dois anos antes do início da construção do Diederichsen, mas três depois de Nova York, pouco mais de uma de cada dez sacas de café produzida no país foi queimada pelo governo, como forma de segurar os preços. Cinco anos depois, em 1937, quando o prédio foi inaugurado, já haviam sido incineradas sete de cada dez sacas produzidas. Entre 1931 e 1944, 78,2 milhões de sacas de café foram destruídas.⁸

A queima foi o final de um processo que teve início nos primeiros anos de 1900, que teve como base a garantia artificial do preço do café, através da compra de excedentes, feita tanto pelo governo federal, naquele período, como pelos governos estaduais de São Paulo e Minas Gerais e, depois, o federal, já na década de 1920.

[...] no segundo período (1925-1929), a cafeicultura presenciou o seu apogeu. Neste período a política de valorização permanente do café instituída em 1924 surtia seus efeitos. O crédito era abundante, principalmente, por meio da transformação do Banco Hipotecário de São Paulo, que era particular, em um banco estatal (o Banespa). (...) O Banespa, que foi criado em 1926 para financiar os cafeicultores paulistas, emprestava dinheiro aos cafeicultores tendo como garantia a produção de café. Porém este tipo de financiamento foi um dos fatores que solaparam vários cafeicultores, já que estes, após 1929, deviam uma grande quantia ao banco, mas as sacas de café estocadas nos armazéns não cobriam as dívidas, devido a desvalorização do preço do café que ocorreu após a crise do café de 1929.⁹

7 JÚLIO MANUEL PIRES. O Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. Em: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto. p. 179-191. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/adm04202110.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

8 Blog Valor Café, data desconhecida, em <https://www.valorcafe.com.br/novidades/ha-90-anos-em-busca-de-salvacao-o-brasil-queimou-bilhoes-de-quilos-de-cafe/>. Último acesso em 14/1/2024.

9 JONAS RAFAEL DOS SANTOS. As transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951. Em: ANAIS DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS 2003, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/>

Foi o fim de um processo que teve início no final do século 19, teve o seu ápice, como disse Santos, na década de 1920 para, em seguida, entrar em decadência.¹⁰ As causas, tanto do apogeu da cidade como da redução gradativa da sua produção cafeicultora, já foram analisadas à exaustão por trabalhos existentes.

Mas, para este livro, uma delas é especialmente importante: a cadeia de produção do café, desde a sua plantação, até o posterior embarque, no porto de Santos. É dessa relação - que será explorada com mais detalhes no capítulo 2 - que se destaca um personagem vital para a compreensão do ramo alemão dos Diederichsen que vieram para o Brasil: Theodor Wille.

Wille era alemão, nascido em 1818 em Kiel, na, então, Confederação Germânica, formada pela Prússia, estados alemães e o Império Austríaco e que, depois de alguns percalços e décadas, viria a se transformar na atual Alemanha.

Ele imigrou para o Brasil, entre 1837 e 1838, para fundar uma empresa que, poucos anos depois, se tornaria a primeira casa exportadora de café paulista para a Europa, via porto de Santos. Grande parte da sua fortuna inicial foi feita no Brasil e se baseou, fundamentalmente, na relação existente entre essas casas exportadoras, casas comissárias ou comissários e os fazendeiros plantadores de café.

Essa relação é explicitada por Wilfried Kisling, no texto “German merchants, banks, and coffee in Belle Époque Brazil”. Segundo ele,

In the 19th century, the Brazilian coffee commodity chain exemplified the critical role of banks in the export economy. Producers (fazendeiros) transported coffee to harbors or train stations, where it was sent to major export ports like Rio de Janeiro and Santos. There, factors (comissários) managed storage, while packers sorted coffee to meet international standards. Exporters then coordinated overseas shipments on behalf of foreign importers. Initially, comissários also provided credit to producers, bridging income gaps between harvests. However, the expansion of railways in the 1870s and 1880s, which connected the hinterlands to the coast, transformed this setup. Market integration intensified competition, leading to the rise of export houses by the century's end. Public institutions and banks became essential, providing the significant capital needed by export houses to purchase coffee, hedge against exchange rate risks, and covershipping costs. Without this financial support, the Brazilian coffee trade would have been severely disrupted, demonstrating the indispensable role of banks in ensuring the global distribution of Brazilian coffee (Sweigart, 1987; Pereira de Melo, 2003). (WILFRIED KISLING, 2024), p. 731.¹¹

arquivos/2003_jonas_rafael_santos_as-transformacoes-da-riqueza-dos-cafeicultores-em-ribeirao-preto-entre-1920-e-1951.pdf. Acesso em: 12/7/2025. O mesmo texto do economista da Unicamp apresenta um levantamento interessante a respeito da importância de diversos itens na composição da riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto. O levantamento englobou os anos de 1920 a 1951, separados por seis períodos, e, no caso do café, mostrou os seguintes números: 1920/1924, 36%; 1925/1929, 45%; 1930/1932, 24%; 1933/1938, 20%; 1939/1945, 15%; 1946/1951, 8%. A queda de quase 50% no período 1930/32 para o anterior (1925/29) ocorreu, para o autor, porque, como afirma na página 14, a “queda da participação dos cafeeiros na riqueza é reflexo da crise econômica mundial, mais especificamente, da valorização artificial do preço do café que vinha ocorrendo desde 1906.”

10 Para se ter uma ideia, segundo o Atlas Econômico do Estado de São Paulo, de 1940, referente a 1939, naquele ano, Ribeirão Preto era apenas o 13º produtor de café do estado, atrás de Pirajuí, Lins, Marília, Cafelândia, Jaú, Rio Preto, Mirassol (todos com produção entre um e dois milhões de sacas), Monte Aprazível, São Manuel, Taquaritinga, Araçatuba e Catanduva.

11 WILFRIED KISLING. German merchants, banks, and coffee in Belle Époque in Brazil. **História Econômica & História das Empresas**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 719-748, 2024. Para uma leitura mais aprofundada dessa relação e, sobretudo de como foi financiada, sugerimos a leitura do texto “Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914)”, de Renato Leite

Wille ficou poucos anos no Brasil. Diversas publicações informam que ele embarcou para Hamburgo em 1847, mas a sua presença aqui permaneceu, a ponto de, segundo Kisling, ter desempenhado um papel importante na criação do Convênio de Taubaté (1906), que criou uma sólida estrutura financeira pública e privada, destinada a viabilizar a criação de financiamento de toda a cadeia do café, citada acima.

Com a importância do café em queda na economia nacional, sobretudo após a quebra da Bolsa de 1929, um Estado Novo nacionalmente articulado (ao contrário da República Velha), o fortalecimento cada vez maior de uma elite industrial, sobretudo em São Paulo, um dos caminhos encontrados foi começar um processo de transformação do perfil econômico do país, e lançar as bases da industrialização.

O dinheiro do café estimulou o surgimento de outras indústrias, destinadas à transformação de recursos agrícolas ou minerais, construídas antes da Primeira Guerra Mundial, incluíam fábricas de enlatamento de carnes, curtumes, moinhos de milho e de mandioca, serrarias, fábricas de cal e de cimento, de fornos para tijolos, de tubos de cerâmica e vidrarias.” (RODRIGO ALBERTO TOLEDO, 2011), p. 78¹²

Em Ribeirão Preto, os olhos também começaram a se voltar para a tentativa de implantação de uma política industrial, em 1936. No dia 7 de novembro daquele ano, todos os vereadores da Câmara Municipal votaram e aprovaram um projeto de lei que incentivava a instalação de indústrias na cidade.

O projeto isentava de impostos, taxas e emolumentos as indústrias que se estabelecessem no município até 31 de dezembro de 1940, que trabalhassem exclusivamente com matérias-primas nacionais e que empregassem, no mínimo, cinquenta operários.

Quantitativamente, os efeitos da medida não tiveram o impacto esperado no número de indústrias locais, segundo informações dos economistas Renato Leite Marcondes e Juliana Garavazzo (RENATO LEITE MARCONDES; JULIANA GARAVAZO, 2004), pp. 212, 215, 216 e 218¹³, presentes nas duas tabelas abaixo, montadas pelo autor.

Tabela 3				
% de empresas por tipo em Ribeirão Preto				
	Comércio	Serviços	Indústria	Prof. Liberais
1918	42%	38%	11%	3%
1927	43%	40,2%	8,5%	7,5%

Marcondes, disponível on-line no endereço: <https://revistas.usp.br/ee/article/view/118478/140969>. Última visita em 15/7/2025.

¹² RODRIGO ALBERTO TOLEDO, O ciclo do café e o processo de urbanização do estado de São Paulo. **Historien - Revista de História**, Petrolina; n. 2, p. 76-89, 2011. Disponível em: <https://revistahistorien.blogspot.com/2018/07/historien-n-6-dez-2011maio-2012>. Acesso em: 10 jul. 2025.

¹³ RENATO LEITE MARCONDES; JULIANA GARAVAZO. Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos**, [S. l.], p. 211-222, 2004.

1939	44%	39,4%	7,5%	8,2%
------	-----	-------	------	------

Tabela 3 - Percentual que cada setor ocupava na economia de Ribeirão Preto nos anos de 1918, 1927 e 1939, três anos após a aprovação do projeto de lei de incentivo à vinda de indústrias para o município.

Tabela 4				
% de arrecadação de cada tipo em Ribeirão Preto				
	Comércio	Serviços	Indústria	Prof. Liberais
1918	58%	23%	11%	3%
1927	57,8%	25,6%	10,5%	2,6%
1939	49,3%	26,5%	7,2%	2,2%

Tabela 4 - Percentual com que cada setor contribuía para a arrecadação municipal, nos anos de 1918, 1927 e 1939.

No entanto, em termos de dimensão das indústrias, é possível que o projeto tenha tido o mérito de trazer empresas de grande porte para Ribeirão Preto.

Embora o dinamismo econômico de Ribeirão Preto a partir dos anos 30 tenha como eixo principal as atividades terciárias, há também a contribuição decisiva do crescimento industrial observado no período, calcado, sobretudo, no desenvolvimento da agroindústria, mais especificamente ao processamento do algodão e da cana-de-açúcar. O Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo de 1945 aponta, entre as principais indústrias do município, a S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo - estabelecida em 1936 e dedicada ao beneficiamento do algodão - e a S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, fixada no município em 1938 e voltada para a produção de óleo refinado e sabão e com 309 operários em 1945. Mas o subperíodo mais significativo para o desenvolvimento da agroindústria em Ribeirão Preto foi a Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno instalam-se em Ribeirão Preto: a Anderson Clayton & Cia Ltda. (beneficiamento de algodão - 1939), a Sociedade Agrícola Fazenda Luís Pinto (álcool - 1940), a Ed. Luís Magri & Cia Ltda e a indústria Edison Leite de Moraes (ambas voltadas para o beneficiamento de algodão - 1940), Algodoeira Meirelles Ltda. (1941), a Refinaria Ipiranga Ltda (açúcar refinado - 1942) e Uchôa Carneiro & Cia Ltda. (beneficiamento de algodão - 1944). Poucos anos depois, em 1946 e 1948, houve a fundação de duas das principais empresas de Ribeirão Preto atualmente, a Dabi Atlante e a Coca-Cola, respectivamente. (JÚLIO MANUEL PIRES, 2004b), p. 182.¹⁴

Um mês depois da aprovação do projeto de lei de incentivo à vinda de indústrias para o município, em 18 de dezembro de 1936, o Diário da Manhã publicava um editorial a respeito do mesmo assunto, intitulado, sintomaticamente, “O aureo (sic) período do café já passou”.

(...) Ribeirão Preto não pode ficar só no que é, apesar de muito já ser. É um centro de meio século apenas de existência e que precisa de retomar o seu rythmo de progresso. Precisa retomar a sua curva de ascensão e subir até converter-se num núcleo pujante de progresso, estuante de energia e formigante de trabalho e de luta. Para isso, porém, só nos resta um recurso: industrias. É a época do seu advento e do seu império. Ellas nos

¹⁴ JÚLIO MANUEL PIRES. O Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. Em: **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto. p. 179-191. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/adm04202110.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

propiciarão um novo surto de prosperidade e de grandeza, rasgando novas perspectivas para o futuro. Volvam-se para elas as atenções dos nossos capitalistas.

Enquanto as indústrias não vinham, a alternativa foi diversificar o que era plantado. E, naquele ano de 1934, o algodão foi, literalmente, a salvação da lavoura. Como disse o jornalista Antonio Machado Sant'Anna",

*(...) Vemos ahi a Fazenda São Martinho, Fazenda das Flores, Chimborazo, Brejinho, Guataparã e tantas outras com colheitas formidaveis e vendendo a arroba do ouro branco a 12, 14 e até 15\$000. Foi um dos espectaculos que mais nos encantou junto á comitiva americana, o de presenciar na Fazenda São Martinho, a formidável machina "Continental Gin" ser paga em menos de dois mezes (e custara cerca de 9.000 dollares...) unicamente com o lucro da safra de algodão, e enfardar e despachar em quatro mezes 6.126 fardos de 170 kilos, além de grande quantidade de caroço exportado para a Itália, caroços triturados para adubos, etc." (VÁRIOS, 1934). p. 91.*¹⁵

A conclusão de Machado Sant'Anna resume, de forma perfeita, o que era a Ribeirão Preto daquela época:

*Na época do café a preços elevados e quando uma riqueza fictícia parecia nadar sobre São Paulo, os generos de primeira qualidade custavam aqui em Ribeirão Preto, preços exorbitantes. O arroz chegou a 120\$000 a saca de 60 kg e o feijão a 100\$, 110\$000 réis. Hoje com a média de 100\$000 a saca de café, compra-se arroz a 45\$ e 50\$ e o feijão a 15\$ e a 18\$000 réis. Relativamente, vive-se hoje em plena fartura.*¹⁶

Assim, se em 1934 Ribeirão Preto talvez já não fosse "o coração de São Paulo" - como havia dito o ex-presidente Epitácio Pessoa uma década antes, ao falar durante o lançamento da Companhia Electro-Metallurgica, na cidade - era plausível concordar que a economia ia bem o suficiente para que Machado Sant'Anna a definisse como Capital do Interior ou Capital do Oeste.

Sant'Anna fez, para a mesma revista, uma espécie de radiografia de como era a cidade naquele ano. Ao juntarmos esses números com aqueles publicados, no ano seguinte, pelo *Almanak Laemmert*, o que se vê é uma cidade economicamente bastante pujante, a ponto de inaugurar, no começo de 1937, o que seria o primeiro prédio multiuso do Estado de São Paulo.

Aliás, o próprio prédio já era, provavelmente, o melhor porta-voz dessa diversidade, com a presença de agências de viagens, dentistas, médicos, alfaiates, ourives, moradores e ocupantes de um hotel, como está retratado em vários jornais da época e nas publicações citadas acima. Ou, como afirmava o Diário da Manhã, [o edifício Diederichsen é]

*um índice grandiloquente do progresso de Ribeirão Preto e um attestado da capacidade realizadora de sua gente. Nelle, - uma authentica colmeia humana - centenas de pessoas vivem e exercem suas actividades quotidianas.*¹⁷

¹⁵ VÁRIOS. Ribeirão Preto. O coração do Estado de São Paulo. *A Cigarra Magazine*, [S. l.], v. 7, n. Novembro de 1934, p. 15, 81-95, 151-153, 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003085&pagfis=18241>. Acesso em: 10 jul. 2025.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Diário da Manhã, edição de 3/9/1939.

O Anexo B, no final deste livro, descreve, com mais detalhes, como eram as diversas áreas da cidade no período de construção e término do edifício Diederichsen, a partir da reunião de informações do texto de Antonio Machado Sant'Anna, Almanak Laemmert (1934 e 35), além dos números presentes no Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1940 (mas relativo a 1939) e Atlas Econômico do Estado de São Paulo, de 1940.

Através da reunião de informações dessas fontes é possível traçar o perfil de uma cidade que já parecia caminhar com as próprias pernas.

É desses números que aparecem, por exemplo, quatro hospitais (Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa e as casas de saúde São Paulo e Dr. Rao), 250 quilômetros de estradas vicinais, além de três estradas sob o controle do governo do Estado e uma companhia de estrada de ferro cujo faturamento anual era mais de 20% maior do que os 2.650 contos de réis do orçamento da Prefeitura.

A Companhia Mogiana de Estrada de Ferro tinha 14 estações na cidade, com um movimento diário de 120 carros. Além disso, outros dois carros chegavam da capital do Estado, enquanto outros dois para lá se dirigiam. Além da Mogiana, a companhia também tinha duas estações em Ribeirão Preto. No total, os trens da Mogiana percorriam 312 quilômetros na linha entre Campinas e Ribeirão Preto, mais 190 de Ribeirão Preto a Jaguara, além dos 23 quilômetros do ramal férreo Dumont.

Na área de imprensa, em 1934, a cidade contava com cinco jornais. Além do “A Cidade”, dirigido por João Palma Guião e Renato Barillari, a cidade ainda tinha outras quatro publicações: Diário de Notícias, dirigido por José da Silva Lisboa, Diário da Manhã, dirigido por Luiz Ferreira Gomes e com a gerência de Costabile Romano, Correio da Tarde, dirigido por Antonio Grellet e A Tarde, dirigido pelo capitão José Osório Junqueira Jr. A venda avulsa de jornais do Rio e de São Paulo era de 3 mil exemplares, a maior parte deles disponíveis na Agência São Paulo ou na Livraria Vallada.

Os cinco jornais eram um dos componentes da economia de Ribeirão Preto. A edição de 1934 do Almanak Laemmert dá uma ideia aproximada do dinamismo e, sobretudo, da diversidade da economia local.¹⁸ No total, são quase 90 tipos de negócios oferecidos, em um

18 A relação de negócios e serviços de Ribeirão Preto, apresentados pelo Almanak Laemmert é a seguinte: 4 açougues, 24 advogados (entre eles João Alves Meira Júnior, Albino Camargo, Camilo de Mattos, Fábio Barreto, João Rodrigues Guião e o filho João Palma Guião), 20 agricultores e lavradores (entre eles, as companhias Agrícola Dumont e Guataparã e várias propriedades da família Junqueira), 2 agrimensores, 7 alfaiatarias, 1 exportador de algodão, 10 armarinhos e lojas de modas (como as famosas Casas Alemã e Pernambucanas e Petit Marché), 3 fábricas de beneficiar arroz, 2 lojas de automóveis e acessórios (como a de Antonio Diederichsen), 6 bancos (em outras publicações, este número é de 5), 5 barbeiros e cabeleireiros, 4 bazares, 3 bilhares, 8 bares e botequins (como o famoso Bar da Norma, na rua Amador Bueno, 55), 15 exportadores de café, 3 revendas de máquinas de café, 4 torrefações e moagens de café, 6 lojas de calçados, 2 capitalistas, 1 produtor de carne seca, 6 carpinteiros e marceneiros, 1 loja especializada na venda de casemiras, 4 cervejarias (como a Antártica e a Paulista), 5 lojas de chapéus, 3 depósitos de cigarros e charutos, 4 cinemas e teatros (Pedro II, Avenida, Santa Helena e Carlos Gomes), 5 empresas de cinematógrafos (projetores de filmes), 2 colchoarias, 4 representantes comerciais e industriais, 3 companhias ligadas à infraestrutura (Força e Luz de Ribeirão Preto, Água e Esgotos e Telefônica Brasileira), 2 confeitarias, 4 construtores, 2 correeiros O QUE É? e seleiros, 1 curtume, 2 empresas de tratamento de couros e peles, 6 criadores de animais, 9 dentistas, uma loja de venda de artigos odontológicos, 1 drogaria, 2 engenheiros, 4 lojas de produtos elétricos, 2 funerárias, 1 estação de rádio (PRA-7, uma das mais importantes do país), 18 farmácias, 7 lojas de louças, ferragens e tintas, 4 ferreiros e serralheiros, 5 fotógrafos, 2 exportadores de frutas, 2 fundições, 1 funileiro, 2 fábricas de gelo, 1 fábrica de geladeiras, 6 hotéis, 5 jornais, 1 laticínio, 1 laboratório, 2 fábricas de ladrilhos, 1 leiloeiro, 3 fábricas de licores e xaropes, 5 livrarias e papelarias, 4 agências de loterias, 3 depósitos de madeira (como o de Antonio Diederichsen), 2 lojas de venda de máquinas de costura, 1 loja de venda de máquinas de escrever, 2 marmoristas, 3 pastifícios (entre eles o de Paschoal

total de cerca de 400 empresas, prestadores de serviços e profissionais liberais atuantes no ano em que começou a ser construído o Edifício Diederichsen.

Havia um campo de aviação onde a VASP (Viação Aérea de São Paulo) inauguraria, em 16 de abril de 1934, as linhas aéreas Ribeirão Preto/São Paulo e Ribeirão Preto/Franca/Uberaba, com a utilização dos “moderníssimos” aparelhos Monospar, de três passageiros, e Dragon, de 10 passageiros. Agora, os céus serviam de estrada e permitiam, aos humanos que os utilizavam, gastar apenas duas horas das suas vidas, contra as doze que perdiam em uma viagem de trem até São Paulo.

Para quem não estava no ar ou no trem, podia-se sempre usar o telefone, embora, dependendo da situação, era uma ação que tornava-se tão demorada quanto o último. Quando o Diederichsen terminou de ser construído, a cidade tinha 1.137 aparelhos telefônicos, a maior parte deles ligados à Empresa de Serviços Telefônicos de Ribeirão Preto.

Isso significa que apenas um de cada oito prédios estava ligado à rede telefônica, uma vez que a cidade tinha 8.210 prédios térreos, 286 com um andar e 14 com mais de um andar. Nesses 8,2 mil prédios, havia 6.639 ligações luz, 45% a menos daquelas registradas em Campinas, no mesmo ano de 1934.

O Anuário de 1940 não informa o número de logradouros na cidade, mas é possível estimar em cerca de cem ou um pouco mais, uma vez que Rio Preto (com um pouco menos de habitantes - 76.055 x 79.025, em Ribeirão Preto), tinha 56.¹⁹ Além disso, as estatísticas da eletricidade no mesmo documento mostram que Ribeirão Preto tinha 101 ruas iluminadas, todas com energia elétrica.

Ainda na área da infraestrutura, Ribeirão Preto contava com três reservatórios de água, que abasteciam 6,4 mil prédios. 70% desses edifícios contavam com tratamento de esgoto, que estava presente em 51 ruas.

O que se percebe é que, naquele período, Ribeirão Preto já tinha uma infraestrutura considerável e, principalmente, uma diversidade econômica bastante presente. Provavelmente já em função das determinações do Estado Novo, em 1937, a cidade tinha dez sindicatos. Em dezembro de 1939, os maiores eram o dos Empregados em Hotéis, Bares e Estabelecimentos Congêneres, com 617 associados, Operários na Indústria de Bebidas (434) e de Empregados no Comércio (395).

Um desses sindicatos com maior número de associados estava ligado à produção de bebida. Na terra do café, fabricava-se muita cerveja. No município, de acordo com informações do governo do Estado, havia quatro cervejarias: ao lado das de Quarto Bertoldi, com apenas quatro funcionários e a de João Ferreira Neto, com dez, conviviam as gigantes Companhia Antártica Paulista e a Companhia Cervejaria Paulista, fundada em Ribeirão Preto. A Antartica tinha 388 funcionários em 1937 e a Paulista pouco menos da metade, 150.

Eram empresas de grande porte, sobretudo no número de funcionários. Depois delas, Innechchi), 46 médicos, 4 modistas e costureiras, 5 fábricas de móveis, 4 lojas de venda de instrumentos musicais e rádios, 1 ótica, 5 ourivesarias e relojarias, 12 padarias, 4 parteiras, 8 pensões, 4 restaurantes (entre eles o Casino Antartica, na rua Américo Brasiliense, 20), 10 escritórios de representações, 3 fábricas de sabões e velas, 4 salsicharias, 36 armazéns de secos e molhados, 10 agências de seguros (duas delas de Antonio Diederichsen), 4 serrarias (uma delas de Antonio Diederichsen), 2 solicitadores, 6 tinturarias, 9 tipografias, 1 fábrica de vassouras, 2 fábricas de carroças, 3 veterinários e 3 importadores de vinhos.

19 O número de Ribeirão Preto é meramente ilustrativo, porque envolve variáveis como a área do município e as suas configurações geográfica e econômica.

os maiores empregadores da cidade eram a fábrica de paralelepípedos, guias para passeio e pedras em geral de Álvaro Costa Couto, com 90 funcionários, a oficina mecânica e a fábrica de madeira de Antonio Diederichsen, com 84 e a fábrica de macarrão de Paschoal Innechi, com 58.

É sempre bom lembrar que tanto Diederichsen como Innechi tinham negócios em outras áreas, além da indústria, o que tornava substancialmente maior o número de empregados que os dois empresários tinham.

Mas, em termos de trabalhadores ou de capital social, nenhuma chegava perto da Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto (Emforluz). Em 1937, eram 541 funcionários, duzentos a menos do que em 1934, quando o Diederichsen começou a ser construído, mas, mesmo assim, mais do que a soma dos trabalhadores de Antártica e Paulista.

Os 46,7 mil contos de réis de capital social dessa empresa, em 1937, eram cinco vezes superiores ao valor declarado pela Antártica nesse ano e 15 vezes o da Paulista. Naquele ano, a empresa de Ribeirão Preto atendia a 27 cidades da região.

Em 1937, em termos individuais, a Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto era a maior não apenas do município, mas do próprio interior do Estado de São Paulo, na área de geração e distribuição de energia.

A empresa tinha sido fundada em Ribeirão Preto pelos engenheiros Rufino Augusto de Almeida e Trajano Sabóia Viriato de Medeiros e, a partir dos primeiros anos do século 20, passou a ter a sua trajetória ligada ao igualmente engenheiro Flávio de Mendonça Uchôa, responsável pela criação da infraestrutura de água e energia elétrica do município.

A Força e Luz permaneceu com Uchôa até 1927, quando foi vendida, juntamente com a Companhia Paulista de Força e Luz, de Campinas, para o conglomerado norte-americano Amforp (American Foreign Power Co.). Em 1947, a empresa de Ribeirão Preto foi incorporada à de Campinas. Aliás, já em 1927, a sede da empresa havia sido transferida para Campinas.

O tamanho e a importância dos serviços oferecidos pela Força e Luz eram proporcionais às reclamações da população local. Assim como o fornecimento de energia elétrica, os serviços de água e esgoto e a zeladoria da cidade eram alvos de notícias diárias nos jornais locais, com reclamações de leitores a respeito de uma relação bastante desigual entre preço pago e serviço recebido.

A Força e Luz de Ribeirão Preto era uma das 91 indústrias listadas no Anuário Estatístico Industrial do Estado de São Paulo, referente a 1934. O documento mostrava que a cidade era a sétima do Estado em número de indústrias, atrás de São Paulo (3.564), Campinas (170), São Bernardo (168), Jundiaí (123), Santos (113) e Rio Claro (111). A disputa pelo sétimo lugar era acirrada, uma vez que Jaboticabal tinha apenas uma indústria a menos.

Não era apenas a indústria que começava a mostrar que a cidade estava diferente. Agora, consolidando um processo que havia iniciado uma década antes, com o próprio Antonio Diederichsen, o transporte de passageiros e cargas passava por mudanças definitivas. E não era mais com tração animal.

Em 1939, o cotidiano do ribeirão-pretano começa a conviver com o automóvel. Naquele ano, eram 532, exclusivamente voltados para o transporte, dos quais apenas sete eram carros oficiais. No total, entre ônibus, ambulâncias e motocicletas - voltados exclusivamente para o

transporte de passageiros, a cidade tinha 571 veículos.

Com isso, as notícias envolvendo automóveis começaram a se tornar frequentes nos meios de comunicação locais, principalmente os jornais. Falavam, por exemplo, em 1935, dos perigos provocados aos transeuntes pela esquina das ruas Saldanha Marinho e Mariana Junqueira onde:

*(...) Não há muito. a ambulância da assistência pública foi quase totalmente destruída em um encontro que ali se registrou única e exclusivamente por não existir um guarda naquele local” e (...) onde em um dos ângulos para cúmulo da ironia está situado uma agência funerária com artístico os caixões mortuários expostos.*²⁰

Ao lado dele, vinham atropelamentos de civis, guardas-noturnos e soldados da Força Pública, tudo em função do excesso de velocidade dos veículos. Alguns deles, aliás, contados com um misto de ironia e inveja, pelos jornais.

*Continuem de desabrida correria pelas ruas da cidade os automóveis que não respeitam as leis e os regulamentos que foram feitos para serem cumpridos. Os choferes sentem gozo em conduzir os seus automóveis em velocidade excessiva, desprezando a vida dos transeuntes. As nossas ruas ultimamente tem sido transformadas em pistas de corrida. Ainda anteontem um mocinho conduzindo uma baratinha com chapa da capital fez na rua Visconde de Inhaúma por várias vezes a sua pista de exibição. Pena não ter encontrado um caminhão do Brota ou o nosso possante Soure em uma das travessas (...)*²¹

A ligação da cidade com o automóvel iniciou-se dez anos antes, com o próprio Diederichsen, que trouxe o primeiro automóvel para a cidade. Nessa mesma década, um evento já incluía Ribeirão Preto na lista seleta de cidades a servirem de vitrine para essa novidade, com a realização de um rally, até a Capital.

*O Rally ou Raid de 1924, realizado no trajeto São Paulo - Ribeirão Preto - São Paulo, foi outra oportunidade não só de vender a cidade, como de fazer parte do circuito da fantasia da modernidade, tendo ocorrido sobre as estradas locais e percorrido a cidade. Ribeirão Preto configurou-se como ponto de chegada da primeira parte do Rally e início da segunda parte, demonstrando a sua importância. (...) A corrida, organizada pela Associação de Estradas de Rodagens, foi um evento perfeito para as grandes marcas venderem a imagem do automóvel possante e confiável. Por isso, normalmente, as empresas representantes de carros é que investiam nos seus modelos, para ganhar notoriedade. Assim, um Oldsmobile, modelo da Chevrolet, de Cassio Muniz, representante desta na capital e em Ribeirão Preto, conseguiu fazer todo o longo percurso sem trocar o óleo e com baixíssimo consumo - segundo a propaganda, um litro por quilômetro. Desta forma, conseguiu em uma semana vender 25 carros, sendo dois para Ribeirão Preto, para Marco Junqueira e Sampaio Couto.”(LUCAS GUIMARÃES VICENTE, 2014), p. 170.*²²

20 Diário de Notícias, edição de 26/3/1935

21 Diário de Notícias, edição de 27/11/1934.

22 LUCAS GUIMARÃES VICENTE. **Entre espelho e fantasia: a aventura da modernidade de São Paulo à Ribeirão Preto (1920-1930)**. 2014. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ddb84607-93e5-408e-9a2e-49f72887dea9/content>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Entre os diversos escritórios que cuidavam de toda a papelada dos automóveis estavam o do Orestes Lopes de Camargo, personalidade que viria a se tornar bastante influente na cidade, sobretudo por comprar o jornal “A Cidade” e, paralelamente, percorrer as ruas da política, por exemplo, ao ser eleito vice-prefeito, na chapa liderada por Welson Gasparini (1964/1969).

Em 1936, o seu novo escritório estava localizado na esquina das ruas Barão do Amazonas e Américo Brasiliense, destacando que “prepara todos os papéis para licenciamento de autos, sendo o requerimento ou os requerimentos e quatro guias pelo preço de R\$ 10\$000 (dez mil réis), excluso selos e reconhecimento de firma.”²³

Educação

O problema é que, se a economia andava, dentro do possível, relativamente bem, os índices sociais não acompanhavam essa evolução. Era o caso da educação.

No ano em que o Diederichsen foi construído, Ribeirão Preto tinha cerca de 12 mil alunos cursando o ensino primário, secundário, técnico, de formação de professores e universitário. De cada dez alunos da época, seis estudavam em escolas do Governo do Estado, três em instituições particulares e apenas um aluno frequentava escolas municipais. Essa baixa participação do município no processo de formação dos alunos, sobretudo na educação básica, foi destacada em um documento do Governo do Estado.

Em 1937, um relatório apresentado pelo delegado de ensino da Delegacia Regional de Ensino de Ribeirão Preto, Francisco Alves Mourão, ao diretor estadual de ensino, A. de Almeida Júnior, sobre as condições da educação na cidade, mostra situações críticas, sobretudo no que diz respeito à educação básica e à formação dos professores. Os números apresentados por Mourão remetem ao ano de 1936, quando o Diederichsen terminou de ser construído.

*O problema da educação pré-primária na região ainda está, pode se dizer, inteiramente à espera de soluções. É que, somente estabelecimentos particulares mantêm classes de pré-primários e jardins de infância. Todavia, essas mesmas, não têm a organização perfeita que seria para desejar-se, pois mais se assemelham a classes comuns de 7ºs anos, do que a classes pré-primárias especializadas. (FRANCISCO ALVES MOURÃO, 1936)”, p.21.*²⁴

De acordo com o documento, em Ribeirão Preto inexistiam escolas maternas e os jardins de infância a que se refere o delegado regional de Ensino eram oferecidos nos colégios Sant’Anna, Nossa Senhora Auxiliadora e Santo Antonio. Mesmo assim, é feita a ressalva de que os prédios onde estão instaladas as salas de aula “*não se recommendam muito pelas suas condições hygienico-pedagogicas e adoptam material inadequado*”.²⁵

O relatório também cita condições inadequadas de salas de aula em escolas municipais e falta de equipamentos, como bibliotecas, gabinetes dentários e museus na estrutura

23 “A Cidade”, edição de 6/2/1936.

24 FRANCISCO ALVES MOURÃO. Relatório - Delegacia Regional de Ensino de Ribeirão Preto. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negocios da Educação e Saúde Pública, 1936. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116481/Relat%C3%B3rio%20da%20delegacia%20do%20ensino%20de%20Ribeir%C3%A3o%20Preto%2c%201936%2c%20SP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2025.

25 Idem, página 22.

municipal de ensino.

Por fim, o documento também recomenda que seja dada mais atenção, por parte do Governo do Estado, aos critérios de seleção de professores, informando que *“o recrutamento nem sempre tem obedecido a um critério que nos pareça adequado”*.

A falta desse critério, segundo o relatório de Mourão, fez com que médicos, advogados ou outros portadores de diplomas de escolas superiores, pudessem ocupar cargos de professores, *“sem se verificar se esses profissionais têm credenciais didáticas para o exercício do cargo”*.

A solução proposta pelo delegado de ensino foi a realização de provas de habilitação como filtro para a seleção de candidatos ao cargo de professor.

Não foi possível encontrar estatísticas oficiais a respeito do índice de analfabetismo em Ribeirão Preto entre 1934 e 1937. No entanto, o Censo Demográfico - População e Habitação, relativo a 1940, continha o item, que dividia a população cadastrada em duas áreas: aqueles de 5 anos e mais que sabiam ler e escrever e o grupo na mesma situação, mas que não sabia ler e escrever.

Por esses números, Ribeirão Preto tinha uma população total de 68.939 pessoas cadastradas: destes, 41.819 sabiam ler e escrever (60,66%) e 27.210 (39,46%) não ler e escrever, ou seja, de cada dez pessoas recenseadas pelo Estado, quatro não sabiam ler e escrever.

O relatório elaborado pelo delegado de Ensino de Ribeirão Preto, Francisco Alves Mourão, mais do que uma coleção fria de números, apresenta as linhas básicas do que se pretendia com a educação para o Estado de São Paulo e para o país. O texto surpreende, 84 anos depois de ter sido escrito, pela atualidade e, ao mesmo tempo, pela importância que se dava à educação básica como linha-mestra para a formação de um povo.

Mourão, no seu relato a respeito da situação da educação nas escolas estaduais, informa problemas como falta de espaço nos prédios, que causa superlotação de alunos, falta de galpões ou pátios cobertos, que protejam os alunos do calor intenso, frio ou chuva, falta de recursos (três mil réis por sala), falta de jardineiros, deficiência de iluminação e de telefones, baixa remuneração de professores e dos profissionais trabalhando na área administrativa e ausência de uma biblioteca pedagógica municipal. Ele adiciona uma sugestão, para a época inusitada: que o dia a dia dos alunos e da educação, em geral, seja acompanhado por um corpo médico, com o objetivo de diagnosticar, preventivamente, doenças nos alunos *“sem o que, não os surpreenderá que dentro de poucos anos, agravada a situação actual, tenhamos em grande número, cegos ou pessoas imprestáveis para o serviço, perambulando pelas cidades, como parasitas sociaes”*²⁶

Ao mesmo tempo, ele aponta que grande parte desses problemas, sobretudo a insuficiência de salas de aula e escolas não permite a uniformização da língua, especialmente entre os filhos de imigrantes.

Há quase 90 anos, quando o Edifício Diederichsen começou a ser construído, os problemas com a educação eram apenas um componente em uma cidade que refletia, de forma exata, um país em conflito consigo mesmo.

Uma levantamento feito pelo autor em cerca de 1,2 mil matérias de jornais da época, como *“A Cidade”*, *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*, mostra uma cidade com problemas

26 Ibidem, página 41.

de abastecimento de água e tratamento de esgoto - com a consequente contrapartida no aumento de doenças como malária e febre amarela -, descontentamento em relação à tarifa da eletricidade - sobretudo quando se convivia permanentemente com o racionamento de energia elétrica - e com problemas sociais graves. E, além dos problemas físicos, havia os sociais.

A questão dos menores abandonados ou infratores era abordada pelos jornais de forma dúbia: por um lado, exigia-se da polícia de costumes ação mais firme para coibir os “milhares” de furtos praticados por menores, sobretudo na região central em ações de “esparrama” (arrastões) e, por outro, pedia-se ao governo do estado e prefeitura a construção de locais apropriados para a guarda desses menores infratores ou abandonados.

Uma nota do Diário de Notícias mostra exatamente isso:

*O problema de proteção aos menores continua insolúvel. As autoridades que si por um lado estão impossibilitadas de agir por falta de meios adequados de proteção, por outro lado negligenciam na minoração do grande mal que avassala esta cidade. A policia de costumes que bem poderia agir, impedindo a mendicância infantil, não o faz, inexplicavelmente. A liberdade excessiva dada aos menores pelos proprios paes, está fazendo com que os alcouces da cidade vão se povoando de menores de ambos os sexos. Meninas ainda em formação, começam desde cedo a entrar no doloroso caminho da prostituição, conforme se observa diariamente. O character desses menores vem se desenvolvendo em um ambiente sórdido de perdição. Necessário portanto, que as autoridades prestigiadas tomem severas providencias contra o mal.*²⁷

O mesmo jornal, um mês antes, já havia denunciado essa questão ao informar que na Cadeia Pública, menores estavam presos “*em promiscuidade com ladrões e assassinos*”. Depois de reclamar que os homens públicos locais estavam mais preocupados com “*as luctas políticas partidárias do que aos magnos problemas sociais*”.²⁸

O jornalista Antonio Machado Sant’Anna, em um artigo especial escrito para o “A Cidade”, em 1934, mostra uma situação desoladora envolvendo crianças e adolescentes. Ao informar que o município de Ribeirão Preto contava com cerca de 600 menores nas ruas, ele relata o caso do assassinato de um desses meninos.

Em Ribeirão Preto, já alcançou raízes fundas. Ainda há dias, na Delegacia de Policia, um espectáculo que comove e compunge deixou claro a nossa situação deplorável. Cerca de 80 meninos, entre 10 a 15 annos, iam sendo interrogados em seguida quase, para apurar-se a veracidade sobre a morte de um outro menor. E cada um deles fazia acusações terríveis sobre os outros. Um era ladrão de armazéns, outro de quintaes, outro de casas, outro de carrocinhas, numa série infindável de pequenas quadrilhas organisadas de acordo com os filmes de ‘gangsters’americanos. (...) E a sociedade se cala. Encolhe-se covarde, como que impotente ante esse problema seríssimo para a nacionalidade, porque é o problema de todas as cidades. Falamos demais dos homens do passado e esquecemos de cuidar de uma geração que se forma para o futuro”.²⁹

27 Diário de Notícias, edição de 12/2/1935, nota sem título.

28 Diário de Notícias, edição de 3/3/1935, sob o título “*Na cadeia publica - Menores presos em promiscuidade com ladrões e assassinos, na espera do prometido abrigo*”.

29 “A Cidade”, edição de 3/4/1934, sob o título “*Infância desprotegida*”.

Quando o grande prédio foi construído, havia menores nas ruas, mas também suicídios, ações de gigolôs e muitos, muitos “namoros indecentes”, como disse um jornal da época. Um dos locais favoritos era a avenida Saudade onde - ajudados pela iluminação precária, os casazinhos podiam “*entregar-se commodamente às delícias de um amor mais ou menos livre, embora não estejamos em regimen soviético*”.³⁰

Costumes

As reclamações de leitores também atingiam casais em busca do amor “*mais ou menos livre*” nas praças 13 de Maio, Tiradentes, 7 de Setembro, do Mercado, altos da cidade e imediações da Beneficência Portuguesa. Até na rua Lafayette, próximo à rua São José, os namorados achavam um jeitinho de ir em busca do soviético amor. Se havia o amor escondido, havia, também, algo mais público, não em praças, mas em córregos.

*(...) pudemos ficar ao par de que, além de menores, certos marmanjos já bastante crescidos entregam-se ali aos seus banhos diários, completamente despidos atentando contra a moralidade. Em face do que vem acontecendo diversas famílias que habitam aquelas imediações estão quase privadas de atender aos seus afazeres e aos seus interesses fora dos seus lares, pois que durante quase todas as horas diurnas numerosos marmanjos ali se banhando e, além de completamente nus, dirigem os mais grosseiros palavrões a todas as pessoas que transitam.*³¹

Se os namoros audaciosos chocavam o ribeirão-pretano de boa família, que dirá do sexo pago e da exploração das mulheres? Em um texto de 1934, chamado “Os proxenetas - Urge uma providência da polícia”, o Diário de Notícias faz uma descrição bastante inflamada da situação na cidade.

*Contam-se os especimens da negragada espécie por dezenas. (...) Não é possível que a policia não os conheça, pois são todos conhecidos e até em demasia. Percorra a policia os prostibulos que ahi os encontrará em algumas situações, algumas edificantes. Encontrará até - pasme o leitor - proxenetas e caftens que exploram as suas próprias irmãs! Encontrará mocinhas levadas para esses antros por essa corja nojenta, que encontraram nas explorações do lenocídio o modo mais pratico de viver.*³²

As páginas policiais, aliás, mostravam que, mesmo quando em vigor a censura à imprensa, os jornais tinham uma certa liberdade para criticar a atuação da polícia.

Da mesma forma que ocorreu com os proxenetas, tanto o “A Cidade” como os diários da Manhã e de Notícias fizeram campanhas duras contra o jogo clandestino, “tiradeiras de sorte (pitonisas, cartomantes, ocultistas)”, macumbeiros (tidos como “saqueadores da boa-fé alheia”) e as “fazedoras de anjos”, como eram chamadas as mulheres que eram procuradas para fazerem abortos.

As campanhas eram ocasionais, mas algumas delas subiram o tom em novembro de 1934, quando um homem chamado Francisco Garcia se matou atirando-se em um poço. Antes

30 “A Cidade”, edição de 29/11/1934, sob o título “Paraíso Perdido - A escuridão envolve a Avenida Saudade, protegendo os casaezinhos”.

31 Diário de Notícias, edição de 13/3/1940, sob o título “Medidas enérgicas”.

32 Diário de Notícias, edição de 23/2/1934.

disso, ele havia tentado cometer haraquiri. O motivo para o gesto tresloucado, segundo os jornais da época, era os “*doutores em ciencias ocultas*”, que teriam influenciado Garcia. Ele dizia-se perseguido por três espíritos.³³

Apesar das campanhas indignadas, havia também, uma boa dose de hipocrisia nessas críticas, porque, pelo menos no que diz respeito a videntes e casas, havia uma dose bem alta de tolerância comercial por parte de todos os jornais em relação ao assunto: afinal, não apenas aceitavam anúncios desses profissionais como, inclusive, chegavam a fazer matérias bastante favoráveis a eles.

Havia de tudo. Anúncios, por exemplo, de mademoiselle Abitol, “*a grande ocultista e famosa médium vidente, que pelas suas prophecias tem se revelado de uma maneira extraordinária*”. Com a sua famosa bola misteriosa, a senhora atendia a todos os portadores de dores do coração e do bolso no apartamento 63 do Hotel Central. As marcações de consultas também podiam ser feitas pelo telefone 594.³⁴

Mas a senhora Abitol tinha uma concorrente de peso: assim como ela, a algumas quadras dali, na rua Mariana Junqueira, 97, estava também Madame Probst, que usava os jornais para divulgar os seus poderes sobrenaturais. Com o seu “poder mental inato e seu completo e aperfeiçoado curso de ocultismo” podia ajudar a todos, sobretudo “*nesta hora de incerteza política, de grande dificuldade financeira e de confusão geral*”.³⁵

As duas, sem dúvida, teriam de usar todos os seus poderes para interromper a carreira de sucesso de M. Bassuruçá, ou melhor, o Indio Radio, que, em julho de 1934, fez a sua estreia no Cine Avenida “*apresentando extraordinários trabalhos de hypnotismo, magnetismo e catalepsia geral*”.³⁶

Para os interessados em consultá-lo isso também poderia ser feito na rua São Sebastião, nº 41, das 9h às 12h e das 13h às 17 horas, no escritório da Agna Radio Activa. Ali, ao módico preço de mil réis, podia-se ter acesso a horóscopo, grafologia e numerologia hebraica. Para quem estivesse, mesmo, interessado, havia o curso prático de hipnotismo, sugestão e magnetismo.

Em um ponto, pelo menos, Madame Probst estava certa: o período em que o Edifício Diederichsen foi construído era feito de anos de incerteza política e de confusão geral.

Na política, por exemplo, matérias dos jornais já davam o PRP como morto, sobretudo após a criação do Partido Constitucionalista, uma dissidência dos republicanos que levou, entre outros integrantes, João Alves Meira Júnior, João Rodrigues Guião e João Palma Guião.

A partir da criação do PC, em 1934, o velho jatobazeiro, como era chamado, o PRP, foi alvo de uma campanha incessante e violentíssima por parte do “A Cidade” e do Diário de Notícias, com notícias e charges - digamos - bem diretas.

Não deu certo. Se, no Estado, o partido perdeu as eleições, o PRP da Velha República venceu as municipais, em Ribeirão Preto, em 1936, na primeira eleição após o fechamento da Câmara, com o golpe de 1930. Alberto Whately capitaneou a chapa, elegeu-se prefeito por seus pares e, com três períodos de licenciamento, ficou entre um ano e três meses no cargo.³⁷

33 “A Cidade”, edição de 30/11/1934, sob o título “Feiticeiros, curandeiros e Cia. Ltda. - A cidade anda infestada deles e a policia nada faz para sanar o mal. Porque morreu Francisco Garcia”.

34 “A Cidade”, edição de 8/10/1934, sob o título “Mlle. Abitol”.

35 “A Cidade”, edição de 16/4/1934, sob o título “Isto vos interessa”.

36 “A Cidade”, edição de 27/7/1934, sob o título “M. Bassuruçá”.

37 Com a Revolução de 1930, as câmaras municipais foram dissolvidas. Em novembro de 1930, quando Vargas assume o poder, os governos estaduais passaram a ser dirigidos por interventores que, por sua vez,

Núcleo Colonial Antonio Prado

Era uma Ribeirão Preto bastante mais complexa daquela que viveu os melhores tempos da era do café, mas que mantinha a ambiguidade daqueles dias, sobretudo em questões sociais. E, para que isso seja compreendido, é indispensável falar-se de um nome: Núcleo Colonial Antonio Prado.

O núcleo decorre da política governamental do final do Império que povoou, literalmente, o país com grandes extensões de terra e que permitiram acolher a nova força imigrante, necessária às grandes fazendas de café, sobretudo após o fim da escravatura. Entre 1812 e 1860, foram instalados 23 núcleos de colonização no país, 14 deles no sul do país e somente um no estado de São Pulo (Cananeia/1860). (ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA, 2008).³⁸

A partir de 1885, quando o café paulista começa a aumentar a sua importância no cenário nacional, só o estado de São Paulo teve vinte núcleos, entre ele, o Antonio Prado, criado em 1887. A vinda deles foi tardia no estado de São Paulo. Isso deveu-se, basicamente, à resistência dos grandes fazendeiros, pelo temor de que a posse da terra afastaria o trabalhador dos cafezais, criando, em consequência, barreiras a essa posse por parte da nova força branca de trabalho.

(...) o único [núcleo] situado em uma área recém-desbravada pelo café foi o Antônio Prado, implantado em terras devolutas disponíveis em Ribeirão Preto no ano de 1887. A proposta era a venda que servisse como “viveiro de mão-de-obra” para as fazendas da região, atendendo às exigências do complexo de atividades que envolvia a produção cafeeira.

Foi ele que, entre outras consequências, permitiu a expansão da cidade, além dos limites do Centro, em uma região que deu origem a bairros como Campos Elíseos e, mais tarde, ao Ipiranga, Sumarezinho, Jardim Paulistano e o Jardim Novo Mundo, entre outros. Foi, também, o núcleo para o surgimento de pequenos negócios.

Chamam a atenção, contudo, algumas características da diversificação das atividades urbanas praticadas na área do núcleo colonial, que não necessariamente tinham vínculo com a produção cafeeira: até a década de 1920, verificou-se um número elevado de estabelecimentos comerciais de secos e molhados, levando a acreditar que se tratava da

indicavam os prefeitos. Assim, no período de construção do edifício Diederichsen, Ribeirão Preto teve os seguintes governantes: Eduardo Leite Ribeiro (1930 a 1932), João Dias Arruda (1932 a 1933), Eduardo Leite Ribeiro (1932 a 1933), André Veríssimo Rebouças (1933), Ricardo Guimarães Sobrinho (1933 a 1936) e João Dias Arruda (prefeito interino até 1936). Com a volta das eleições municipais, vieram Alberto Whately, em 1936, João Dias Arruda (interino), Alberto Whately (1936), João Dias Arruda (interino) e Fábio de Sá Barreto que, entre interinidades e ocupação oficial do cargo ficou, de setembro de 1936 a abril de 1944. As informações foram obtidas no livro publicado pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto, “Memória - As legislaturas municipais de 1874 a 2024 (Edição atualizada)”, de 2022. Disponível em: <https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sites/default/files/2024-07/LIVRO%20MEMORIA%20-%20EDICAO%20ATUALIZADA%202024.pdf>, com o último acesso feito em 11/7/2025.

38 ADRIANA CAPRETZA BORGES DA SILVA. Expansão Urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado (1887). 2008. Tese de doutorado - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/8539a-550-1d05-4ca6-9a5e-ecb03e81f9d3>. Para a compreensão da formação geográfica e social de Ribeirão Preto é de fundamental importância a leitura dos textos de Capretz a respeito do Núcleo Colonial Antonio Prado, a Lei de Terras (1850) e o papel do núcleo na viabilização de um processo municipal de higienização social das populações de baixa renda da, então, rica região central da cidade.

comercialização dos excedentes da pequena produção. Além disso, foram encontrados registros de pequenas indústrias alimentícias e de gêneros de primeira necessidade, sendo que algumas atingiam com seus produtos um mercado regional, como a cerveja produzida pela Livi & Bertoldi, fábricas de caramelo (para atender a produção de bebidas) e as diversas fábricas de sabão e cadeiras cujos registros foram também encontrados. Da mesma forma, havia uma multiplicidade de segmentos de serviços e manufatureiros que serviam como suporte da produção e circulação de mercadorias, como os motoristas de “carros de aluguel” e as oficinas de carroças. No ramo da construção, além da concentração de mão-de-obra especializada, decorrente da quantidade de imigrantes que já exerciam o ofício principalmente na Itália, observou-se a presença de olarias e depósitos de materiais. (ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA MANHAS, 2004), p. 6.³⁹

Quando o edifício Diederichsen começou a ser erguido, definitivamente, Ribeirão Preto começava a dar os primeiros passos rumo à configuração que hoje tem. Mas, no caso do criador do prédio da rua Álvares Cabral, nas esquinas com as ruas General Osório e São Sebastião, a sua história começa antes, dois séculos antes, em outro país e outro continente, a dez mil quilômetros da cidade onde mademoiselle Abitbol, a grande ocultista e famosa médium vidente, fazia as suas profecias extraordinárias no Hotel Central.

39 ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA. Expansão urbana e segregação social: efeitos da implantação de um núcleo colonial em Ribeirão Preto. *Em*: 2004, Indaiatuba. **Anais [...]**. . *Em*: II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE 2004. Indaiatuba: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2004. p. 17.

Capítulo 2

A vida em Holstenstadt Tom Kyle, Bernard vai à guerra e, no meio disso tudo, havia um sobrinho muito importante

Adolf IV era um conde que morava e lutava em uma região localizada ao norte da atual Alemanha, na divisa com a Dinamarca, banhada pelo Mar Báltico. Entre uma e outra guerra com a Dinamarca, em 1235, fundou um assentamento mercantil na região, chamado Holstenstadt Tom Kyle.

Ele casou, teve filhos, lutou as cruzadas na Livônia e, por uma fé fervorosa ou simplesmente porque as coisas não corriam bem nos campos de batalha, fez uma promessa: se vencesse, abandonaria tudo e iria para um convento.

Certamente por uma benevolência extraordinária do Criador ele ganhou as batalhas e, ao cumprir a promessa, deixava de ser Adolf IV de Holstein, para se tornar padre, abençoado pelas leis do Sacro Império Romano.

Adolf se foi, mas o pequeno assentamento permaneceu. Com o passar do tempo,



Acima, casamata destruída em uma das Guerras de Schleswig-Holstein, em imagem retirada do livro *The Schleswig-Holstein War*. Ao lado retrato do empresário alemão, Theodor Wille.

Holstenstadt Tom Kyle virou Kiel, que, séculos depois, iria tornar-se uma das cidades mais importantes da região.

Desde a sua origem, a cidade fundada por Adolf IV esteve no centro de uma série de conflitos, onde os mais famosos foram as duas guerras de Schleswig-Holstein, região onde está inserida. A causa de tudo foi a aplicação dos diversos direitos nobiliárquicos do feudalismo existente na época e que se estenderam até, praticamente, o século 20.

Esses conflitos só podem ser compreendidos a partir desses direitos do nobre à terra, que se perpetuaram com os seus descendentes e, não apenas em Kiel, localizado no Holstein, mas em toda a região, que também envolvia o Schleswig. E isso resultou na criação de uma zona autônoma e artificial culturalmente, dentro da própria Dinamarca.

A criação dessa aberração geográfica e cultural foi a promulgação do Tratado de Ribe (1460), que previa que, tanto os ducados de Schleswig e Holstein (onde se localizava Kiel) fossem governados juntos pelo rei dinamarquês, que agia como duque de ambas as regiões, em função de direitos feudais diretos ou por casamento.

Mas havia alguns paradoxos: o Holstein era um ducado localizado dentro do Sacro Império Romano-Germânico (962-1806)¹. Ou seja, o Schleswig-Holstein tinha como soberano o rei da Dinamarca, mesmo que uma parte dele, o Holstein, pertencesse a um outro estado. E, havia um dado adicional importante: era uma região onde a maioria falava a língua alemã e não dinamarquesa.

No século 16, toda a gestão administrativa dos dois ducados passou a ser feita por um órgão, independente administrativamente da Dinamarca, chamado Chancelaria, que inicialmente estava localizado naquele país nórdico. Com o tempo, passou a ser a Chancelaria de Schleswig-Holstein, em 1806, com sede em Kiel, com um dado fundamental: o idioma falado era o alemão e não o dinamarquês.

Era mais profundo do que algo administrativo. Dentro dos dois ducados, o alemão tornou-se a língua “oficial” para o comércio, administração, educação e clero, não apenas na alemã Holstein, mas também na dinamarquesa Schleswig.

Isso criou gerações de crianças dinamarquesas que aprenderam alemão desde cedo. Sua educação era ministrada em alemão, elas ouviam sermões em alemão e, quando cresceram, suas interações com a administração e os negócios eram conduzidas em alemão. Além disso, se os dinamarqueses não aprendessem alemão, não poderiam se comunicar com os dinamarqueses se os cidadãos fossem capazes de entendê-los. Portanto, se os dinamarqueses não pudessem falar alemão, eles eram efetivamente excluídos de quaisquer assuntos oficiais. Como resultado, uma mudança linguística começou lentamente a se formar no sul de Schleswig [divisa sul com o Holstein] e gradualmente se espalhou para o norte, o que

1 O Sacro Império Romano-Germânico era uma união de territórios como o Reino da Germânia, Itália, e mais tarde, Boêmia e Borgonha. Não era um estado moderno e centralizado, mas sim uma confederação de milhares de entidades semi-independentes, como principados, ducados e cidades. Sua força dependia da capacidade e força do imperador em unir os territórios, sendo que o poder do imperador era eletivo, o que frequentemente levava a conflitos e enfraquecimento do império. Ele foi extinto nas Guerras Napoleônicas (1803-1815), que foram uma série de conflitos militares na Europa entre o Primeiro Império Francês de Napoleão Bonaparte e várias coalizões europeias. Originadas da Revolução Francesa, estas guerras levaram à expansão francesa pelo continente europeu, com Napoleão a tentar criar um império. As batalhas culminaram na derrota de Napoleão, primeiro na Invasão da Rússia (1812) e depois na Batalha de Waterloo (1815), pondo fim ao seu reinado e mudando a configuração geopolítica da Europa.

alarmou Copenhague. As autoridades dinamarquesas começaram a tomar contramedidas para interromper a mudança linguística, proibindo o alemão em todos os assuntos oficiais em Schleswig, o que só serviu para criar tensões entre dinamarqueses e alemães. Essa disputa linguística contribuiu significativamente para moldar os sentimentos nacionais dos habitantes durante um período de agitação nacional na Europa. É também durante esse período que vemos mudanças de sobrenome, como de Jørgensen para Jürgensen ou Nielsen para Nilsen, no sul de Schleswig. Na época da Primeira Guerra de Schleswig, um terço de Schleswig e metade de Schleswig do sul falavam alemão como primeira língua. Na época da Segunda Guerra de Schleswig, em 1864, metade de Schleswig e a grande maioria de Schleswig do Sul falavam alemão como primeira língua.²

No século 19, essa situação teve como consequência as duas guerras de Schleswig-Holstein.

Uma cidade que era dinamarquesa, mas falava alemão

A primeira e segunda guerras de Schleswig-Holstein foram uma combinação explosiva daqueles direitos nobiliárquicos, que asseguravam, entre outras coisas, a posse centenária de determinadas terras, o crescimento do poderio da Prússia, expresso na figura do primeiro-ministro Otto von Bismarck, e do crescimento dos nacionalismos europeus, especialmente o alemão e o dinamarquês.

Pelo Tratado de Ribe, do século 15, o Schleswig - fundado em 1058 e um feudo dinamarquês - e o Holstein não podiam ser separados. Schleswig, na divisa com a Dinamarca, tinha a maioria dos habitantes daquele país. Estava fortemente ligado a coroa dinamarquesa, apesar de, como vimos anteriormente, a sua parte sul, na divisa com o Holstein, por ações da Chancelaria Schleswig-Holstein (com sede em Kiel), falasse alemão. O Holstein, por sua vez, tinha maioria alemã, inclusive fazendo parte do Sacro Império Romano-Germânico e, depois, da Confederação Germânica, criada em 1815, pelo Tratado de Viena.

A confederação era formada por três grandes regiões: a Prússia, que tinha como principais cidades Berlim e Colônia e os Estados Alemães, onde a maior cidade era Munique e que tinha, ao norte, Schleswig-Holstein. Juntos, Prússia e os Estados Alemães, ocupavam dois terços da confederação. A terceira parte estava nas terras do Império Austríaco, com cidades como Praga, Viena e Trieste. Embora ligada a Holstein, Schleswig não fazia parte da Confederação Germânica.

Para a compreensão dos conflitos de Schleswig-Holstein e a sua importância para a formação da Alemanha é importante dimensionar o tamanho da variável “nacionalismo” alemão, sobretudo após o fim das Guerras Napoleônicas (1803-1815).

Para entender esse contexto, devemos ter em mente a questão linguística e a histórica dessa região, como também as relações da Prússia com a Europa. A situação da Península da Jutlândia, e mais propriamente dos ducados de Schleswig e Holstein começaram a preocupar a Europa no século XIX, principalmente as potências estrangeiras, como a Grã-Bretanha, França e Rússia, que não aceitariam uma Dinamarca enfraquecida em favor da Confederação Germânica, nem a Prússia adquirir o ducado de Holstein com o importante porto naval de Kiel e com isso controlar todas as rotas de comércio através do mar Báltico. Essa tensão surge devido as grandes aspirações de Bismarck, ou seja, de sua

2 <https://en.wikipedia.org/wiki/Schleswig-Holstein>

política expansionista de cunho militar e econômico com bases no nacionalismo alemão do século XIX..(CARLOS AUGUSTO TROJANER DE SÁ, 2015), p.30.³

O temor das nações europeias em relação à Prússia decorre não apenas de fatores políticos, mas também econômicos, que podem ser resumidos em uma palavra: Zollverein. Até a primeira década dos anos 1800, a Prússia era uma nação europeia com importância regional, mas sem um papel decisivo a ponto de interferir na geopolítica da região, como tinham Inglaterra, Rússia, França e o Império Austríaco, por exemplo.

Isso até 1818, quando implantou a abolição de 67 barreiras internas, com a adoção de uma união aduaneira que resultou na coligação de estados alemães, criada para gerir as suas políticas alfandegárias e econômicas. Na prática, funcionou como avô da União Europeia, em menor escala, um mercado interno unificado que facilitou o comércio e a industrialização na região.

No dia 1 de Janeiro de 1834, entraram em vigor uma série de tratados que criavam uma coligação de Estados alemães com a finalidade de fazer a gestão de taxas, direitos alfandegários e políticas económicas. Esta união aduaneira, o Zollverein, adoptou o código tarifário da Prússia de 1818 e foi essencial à industrialização e desenvolvimento económico da Alemanha: unificou o direito comercial e a moeda, criou um mercado interno com tarifas baixas e deu protecção tarifária contra a competição estrangeira. O resultado foi o desenvolvimento económico, mas também o domínio económico e político da Prússia na região. Em 1844, apenas Hanôver, Oldenburg, Mecklenburg, as cidades hanseáticas e a Monarquia dos Habsburgo não eram membros do Zollverein. Esta união económica criou as condições para o desenvolvimento da economia e a prosperidade dos seus membros. O desenvolvimento económico da Prússia disparou. As estradas prussianas cresceram de 38.000 km em 1815 para 83.000 km em 1829. O economista alemão Daniel Friedrich List (1789-1846) considerou a via férrea como um elemento vital para o crescimento económico e para a unificação e estas vias de comunicação cresceram de 550 Km em 1840 para 6.000 Km em 1850. (MANUEL F. V. G. MOURÃO, 2019).⁴

Foi nesse contexto em que surgiram as duas guerras de Schleswig-Holstein. Até meados do século XIX, a disputa entre Prússia e Dinamarca ficou restrita ao campo das ideias. No entanto, o rei dinamarquês Frederik VII foi além e tornou-se diretamente responsável pela Primeira Guerra de Schleswig-Holstein (que também incluía o ducado de Lauenburg), por influência dos nacionalistas dinamarqueses.

O rei dinamarquês cedeu à pressão daquele grupo, que defendia uma nova constituição (promulgada por ele), incorporando Schleswig ao Reino da Dinamarca, mas sem incluir Holstein. Esse ato foi visto pelos nacionalistas alemães dos ducados como uma violação dos acordos de que Schleswig e Holstein deveriam permanecer unidos, sobretudo o Tratado de Ribe.

O principal foco das revoltas alemãs, na época, foi a cidade de Kiel. Ela tornou-se o coração do movimento de inspiração alemã, em Schleswig e Holstein. Foi na cidade que o

3 CARLOS AUGUSTO TROJANER DE SÁ. Os nacionalismos do século XIX: o caso Schleswig-Holstein. Revista Historiador, [S. l.], v. 7, n. Ano 7, p. 11, 2015. Disponível em: <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/152/156>. Acesso em: 10 jul. 2025.

4 MANUEL F. V. G. MOURÃO. 1 - As Guerras da Unificação Alemã. 2019. Disponível em: <https://www.oespacodahistoria.com/index.php/ct-menu-item-1/204-primeira-guerra-mundial-as-aliancas-em-confronto-as-guerras-da-unificacao-alema>. Acesso em: 28 ago. 2025.

governo provisório pró-alemão foi proclamado, em 24 de março de 1848 e que tinha como objetivo a separação dos ducados da Dinamarca e sua união à Confederação Germânica.

A 1ª Guerra de Schleswig-Holstein (1848-1951) terminou favoravelmente à Dinamarca, que manteve a administração de Schleswig, mas sem anexá-la ao seu território.⁵

No entanto, a tensão ressurgiu com a ascensão de Cristiano IX ao trono dinamarquês, em 1857, e a promulgação de uma nova constituição, em 1863, que anexou Schleswig à Dinamarca, separando-o politicamente de Holstein. Isso violava, novamente, a indivisibilidade histórica dos ducados, o que forneceu o pretexto ideal para as aspirações expansionistas de um personagem que seria fundamental para a história alemã: Otto von Bismarck.

Em janeiro de 1864, tropas prussianas e austríacas invadiram o Schleswig. A rápida derrota dinamarquesa levou ao Tratado de Viena, que transferiu os ducados para a Áustria e a Prússia. A partir daí, a rivalidade austro-prussiana - que já vinha se intensificando com a implantação do Zollverein - se intensificou.

O gradativo aumento do poder da Prússia e a consequente diminuição da força austríaca levou as duas nações à guerra de 1866, quando a Prússia venceu, garantindo o total controle sobre os ducados e pavimentando o caminho para a unificação alemã, sob a liderança de Bismarck, já com a criação do Império Alemão.

Foi o final de um processo que se intensificou com a implantação da Chancelaria de Schleswig-Holstein, ainda no século 16, e a expansão da língua alemã pelo Schleswig-Holstein.

Jacob e Magdalene

Aliás, foi nesse período em que nasceu Jacob Ahrend Diederichsen, filho de Detlev e Maria Elisabeth Dreyer Diederichsen, um próspero comerciante de Kiel e, também, proprietário de um conhecido estaleiro naval. Jacob nasceu em Kiel, em 28 de julho de 1745 e morreu em 28 de outubro de 1814, igualmente em Kiel. Também em 28 de outubro, mas de 1769, casou com Magdalene Hedwig Christine Johanne Teophile, nascida em Stockseeheof, a cerca de quarenta quilômetros de Kiel. Jacob e Magdalene são o tronco dos ramos Diederichsen existentes no Brasil e eram os bisavós de Antonio Diederichsen.

Segundo o volume I do livro “Subsídios genealógicos - Famílias brasileiras de origem germânica”, publicado em conjunto pelos institutos Genealógico Brasileiro e Hans Staden,

5 Uma publicação feita em 1953 para comemorar os 50 anos de criação da Companhia Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen” aponta a ligação direta do pai de Antonio com o primeiro conflito de Schleswig-Holstein. A publicação foi escrita pelo jornalista Sebastião Pôrto e, pelo conteúdo, existe uma grande possibilidade de as informações terem-lhe sido confidenciais pelo próprio Antonio Diederichsen.

Para revelar aos amigos a nossa história, precisamos abrir a cortina do tempo e buscar, na distância do passado, as últimas cenas da sangrenta luta entre dinamarqueses e prussianos, quando, por volta de 1848, o ducado de Schleswig tentou tornar-se independente, tendo os soldados da Confederação Germânica tomado a peito a causa dos insurretos e invadido aquele território. Entre os confederados germânicos construtores da grande vitória, figurava Bernardo Diederichsen, jovem de dezoito anos, que esteve na linha de frente desde os primeiros dias da luta. Quando os sinos das igrejas anunciaram o armistício e os vencidos e os vencedores regressaram às casernas e aos lares, Bernardo Diederichsen expôs aos superiores hierárquicos o desejo de emigrar para o Brasil, como faziam inúmeros patrícios seus. (SEBASTIÃO PORTO, 1953).

em 1962⁶, e pela Revista Genealógica Brasileira⁷, dos mesmos institutos, em 1941, Jacob e Magdalene tiveram três filhos: Johann Jakob Ludwig Diederichsen (1769-1835), Friederich Andreas Diederichsen (1775-1860) e Friederich Peter Ludwig Diederichsen (1785-1867), todos nascidos em Kiel.

Mas podem ter sido mais. O site colaborativo de genealogia europeu Geneanet⁸ mostra informações diferentes. A árvore genealógica da família Diederichsen, produzida por Peter Hennings⁹, mostra que, na verdade, o casal teve 15 filhos¹⁰, entre eles os três citados pelas duas publicações brasileiras.¹¹

Desses, o mais importante, para este livro, foi Friederich Peter Ludwig Diederichsen, por ser pai de Bernard Eduard e avô de Antonio Diederichsen. Mas, ao lado dele, o irmão Friederich Andreas é igualmente importante porque, no seu lado da família, existe um componente fundamental para que se possa compreender a vinda dos Diederichsen para o Brasil, além das guerras de Schleswig-Holstein: Theodor Wille (1818-1892).

O sobrinho Theodor

Friederich Andreas era casado com Elizabeth Christiana Augusta Harder (1765-1836), ambos nascidos em Kiel e tiveram cinco filhos: Elise Auguste (1810-1872), Doris (1811-1859), Heinrich (1813-1899), Johanne Caroline (1814-1873) e James Hermann (1817-1860). Elizabeth, a mulher de Friederich Andreas, por sua vez, era filha de Heinrich Harder e Anna Dorothea Knut e irmã de Margaretha Dorothea Harder (1799-1818).

Em novembro de 1817, Margaretha casou-se com o comerciante Anton Heinrich Wille (1785-1860), nascido na cidade de Lüneburg e, dessa união, nasceram dois filhos: um deles, de nome desconhecido, morreu ao nascer. O outro era Theodor Wille, sobrinho de Friederich Andreas, por parte da esposa e, em grau mais afastado, de Friederich Peter, avô de “seu” Tonico.

6 VÁRIOS. Subsídios genealógicos - Famílias brasileiras de origem germânica. [s.l.] : Instituto Genealógico Brasileiro / Instituto Hans Staden, 1963. v. I Disponível em: https://www.martiusstaden.org.br/images/conteudo/44_160821_16837.pdf. Acesso em: 10/7/2025.

7 H. PETERSEN. A família Diederichsen. Em: Revista Genealógica Brasileira. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1941. v. 3p. 467-480. Disponível em: https://archive.org/download/revista-genealogica-brasileira/Revista_genealogica_brasileira.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

8 Criada em 1996, a plataforma Geneanet (<https://gw.geneanet.org/>) é um website com quase 9 bilhões de dados fornecidos pelos seus 5 milhões de membros.

9 A página de Jacob Diederichsen e de seus descendentes, até Antonio Diederichsen, pode ser encontrada no seguinte endereço: <https://gw.geneanet.org/pmlhennings?n=diederichsen&oc=&p=jacob+ahrend&type=fiche>. Último acesso em 27 de agosto de 2025.

10 Segundo as duas fontes citadas, o casal Jacob e Magdalene teve os seguintes filhos: 1) Johann Jakob Ludwig Diederichsen (1769-1835; 2) Detlev Friedrich Leonhard Diederichsen (1771-1771); 3) Dorothea Catharina Christiana Diederichsen (1772-1845); 4) Maria Caecilia Friederica Diederichsen (1774-1818); 5) Friedrich Andreas Diederichsen (1775-1860); 6) Johann Heinrich Diederichsen (1776-1846); 7) Jakob Ahrend Siegfried Diederichsen (1777-/1814); 8) Andreas Ludwig Diederichsen (1779-1862); 9) Lucia Christiana Elisabeth Diederichsen (1780-1782); 10) Elisabeth Margaretha Henriette Diederichsen (1781-1782); 11) Juliane Margarethe Christiane Diederichsen (1782-?); 12) Christopher Peter Detlev Diederichsen (1784-1798); 13) Friedrich Peter Ludwig Diederichsen (1785-1867); 14) Dietrich (Dietsch) Christian Diederichsen (1789-1870) e 15) Margarethe Friederica Johanna Diederichsen (1790-1790).

11 É bastante provável que, mais do que um erro, o desencontro de informações tenha ocorrido em função das dificuldades de acesso à documentação genealógica no Brasil; entre os anos 1940 e 1960; quando o livro e a revista foram publicados; respectivamente. Além disso; o avanço tecnológico e a disponibilização de documentos de genealogia on-line foram um fator determinante não apenas para um maior acesso a esse tipo de informação como para a sua divulgação, de forma mais rápida e ampla.

Anton Wille, o pai de Theodor, além de sogro de Friederich Andreas, também era sócio dele na empresa Diederichsen & Wille, que atuava no comércio de grãos e carvão.

A Revista Genealógica Brasileira, de 1941, destaca que “após a morte prematura dos pais”, (H. PETERSEN, 1941)¹² [Wille] foi educado por Friederich Andreas e a mulher, Elizabeth, mas a informação é parcialmente correta.

De acordo com o trabalho de Peter Hennings na plataforma Geneanet, a mãe de Theodor Wille, Margaretha, realmente, morreu jovem, com 18 anos e apenas um ano após ter se casado. O pai, no entanto, morreu em 22 de novembro de 1860, em Kiel, com 75 anos. Aliás, o seu falecimento ocorreu dez meses após a morte do próprio Friederich Andreas, em Kiel, aos 85 anos, no dia 1 de janeiro de 1860.

Portanto, pelo trabalho de Hennings, parece não haver dúvidas que a mãe de Theodor Wille pode ter morrido no parto ou alguns meses depois, uma vez que ele nasceu em 1818, mesmo ano em que ela morreu. Ou seja, cresceu praticamente órfão de mãe.

No entanto, ele conviveu com o pai Anton, inicialmente, durante vinte anos, uma vez que veio para o Brasil em 1838. Como a bibliografia existente dá como certa a sua volta para a Alemanha em 1847 e o pai morreu em 1860, ele teria convivido com o pai - e com Friederich Andreas - desse ano até 1860, ou seja, mais 13 anos.

Apesar disso, é muito provável que o casal Diederichsen-Harder, como disse a revista, tenham participado da educação de Wille, sobretudo pelas relações de proximidade existentes, seja pelo fato de ele ser sobrinho único da mulher de Friederich Andreas como por ser filho do seu sócio.

Aliás, também é bastante provável que a convivência de Theodor com a família Diederichsen se estendesse a Friederich Peter e, até, ao próprio Bernard Eduard, respectivamente, avô e pai de Antonio Diederichsen.

Nascido em 1785, Friederich Peter era dez anos mais novo do que o seu irmão Friederich Andreas e da mesma idade do pai de Theodor, Anton Wille. Este tinha 33 anos quando Theodor Wille nasceu. Já Bernard nasceu em 1830. Como Wille só embarcou para o Brasil (provavelmente) em 1838, os dois podem ter convivido por sete a oito anos.

Além disso, Wille voltou à Alemanha em 1847, mas para Hamburgo. Isso, no entanto, não impossibilita que fizesse visitas frequentes a Kiel, localizada a apenas cem quilômetros, para visitar o pai - que só morreria 13 anos depois - e, claro, ao clã Diederichsen. Theodor Wille era apenas 12 anos mais velho do que o pai de Antonio Diederichsen.

Portanto, parece ser altamente possível a existência de uma relação de proximidade, afetiva e de parentesco entre Theodor Wille e os Diederichsen. Por isso, é bastante provável que essa ligação - somada à derrota da Prússia na 1ª Guerra de Schleswig-Holstein - tenha influenciado a vinda de parte deles para o Brasil, incluindo Bernard, o pai de Antonio Diederichsen.¹³

12 H. PETERSEN. A família Diederichsen. Em: Revista Genealógica Brasileira. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1941. v. 3p. 467-480. Disponível em: https://archive.org/download/revista-genealogica-brasileira/Revista_genealogica_brasileira.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

13 Na biografia do coronel Arthur Emílio de Aguiar Diederichsen, feita pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, está presente a informação de que “os Diederichsen trabalhavam nos escritórios da matriz da Theodor Wille na Europa”. Sendo tal informação correta - e isso aconteceu depois de 1847, quando Wille volta à Alemanha - é um elo a mais na cadeia de relações de Wille com a família Diederichsen.

Um homem poderoso

E, por que o Brasil? Porque, nos nove anos em que ficou no país, de 1838 a 1847, Wille tornou-se um dos homens mais ricos e influentes do Império, poder que permaneceu mesmo após a sua volta à Alemanha e o Brasil já sendo uma república, graças a um golpe de mestre: ele teve um papel fundamental na quebra do monopólio inglês na exportação de café, baseada no Rio de Janeiro, que dominava o mercado brasileiro no século XIX.

Na época, grandes firmas britânicas controlavam a maior parte do financiamento, logística e transporte do café, agindo como intermediárias entre os produtores brasileiros e os mercados consumidores na Europa.

Wille - e outros comerciantes alemães - desafiou esse domínio com uma estratégia ousada: a empresa Theodor Wille & Co. estabeleceu um elo direto entre as fazendas de café de São Paulo e os portos de consumo na Europa, principalmente em Hamburgo e, ao oferecer financiamento, armazenamento e transporte próprios, Wille eliminou a necessidade de intermediários britânicos. Isso permitia que ele oferecesse preços e condições mais vantajosos para os produtores brasileiros, o que, gradualmente, tirou o controle das mãos dos ingleses.

Toda a sua operação tinha como centro, não a capital do Império e da República, o Rio de Janeiro, mas a utilização de uma pequena cidade do litoral paulista para exportar o café. A escolha do porto de Santos para a filial da empresa de Theodor Wille foi uma decisão estratégica e visionária, impulsionada pelo boom da cafeicultura em São Paulo, principalmente pela proximidade com as lavouras. Santos, por ser um porto natural, foi a alternativa encontrada por Wille para se tornar, literalmente, a principal porta de saída da produção das vastas e férteis plantações de café do estado de São Paulo para a Europa, principalmente o porto de Hamburgo.

Ao se estabelecer em Santos, Wille estava no coração da principal região produtora de café. Quando chegou ao Brasil, o café já transformava a economia de São Paulo, a ponto de torná-lo o estado economicamente mais importante do país. Ele percebeu o potencial de crescimento da região e investiu diretamente no porto de Santos, em vez de focar no já consolidado (mas congestionado) porto do Rio de Janeiro.

Wille, o sobrinho de Friederich Andreas, irmão do tio-avô de Antonio Diederichsen, foi o primeiro exportador de café paulista para a Europa.

Origens

Theodor Wille imigrou para o Brasil com apenas 20 anos, onde criou a Theodor Wille & Co., em 1844, com filiais em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na capital do império, a empresa de Wille recebeu, inicialmente, o nome de Luebers & Cia, entre 1855 e 1856, que, sete anos depois, foi alterado para Wille Schmilinsky & Cia. Finalmente, em 1899, passou a se chamar Theodor Wille & Cia.

O sobrenome Schmilinsky não é fortuito nessa relação comercial. Johann George Schmilinsky nasceu em Hamburgo, em 1826, e, além de sócio de Wille na empresa do Rio de Janeiro, também tinha com ele uma relação pessoal: ele era casado com Ernestine Magdalene Charlotte Antoinette Diederichsen,

Ernestine era filha de Friederich Peter Diederichsen com Elizabeth Henriette Carolina

Hagemeister e sobrinha de Leopold Diederichsen (pai de Arthur Emílio Aguiar Diederichsen), irmão de Bernard, pai de Antonio Diederichsen. Dadas as relações de Wille com Friederich Andreas Diederichsen, irmão do pai de Ernestine, eles eram o que poderia chamar de “primos postichos”, embora ela fosse dezoito anos mais nova.

Schmilinsky já estava no Brasil quando a mulher chegou. O primeiro registro encontrado, pelo autor, da chegada dela ao país é de 1857, cinco ou seis anos antes da fundação da Wille Schmilinsky & Co. A data está presente no movimento de entradas e saídas do porto do Rio de Janeiro, feito pelo jornal Diário do Rio de Janeiro daquele ano, ao informar a chegada, vindo de Santos, do vapor Josephina, de 188 toneladas, comandado pelo mestre C. Antonio Gomes e uma tripulação de 21 marinheiros. Além deles, o jornal aponta a presença, entre os passageiros, de “D. Francisca Diederichsen” e dos “alemães Leopoldo Diederichsen e Hernestina M. C. A. Diederichsen”. “D. Francisca Diederichsen” era Francisca (ou Maria Francisca) Carolina de Andrada Aguiar¹⁴, casada com Leopold Diederichsen.

Um dos textos que melhor esclarecem a importância e o poder de Theodor Wille no final do século 19, tendo como pano de fundo a exportação do café brasileiro para a Europa é “German merchants, banks, and coffee in Belle Époque Brazil”, escrito por Wilfried Kislíng.¹⁵

No texto, ele informa que o domínio brasileiro na produção de café teve início na segunda metade do século 19 e, no início dos anos 1900, já controlava 75% de todo o café produzido no mundo. Mas, um dos pontos mais importantes do texto de Kislíng era o *modus operandi* da cadeia do café, desde as fazendas até o embarque em navios para a Europa. Acima de tudo, aponta para o papel crucial dos bancos nesse processo.

In the 19th century, the Brazilian coffee commodity chain exemplified the critical role of banks in the export economy. Producers (fazendeiros) transported coffee to harbors or train stations, where it was sent to major export ports like Rio de Janeiro and Santos. There, factors (comissários) managed storage, while packers sorted coffee to meet international standards. Exporters then coordinated overseas shipments on behalf of foreign importers. Initially, comissários also provided credit to producers, bridging income gaps between harvests. However, the expansion of railways in the 1870s and 1880s, which connected the hinterlands to the coast, transformed this setup. Market integration intensified competition, leading to the rise of export houses by the century's end. Public institutions and banks became essential, providing the significant capital needed by export houses to purchase coffee, hedge against exchange rate risks, and cover shipping costs. Without this financial support, the Brazilian coffee trade would have been severely disrupted, demonstrating the indispensable role of banks in ensuring the global distribution of Brazilian coffee (Sweigart, 1987; Pereira de Melo, 2003). Foreign capital dominated the final stages of the coffee trade. The late development of a domestic banking and credit system—evidenced by São Paulo's modest growth from nine bank branches in 1873 to nineteen by 1889—combined with Brazilian businessmen's preference for safer, domestic investments, limited the capacity of national capital to compete in the coffee export market (Pereira da Silva, 2015). (WILFRIED KISLING, 2024), p.731.

¹⁴ Maria Francisca Carolina de Andrada Aguiar (1831-1889), mãe do poderoso coronel Arthur Emílio de Aguiar Diederichsen, primo de Antonio, era filha de Maria Zelinda de Andrada (1794?), neta de Patrício Manuel Bueno de Andrada e Silva (1760-1847), que era o irmão mais velho de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), o Patriarca da Independência. Ou seja, era sobrinha-neta deste último.

¹⁵ WILFRIED KISLING. **German merchants, banks, and coffee in Belle Époque in Brazil**. História Econômica & História das Empresas, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 719-748, 2024. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/issue/view/64/27>. Acesso em: 11 jul. 2025.

E, como foi dito anteriormente, grande parte dessa produção passava por Santos, que, de um pequeno porto nas primeiras décadas dos anos 1800, transformou-se na principal porta de saídas do café na última década desse mesmo século, ultrapassando o Rio de Janeiro.

Segundo Kisling, entre 1880 e 1913, as três principais casas exportadoras de café, no Rio de Janeiro e Santos eram as seguintes;

Rio de Janeiro			Santos		
Companhia	% Export.	País	Companhia	% Export.	País
Arbuckle Irmãos & Co	9,89	EUA	Naumann, Gepp & Co	12,69	Inglaterra
Ornstein & Co	7,30	Áustria	Theodor Wille	12,65	Alemanha
Theodor Wille	6,62	Alemanha	Prado Chaves	8,87	Brasil

Tabela criada a partir de tabela publicada por Kisling na página 726 do texto citado.

Na média, de acordo com o economista Gustavo Pereira da Silva, entre 1900 e 1913, a Theodor Wille & Co. foi a maior exportadora do café em sacas de 60 quilos, com 2.106.219 unidades, que representaram 20% de todo o café exportado. (GUSTAVO PEREIRA DA SILVA, 2015), p. 318.¹⁶

É de se perceber que, no período citado por Kisling (1880-1913), Theodor Wille não somente não estava no Brasil, como também já havia morrido (1892), mas reforça a importância dos seus negócios, que permaneceram no país, envolvendo o café brasileiro.

Essa importância é destacada em uma passagem apresentada por ele, em relação a um dos momentos mais críticos da economia brasileira baseada no café: o Acordo de Taubaté (1906). Um de seus pontos mais importantes foi o papel desempenhado pela Theodor Wille & Co. (juntamente com outras casas exportadoras e bancos) no financiamento da compra do estoque de café brasileiro, retido em função da superprodução, com o objetivo de segurar os preços em um patamar mínimo. Como destaca Gustavo Pereira da Silva, no texto citado,

As compras de café em nome do estado de São Paulo começaram a ser feitas em agosto de 1906 pelas casas exportadoras de Santos, sendo que, até o começo de 1908, haviam sido adquiridas quase 8,5 milhões de sacas de café. Desse montante, 72% das sacas haviam sido compradas pela casa alemã Theodor Wille & C., 12% pela casa brasileira Prado, Chaves & Cia., tendo o restante sido adquirido por outras firmas estrangeiras. (pp.316/17).

O financiamento das safras de café por parte da empresa de Wille, bancos e outras casas exportadoras teve no segundo Rei do Café, o alemão Francisco Schmidt, um de seus maiores exemplos, que teve, entre os seus sócios, o coronel Arthur Diederichsen¹⁷, na fazenda Monte Alegre, em Ribeirão Preto.

¹⁶ GUSTAVO PEREIRA DA SILVA. **O Predomínio das Casas Estrangeiras sobre a Exportação Cafeeira em Santos no Século XIX.** América Latina en la Historia Económica Revista de Investigación, Ciudad de México, v. no 3, p. no.3 México sep./dic. 2015, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/v22n3/v22n3a7.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

¹⁷ Em diversas publicações, Arthur Diederichsen é tido como um dos principais negociadores da Theodor Wille & Co. no Brasil, sobretudo em negociações com o governo brasileiro. Na sua biografia, feita pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, indica-se que ele estudou na Alemanha e ao voltar para o Brasil tinha uma relação muito próxima com a Theodor Wille & Co. Ao longo da sua vida, teve cerca de 30 fazendas, distribuídas entre os estados de São Paulo e Mato Grosso. Em 1892 foi o primeiro intendente de Ribeirão Preto e, em 1897, elegeu-se, por

Tido como um dos homens mais ricos de Ribeirão Preto, morreu em 1924 e não chegou a ver a ruína dos seus negócios com a quebra da Bolsa de Valores e parte dele ser usado para pagar dívidas com a Theodor Wille & Co. Uma parcela das suas muitas terras foi loteada pela empresa, dividida em lotes e vendida a pequenos produtores. Essa aglomeração de terras em uma determinada área geográfica daria origem ao atual município de Votuporanga.

Os negócios da Theodor Wille no Brasil estavam centrados no café - e em decorrências dele, como o loteamento de terras. Mas não apenas neles. A bibliografia existente também destaca a importação, com a empresa trazendo uma vasta gama de produtos manufaturados da Europa, atuando como representante de fábricas e distribuidores.

Os principais itens importados eram tecidos e produtos têxteis (o grupo era um grande importador de tecidos para a indústria de confecções brasileira)¹⁸, artigos de armarinho, louças, vidros e porcelanas e na importação de máquinas e equipamentos, para atender à crescente industrialização do país.

Além deles, a Theodor Wille & Co., no Brasil, no final do século 19, também teve participações no mercado de telefonia, em uma associação com a Siemens-Halske Aktien Gesellschaft, Berlim e Alberto Frend & Co., na instalação de uma nova rede telefônica na cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios. Com a entrada da Theodor Wille & Co. no negócio, a empresa passou a chamar-se Sociedade Brasilianische Electricitats Gesellschaft.¹⁹

O mercado de cervejas também foi um dos alvos da Theodor Wille no Brasil, em especial a Cervejaria Brahma. Os negócios, desta vez envolvendo a Wille Schmilinsky & Co., envolveram, inicialmente um empréstimo, ainda no século 19.

Em 16 de setembro de 1897, emitiu-se a escritura pública de dívida garantida pela emissão de debêntures. no valor unitário de 200 mil-réis, fazendo o total de 700 contos de réis (Rs 700:000\$000). Como credora estava a firma Wille, Schmilinsk & Co. e devedora a George Maschke & Cia. (...) Dessa forma, do montante de 700 contos, a Wille, Schmilinsk & Cia caucionou 95 contos em novembro de 1899, ou seja, afiançou parte da dívida da Brahma (BRAHMA, caixa 67), adquirindo, em consequência disso, direitos de crédito junto à cervejaria. Se necessário, a própria Wille, Schmilinsk & Cia. teria poder de fazer valer os seus direitos sobre 95 contos da dívida assumida pela Brahma. Poderiam, também, ser repassados a outros investidores conforme a conveniência. (TERESA CRISTINA DE NOVAES MARQUES, 2005), pp. 101 e 104.²⁰

duas vezes, deputado federal por São Paulo, entre 1897 e 1902. Nesse ano, foi um dos fundadores da Sociedade Paulista de Agricultura e, em 1819, a Sociedade Rural Brasileira. Teve um papel importante na abertura de frentes de ocupação do oeste paulista, inicialmente com a empresa Diederichsen & Tibiriçá e, posteriormente, com a criação da Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso. De acordo com o texto do CPDOC, escrito por Carlos Alberto Ungaretti Dias, a empresa chegou a acumular 510 mil hectares de terra no estado de São Paulo. “Em torno dos entrepostos por ela criados surgiram ainda as cidades de Indiana e Regente Feijó. Os loteamentos alcançaram as nascentes Presidente Prudente e Martinópolis que, juntamente com Presidente Epitácio, homenageiam o coronel Artur de Aguiar Diederichsen entre os seus fundadores”. Arthur Diederichsen era casado com Adelaide de Araujo e morreu em 1946.

18 Ernesto, irmão de Antonio Diederichsen, era um dos maiores empresários paulistas no ramo dos têxteis.

19 CARLOS ALVES MÜLLER. **Longa distância: a evolução dos sistemas nacionais de telecomunicações da Argentina e do Brasil em conexão com as telecomunicações internacionais (1808-2003)**, pp 297 e 298. 2007. Tese de doutorado - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/1095>.

20 TERESA CRISTINA N. MARQUES. **Bancos e Desenvolvimento Industrial. Uma revisão das teses de Gerschenkron à luz da história da Cervejaria Brahma, 1888/1917.** História e Economia Revista Interdisciplinar, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 87-119, 2005. a. Disponível em: <https://dehesa.unex.es/>

Esse repasse foi feito. De acordo com a historiadora Teresa Cristina de Novaes Marques, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a criação de restrições a empresas alemãs no Brasil, a Wille Schmilinsky & Co, que posteriormente passar-se-ia a chamar-se Theodor Wille & Co, no Rio de Janeiro, transferiu 2.422 ações para diversos acionistas, entre eles dois brasileiros.

Dessas, “1.300 foram parar nas mãos do industrial têxtil Arthur Diederichsen e do filho deste, Ernesto, o qual recebeu 750 delas.” (TERESA CRISTINA DE NOVAES MARQUES, 2005), pp. 111/112. A autora identificou, erroneamente, Ernesto Diederichsen como sendo filho de Arthur Emilio quando, na verdade, era sobrinho. Ele era filho de Bernard e irmão de Antonio Diederichsen.

Itens industriais feitos pela empresa de Theodor Wille na Alemanha, como turbinas, motores, máquinas de papel, locomotivas e peças de aviões também foram distribuídas no Brasil pelo Grupo Matarazzo.

Após o seu retorno à Alemanha, em 1847, ele expandiu os seus negócios, como os acima, além de empresas de navegação e de seguros, dirigindo-os a partir de Hamburgo. Inclusive, com a criação do Commerz und Disconto Bank, atualmente chamado de Commerzbank, com o objetivo de financiar o aumento da participação de empresas de Hamburgo na economia global.

Ele morreu em 1892, vítima de um ataque cardíaco. Sem ter filhos, deixou 1,8 milhão de marcos de ouro para a cidade de Kiel, cerca de um terço da sua fortuna, com a finalidade de serem usados para o financiamento da Universidade de Kiel e de escolas na cidade.

Um dos seus herdeiros indiretos, Heinrich Diederichen, comprou a parte da herança dos irmãos, deixada por Wille, e tornou-se o único dono da Theodore Wille na Alemanha.

Uma empresa poderosa no século 21...

A empresa de Wille existe até hoje. Ela tornou-se a Theodore Wille Intertrade (TWI), com sede na Suíça, e é especializada principalmente em serviços de fornecimento para a área militar e da cadeia de suprimentos, a ela ligada.

Em novembro de 2005, a empresa foi adquirida pela ADS Inc., uma empresa de logística e cadeia de suprimentos sediada em Virginia Beach, nos Estados Unidos. Um dos seus principais focos de atuação é a sua especialização para atuar em áreas de conflito, zonas de desastre natural ou locais remotos, onde as cadeias de suprimentos tradicionais não conseguiam chegar. Entre os seus principais clientes estão o governo dos Estados Unidos, forças da OTAN e organizações internacionais e agências governamentais.

... mas com ligações perigosíssimas durante a 2ª Guerra

Em 1943, o governo brasileiro desmantelou a principal rede de espionagem nazista no Brasil, que tinha como sedes de operação as cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, além da várias capitais do nordeste brasileiro, como Recife e Natal.

A revelação da atuação dessa teia espiã começou com a prisão do engenheiro, de cidadania dinamarquesa, chamado Niels Christian Christensen, cujo verdadeiro nome era Josef Starziczky.

As autoridades policiais acabam de encerrar, da maneira mais satisfatória possível, o inquérito relativo à trama de espionagem alemã, prendendo todos os elementos da perigosa organização que bem ramificada, agia subterranea e criminosamente contra a segurança do nosso país. Desse modo obtendo novos elementos que vieram provar a intensa atividade de Niels Christian Christensen, a serviço do Estado-Maior alemão, poude a polícia, em investigações levadas a bom êxito, prender também o ex-delegado da Ordem Política e Social do Estado do Rio, que de parceria com um advogado do nosso Fôro, maquinava a fuga de tais espiões pela fronteira do Estado do Rio grande do Sul. E apurado ficou que na teia perigosissima das atividades desenvolvidas por tão nefasta quadrilha, alem da orientação dada pelo Estado-Maior alemão, havia a assistência da representação diplomática daquele país, figurando entre as principais personagens dessa empreitada sinistra o capitão de corveta da marinha germanica Herman Bohny, adido à embaixada nesta capital, subordinado ao capitão de mar e guerra Dietrich Niebhur, cujas rumorosas maquinações já se fizeram sentir até na vizinha República Argentina. (...)”²¹

Christensen estava subordinado ao que foi definido pela imprensa da época como “o principal agente da marinha alemão no nosso país”, um alemão chamado Otto Übele (ou Üebele). Ele e o filho, Uli, foram presos na mesma operação.

Übele, descrito pelo jornal “Correio da Manhã” como “o célebre espião Kuntze”, era “um cidadão de aparência respeitável, que desfrutava do maior prestígio e influência no meios sociais e comerciais”.²² Oficial da marinha alemão, Übele era gerente da empresa Theodor Wille em Santos e cônsul honorário do consulado da Alemanha naquela cidade. O filho Uli era secretário nessa representação.

Em 27 de outubro de 2016, o portal de notícias “Brasil-Alemanha News”, ligado à Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha de São Paulo, publicou uma linha do tempo, relacionada com as principais marcas da presença alemã no país, “começando com o astrônomo, navegador e médico Johann Emmerich, conhecido como João de Emenelaus, que acompanhou os 35 membros dos “Deutschen Artilleristen” nas embarcações comandadas por Pedro Alvares Cabral”.

A se referir à fundação da Câmara Brasil-Alemanha, em 27 de novembro de 1916, o texto diz o seguinte:

²¹ Ver a reportagem “A Espionagem Nazista no Brasil - Estrangeiros e maus brasileiros que agiam contra os interesses superiores do país; Conclusões do Inquérito Policial instaurado pela Ordem Política e Social do Rio; Outras notas a respeito”, publicada pelo jornal Correio Paulistano, na sua edição de 7 de fevereiro de 1943.

²² Ver reportagem “Era o célebre e lendário espião ‘Kuntze’ - Otto Uebele, desde a guerra de 1914/1918 vinha agindo no Brasil, tornando-se o principal agente do almirantado alemão neste país”, publicada na edição de 23 de fevereiro de 1943, do jornal Correio da Manhã.

Nesta data, vinte e sete firmas reuniram-se no salão de conferências com revestimento em madeira da Sociedade Germânia para a sessão de fundação da “União de Firms Comerciais Teuto-Brasileiras em São Paulo”. Os sócios fundadores mais importantes foram as fimas (sic) Companhia Theodor Wille, Herm. Stoltz S.A., Irmãos Weiszflog, Bromberg & Cia., assim como as duas grandes cervejarias alemãs, Brahma e Antarctica.

Acima da legenda, uma foto com três homens, dois sentados e um em pé, entre eles, com a seguinte legenda: “*Ernesto Diederichsen (em pé), um dos fundadores e primeiro presidente da Câmara de São Paulo (1916-1923). Como Otto Übele (à esquerda) e Heinrich Diederichsen, diretores e sócios da empresa Theodor Wille, fundada no Brasil*”.²³

Até onde foi possível saber, não se pode afirmar que Heinrich ou Ernesto Diederichsen, irmão de Antonio, soubessem das atividades de Übele, pelo menos, até 1943, quando jornais como os citados acima publicaram a prisão de Übele. Ernesto morreu em 1949, em São Paulo, e Heinrich, sete anos antes, em Hamburgo.

Da mesma forma, nem Heinrich ou Ernesto Diederichsen são citados no livro “Historical Dictionary of the World War II”²⁴, que relata as atividades dos serviços de inteligência aliados, especialmente os britânico e inglês.

Mas Übele aparece em várias ocasiões. Na página 30, dentro do verbete “Brazil”, ele e o filho Uli são citados como espiões nazistas no país, embora, de acordo com a publicação, Übele supostamente tenha reclamado da fome insaciável do Abwehr (serviço alemão de inteligência militar, ativo de 1920 a 1944) em requisitar recursos da Theodor Wille:

While Maj. Übele’s commitment to the cause was total, perhaps founded on some experience as an agent code-named KUNTZE in World War I, he was also preoccupied by financial worries, and many of his messages expressed his concern about his company being reimbursed for funding the Abwehr’s operations. Until the arrival of Starzicz, the organization had collected economic data and information from the docks, which had been posted to a mail drop in Geneva. Afterward, Uli was taught to operate a transmitter and collated the shipping reports submitted by subagents in Recife, Bahia, Salvador, and Rio. However, under the FBI’s pressure, DOPS arrested Starzicz and his entire network. (NIGEL WEST, 2008)

Na página 239 do mesmo livro, dentro do verbete “STARZICZY, JOSEF J.”, Übele volta a ser citado.

After months of training in Hamburg, he [Starzicz] had joined the Hermes in France, with instructions to help the elderly German consul in Santos, Maj. Otto Übele, to establish a transmitter and a network to supply details of Allied shipping. Once he had completed the first part of his mission, he was to travel to the United States. Starzicz, when he arrived on the Hermes in Rio, was met by Hermann Bohny, then set about building his network, initially by installing his transmitter in the offices of the Theodore Wille Shipping Company, a Hamburg-based company of which Übele was a director. He also recruited two other Wille

²³ A página do portal “Brasil-Alemanha News” já não estava disponível para acesso, em 2025. No entanto, quando do acesso feito pelo autor, em 2019, foi feita uma cópia em PDF e HTML do site.

²⁴ NIGEL WEST. Historical Dictionary of World War II Intelligence. Lanham, Maryland; Toronto; Plymouth, UK: The Scarecrow Press, Inc., 2008. Disponível em: <https://compress-pdf-free.obar.info/download/compresspdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

employees, Albert Schwab (codenamed SPENCER) and Karl Mügge, both enthusiastic Nazis, as wireless operators.

Starziczny, como se viu, foi o espião preso pela polícia secreta de Getúlio Vargas e cujas informações tornaram possível o desmantelamento da rede de espionagem alemã no Brasil.

Outro nome apresentado por Nigel West no seu “Historical Dictionary of the World War II”, o entusiasta nazista Albert Schwab, também é citado na matéria de 1943 do Correio Paulistano. Da mesma forma, são igualmente citados Theodor Friedrich Simon Senior, cidadão alemão naturalizado brasileiro, Ernest Heinrich Buckub, brasileiro naturalizado desde 1920, Henrique Bernardo Alfredo Mohrsdedt e Heinz Treuter. Todos funcionários da Theodor Wille.

Uma bandeira em Votuporanga

Em 2015, a arquiteta e urbanista Janaina Andréa Cucato apresentou a dissertação de mestrado “*As disputas pelo território no espaço urbano de Votuporanga/SP - Contradições no zoneamento de interesse social (ZEIs), 1996-2012*”²⁵, ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, campus de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Na página 66, ela relata o processo de surgimento da cidade de Votuporanga e a sua relação com a empresa Theodor Wille, finalizando com uma citação da também arquiteta e doutora em Planejamento e Gestão do Território, Cláudia Virginia Cabral de Souza.

Em 1936, Francisco Schimidt, que residia em Ribeirão Preto, em saldo da dívida contraída, transferiu a propriedade de suas terras para a empresa alemã Theodor Wille, onde existia a intenção de retalhar a imensa área em pequenas propriedades agrícolas. Para desenvolver o parcelamento da gleba, contrataram os serviços da Companhia Retalhadora de Terras, com sede na cidade de São Paulo e com escritório regional em São José do Rio Preto, sob a orientação do topógrafo Otávio Rittel e contando com a participação dos agrimensores alemães Guilherme Von Trumbach e Karl Hellving. “O primeiro passo foi aproveitar a sede existente no coração da gleba (da fazenda Marinheiro de Cima), construída de pau-a-pique, quase abandonada e fincar ali a bandeira nazista”. (SOUZA, 2007, p. 71). (JANAINA ANDRÉA CUCATO, 2015).

A foto relacionada com a citação de Virgínia está na página seguinte e mostra uma imagem em preto e branco, bastante desfocada, com um grupo de cerca de trinta pessoas na parte de fora de uma casa de aparência bastante simples. Em frente ao imóvel, pode-se ver um mastro com a bandeira nazista.

25 JANAINA ANDRÉA CUCATO. As disputas pelo espaço urbano de Votuporanga: contradições no zoneamento de interesse social (ZEIs), 1996-2012. 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.102.2015.tde-31072015-094519>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-31072015-094519/pt-br.php>. Acesso em: 12/7/2025.

Capítulo 3

A história de Anna e Bernard, uma tese de medicina e um menino que gostava de selos

A trajetória de Bernard Eduard Diederichsen, pai de Antonio, e a sua chegada ao Brasil é apenas relatada pelo livro dos 50 anos das empresas Diederichsen. Até onde se pode ter conhecimento, não há outro texto que se refira ao assunto.

Da mesma forma, o relato da própria infância e adolescência de Antonio Diederichsen também têm como base exclusivamente essa publicação que, apesar de não poder ser considerado um texto jornalístico, pelo estilo rebuscado e diversas ausências importantes a respeito das datas de determinados acontecimentos, tem, para o caso deste livro, uma importância inegável e preciosa¹.

1 Como dissemos anteriormente, grande parte das informações presentes no livro - publicadas apenas dois anos da morte de Antonio - vêm de informações possivelmente relatadas pelo próprio Diederichsen, posteriormente passadas para o papel pelo jornalista Sebastião Porto. É uma obra datada, uma vez que termina em 1953, mas que, 72 anos depois de escrita, mantém um vigor e informações que, após esse tempo, ainda lhe são únicas. Não é possível falar de Antonio Diederichsen e de seus pais sem, obrigatoriamente, levar em conta essa obra.



Acima, Bernard e Anna Diederichsen, em foto cedida pelo site “Aqui tem coisa”. Abaixo, à esquerda, certidão de nascimento de Antonio Luiz Christiano Diederichsen; ao lado, a tese de Manoel Fernandes Leão, que comprova que Anna era filha de Antonio da Rocha Leão Junior Leão e não de Antonio da Rocha Leão.



Portanto, grande parte do eventual mérito que este livro tenha em relação a essa parte, em especial, das vidas de Bernard e Antonio Diederichsen, deve-se, muito mais, a um livro escrito há 72 anos.

Nele, o autor, Sebastião Porto, informa que Bernard Diederichsen teria imigrado para o Brasil após a 1ª Guerra de Schleswig-Holstein, na Prússia (1848-1852).

Tao logo o ex-combatente obteve licença tomou o primeiro vapor, atravessou o Atlântico e chegou ao novo mundo, com mais sete companheiros, entre os quais figurava uma irmã casada, acompanhada do esposo, nomeado gerente da firma Theodor Wille, no Rio de Janeiro. O casal ficou na terra carioca e Bernardo, com os amigos, seguiu para Santos, onde um de seus irmãos era gerente da Casa “Theodor Wille”.

Não é possível determinar quais eram as sete pessoas que estavam com Bernard quando ele veio para o Brasil. Mas, se como o texto diz, entre eles estavam “uma irmã casada, acompanhada do esposo, nomeado gerente da firma Theodor Wille, no Rio de Janeiro”, é muito provável que as referências sejam à sua irmã, Ernestine Magdalene Charlotte Antoinette Diederichsen Schmilinsky e ao marido, Johann Georg Schmilinsky. Schmilinsky foi sócio de Theodor Wille na empresa Wille Schmilinsky & Co., no Rio de Janeiro.

Em relação ao seu irmão, que era gerente da Casa Theodor Wille em Santos, provavelmente era Leopold Diederichsen, casado com Maria Francisca Carolina de Andrada Aguiar, pais do coronel Arthur Emílio de Aguiar Diederichsen. Leopold nasceu em Kiel, em 1825 e morreu em Hamburgo, em 1903.

De acordo com a seção “Família Diederichsen”, da Revista Genealógica Brasileira, de 1941,

(...) [Leopold] foi convidado, em 1850, por Theodor Wille a ir trabalhar em Santos. Entrando como sócio na firma, dirigiu, de 1855 até 1865, a filial de Santos, voltando, em seguida para a Alemanha. Durante sua estadia em Santos (1863-1865) exerceu as funções de cônsul de um dos Estados Federados Alemães. Chamado, novamente, por Theodor Wille, tornou a trabalhar na mesma firma, tratando de alargar-lhe o já vasto campo de atividade, até que, em 1883, voltou definitivamente para Hamburgo (Alemanha), p. 473.

Se o convite feito por Wille a Leopold tiver ocorrido em 1850, é bastante provável que isso tenha ocorrido quando o último ainda era solteiro, uma vez que só casou com Maria Francisca, em 1854.

O livro dos 50 anos da firma de Diederichsen não cita a data da chegada de Bernard ao Brasil, informando, apenas, que, como se viu, teria sido após o final da 1ª Guerra de Schleswig-Holstein, em 1852. Mas, não é possível definir o ano em que imigrou da Alemanha.

Mas é possível definir o período. Isso porque, de acordo com a edição de 2 de junho de 1857 do jornal Correio Mercantil, e Instructivo, Político, do Rio de Janeiro, no dia 1º desse mês, o vapor Pirahy saiu do porto do Rio de Janeiro, com destino a Santos, levando a bordo onze passageiros, entre eles “os alemães B. E. Diederichsen e Ernestina M. C. A. Diederichsen”. Os dois eram irmãos.

Entre 1860 e 1861 são registradas, pelo mesmo jornal, mais duas viagens do alemão B. E. Diederichsen. A primeira, em 5 de setembro de 1860, foi publicada nas entradas e saídas do porto do Rio de Janeiro, de 4 de setembro, no vapor Hermes, no sentido Rio de

Janeiro-Santos. A segunda, no sentido inverso, foi publicada no dia 20 de janeiro de 1861, relacionada a uma chegada ao porto da capital do país do vapor Diligente, vindo de Santos.

Na documentação existente na Alemanha, não há informação a respeito da data da saída de Bernard ou do irmão, Leopold, para o Brasil. Há cerca de duas décadas, o site alemão Rootdigger² publica o processo de imigração de cidadãos alemães do estado de Schleswig-Holstein no século 19, o que já gerou uma base de dados de pouco mais de 111 mil pessoas.

No site, que cataloga os cidadãos por sobrenome, foi possível encontrar 65 pessoas com o sobrenome “Diederichsen” ou “Diedrichsen”: 48 foram para os Estados Unidos, três para a Dinamarca, dois para a África do Sul, três viajaram para Argentina, Suécia e Áustria e sete tiveram destino desconhecido.

Outros dois vieram para o Brasil: Leopold e “Bernhard”, filhos de Friedrich Peter Ludwig e Caroline Henriette Charlotte Hagemester, como informam os documentos presentes no site. Na lista de passageiros, os irmãos tiveram os sobrenomes escritos como “Diedrichsen”. Apesar de confirmar que saíram da Alemanha para o Brasil, não há a data da partida.

De todos os 65 registros, somente oito não têm o ano da saída da Alemanha, entre eles, os de Bernard e Leopold. O site apresenta saídas entre 1816 e 1876, de alemães com diversos sobrenomes, entre eles, os dois já citados.

Como Bernard lutou na 1ª Guerra de Schleswig-Holstein, terminada em 1852, resta um período de cinco anos em que teria vindo: 1852 a 1857.

Assim, até que novos documentos sejam encontrados, até onde foi possível se confirmar, o primeiro registro da chegada de Bernard Diederichsen foi em 1857, de acordo com informações do Correio Mercantil, e Instructivo, Político.

Ao chegar ao país, há um período cinza da sua vida que não está claro. De acordo com o livro dos 50 anos da empresa de Diederichsen, iniciou a sua vida no Brasil assentando trilhos e dormentes na construção da estrada de ferro São Paulo-Santos e, em seguida, foi trabalhar em Campinas, na fazenda da baronesa Souza Aranha, “onde trabalhou vários anos”.

Depois disso foi encontrar emprego em Minas Gerais, na fazenda do comendador Manuel da Rocha Leão. O texto não apresenta datas ou períodos estimados em que o pai de Antonio Diederichsen esteve em qualquer um desses lugares.

Grande parte da produção dessa e das outras fazendas de Rocha Leão estava ligada ao café. Mas, a história dessa família do país tem uma ligação muito forte com o plantio de uvas para a fabricação de vinho, tradição vinda de Portugal. Esse detalhe será importante para o futuro de Bernard Diederichsen, como será visto mais à frente.

Foi em uma dessas fazendas, chamada “Garrafão” que o texto de Sebastião Porto indica como sendo o lugar onde Bernard conheceu a sua futura esposa, Anna Carolina da Rocha Leão, tida como sobrinha de Manuel da Rocha Leão. Mas a história talvez não seja bem assim.

Anna da Rocha Leão

No livro de comemoração dos 50 anos da “Cia. Comércio e Indústria Antonio Diederichsen”, quando se fala sobre a trajetória de Bernard Diederichsen no Brasil e o período em que conhece a mãe de Antonio Diederichsen, existe esta passagem:

2 Ver site: <https://www.rootdigger.de/Emi.htm>. Último acesso em 5/9/2025.

Nêsse ínterim, conseguiu trabalho na fazenda “Garrafão”, de propriedade do comendador Manuel da Rocha Leao, dono de léguas de terras, de grandes tropas e inúmeros escravos, desde o primeiro império. O destino levou Bernardo à fazenda “Garrafão”, nas encostas das Agulhas Negras, para conhecer Ana Carolina, sobrinha do comendador e filha de Antonio da Rocha Leao, natural de Campanha, Provincia de Minas Gerais.

As poucas informações existentes a respeito da história de Manuel Rocha Leão ou de seu irmão Antonio permitem inferir que o trecho acima está correto. Mas, o sobrenome “Rocha Leão”, de origem na cidade do Porto, em Portugal, pode ser encontrado, com alguma frequência, em pesquisas feitas.

No site da Academia de História Militar Terrestre do Brasil³, relativo ao município de Itatiaia (RJ), existem referências à existência de um comendador Manuel da Rocha Leão - irmão de Antonio da Rocha Leão (tido como pai de Anna Carolina da Rocha Leão, mãe de Antonio Diederichsen) e a diversos prêmios que recebeu pela produção de café de qualidade nas suas fazendas, como a Itatiaia e a Cachoeira.

O texto não se refere à fazenda Garrafão, “nas encostas das Agulhas Negras” (formação rochosa, atualmente dentro do Parque Nacional de Itatiaia), embora isso não signifique que não fosse outra de suas fazendas.

Pelo que foi possível apurar, a informação de que Anna Carolina da Rocha Leão tenha sido sobrinha do comendador Rocha Leão e que seu pai era irmão de Manuel da Rocha Leão é quase que totalmente verdadeira. Há, pelo menos, duas fontes para se confirmar essas afirmações.

A primeira é uma nota publicada pelo Jornal do Commercio (RJ), de 29 de dezembro de 1919, a respeito da morte de Anna Diederichsen⁴. A nota informa que era viúva de Bernardo Diederichsen, “da Casa Theodoro Wille & Co.” e “mãe dos Srs. Ernesto Diederichsen, gerente da casa Theodoro Wille, em São Paulo e Antonio Diederichsen, industrial (...)”. Mas, o que chama a atenção é que o texto informa que ela era irmã “do falecido conselheiro Rocha Leão”.

Até onde foi possível confirmar, o conselheiro a que se refere a publicação era Antonio da Rocha Fernandes Leão, que foi presidente da Província do Rio de Janeiro e, também, conselheiro.

Mas, a origem de Anna Carolina da Rocha Leão também pode ser confirmada, de forma indubitável, a partir da publicação de uma tese para a obtenção do título de doutor em medicina, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por causa da origem do autor.

Em 29 de setembro de 1871, Manoel da Rocha Fernandes Leão, “natural de Lambary, provincia de Minas-Geraes”, apresentou a tese “Das Condições Pathogenicas da Paraplegia” à banca daquela faculdade.

Nas dedicatórias, presentes no início do texto, ele é identificado como “filho legítimo de Antonio da Rocha Leão Junior e D. Anna Francelina da Rocha”. Para completar essa informação ele também dedica a tese a várias pessoas, entre elas as irmãs, ao cunhado,

³ O site pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://academiaitatiaensedehistoria.blogspot.com/2008/10/o-municipio-de-itatiaia-alda-bernardes.html>. Último acesso em 5/9/2025.

⁴ Ver https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&pesq=%22Bernardo%20Diederichsen%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=50457.

Bernardo Diederichsen, e “Á minha afilhadinha e sobrinha Maria Luiza”.

Bernardo Diederichsen, claro, era o marido de Anna da Rocha Leão, pais de Antonio Diederichsen. A “afilhadinha” a quem dedica a tese é Maria Luiza (Maricota) Diederichsen, nascida em São Paulo, em 1870, ou seja, com apenas um ano na época da apresentação do trabalho acadêmico.

Em 1886, com 16 anos, ela casou com o seu primo, Carl Hermann Diederichsen (1858-1891), nascido em Kiel, que trabalhava na firma Theodor Wille & Co. Carl Hermann faleceu em 1871, apenas cinco anos após o casamento, vítima de febre amarela. Maricota Diederichsen voltou a casar, desta vez com o negociante Carl (ou Karl) Eduard Gottlieb Rietz.

Com as informações a respeito dos pais de Manoel da Rocha Fernandes Leão - levando-se em conta que o autor dificilmente erraria os nomes deles -, somadas às citações a Bernardo Diederichsen e à sobrinha (de Manoel), Maria Luiza, é possível afirmar que Anna Carolina da Rocha Leão (Diederichsen) era filha de Antonio da Rocha Leão Junior, e não de Antonio da Rocha Leão, como afirma o texto dos 50 anos da Cia. Comércio Indústria “Antonio Diederichen”.

Mas existe um detalhe adicional: entre as dedicatórias da tese, o autor também cita o nome do “mano” e da cunhada, Bárbara Eugenio Ferreira da Rocha. De acordo com o site “Family Search”, Bárbara era casada com Antonio da Rocha Fernandes Leão, que foi o presidente da Província do Rio de Janeiro e, também, conselheiro.

Assim, de acordo com essas informações, Anna Carolina da Rocha Leão (Diederichsen) era irmã de, pelo menos, mais quatro pessoas, entre elas, Manoel da Rocha Fernandes Leão (o autor da tese) e de Antonio da Rocha Fernandes Leão, o conselheiro e presidente da Província do Rio de Janeiro.

Todos, como foi visto, eram filhos de Antonio da Rocha Leão Junior e sobrinhos de Manuel da Rocha Leão, o rico comendador, dono de diversas fazendas e neta de Antonio da Rocha Leão, um, igualmente rico, comerciante de vinhos, nascido no Porto, dono de uma marca com o seu nome.

Fazenda Morumby

Não foi possível apontar a data de casamento de Bernard com Anna Carolina. No entanto, é possível afirmar que isso aconteceu já na segunda metade do século 19, uma vez que, de acordo com a página de Peter Hennings na Geneanet, o primeiro filho do casal, chamado Antonio Diederichsen, morreu ao nascer, em 1868.

O casamento, provavelmente, foi em Minas Gerais, talvez na própria Lambary, onde Anna e parte dos irmãos nasceram. Levando-se em conta as informações do livro do cinquentenário da empresa de Diederichsen, Bernard trabalhou na fazenda “Garrafão”, com os cunhados e os sogros, cuja produção estava voltada para a plantação de fumo.

No entanto, uma praga ocorrida na plantação fez com que Bernard, Anna e a família do sogro, viessem para São Paulo, onde compraram uma fazenda, chamada Morumby. Essa informação é confirmada por um documento inesperado.

Em 2010, o metrô de São Paulo publicou um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental⁵,

5 Ver https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/MSE_6.4.10.pdf

como resultado de exigências legais para a construção da Linha 17 - Ouro, que faria a ligação do aeroporto de Congonhas à rede metroferroviária.

Parte dele, na seção 6.4.10 - “Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural”, é destinada a falar da fazenda Morumbi, ou Morumby, como se chamava na época, definida como um grande latifúndio, na divisa dos municípios de São Paulo com Santo Amaro.

A fazenda - que, posteriormente deu origem ao bairro do Morumbi - foi comprada em 1825 por João Rudge e tinha cerca de 450 alqueires. Para efeito de comparação, um alqueire paulista tem 24,2 mil metros quadrados. Se a comparação for feita em número de quarteirões, de cem metros de largura por cem de comprimento, a área é de 10 mil metros quadrados. Ou seja, a fazenda Morumby, comprada por João Rudge em 1835, tinha uma área equivalente a 1.089 quarteirões.

Ao que tudo indica, João Rudge comprou a fazenda de Gertrudes Teresa de Jesus e suas filhas, estas que eram freiras no convento de Santa Clara em Sorocaba. (...) Porém, João Rudge não foi o único proprietário da Fazenda Morumbi. Já em 1817 temos referências de que pertencia ao padre Inácio Xavier Moreira Penteado. Já em 1840 pertenceu ao ajudante Joaquim Macedo Rangel, em 1873 a Antonio da Rocha Leão, em 1889 a Bernardo Diederichsen e em 1892 a Luiz da Veiga. A principal produção da fazenda girava em torno do vinho e do chá preto.

Um dos trechos mais interessantes do texto do cinquentenário diz respeito a uma das primeiras medidas tomadas por Bernard e o sogro, assim que adquiriram a fazenda Morumby. O caráter laudatório da revista da empresa de Diederichsen e da história deste e de seus antecessores a respeito desse e de outros assuntos recomenda uma certa prudência na avaliação da veracidade das informações. No entanto, como se pode ver, não foi este o caso.

De acordo com a publicação,

(...) Uma das primeiras coisas que os novos proprietários de “Morumbi” trataram de fazer foi acabar com as senzalas que davam uma nota triste e desumana àquelas terras, substituindo-as por casas próprias para os negros, esparsas pela fazenda. Bernardo e o sogro reuniram os escravos e disseram-lhes que assim saldasse a dívida contraída para aquisição de “Morumbi”, dar-lhes-iam liberdade e todos teriam uma parte de seus lucros. Quatro anos antes da Lei Áurea assinada pela princesa Isabel, a promessa feita pelos senhores de Morumbi era concretizada. (folha 12, incluindo a capa).

Essa informação é verdadeira. Uma nota publicada na edição de 19 de julho de 1883⁶, pelo jornal Gazeta de Notícias (RJ), liga o nome de Bernard à libertação de escravos.

Eis o documento pelo qual o Sr. Bernardo Diederichsen, proprietário da fazenda do Morumby, deu liberdade a todos os escravos que possuía:

“Eu, abaixo assignado, residente no bairro de Morumby, municipio de Santo Amaro, declaro que, possuindo livres e desembargados os escravos de nomes Antoninho, velho, africano; Marconlina, velha, africana; Cora, de 20 annos, crioula; José Pequeno, velho, africano; Theodoro, de 24 annos; Joaquim, velho, Morumby; Idalina, 32 annos, crioula de Minas; Camillo, 22 annos, crioulo de Minas; Barbara, velha, Morumby; Agostinho, velho,

6 Ver https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&pesq=%22Diederichsen%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5596

crioulo de Minas; Sabina, 45 annos, crioula de Minas; Misael, 32 annos, crioulo de Minas; Adão, velho, Morumby; Magdalena, velha africana; Sebastiana, 36 annos, crioula de Minas; Anna, 37 annos, crioula de Minas; Ambrosio, 32 annos, crioulo de Minas; na presente data hei resolvido conceder-lhes a liberdade pelo modo e com as condições seguintes: Primeiramente servirão por espaço de dous annos gratuitamente, depois servirão dois annos, ganhando conforme o serviço que prestarem, reputando-se o máximo do pagamento d'esses serviços a quantia de dous mil réis, que ser-lhes-ha paga por cada seis dias de serviço, recebendo elles no fim do prazo, até cem mil réis, em cadernetas da Caixa Economica; e, se porventura algum dos mencionados escravos se quizer resgatar antes do prazo estipulado, poderá concorrer com que então forem orçados seu serviços annuaes, pela forma que em começo declarado está. Do mesmo modo concedo liberdade ao escravo de nome Gregorio, de 14 annos de idade, com a condição de prestar serviços até completar 21 annos. E por ser verdade esta minha espontanea vontade, mandei passar a presente, que assino com as testemunhas.

São Paulo , 1 de julho de 1883.

Bernardo Diederichsen.

Testemunhas: Luiz Pinto Homem de Menezes, Fabiano Martins de Siqueira

Dois anos depois, em 1885, a edição de 8 de julho do jornal O Paiz (RJ) informou que Bernard Diederichsen, “proprietário da Fazenda do Morumby” concedeu cartas de liberdade a todos os seus escravos, liberando-os das condições apresentadas em 1883⁷. A Lei Áurea foi publicada em 1888.

Outras duas notas, desta vez do Jornal do Commercio (RJ), mostram que Bernard já era tido como proprietário da fazenda Morumby antes de 1889, ano a que foi atribuída a sua compra ao pai de Antonio Diederichsen.

Na edição de 6 de janeiro de 1885, em uma nota intitulada “Questão de Vinhos”, um leitor não identificado fala sobre a qualidade dessa bebida, produzida da fazenda “do Muruy”, “*de propriedade do activo e inteligente fazendeiro, Bernardo Diederichsen*”⁸.

Uma segunda nota, mas de dois anos depois, em 31 de março de 1887⁹, mostra que os produtos de Bernard, na fazenda Morumby, ganharam a medalha de prata na categoria “vinhos e bebidas da Exposição Sul-Americana. O evento foi realizado em Berlim, quando a cidade já era a capital do Império Alemão¹⁰.

A diferença de datas publicadas pelos jornais e aquela presente no estudo de impacto ambiental do metrô pode referir-se ao fato de, em 1873, quando Leão Jr. é apontado como dono da fazenda, Bernard pode tê-la herdado no mesmo ano. Uma nota publicada de 23 de março de 1873, do Correio Paulistano, “*as filhas e genros residentes nesta cidade, do finado Antonio da Rocha Leão Junior, mandam dizer uma missa por alma do mesmo, no dia 29 do corrente, ás 8 e meia da manhã, na igreja de Santo Antonio*”¹¹

7 Ver https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&pesq=%22Bernardo%20Diederichsen%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1123

8 Ver https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Diederichsen%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=12018

9 Ver https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Diederichsen%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=17501

10 O Império Alemão surgiu, oficialmente, em 18 de janeiro de 1871, marcando o fim do processo de unificação da Alemanha.

11 Ver https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_03&pagfis=3570

Dois anos após a morte do avô materno, foi nessa igreja que, em 1º de agosto de 1875, iria ser batizado Antonio Luiz Cristiano Diederichsen.

Segundo a revista do cinquentenário da empresa de Diederichsen, parte da infância de Antonio foi passada na fazenda. Com sete anos, foi enviado pelo pai para estudar no Colégio Brasileiro-Alemão, em São Paulo, com o propósito de aprender a língua paterna.

Como, aparentemente, o rapaz não era muito dado a querer aprender “a língua de Goethe”, a solução drástica encontrada por Bernard foi enfiar o filho em um navio para a Alemanha, sob a custódia do comandante da embarcação “Santos”. Na ocasião, segundo o livro, Bernard teria dito o seguinte:

“Meu filho, de agora em diante este homem é o teu pai! Deves respeitá-lo mais do que a mim! Ele te vai entregar ao teu tio Ernesto, em Hamburgo. Vais para a Alemanha! Não admito que filho de Bernardo Diederichsen não saiba falar alemão, inglês e francês” (folha 15, incluindo a capa)

Pela Revista Genealógica Brasileira, Bernard teria tido apenas dois irmãos: Ernestine, casada com o sócio de Theodor Wille no Rio de Janeiro, Johann Schmilinsky, e Leopold, pai do coronel Arthur Emílio Aguiar Diederichsen.

No entanto, a página de Peter Hennings na Geneanet, aponta que Friederich Peter Ludwig Diederichsen teria tido sete filhos, entre eles, Bernard Eduard. O mais novo deles era Ernst Conrad Martin Wulf (1838-1899), comerciante dono da empresa E. Diederichsen & Co., em Hamburgo, que foi o tio encarregado de cuidar de Antonio na sua estadia na Alemanha.

Não é possível precisar quando Antonio Diederichsen foi estudar naquele país, pela primeira vez, para fazer o curso ginásial. Mas é possível estimar. Ele entrou no Colégio Brasileiro-Alemão com sete anos, portanto, em 1882. A revista não informa quanto tempo ficou em regime de internato naquele colégio e que saiu de lá quando os pais compraram uma casa na rua 7 de Abril, na praça do Patriarca.

No entanto, em um trecho de interpretação dúbia, informa que “dois anos decorridos e o filho mais velho de Bernardo Diederichsen não falava o alemão, embora continuasse frequentando o tradicional colégio da rua Florêncio de Abreu....”.

Não é possível saber se os dois anos a que se refere o livro são o tempo de internato ou se referia a dois anos após o período no colégio. A primeira hipótese é a mais provável, porque a segunda faria com que ele tivesse idade superior à apontada no livro para o seu retorno ao Brasil.

O texto informa que Antonio ficou nove anos estudando em Hamburgo e que voltou ao Brasil quando tinha menos de 18 anos. Assim, somando-se os sete anos da sua infância até entrar no Colégio Brasileiro-Alemão, mais os nove em que ficou na Alemanha, já são dezesseis. Supondo que ele teria os dois no colégio, embora estudando lá, chega-se aos 18 anos, o que confirma, aproximadamente, as informações do livro. Ou seja, ele pode ter ido para a Alemanha, provavelmente, com nove anos de idade e retornado em 1893, com 18 anos.

De acordo com o site de genealogia Ancestry, a lista de passageiros de Hamburgo (entre 1850 e 1934) registra duas viagens de Bernard para a Alemanha¹². A primeira, em 1890 - provavelmente já com Antonio na Alemanha -, mostra que viajou sozinho e voltou ao Brasil

12 O mesmo site registra uma terceira viagem de Bernard à Alemanha em 1909.

no navio Desterro, em 26 de julho daquele ano. Na segunda, de 1895, ele voltou da Alemanha acompanhado da mulher Anna e da filha Ernestina, no navio Paraguassu, em 19 de abril daquele ano. O site não aponta a presença de Ernesto, mas tanto a revista dos 50 anos da empresa de Diederichsen como o site “Aqui tem coisa”, de Fernando Stickel, filho de Ernesto e sobrinho de Antonio Diederichsen, asseguram que ele esteve na Alemanha, para estudar.

É provável que a segunda ida à Alemanha de Bernard tenha sido com Ernesto e Ernestina, acompanhado da mulher e que Ernesto já tenha ficado lá para estudar, provavelmente dois anos depois do irmão ter retornado.

A segunda ida de Antonio Diederichsen à Alemanha pode ter ocorrido um ou dois anos depois de ter chegado ao Brasil. O livro dos 50 anos informa que após a sua volta, provavelmente em 1893, ele trabalhou com o pai na Morumby e que, um ano após ter chegado, uma praga atingiu as videiras plantadas, provocando o fechamento da fazenda.

Foi nesse período em que Bernard começou a trabalhar na Theodor Wille de São Paulo e quando Antonio volta à Alemanha. Ele embarcou para estudar agronomia, para fazer a vontade do pai, mas o seu interesse era engenharia mecânica.

Primeiramente esteve numa fazenda, no município de Holstein, na condição de aprendiz, pagando pensão, segundo os métodos do ensino agrícola alemão, naquela época. Após esse estágio prático, foi transferido para outra estância, na qualidade de voluntário, na qual não pagava pensão nem recebia salário, e, finalmente, para uma terceira, em Netelau, na mesma zona de Holstein, como administrador. Enquanto praticava no campo, fazia estudos teóricos por correspondência, através da Escola Agrícola de Schoenwalde, na qual prestava os exames anuais. (folha 22, incluindo a capa).

Antonio deve ter permanecido na Alemanha, entre um e dois anos, porque a revista informa que a sua volta ao Brasil ocorreu quando ele tinha menos de vinte anos. Se isso for correto, voltou ao Brasil, definitivamente, até 1895.

Conta o livro que, na sua volta, foi trabalhar na fazenda “Adelaide”, de propriedade do primo Arthur Diederichsen, em Ribeirão Preto, e, algum tempo depois, na fazenda “Retiro do Desengano”, também de propriedade de Arthur, em Batatais.

Como se verá mais à frente, foi, provavelmente nesse local em que ele conheceu a sua companheira de vida, Cândida Bessa, casada e com uma filha com o administrador dessa fazenda. Ficaram juntos, provavelmente, meio século, sem casar, por causa das leis da época.

Com o fim do trabalho na Desterro, Antonio foi trabalhar para o Banco-Alemão, na região de Ribeirão Preto, com o objetivo de listar a relação de empresas que estavam em dívida com essa instituição. Uma delas era o Banco Construtor e Auxiliar de Santos, “que havia montado em Ribeirão Preto uma oficina mecânica, uma fundição e uma serraria, para atender às lavouras e às máquinas de beneficiar café”, (folha 27, incluindo a capa).

Era o ano de 1903 e Antonio começava, na prática, a sua caminhada para se tornar um dos homens mais ricos de Ribeirão Preto.

De acordo com a Revista Genealógica Brasileira, o casal Bernard e Anna Diederichsen teve seis filhos: Maria (Maricota) Luiza (1870), Anton Ludwig Christian Diederichsen (Antonio Diederichsen/1875), os gêmeos Ernesto e Ernestina (1877), Anna (1879) e Bertha Diederichsen (1882).

No entanto, a página de Peter Hennings na Geneanet informa que foram nove. Além dos seis filhos citados pela revista, Antonio Diederichsen teria tido outros três irmãos: Antonio e Jorge, mortos ao nascer, em 1868 e 1878, respectivamente, e Carlos Diederichsen, que viveu até à idade de quatro anos (1869-1873), ano em que morreu o seu avô materno.

Maricota Diederichsen, “a afilhadinha” do doutor em Medicina, Manoel Fernandes da Rocha Leão, como se viu anteriormente, casou com o primo Carl Hermann Diederichsen e, depois de enviudar apenas cinco anos após o casamento voltou a casar, em 1897, com o comerciante Carl Eduard Gottlieb Ritz, e faleceu em 1936.

Ernesto Diederichsen nasceu em São Paulo, em 1877, e teve parte da sua educação feita na Alemanha, assim como boa parte dos irmãos. Além de ter trabalhado e ser sócio das casas Theodor Wille no Brasil, especialmente a de São Paulo, foi um dos fundadores da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, esteve à frente da instituição entre 1918-1933 e é considerado um dos principais impulsionadores da indústria têxtil nesse estado, entre outras áreas.

Foi um dos pioneiros no estado a instalar creche, ambulatório, gabinete médico, escola primária, cinema e biblioteca dentro da sua principal empresa da época, a “Argos Industrial S/A”, antes da existência de legislação nesse sentido. Essa área era gerida pela Associação dos Funcionários da Argos.

Ernesto Diederichsen era casado com Maria Elisa Arens Diederichsen e, entre os filhos, estava Leonor Dumont Villares. Ela era casada com Luiz Dumont Villares, cuja família teve diversas empresas no estado, entre elas, as Indústrias Villares, fabricante dos elevadores Atlas.

Luiz Dumont Villares era filho de Gabriella Dumont Villares, irmã do pai da aviação, Alberto Santos Dumont e filha do primeiro rei de café do Ribeirão Preto, Henrique Honorée Dumont.

Juntamente com o sogro, Ernesto, Luiz Dumont montou um hotel de luxo em Campos de Jordão, chamado “Toriba”, que teve uma particularidade interessante.

O corpo de funcionários parecia uma grande família – aliás, como até hoje. Grande parcela foi contratada pelos Hillebrecht entre os membros da tripulação do navio Windhuk, que havia chegado ao Porto de Santos em dezembro de 1939, ainda durante a Segunda Guerra. Eram cozinheiros, confeitheiros, camareiros, governantas, garçons, cabeleireiros – enfim, todos ligados à área de gastronomia, hotelaria e serviço – decididos a continuar no Brasil mesmo depois do fim do conflito. (CELIA SVEVO; SANDRA NEDOPETALSKI, 2007), p.41.¹³

Na época da Segunda Guerra, o Windhuk chegou a ficar detido no Brasil e parte da sua tripulação foi enviada para campos de concentração brasileiros, entre eles, um em Ribeirão Preto, na fazenda Monte Alegre.

Ernesto Diederichsen morreu em 1949, em São Paulo e, como seu irmão Antonio, foi enterrado no cemitério dos Protestantes.

A gêmea Ernestina casou com o advogado Thimoteo de Araujo, Anna Diederichsen com o corretor oficial de fundos públicos, Emil Wysling, e Bertha Diederichsen casou com o comerciante Stanislau Pachur, que trabalhou durante vários anos na casa Theodor Wille de Santos. Ali, ele foi primeiro presidente da Sociedade Germânica e vice-cônsul do Reich Alemão, em 1934.

¹³ CELIA SVEVO; SANDRA NEDOPETALSKI. **O Toriba na cultura de Campos do Jordão**. São Paulo: Metalivros, 2007.

A eles, somou-se Antonio Luiz Cristiano Diederichsen, o quinto dos nove filhos do casal Bernard e Anna Diederichsen. Com 28 anos, o filho deles, neto de Friederich Peter Ludwig Diederichsen, bisneto do comerciante Jacob Arendt Diederichsen e com o sangue de Kiel a correr nas veias, começou a trilhar o seu caminho e fundar uma empresa que chegou a se tornar uma das maiores da região.

Capítulo 4

A serraria de Achilles Vidulich e como “seu” Tonico se tornou um dos homens mais ricos de Ribeirão Preto

Na manhã do dia 22 de abril de 1929, o motorista de uma família tradicional de São Paulo encontrou o corpo de um homem morto, entre os canais 4 e 5 da praia do Boqueirão, em Santos. Tinha duas marcas de tiro. As investigações posteriores, feitas pelas polícias de Santos e São Paulo, mostraram que nada havia sido roubado e que os projéteis tinham atingido a perna direita e a cabeça.¹

Um amigo da vítima confirmou que o morto era o engenheiro Achilles Vidulich, dono da Serraria Guarany, em Santos, e que, juntamente com o comerciante Nilo Cunha, havia constituído a empresa Cunha & Vidulich, em fevereiro de 1929. Eram sócios na serraria. A informação é do jornal Tribuna de Santos.

1 Toda a história foi coberta pelo jornal Tribuna de Santos, em nove matérias, publicadas entre abril e agosto de 1929. No link abaixo, a primeira delas, a respeito da morte de Achilles Vidulich, publicada em 25 de abril de 1929, pelo jornal Tribuna, de Santos. Endereço: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=153931_00&pagfis=80439. Último acesso em 8/9/2025.



Acima, João Hibbeln e Antonio Diederichsen (os dois de chapéu, na segunda fila, à direita), com um grupo de funcionários da empresa Diederichsen & Hibbeln, em foto na década de 1910; abaixo, à esquerda, imagem do Antigo Banco Constructor, em 1906; abaixo dele, foto do Edifício ABC, inaugurado em 1941 e, finalmente, na última foto, a Estação das Jardineiras, de 1934. No canto direito da página, a Estação de Jardineiras e, abaixo, Diederichsen e a diretoria do Banco Regional de Ribeirão Preto, único negócio que faliu.



Vidulich tinha 66 anos, era um cidadão respeitado na cidade de Santos, onde tinha o negócio e morava, para poder ficar próximo da sua empresa. Mas também tinha uma casa em São Paulo, onde moravam a mulher Angelina e as quatro filhas, Esther, Ignez, Jandira e Mercedes.

Entre as várias atividades que teve na vida, antes de trabalhar em Santos, tinha sido engenheiro da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, em Ribeirão Preto.

No dia 21 de abril, um domingo, a menos de doze horas de ser assassinado, esteve na serraria, pela manhã, onde ficou até por volta do meio-dia. Foi almoçar em um restaurante, voltou para casa e, depois, passeou por Santos com as filhas Mercedes e Esther.

Por volta das 15h, levou-as à estação de trem da São Paulo Railway, para que voltassem para a casa de São Paulo. Em seguida, mais para o final da tarde, Vidulich foi de bonde até São Vicente, visitar um amigo, e voltou a Santos, também de bonde, por volta das 20h30. Uma hora depois foi assassinado e o seu corpo encontrado, no dia seguinte, na praia do Boqueirão.

Duas semanas após o crime, a polícia prendeu um rapaz de 21 anos, que confessou ter assassinado Vidulich, alegando desavenças pessoais dele e do pai com o engenheiro. O pai tinha sido sócio do engenheiro da Mogyana, entre 1925 e 1929, e a sociedade foi desfeita a pedido de Vidulich, de maneira litigiosa. Essa sociedade antecedeu a de Vidulich com Nilo Cunha.

No relatório final da polícia a respeito do crime, diversas entrevistas confirmaram que o relacionamento entre os dois ex-sócios na serraria Guarany era bastante ruim, inclusive com o sócio afastado fazendo ameaças de morte a Vidulich.

Em um diário escrito pelo engenheiro e encontrado pela polícia na sua casa de São Paulo, Vidulich já antecipava que a dissolução da sociedade - e os rancores que dela decorreram, por parte do ex-sócio e do filho - iria acabar em morte.

A causa final da desavença entre os dois foi o pedido de dissolução da sociedade, feito por Vidulich à Justiça, em julho de 1928, alegando sucessivas ações do ex-sócio em negar que ele tivesse acesso às contas da empresa. Da mesma forma, também citou o uso de diversos parentes do ex-sócio na serraria, inclusive o filho, que teriam utilizados práticas intimidadoras contra ele, que incluíam ameaças de morte.

O ex-sócio recorreu da decisão, alegando que a separação da sociedade lhe havia trazido “prejuízos incalculáveis” e que Vidulich, inclusive, teria recorrido a ele para conseguir o capital inicial para a montagem da empresa dos dois. O engenheiro foi morto antes da decisão final da Justiça.

O autor do assassinato de Achilles Vidulich chamava-se João Hibbeln Junior, nascido em Ribeirão Preto. O pai dele, um descendente de alemães de temperamento violento e explosivo, chamava-se João Hibbeln. Ele foi o sócio de Antonio Diederichsen na criação da sua primeira empresa, Diederichsen & Hibbeln, em 1903, em Ribeirão Preto.

Paradoxalmente, assim como disse à Justiça no processo de distrato da sociedade com Vidulich, a cota de participação dele na sociedade com Diederichsen foi antecipada pelo último, somada a um lote de madeira que tinha, quando gerenciava a massa falida do banco, que envolvia, entre outros equipamentos, uma serraria.

João Hibbeln não foi considerado cúmplice do crime ou que, de alguma forma, tivesse

alguma ligação com ele, embora o jornal de Santos deixasse implícito que a ação do seu filho no assassinato de Vidulich estava diretamente ligada aos rancores do pai em relação ao antigo sócio.

Em agosto de 1929, mesmo após ter confessado o crime e dado detalhes de tê-lo feito de forma premeditada - inclusive com a compra da arma usada para praticar o homicídio a um marinheiro estrangeiro - João Hibbeln Junior foi absolvido pelo Tribunal do Juri de Santos.

A decisão foi alvo de duas matérias violentíssimas do jornal contra a decisão, ambas chamadas “Fallencia do Jury”, nas edições² dos dias 27 de agosto e 25 de outubro de 1929.

O começo do império

Hibbeln e Diederichsen conheceram-se, provavelmente, em 1903, 26 anos antes do crime de Santos, em circunstâncias que envolvem a compra da massa falida do Banco Constructor e Auxiliar de Santos, apenas em Ribeirão Preto. Na cidade, a instituição tinha uma serraria, oficina mecânica e uma fundação, “para atender às lavouras e às máquinas de beneficiar café”. (SEBASTIÃO PORTO, 1953), (folha 27 de 62, incluindo a capa). O gerenciamento era feito por Hibbeln.

A parte de Ribeirão Preto do Banco Constructor e Auxiliar de Santos foi comprada por Diederichsen por cerca de trinta contos de réis (R\$ 27:922\$850), a partir de uma sociedade dele com Hibbeln: em valores arredondados, dezoito contos de réis como capital do próprio Diederichsen e outros doze que ele forneceu ao sócio, nos quais estavam incluídos cerca de dois contos de réis, que Hibbeln possuía em madeiras na serraria.

Iniciando uma prática que manteria em outras ocasiões, Antonio Diederichsen assinou o registro de firma como “Antonio da Rocha Diederichsen”, quando o seu nome de batismo era Antonio Luiz Christiano Diederichsen.

O início das atividades foi em 20 de outubro de 1903, com o nome de Diederichsen & Hibbeln, conforme o “Registro da Firma Commercial”, arquivado na Junta Commercial do Estado sob o nº 5.529. O endereço presente no mesmo registro era a rua José Bonifácio, nº 42.

A empresa estava instalada em um barracão de madeira, coberto de zinco, nas proximidades da estação Mogiana. Era o início de uma parceria que duraria treze anos, até ser desfeita em 1916.

Quando isso aconteceu, já no período da Primeira Guerra Mundial, a empresa cresceu e assumiu dimensão suficiente para se tornar uma referência regional. Mas até chegar lá, como conta Sebastião Porto, foram léguas e léguas no lombo de cavalos, de fazenda em fazenda, cobrando vendas feitas na loja.

Apenas três anos após a sua fundação, em 1906, a Diederichsen & Hibbeln construiu o que seria o seu primeiro “prédio”, de ferragens, voltado para atender os clientes ligados à construção civil, especialmente os empreiteiros.

Seu capital visível era o estoque comercial, base do fornecimento de mercadorias para o setor rural. O capital invisível, a conexão com o mercado importador de café, que lhe

² Ver https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=153931_00&Pesq=%22Vidulich%22&pagfis=82333 e https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=153931_00&Pesq=%22Vidulich%22&pagfis=83245. Últimos acessos em 8/9/2025.

fazia adiantamentos em moeda forte. Amigo do coronel Francisco Schmidt, seu principal contato no mercado alemão era Theodor Wille, grande importador com escritório em São Paulo. Além de possuir o invejável contato internacional, Diederichsen granjeou fama pela variedade do estoque e pelo alcance do fornecimento. Considerado o primeiro loja de departamentos do interior paulista, o Antigo Banco consertava máquinas e equipamentos, fundia peças, fabricava carroças e fornecia material de construção (de madeira a cimento, telhas e tijolos) para as cidades da região mojiana e até o Triângulo Mineiro. A maioria das mercadorias era despachada por ferrovia. (GERALDO HASSE, 2004)³, pp. 44 e 45.

A citação de Hasse a Theodor Wille é mais ampla do que pode parecer. Como se viu, no período em que esteve no Brasil (1838 a 1847), o seu principal negócio era o café, mas não só. A outra parte do negócio envolvia a importação de diversos produtos, entre manufaturas, como tecidos e produtos têxteis, artigos de armarinho, incluindo linhas, botões e outros pequenos itens de costura, louças, vidros e porcelanas e até máquinas e equipamentos.

Uma nota fiscal de 29 de fevereiro de 1908, emitida pela Diederichsen & Hibbeln ao cliente Joaquim Alves da Costa Pereira, mostra que os clientes da loja, além dos serviços originalmente oferecidos (oficina mecânica, serralha a vapor e fundição de ferro e bronze) também tinham ao seu dispor “completo sortimento de ferragens para construção e machinas para lavoura e indústria”.

A mesma nota aponta que a empresa estava localizada nas ruas São Sebastião, nº 1 e José Bonifácio, 46, neste caso, ao lado do núcleo original da Diederichsen & Hibbeln, voltado para o mercado.

A área de ferragens, como afirmou Porto no seu livro, era a alma da empresa. Em vários momentos, sob as diversas formas que assumiu posteriormente, era identificada como tendo o seu ponto forte nos materiais de construção. Isso, mesmo que, gradativamente, utensílios para o lar, automóveis, posto de gasolina e os gigantescos empreendimentos imobiliários, como o edifício Diederichsen e o hotel Umuarama, viessem a fazer parte do seu portfólio. Como afirma o texto de 1953,

A nossa especialidade, no entanto, sempre foi aquela que marcou os nossos primeiros passos no parque comercial de Ribeirão Preto: ferragens. Jamais deixamos de ter no estoque qualquer artigo do ramo.

Como grande parte dos produtos oferecidos por Diederichsen, ainda na época da sociedade com João Hibbeln, fossem importados é provável que, em função de todas as relações envolvidas entre os seus fornecedores, estivesse a empresa de Wille.

Em 1913, Diederichsen e Hibbeln eram anunciados como industriais e comerciantes, informando a presença de serralha mecânica, fundição de ferro e de bronze e armazém, além de vasta oferta de mercadorias, como ferragens, tintas, cal, cimento, máquinas para indústria e agrícolas, utensílios domésticos, armas e munições. Nota-se que ofereciam produtos destinados à construção civil, para uma cidade em crescimento, e atendiam às atividades produtivas locais, como indústria e agricultura. Além disso, respondiam às demandas domésticas de uma população urbana e refletiam, pela venda de armas, a situação de segurança de uma região de fronteira agrícola, onde a presença dos aparatos do

3 GERALDO HASSE. O guia. **1904-2004 - Um Espelho de 100 anos**, Ribeirão Preto, p. 44 a 47, 2004.

*estado ainda estava se firmando*⁴. (TATIANA DE SOUZA GASTAR, 2022)⁵, p. 112.

Em 1912, “em virtude do desenvolvimento extraordinário” da serraria, o equipamento pesado desse setor foi transferido para instalações na Vila Tibério, “*permanecendo, no antigo local [esquina das ruas São Sebastião com Jose Bonifácio], apenas o maquinário de desdobro e aparelhamento*”, (PORTO, folha 31, incluindo a capa).

Em 1916, com a dissolução da empresa⁶, ocorre um dos momentos mais importantes da história da empresa e que reflete o modo de pensar de Antonio Diederichsen: a participação de empregados nos lucros das empresas⁷.

Naquele ano, Diederichsen convidou os seus auxiliares mais diretos - Manoel Penna, Camilo Luttlenschlager, José Gonçalves Barbosa, Germano Reinel da Silva e Guido Gambini - para passarem a ser “sócios interessados” da empresa⁸.

Grande parte das pessoas que, ao longo dos anos, passou a fazer parte societária das empresas Diederichsen, permaneceram com ele por décadas. Um deles, em especial, foi Manoel Penna, como se verá mais à frente.

Com o fim da Diederichsen & Hibbeln⁹, a empresa de Antonio assume parte do antigo nome informal da empresa, “Antigo Banco Constructor de Diederichsen & Hibbeln”, para passar a se chamar apenas “Antigo Banco Constructor”.¹⁰

A questão do nome assumido pela empresa de Antonio Diederichsen após a dissolução da sociedade com João Hibbeln é confusa. É assumido que, como dissemos, era “Antigo Banco Constructor”, como, inclusive, aparecia em diversos impressos da empresa e anúncios em jornais.

4 Um anúncio de 11 de abril de 1904, publicado no jornal A Tribuna, de Santos (o mesmo que, duas décadas depois, revelou o assassinato do engenheiro Vidulich pelo filho de Hibbeln, João Hibbeln Junior), mostrava que a empresa Diederichsen & Hibbeln também atendia a uma área inusitada. Nele, o “concertador e professor de piano”, Bernardo Klaunig, informava que o conserto desse instrumento musical podia ser feito, além de Santos, São Paulo, Taubaté e Campinas, no depósito de Diederichsen & Hibbeln (Antigo Banco Constructor), em Ribeirão Preto.

5 TATIANA DE SOUZA GASTAR. **Edifício Diederichsen: concepção e trajetória**. 2022. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022.

6 A causa da dissolução da sociedade é apontada, no livro de Porto, a divergências entre as posições pró-germânicas de Hibbeln e a postura pró-Brasil de Diederichsen, já no decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O conflito envolveu as potências da Tríplice Entente (Grã-Bretanha, Rússia, Japão e a França) contra a Tríplice Aliança (impérios centrais da Alemanha e da Áustria Hungria, o império Turco-Otomano e a Itália). Com o afundamento de navios mercantes por submarinos alemães, em 1917, o Brasil declarou guerra à Alemanha e demais países da Tríplice Aliança.

7 A decisão antecipou em quase três décadas a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas em que trabalhavam. Esse instrumento surgiu, formalmente, mas de forma genérica, na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e, três anos depois, foi incluído na Constituição de 1946, tornando obrigatória a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados. Apesar disso, a regulamentação desse instrumento só ocorreu 54 anos depois, em 2000, com a promulgação da lei nº 10.101, de 19 de dezembro daquele ano, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

8 O termo “sócio interessado” refere-se aos parceiros de uma sociedade que estão diretamente ligados ao negócio pela sua afinidade com o setor de atuação e pela sua participação ativa ou financeira.

9 No livro dos 50 anos da Cia. Comércio-Indústria “Antonio Diederichsen”, Sebastião Porto afirma que a dissolução de sociedade ocorreu em 1916. No entanto, de acordo com a ata de constituição da Cia. Comércio Indústria “Antonio Diederichsen”, de 1945, formalmente, ela foi encerrada por escritura pública de 11 de dezembro de 1915, transcrita sob o nº 9.715, à folha 114 do livro 3-M do Cartório de Registro Geral de Imóveis, da 1ª Circunscrição da Comarca de Ribeirão Preto.

10 Ver Plataforma Verri, em <http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=R&id-City=24&idCategory=10&idBook=517>. Acesso em 18/9/2015.

Por exemplo, em um anúncio publicado no jornal “A Cidade”, de 1 de abril de 1934, a respeito da empresa, refere-se a ele como Antigo Banco Constructor. No final do anúncio, aparece o nome de Diederichsen em letras garrafais.

Da mesma forma, outro anúncio, dessa vez de 9 de abril de 1935, no Diário de Notícias, falando das maravilhas dos novos freios do Ford V8 1935, aponta que o agente da marca norte-americana em Ribeirão Preto era Antonio Diederichsen e não o Antigo Banco Constructor.

Para confundir mais as coisas, uma foto de 1939, sobre o posto de combustível Diederichsen, mostra a parte frontal do prédio, em formato de “L” e, à esquerda da imagem na parte superior da parede, um grande círculo de tijolos, com as palavras A.D., em seu interior.

Nenhuma das publicações acessadas pelo autor se refere à razão social da empresa. Aliás, em, pelo menos, uma publicação, o fascículo 13 da série Personalidades, editada pela revista Revide, o autor, Paulo Viarti, informa que o nome “Antigo Banco Constructor” é de fantasia.

Até onde o autor pode confirmar, existem registros da primeira empresa, com Hibbeln, assim como da terceira e da quarta razões sociais. Nada da segunda. Em grande parte do livro a respeito dos 50 anos da empresa de Diederichsen, ela é referida genericamente como “Antigo Banco Constructor”, depois “Antigo Banco Construtor”.

Desta maneira, é dessa forma, relacionada com o nome de fantasia da empresa, nessa fase, 1916 a 1939, que este livro vai se referir à segunda empresa de Diederichsen.

Na dissolução da sociedade da Diederichsen & Hibbeln, a quota social recebida pelo sócio de Antonio foi parte em dinheiro e o restante em títulos, resgatáveis em seis anos. No entanto, segundo Porto, o resgate ocorreu no ano seguinte, o que já indicava que os negócios iam bem.

(...) a prosperidade entrava na organização através da valorização do estoque de mercadorias importadas da Alemanha e isso, aliado ao esforço dos balconistas e operários, possibilitou a Antonio Diederichsen saldar seu compromisso com João Hibbeln cinco anos antes do prazo estabelecido. (SEBASTIÃO PORTO, 1953), folha 31, incluindo a capa.

Aquela empresa que, em 1903, havia herdado a massa falida do Banco Constructor e Auxiliar de Santos de Santos, em Ribeirão Preto, apenas cinco anos depois, havia adquirido uma dimensão excepcional, ponto destacado pelos economistas Renato Leite Marcondes e Juliana Garavazo:

Muitas vezes, as atividades exercidas pelos empresários envolviam ocupações múltiplas. Um exemplo nessa linha foi Antonio Diederichsen, que mantinha loja e indústria. Ele possuía fundição de ferro e bronze, uma serraria e uma casa de ferragens em 1910, em sociedade com Hibbeln, na rua José Bonifácio. Esse comerciante foi o segundo maior pagador De impostos em 1908 e o maior em 1910, detendo dois estabelecimentos: a loja no centro e a serraria e fundição na Vila Tibério. (RENATO LEITE MARCONDES; JULIANA GARAVAZO, 2004), p. 215.¹¹

Em 1920, ocorre nova ampliação da seção de ferragens, que passa a ocupar todo o prédio das ruas São Sebastião com José Bonifácio, dando início a um processo, ainda tímido, de

¹¹ RENATO LEITE MARCONDES; JULIANA GARAVAZO. Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos**, [S. l.], p. 211-222, 2004. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/adm05202110.pdf>.

segmentação dos negócios de Diederichsen. Com a reforma do prédio de ferragens - que teria nova ampliação em 1923 -, a parte administrativa passa a ocupar um anexo, na rua São Sebastião.

Até a década de 1930, esse processo vai se intensificando, de modo a ser possível identificar espacialmente, onde estavam os negócios do “seu” Tônico. Esse processo é explicado, no seu conjunto, especialmente até a década de 1930 e início da próxima, pela arquiteta e urbanista Tatiana de Souza Gaspar.

Evidencia-se, uma vez mais, a setorização espacial e funcional dos estabelecimentos de Antonio Diederichsen, que abrigavam funções específicas de acordo com as características da rua a serem implantados. Na Rua José Bonifácio, especialmente no trecho em frente ao Mercado Público de Ribeirão Preto, os edifícios se aproveitaram da movimentação de pessoas, sendo destinados ao comércio (figura 2.2.23). Esses estabelecimentos ofereciam vasta gama de produtos, que atendiam desde demandas agrícolas (figura 2.2.24), como materiais para a construção civil e mercadorias vinculadas às novas necessidades dos indivíduos, seja em seus cuidados pessoais (figura 2.2.25) ou com suas moradias (figura 2.2.26), designando maiores níveis de comodidade e conforto.

Já a Rua São Sebastião, que funcionou como um eixo importante de ligação entre o Mercado e a Praça XV de Novembro, não se caracterizou pela intensidade de estabelecimentos comerciais, como ocorreu com a Rua General Osório e Rua José Bonifácio. A análise de usos dos estabelecimentos do Antigo Banco Constructor nessa via – que, anos depois, também receberia o Edifício Diederichsen – apontam para a presença de serviços, como o escritório da empresa e a garagem para automóveis. Na Rua Américo Brasiliense concentraram-se os depósitos, que serviram como apoio para as atividades comerciais e industriais da empresa. (...)

Próximo à esquina com a Rua Visconde de Inhaúma estava o setor de eletricidade, | que oferecia utilitários para o interior doméstico, como “refrigeradores, fogões, lustres, | candelabros, enceradeiras e demais artigos elétricos” (figura 5.1.17) e tinha Waldemiro | Diniz Guimarães como chefe (PORTO, 1953, p. 46). Ao seu lado estava a seção de | automóveis, gerida por Henrique Pierotti, e que embora não possuísse um letreiro | específico, tinha destaque por ser vizinho ao posto de combustível. Nessa seção eram | expostos e comercializados veículos da marca FORD, da qual o Antigo Banco Constructor | era concessionário desde 1932 (figura 5.1.17). O setor ainda contava com uma seção de | venda de peças e artigos da mesma marca, como “óleos lubrificantes, pneumáticos e | acessórios para automóveis, caminhos e tratores”, chefiada por Antonio Roteta (PORTO, | 1953, p. 46). A partir dali o edifício projetado em 1941 complementava o departamento de | produtos e serviços relacionados aos veículos, com oficinas especializadas em diversos | tipos de consertos, cada uma com seu próprio profissional responsável (figura 5.1.17). (TATIANA DE SOUZA GASTAR, 2021)pp. 151 e 422.

Os trechos acima estão presente em trabalho acadêmico, feito pela arquiteta. Em 2022, ela apresentou a tese “*Diederichsen: concepção e trajetória*” à Universidade de São Paulo, campus de São Carlos, destinada a obter o grau de doutora em arquitetura e urbanismo.

Sessenta e nove anos depois do livro de Sebastião Porto, esse documento de 667 páginas tornou-se a principal obra de referência sobre Diederichsen e os seus negócios em Ribeirão Preto e, desta forma, leitura obrigatória para todos os que se interessarem pelo assunto.

Em um determinado trecho da tese, Tatiana apresenta dois gráficos, montados por ela, que definem, de forma clara, a evolução física e a posterior dimensão da Diederichsen & Hibbeln e as empresas que vieram depois da dissolução da sociedade, em 1916.

Na página 165 do documento, a partir de uma foto do Antigo Banco Constructor, de 1940, na esquina das ruas São Sebastião e Saldanha Marinho, ela mostrou a evolução do crescimento da empresa, em sete ampliações, ocorridas entre 1907 e 1931, tendo como base levantamentos feitos por ela.

Em doze gráficos, em formato de quadrado, dispostos cronologicamente, com cada um representando o quadrilátero de ruas São Sebastião, Saldanha Marinho, Américo Brasiliense e José Bonifácio, ela foi apontando as ampliações feitas, novamente entre 1907 e 1931. Do lote original e solitário, na esquina das ruas São Sebastião com José Bonifácio, já com a primeira ampliação, a quadra vai se tingindo de preto, até ficar cerca de 90% tomada pelas diversas expansões da empresa de Diederichsen, em 1931.

Sete anos antes disso, em 1924, o processo de inclusão de funcionários para participarem da sociedade da empresa, iniciado em 1916, prossegue, com a inclusão de quatro novos nomes: entram para a diretoria João Marzola, Adauto de Almeida, Paulo João Ferrero e Henrique Pierotti.

Aliás, a história da chegada deste último ao Antigo Banco Constructor é bastante curiosa. De acordo com o livro “Manoel Penna - Centenário”, escrito pela filha dele, Nice Penna de Barros Cruz, em 1989, para comemorar o aniversário do pai, o primeiro automóvel da marca Chevrolet a chegar a Ribeirão Preto foi trazido após negociações do pai.

Manoel Penna vai a São Paulo, na firma Byington e Cia., onde o Antigo Banco Construtor tinha muitas transações comerciais e um dos diretores faz-lhe uma proposta: trazer também um automóvel a Ribeirão. A Byington e Cia. comercializava os carros da marca Chevrolet, diretamente importados dos Estados Unidos, fabricados pela General Motors. Manoel Penna se agrada da ideia e, na volta, conversa com Antonio Diederichsen sobre o assunto. Havendo concordância de opiniões, trazem o automóvel a Ribeirão. Mas havia dificuldades. Não só na montagem, pois também era preciso alguém que soubesse dirigir. Isto acontecia por volta de 1925 e poucas pessoas eram habilitadas. Então a firma resolve contratar em São Paulo, uma pessoa capacitada para o evento, Henrique Pierotti. (NICE PENNA DE BARROS CRUZ, 1989), pp. 63 e 63.¹²

A chegada do Chevrolet pilotado por Pierotti marca o início de novos caminhos que Diederichsen imprimiu à sua empresa, desta vez voltada para o ramo de automóveis. Apesar de inicialmente, ter começado com a marca Chevrolet, ele voltou-se para a concorrente Ford. Em 1928, surge o projeto de construção de uma agência da marca, na esquina das ruas Américo Brasiliense com Visconde de Inhaúma e, três anos depois, o posto de gasolina,¹³

12 NICE PENNA DE BARROS CRUZ. **Manoel Penna - Centenário**. Ribeirão Preto: SDP Marketing & Comunicação, 1989.

13 O texto “O Guia”, de Geraldo Hasse, dentro do livro “**1904-2002 - Um espelho de cem anos**”, escrito em 2004 para comemorar o centenário da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto cita o fato de que, “Em 1922, quando a cidade possuía 15 mil habitantes e 460 automóveis, Diederichsen instalou uma bomba de gasolina na esquina da Saldanha Marinho com Américo Brasiliense”. Como em Ribeirão Preto, a população em 1920 já era de quase 70 mil habitantes é possível que o número apontado no texto decorra de um erro de digitação.

a indicar não só a evolução do negócio iniciado com a garagem e a oficina na Rua São Sebastião, mas também a relação profissional de Antonio Terreri para Antonio Diederichsen. Foi, igualmente, a primeira parceria verificada entre o “arquitecto” Antonio Terreri e o “constructor” Paschoal de Vincenzo, que três anos depois atuaram novamente em parceria no projeto do Edifício Diederichsen. (TATIANA DE SOUZA GASTAR, 2021), p. 157.

Os anos finais da década de 1920 também marcam a ida definitiva da área pesada dos negócios para a Vila Tibério, iniciada em 1912. Só que, neste caso, a causa foi uma enchente que teria provocado o alagamento das instalações da rua José Bonifácio, onde estavam o depósito de cal e cimento, ferragens, oficina mecânica e parte da serraria.

Os prejuízos causados pelas águas, de acordo com jornais da época, citados na tese de Tatiana de Souza Gaspar, teriam chegado a cerca de 400 contos de réis. Para se ter uma ideia do valor, o terreno pago por Antonio Diederichsen aos herdeiros de Francisco da Cunha Diniz Junqueira foi pouco mais do que isso.

A área da Vila Tibério, de acordo com a ata de constituição da Cia. Comércio Indústria “Antonio Diederichsen”, de 1945, tinha cerca de 30 mil metros quadrados, “situados na antiga Chácara Martinico Prado e localizada no quadrilátero formado pelas ruas Conselheiro Nabuco, Conselheiro Saraiva e Castro Alves, “tendo por outro confrontante apenas a Companhia Mogiana (...)”¹⁴

O ano seguinte à enchente marca a criação do único negócio de Antonio Diederichsen que não deu certo. No segundo semestre de 1928, o Correio Paulistano publicava a seguinte nota, sob o título “Banco Regional”:

*RIBEIRÃO PRETO, 13 - Acaba de ser fundado, sob os melhores auspícios, (sic) nesta cidade, o Banco Regional de Ribeirão Preto cujo capital inicial, que é de 5 mil contos de réis, já se acha quasi inteiramente subscripto. Este banco foi organizado sob a forma de sociedade em commandita, devendo girar sob a firma social Mattosinho, Diederichsen e Cia., figurando como socios solidarios os srs. Julio de Oliveira Mattosinho Filho antigo gerente de varias agencias bancarias e filiaes do bancos dessa capital; Antonio Diederichsen, proprietario de um grande estabelecimento commercial e industrial desta cidade; Luiz Ribeiro de Araujo, proprietario da Pharmacia e Drogaria Araujo, e Manuel Penna (sic), socio-gerente do antigo Banco Constructor. A escriptura definitiva para a constituição da sociedade será lavrada no proximo dia 16 corrente, nas notas do 2º tabellião desta comarca.*¹⁵

Pouco mais de um mês depois dessa notícia, na edição de 21 de setembro de 1928, sob o título “Banco Regional de Ribeirão Preto”, o periódico informa que o Ministério da Fazenda havia concedido a licença de funcionamento do banco.

Em outubro o Correio Paulistano informava que “*tem funcionado, com enorme animação, provisoriamente junto ao Antigo Banco Constructor, á rua São Sebastião, nº 1 (...)*”. A matéria foi publicada no dia 11 de outubro de 1928, na página 10 do jornal.

Na edição de 27 de julho de 1929, a menos de um ano de sua fundação, os elogios permaneciam. Na edição desse dia, o Diário Nacional afirmava que

14 Conforme edição de 3 de outubro de 1945 do jornal Correio Paulistano, sob o título “Companhia Comércio - Indústria “Antonio Diederichsen - Escritura de constituição - Capital: Cr\$ 12.000.000,00”.

15 Conforme a edição de 15 de agosto de 1928 do jornal Correio Paulistano, sob o título “Banco Regional”.

*Entre os estabelecimentos bancários desta cidade, um se destaca pelos relevantes benefícios que vem prestando a este município e bem a esta região. É ele o Banco Regional de Ribeirão Preto, cujo relatorio apresentado pelos seus sócios solidarios e administradores, em 1 do corrente, é um atestado vivo de sua ligeira e invejável evolução. Fundado a 23 de agosto p.p. o Banco Regional de Ribeirão Preto tem á frente de sua direção um grupo de cavalheiros operosos, causa única do seu sensível progresso (...)*¹⁶

Por uma ironia do destino, a matéria do Diário Nacional foi publicada na véspera de um dos maiores cataclismas econômicos do mundo: a quebra da bolsa de valores de Nova York, que arrasou a economia norte-americana, levando-a à Grande Depressão e que afetou não apenas aquele país, mas grande parte do mundo capitalista.

O Brasil, com uma economia fortemente baseada na monocultura do café e, como se viu no capítulo onde aparece a importância de Theodor Wille e do capital estrangeiro, altamente dependente das exportações desse fruto, tornou-se amplamente vulnerável aos efeitos vindos de Nova York. E, da mesma forma, Ribeirão Preto e o seu Banco Regional.

Por isso, em 24 de março de 1930, o Correio Paulistano informava, na nota “Banco Regional de Ribeirão Preto” que,

Vai ser assignada hoje a escriptura, que está sendo lavrada da dissolução do Banco Regional de Ribeirão Preto, que por espaço de alguns mezes funcionou nesta cidade. Ficou como liquidatário do banco, o sr. Antonio Diederichsen, o seu principal acionista.

Não deixa de ser curiosa a informação de que o banco teria funcionado por apenas “alguns mezes”, levando-se em conta que a sua fundação é de agosto de 1928, portanto, teve um ano, seis meses e 19 dias de vida. Mas, se a informação acima for correta, a diferença entre existência formal e prática é enorme.

Em 28 de janeiro de 1937, o Correio Paulistano informava que aquela instituição bancária ainda estava em liquidação. Ou seja, nove anos depois da fundação daquela instituição e 18 dias antes da inauguração do edifício Diederichsen, o seu proprietário ainda encarava as consequências do fechamento do Banco Regional de Ribeirão Preto.

Mas a crise com sotaque inglês, vinda do grande vizinho do Norte, deve ter sido razoavelmente bem resolvida, financeiramente, para o “seu” Tônico. Em menor escala - e prosseguindo na diversificação dos seus negócios - em 1932 tornou-se o representante da empresa Sul América Capitalização em Ribeirão Preto.

O livro de Sebastião Porto informa que a atuação da empresa de Diederichsen nessa área fez com que os cerca de dez mil cruzeiros mensais em títulos, vendidos em Ribeirão, foram multiplicados por trinta.

Em pouco tempo conseguimos elevar essa cifra à casa dos trezentos mil cruzeiros mensais, uma das maiores carteiras de títulos da “Sulacap”, ora registradas no Brasil. (...) Nos costumeiros torneios de produção, periodicamente instituídos pela “Sulacap”, foi a Cia. Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen” a detentora do prêmio “Produção de Qualidade”, recebendo as respectivas medalhas de 1948, 1949, 1950, 1951 e 1952, depois de ter conquistado, em 1953, o bronze “trabalho”. (SEBASTIÃO PORTO, 1953), folhas 33 e 60, incluindo a capa.

¹⁶ Conforme a nota “Banco Regional de Ribeirão Preto”, publicada na página 11 da edição de 23 de outubro de 1929 do jornal Diário Nacional.

Por algum motivo, o texto refere-se à moeda “Cruzeiro (Cr\$)”, na sua referência ao desempenho de Diederichsen em relação aos títulos da Sulacap. No entanto, essa moeda só iria substituir o “real” ou “mil réis” dez anos depois, em 1942. Ele foi usado no país até 1967, depois de 1970 a 1986 e, finalmente, de 1990 a 1993. Um cruzeiro equivalia a mil réis.

Por exemplo, em setembro de 1934, dois anos após a indicação como representante da Sul América Capitalização, quando o jornal Correio Paulistano deu a notícia da compra do terreno para a construção do edifício Diederichsen, o valor apontado é de 450 contos de réis.

A única explicação para os valores apontados por Porto - uma vez que o texto foi escrito já com o cruzeiro sendo a moeda oficial do Brasil - é que tenha sido feita a conversão pura e simples dos valores em mil réis ou contos para a moeda que, naquela ocasião, já fazia parte do dia a dia do brasileiro há 11 anos.

No mesmo ano de 1932, surge o posto de gasolina, cujo projeto havia sido feito um ano antes pelo arquiteto Antonio Terreri e o construtor Paschoal de Vicenzo. De acordo com Tatiana Gaspar, foi a primeira parceria entre os dois, que, entre 1934 e 1937, haveriam de ser os responsáveis pela construção do edifício Diederichsen. (p. 157). O posto estava localizado na rua Saldanha Marinho, entre as ruas São Sebastião e Américo Brasiliense.

Em 1934, depois de negócios já estabelecidos nas áreas de materiais de construção e utilidades para o lar, automóveis e negócios complementares, como posto de gasolina e oficina de serviços, Antonio investe na área de transportes.

Naquele ano, ele assina um contrato de nove anos com a Prefeitura de Ribeirão Preto para a construção de uma estação de jardineiras, localizada nas imediações das suas lojas, na avenida Jerônimo Gonçalves.

De acordo com o trabalho de Tatiana de Souza Gaspar,

(...) a implantação de um posto para chegada e partida de mais esse meio de transporte coletivo não só ampliava as formas de acesso à cidade, como intensificava, especialmente, a circulação de pessoas nas imediações do Antigo Banco Constructor (figura 5.1.2). Mas a aposta do empresário na construção da Estação não se restringiu apenas ao seu interesse na movimentação que o novo equipamento provocaria no entorno, mas sobretudo no retorno financeiro que esse espaço poderia lhe render. O contrato previu, especificamente, a instalação de um bar “com todos os seus acessórios e pertences”, a ser explorado pelo próprio Antonio Diederichsen ou arrendado por ele a terceiros. A contratante ainda se comprometeu a conceder a “isenção completa de impostos e aluguéis pelo prazo de nove (9) anos”, a partir da conclusão das obras. Além disso, a Prefeitura Municipal também acordou que estabeleceria, por lei, a obrigatoriedade da Estação como ponto de chegada e partida de todas as linhas municipais e intermunicipais, com exceção das linhas urbanas, de ônibus ou jardineiras. (TATIANA DE SOUZA GASTAR, 2021), pp. 401 e 402.

A relação de Antonio com esse meio de transporte - no caso acima, já motorizado - não era nova. Embora, provavelmente, por uso particular, já as usava na sua empresa, provavelmente para o transporte de funcionários ou de cargas.

Em 7 de outubro de 1919, ele publicou um anúncio no Correio Paulistano, colocando uma delas à venda. Vende-se, como dizia o anúncio, uma jardineira em bom estado, “com oito logares” e movida da tração de dois ou quatro “animaes”.

Quinze anos depois, a sua relação com as jardineiras ampliou-se. Na edição de 21 de outubro de 1934¹⁷, o Correio Paulistano informava, com uma razoável dose de ufanismo, a iminente abertura da estação de “auto-omnibus”.

RIBEIRÃO PRETO

(Em 19)

ESTAÇÃO DE JARDINEIRAS Acha-se em vias de conclusão, devendo ser inaugurada dentro de poucos dias, a estação de Jardineiras, construída pelo sr. Antonio Diederichsen, na praça do Mercado, nesta cidade. Obedecendo a requisitos modernos e de estilo a satisfazer plenamente a sua finalidade, a estação de jardineiras era um dos melhoramentos que vinham ha tempos sendo exigidos pela nossa população e das cidades vizinhas que se servem daquelle meio de transporte. Ali o passageiro encontrará sempre o conforto de que necessita, departamento para bagagem e tudo mais necessario em um estabelecimento daquela natureza.

No mesmo ano da construção da estação de jardineiras, Antonio Diederichsen também começa a construir o edifício que leva o seu nome e cuja trajetória será abordada no capítulo seguinte e que mostra, juntamente com a construção do hotel Umuarama, em 1951, uma aposta não apenas no mercado imobiliário, mas, no caso do edifício inaugurado em 1937, na área de serviços.

Em 1939 ocorre a segunda grande alteração no formato da empresa de Diederichsen. O Antigo Banco Constructor, criado após a dissolução da sociedade com Joao Hibbeln, altera a sua composição e passa a se chamar Antonio Diederichsen & Cia. A grande diferença é que, naquela ocasião, Manoel Penna passa a ser o único sócio (minoritário) da empresa, ao lado do próprio Antonio Diederichsen.

O novo nome e formato da empresa foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1939. Na Jucesp não existem informações a respeito da empresa Antonio Diederichsen & Cia, exceto uma ficha cadastral simplificada que, sequer, contém o nome da empresa. Nela, as únicas informações existentes são a data de constituição, o NIRE (Número de Identificação do Registro de Empresas), de número 35500139520 e que o objeto social da empresa é “comércio varejista de material de construção (cal, cimento, areia, pedras, artigos de cerâmica, de plástico, de borracha, sanitários, etc).”

Mas, na escritura de constituição da Cia. Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen”, de 27 de agosto de 1945¹⁸, a empresa sucessora da Antonio Diederichsen & Cia, de 1939, há algumas informações a respeito.

É possível saber, por exemplo, que o capital inicial dos dois únicos sócios - Diederichsen e Manoel Penna - foi de 2,5 mil contos de réis. Desse total, Diederichsen entrou com 2 mil contos e Penna com o restante, ou seja, era dono de 20% do capital.

O documento informa que a constituição dessa firma está arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o número 54.167. sob a forma de uma sociedade solidária para a exploração de comércio de ferragens, materiais de construção, automóveis e outros artigos, assim como a exploração industrial de fundição de ferro e bronze, oficinas e serrarias.

¹⁷ Ver nota “Ribeirão Preto” na página 8 do jornal, disponível on-line no endereço https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_08&pasta=ano%20193&pesq=jardineiras&pagfis=5502.

¹⁸ Conforme escritura publicada na edição de 3 de outubro de 1945 do jornal Correio Paulistano, nas páginas 14 e 15.

A escritura também informa que a dissolução da sociedade Diederichsen & Hibbeln ocorreu por escritura pública de 11 de dezembro de 1915, transcrita sob o número 9.715 à folha 114 de livro 3-M do Registro Geral de Imóveis da 1ª Circunscrição de Ribeirão Preto. Com isso, prossegue o documento,

Antônio Diederichsen, passou a ser um único proprietário de todo o patrimônio da sociedade dissolvida, inclusive os prédios e terrenos adquiridos ou aforados em nome de Diederichsen & Hibbeln, imóveis que não foram transmitidos à sociedade depois celebrada com Manoel Penna, e que assim, continuam no patrimônio particular do mesmo outorgante Antônio Diederichsen. Esses bens são os seguintes:

a) todos os prédios e terrenos foreiros existentes no quarteirão formado pelas ruas Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, José Bonifácio e São Sebastião, desta cidade de Ribeirão Preto, primeira circunscrição, tendo os prédios atualmente as seguintes numerações do emplacamento municipal: número cento e oitenta e nove à rua Saldanha Marinho, números dois e quatro à rua Américo Brasiliense, numero setenta e seis, setenta e seis-A e setenta e seis-B à rua José Bonifácio e números mu e um-A à rua São Sebastião tudo conforme escrituras públicas transcritas do cartorio do Registro Geral da 1ª Circunscrição desta comarca; (...)

b) os terrenos e edificações situados na Antiga Chácara Martinico Prado, bairro de Vila Tibério, da 1ª Circunscrição desta cidade, situados às ruas Joaquim Nabuco, Conselheiro Saraiva e Castro Alves, tendo por outro confrontante apenas a Companhia Mogiana, tudo conforme escrituras públicas transcritas do Cartorio do Registro Geral da 1ª Circunscrição da comarca (...)

O item III informa que, na vigência da Antonio Diederichsen e Cia, os sócios Antonio Diederichsen e Manoel Penna admitiram como sócios interessados nos lucros sociais os seus prepostos. No início do documento, aparece uma lista de 23 pessoas que compõem essa lista. Na prática, significa que Diederichsen e Penna eram os donos da empresa, a qual tinha uma participação reduzida dos demais “sócios interessados”.

Edifício ABC

Dois anos após a alteração da razão social da firma e quatro após a inauguração do edifício Diederichsen, Antonio Diederichsen constrói o edifício ABC, uma grande loja de departamentos, na esquina das ruas São Sebastião e Saldanha Marinho, em frente ao posto de gasolina.

A inauguração ocorreu no dia 21 de setembro de 1941, com a presença de diversas autoridades. Um dia antes, a rádio PRA-7 irradiou um programa especialmente voltado para a importância do prédio e, sobretudo, do seu proprietário. Entre os participantes, estava o diretor do jornal Diário da Manhã, Costabile Romano, que, de 1956 a 1959, seria prefeito de Ribeirão Preto.

(...) Toda a grandeza com que se afigura atualmente à organização do Antigo Banco Construtor é produto de um labor honesto e fecundo, é a melhor recompensa a um homem que conseguiu galgar uma posição distinta à custa do suor de um trabalho dedicado e bem dirigido. Mas o senhor Antonio Diederichsen jamais pensou em desviar de Ribeirão Preto tudo aquilo que aqui reuniu, sendo esse, indubitavelmente, um dos principais

traços atestaram o seu caráter retilíneo e de homem agradecido. O edifício, esse soberbo monumento da beleza arquitetônica de nossa urbe; a sua contribuição valiosa à Santa Casa de Misericórdia, da qual é mesário; o seu apoio a obra de amparo e proteção aos velhinhos internados no asilo Padre Euclides; a sua decidida colaboração para edificar o “Abrigo Ana Diederichsen” - do qual é doador do terreno - e que se destina a socorrer os tuberculosos pobres e incuráveis de nossa terra; a sua constante colaboração às nossas instituições caritativas, sociais, culturais e esportivas e agora o edifício ABC, são documentos belíssimos a salientar a obra de um cidadão valoroso que tem dedicado o melhor de sua atenção e esforço à grandeza de nossa cidade. Outro traço que enobrece o caráter do senhor Antônio, é aquele que se refere à atitude que assumiu, não faz muito, transformando a organização na firma Antônio Diederichsen & Cia., como uma justa recompensa aos seus mais valiosos colaboradores e também como estímulo todos os demais funcionários do Antigo Banco Construtor, que vivem sob uma atmosfera de conforto e regalias, e tão unidos, que dão a impressão de pertencer a uma só família.

Era, muito brevemente, o perfil de um homem maravilhoso cuja obra deve servir de exemplo à posteridade por ter transformado uma pequena organização que arrematava em hasta pública, num potencial magnífico para os setores financeiros e econômicos de nossa terra, e que ainda mais, vem fazendo questão de aqui deixar o fruto de todo um trabalho empolgante, como se expressa pelas grandes obras de progresso que afirma Antônio Diederichsen e Cia., vem regando a terra roxa de São Sebastião do Ribeirão Preto.¹⁹

Uma das empresas que tinha os seus produtos representados nessa loja de departamentos de três andares era justamente a Byington & Cia., aquela mesma que uma década e meia antes havia sugerido a Manoel Penna trazer o segundo automóvel para Ribeirão Preto.

A relação com o Antigo Banco Construtor já vinha, pelo menos, há quase uma década antes da inauguração do edifício ABC. Um anúncio do jornal A Cidade, de 1934, destacou a inauguração da seção “Westinghouse”, representada pela Byington, em junho daquele ano.

Na ocasião, foram expostos vários tipos de rádios e refrigeradores, para os ávidos consumidores de Ribeirão Preto. Antonio não estava presente, uma vez que tinha ido viajar de férias para a estação de água de Termópolis, na região de São Sebastião do Paraíso. No entanto, toda a cúpula do ABC estava presente, como Manoel Penna e João Marzola.

O edifício ABC tinha praticamente de tudo, dentro do espaço de quase uma quadra que ocupava: automóveis e todos os produtos que, direta ou indiretamente fossem ligados a ele, materiais de construção e uma seção de presentes, criada por Penna ainda no período do final da Primeira Grande Guerra, entre outros utensílios.

No mesmo ano da inauguração, em 1941, Diederichsen já deu entrada a um projeto de ampliação do espaço, não apenas para aumentar a área física, mas torná-la mais integrada aos outros imóveis que tinha naquele local, sobretudo o posto de gasolina. Uma imagem aérea de 1958, tirada pelo fotógrafo Tony Miyasaka, mostra os resultados da ampliação desse posto, agora um prédio de três andares, cuja área incluía um gigantesco estacionamento sobre o térreo, onde estava o posto.

Apesar de ter sido inaugurado no ano seguinte à sua morte, o projeto foi feito em 1954, a pedido do próprio Diederichsen. A construção do estacionamento foi alvo de reações céticas

¹⁹ “Homenagem merecida e de inteira justiça”, matéria publicada na edição de 21 de setembro de 1945 do jornal Diário da Manhã.

por parte da cidade, sob o principal argumento de que estaria fadado à ociosidade, pelas dimensões construídas.

Com o passar dos anos percebeu-se que a realidade cuidou de desmentir esses temores, como deixou, mais uma vez, explícita, a visão do empresário que gostava de indústria, mas cujo visionarismo ia muito além dela.

Em 1945, Diederichsen faz a última alteração na razão social da sua empresa e, também, implanta a etapa final do seu processo de inclusão dos auxiliares mais próximos na gestão da empresa: a sua transformação em sociedade anônima.

Em 3 de outubro de 1945, o jornal Correio Paulistano publicou uma página e uma coluna com a escritura de constituição da Cia. Comércio e Indústria Antonio Diederichsen, que viria a substituir os seis anos de existência da Antonio Diederichsen & Cia.

A escritura, de 27 de agosto de 1945, informa que “Antonio Diederichsen e Manoel Pena, desejando dar nova organização a sua mencionada sociedade, contrataram entre si e com esses seus auxiliares transformá-la em sociedade por ações, constituindo-a com o capital de Cr\$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros)”²⁰ e que teria como únicos subscritores do capital, as seguintes pessoas: Antônio Diederichsen (1.780 ações), Manoel Penna (480 ações), João Marzola (120 ações) e mais outros vinte acionistas, todos com uma ação: Luiz Ferrero, Ângelo Egydio Pedreschi, Atanásio Saltão Filho, Wenceslau Michelutti, Euclydes Ferreira Vianna, Pedro Antônio Michelazzo, Ernesto Tonzar, Nicanor Ferreira Vianna, Guilherme Faim, Waldemiro Diniz Guimarães, Guido Gambini, Henrique Pierotti, Antônio Roteta, José Hermoso, José Augusto da Costa, Ludovico Schloegl, Luiz Bulgarelli, Nelson Oliveira Paiva, Palmo Sampaio e José da Cunha Sarmento. No total, o capital da sociedade estava dividido em 2,4 mil ações.

Esse capital vinha, basicamente, da transferência daquele existente na antecessora Antonio Diederichsen & Cia, assim como todos os terrenos de sua propriedade, todos os imóveis do quadrilátero formado pelas ruas Saldanha Marinho, São Sebastião, José Bonifácio e Américo Brasiliense e a área de cerca de 30 mil metros quadrados na Vila Tibério.

A eles acrescia-se o estoque existente e todos os equipamentos da empresa, como maquinário diverso, fornos, veículos, móveis, utensílios e “valores outros que integra o fundo de comércio da aludida sociedade Antonio Diederichsen & Cia.”.

No objeto da sociedade a escritura informa que estavam o comércio de ferragens, utensílios agrícolas, materiais de construção, automóveis e artigos conexos, exploração industrial de oficinas mecânicas, fundição de ferro e bronze, além da serraria, e representações, em geral, como era o caso, por exemplo, dos títulos da Sul América Capitalização.

O artigo 16 e seus parágrafos, manteve a presença de vários dispositivos, que poderiam ser chamados de prudentes, relacionados com a gestão da empresa. Ele previa a criação de diversos fundos de reserva e investimentos, como os de garantia, renovação, depreciação, fundo de bonificação, de liberalidade e de dividendos.

O primeiro estava relacionado com a criação de uma reserva de 5% sobre o lucro líquido da empresa, como forma de resguardá-la em eventuais emergências; os dois seguintes (renovação e depreciação) tinham a ver com a atualização dos móveis e equipamentos

20 Correio Paulistano, edição de 3 de outubro de 1945, p. 14.

da empresa, assim como cobrir as eventuais depreciações; já o fundo de bonificação apontava para um percentual de até 25% do lucro líquido, destinado a gratificar os auxiliares e operários da empresa; o fundo de liberalidade destinava um total de Cr\$ 50 mil exclusivamente para doações e assinaturas de publicações, em geral.

Por fim, o fundo de dividendos, que previa a criação de um percentual de 20% sobre o lucro apresentado no balanço anual da empresa.

O prazo de duração da sociedade era de 35 anos.

Edifício Umuarama

No início da década de 1950, um homem de origem grega tomava um café, em Ribeirão Preto, enquanto falava de negócios com o seu interlocutor. À sua frente estava outro homem, de óculos redondos, de baixa estatura, pele clara, olhos azuis e inseparável bengala ao lado. Entre um café e outro, falavam de negócios, especialmente aqueles ligados ao ramo hoteleiro.

João Constantino Miloná morava em Araçatuba, onde era dono de um hotel, e estava em Ribeirão Preto, em uma parada de descanso em meio a uma viagem para a cidade mineira de Araxá. O médico da família havia prescrito uma estadia de 21 dias naquela estância de águas, como forma de recuperar a saúde debilitada da sua mulher, Ângela.

A conversa entre Antonio Diederichsen e Miloná havia sido intermediada por Stamatís Kefalás, dono da Casa Titan, de Ribeirão Preto, que vendia artigos de couro em geral. Kefalás, igualmente grego, havia conhecido o interlocutor de Diederichsen durante uma passagem por Araçatuba, quando soube que uma pessoa, vinda da Grécia, tinha um hotel na cidade.

Conversa vai, conversa vem, e os dois ficaram amigos. Mas, Kefalás também era amigo de Antonio Diederichsen e arranhou uma forma de Miloná se encontrar com o empresário de Ribeirão Preto, e saber da criação de um novo hotel, que este estava construindo na cidade.

O casal Miloná ficou hospedado no Grande Hotel Galucci, que estava localizado no penúltimo andar do edifício Diederichsen, do qual Antonio era proprietário. Aliás, foi o próprio Bruno Galucci que indicou a localização da Casa Titan, para que Miloná fosse encontrar Kefalás.

A conversa com Diederichsen não foi fácil, sobretudo porque os 15 andares previstos para o hotel de Ribeirão Preto indicavam um prédio de proporções várias vezes maior do que o que tinha em Araçatuba. O receio de Miloná era não conseguir arcar financeira e materialmente com o dia a dia de gerir um empreendimento dessas dimensões.

O relato abaixo foi contado pelo filho de João Constantino, Andréa Miloná, em entrevista ao autor em 2024.

E, pelo que me contou o meu pai, ficaram conversando e o sr. Diederichsen contou para ele que estava construindo um hotel, mas que estava tendo dificuldades para encontrar locatários. Então, abriu a janela do escritório dele e disse: o prédio que eu estou construindo é aquele lá. ‘Tem 12 andares, seu João, fora um andar de cima, que vai ser a lavanderia, e outro andar de cima para outro apartamento. São 174 apartamentos’. O meu pai disse que o hotel que tinha em Araçatuba tinha 44 quartos e oito apartamentos. Eu sou muito pequeno, não tenho disposição e nem capital para montar um hotel desses.

“Seu” Tônico teria dito então para Miloná não se preocupar e que ainda havia mais ou menos um ano para que a construção do hotel estivesse concluída. Então, pediu para que voltassem a conversar quando ele deixasse a mulher em Araxá. *“Na volta, o senhor passa por aqui, tomamos mais um café e eu dou uma minuta do contrato para o senhor ler com calma, mostrar para o seu advogado e depois o senhor me avisa da sua decisão”*, teria dito Diederichsen.

Na viagem para Araxá ele comentou com a minha mãe a proposta que recebera de Diederichsen, a respeito da locação do hotel. Ele falou qual era o hotel e que estava com medo de não conseguir arcar com os custos de um prédio daquele tamanho e que, para isso, precisariam vender o hotel de Araçatuba. A minha mãe disse para ele o seguinte: ‘João, o que depender de mim, de cozinha, de roupa, para vestir o hotel, conta comigo. A parte administrativa, você cuida. Nós vamos ter filhos formados e coloca-se cada um para trabalhar. É um hotel de grande luxo? É! Então, contrata mais gente. Meu pai me disse que, depois do que a minha mãe falou, foi a única noite em que ele dormiu bem em 14 anos. Isso motivou meu pai.

Com a decisão já praticamente tomada, na volta ao seu hotel de Araçatuba, João Constantino acabou encontrando com o seu advogado e, no meio da conversa, lembrou-se da minuta do contrato de locação que Diederichsen lhe tinha dado, mesmo porque, apesar de falar, ele não sabia ler português.

Andréa Miloná conta que o advogado do pai era um jovem chamado Palma Travassos, cujos pais moravam em Ribeirão Preto, no edifício Diederichsen. Quando soube de quem era a proposta e depois de lê-la, Travassos teria dito para Miloná: *“Isso é uma coisa que acontece só uma vez na vida. Então não a perca”*.

João e Ângela mudaram-se para Ribeirão Preto e decidiram ser os locatários. Andréa Miloná, que, mais tarde, iria formar-se em hotelaria pela Ecole Hôtelière de Lausanne, na Suíça, iria ajudar na administração do local, até 1969.

O hotel que tanta apreensão provocou em João Constantino Miloná ao receber a proposta de locação por parte de Diederichsen foi inaugurado em 15 de janeiro de 1951 e chamou-se Umuarama.

O prédio tinha 15 andares, incluídos o térreo e sobreloja. Ao contrário do edifício Diederichsen, de uso misto, foi utilizado exclusivamente como hotel e hotel de luxo.

Construído em um terreno menor do que o do seu vizinho, atingiu elevado aproveitamento construtivo, próximo a 6 vezes a área do terreno, e altíssima taxa de ocupação do solo, correspondente a cerca de 85%. (GASPAR, 2022).

A revista de lançamento do Umuarama contava com uma matéria, onde um personagem ilustre falava sobre a excelência do hotel.

(...) o governador Adhemar de Barros visitou o Umuarama Hotel, onde teve calorosa recepção, tendo o sr. João Constantino Miloná oferecido um ‘drink’ a comitiva do chefe do Executivo Paulista. Falando ao repórter disse o sr. Adhemar de Barros: ‘É um hotel que nada fica a dever aos melhores do Rio e de São Paulo. Meus parabéns, sr. João Constantino Miloná e aqui retornarei brevemente, esperando passar três dias nesta encantadora cidade’

O número 1 da publicação, de março de 1951, deixava claro que o principal adjetivo do

hotel era “luxo”. A apresentação da revista estava escrita em português e inglês. Três em cada quatro das suas 36 páginas estavam preenchidas por anúncios, entre eles o da Casa Titan, de Stamanis Kefalás, e da Casa Delloiagono, empresa que fez os móveis para a hotel. Aliás, a loja ficava atrás do hotel, na rua General Osório, 452. A fábrica era um pouco mais distante, na rua Saldanha Marinho, 565.

A segunda página era um anúncio de página inteira do Antigo Banco Construtor “da Companhia Comércio Indústria “Antonio Diederichsen”, identificando os produtos à disposição da clientela: ferragens, máquinas em geral, materiais para construção, louças, cristais, vidros, porcelanas, automóveis e acessórios, gasolina, serraria, oficina mecânica, fábrica de parafusos, fundição, artigos elétricos e refrigeração. Com exceção do material pesado, tudo poderia ser encontrado na rua Saldanha Marinho, 566.

A página seguinte da revista era uma homenagem a Antonio Diederichsen, *o paulista que numa prova de confiança no futuro de Ribeirão Preto, transformou a face arquitetônica da cidade e o grande amigo e entusiasta do progresso de Ribeirão Preto.*

A publicação indicava que o hotel foi projetado, antes de mais nada, para proporcionar aos seus hóspedes e visitantes, uma experiência única.

Os nossos hóspedes poderão tomar o seu “drink” no bar do andar térreo. O majestoso salão de refeições, proporcionará o mais esmerado serviço do interior do Estado de São Paulo, com especialidades da cozinha internacional. O salão de leitura convida ao repouso e prazer da palestra calma em ambiente elegante. Os apartamentos decorados, sóbria e finamente com motivos variados e harmoniosos, todos com janelas para o exterior, se vasam no mesmo padrão de excelência de serviço e conforto de instalações a que nos propusemos”

Os quinze andares do Umuarama estavam divididos basicamente, em quatro “seções: a primeira, formada pelo térreo e sobreloja, estava caracterizada por áreas de interação social, como o bar, depósito e adega para os hóspedes, sala de estar, sala de leitura e restaurante completo, provido com salão de refeições, cozinha, copa, sala de preparo, câmara frigorífica e área para lavagem de louças.

Logo acima, na sobreloja, os hóspedes podiam contar com uma galeria complementando o espaço social do térreo e, no fundo, outros compartimentos em continuidade ao setor de refeições, com pastelaria e confeitaria, além de área de serviços para os funcionários.

Do primeiro andar ao 14º estavam diversos tipos de quartos, divididos de acordo com blocos de andares, pela quantidade e qualidade de itens ofertados aos hóspedes.

A partir da sobreloja foram dispostos os primeiros aposentos, construídos, até o quinto pavimento, por dormitórios simples e autônomos. Os demais espaços desses pavimentos eram de uso coletivo – como as saletas e os banheiros ao longo das circulações horizontais – ou integravam o setor de serviços, como no caso da copa.

Do 6º ao 12º pavimento, os aposentos foram configurados como apartamentos. Possuíam acesso pelo vestibulo a distribuir o ingresso em dois dormitórios e banheiro, à semelhança das tipologias de habitação mais compactas do Edifício Diederichsen. Entre o 6º e 9º pavimento, dois apartamentos apresentaram o acesso direto aos dormitórios a partir do corredor, em conformidade com as formas de ingresso estabelecidas em unidades do prédio vizinho.

No 12º pavimento, a solução foi análoga à dos andares abaixo, mas os apartamentos possuíam apenas um dormitório, como também se verificou no edifício de 1934.

Já no 14º pavimento, previa-se a instalação de apenas um apartamento, maior, com sala e rouparia exclusivos. Era, contudo, uma configuração distinta da apresentada pelas maiores unidades de apartamento no Edifício Diederichsen, já que não dispunha de cozinha e o banheiro estaria conectado ao dormitório, como uma suíte.

O último pavimento, sem acesso pelos elevadores, foi destinado à lavanderia, com previsão de sala de consertos, sala de passar e armazenamento de roupas limpas. Além da especialização dos serviços oferecidos, chama atenção a definição de prumadas de instalações prediais em torno das circulações verticais, de todos os pavimentos, para as instalações elétricas, de água e esgoto e combate a incêndio, além de duto para descarte de lixo (figura 5.2.20).

Assim, experimentava-se a locação de apartamentos residenciais, com um ou dois dormitórios, instalados nos mesmos pavimentos que os aposentos de um hotel, otimizando o gerenciamento pelo mesmo administrador, em momento em que o edifício multifamiliar ainda estava em processo de definição e aceitação. (GASPAR, 2022)

Andréa Miloná, aliás, conta uma história interessante a respeito da sua presença no hotel.

O Diederichsen antecipou a construção do último andar, lá de cima, para que eu mudasse para lá. Tanto é que eu subia para o meu apartamento lá pelo elevador de serviço. Esse elevador de pedreiros. Eu subia ali porque tinha passado os exames [em São Paulo]. Mas, ele ficou sabendo que eu estava morando na casa do Stamatis Kefalás e pediu para anteciparem a construção [daquele andar] para eu mudar para lá. E assim foi. Eu fiquei o ano de 1950 inteirinho morando no hotel. Em 1951, o hotel abria e era inaugurado.

De acordo com o site “Arquitetura Italiana no Estado de São Paulo”, o prédio foi projetado por Antonio Terreri e seu filho, Henrique Nuncio Terreri.

Capítulo 5

Morte, testamento, a companheira de vida e a história de Antonio e Lolé

Na edição de 1 de outubro de 1955, um sábado, os jornais “A Cidade” e o “Diário da Manhã” publicaram duas notas curtas, onde informavam a morte de Antonio Diederichsen, aos 80 anos.

O espaço exíguo, ao contrário do que pode parecer, não denotou nenhum tipo de indiferença daqueles órgãos de comunicação em relação à morte do empresário.

Pelo contrário. A publicação das duas notícias demonstrou a importância do empresário, uma vez que a morte teria acontecido, no caso do “A Cidade”, às 2h45 daquele mesmo dia, ou seja, pouco tempo antes da edição daquele primeiro dia de outubro ir para as bancas.

O “Diário da Manhã” não publicou o horário do falecimento, mas deu um pouco mais de detalhes. Na nota “*Faleceu nesta madrugada o sr. Antonio Diederichsen - O cidadão benemérito será sepultado em São*



Acima, foto com Diederichsen e Cândida Bessa, a filha de Cândida, Mariinha (à direita de Antonio) e, nas duas pontas, as netas dela. Entre Cândida, Antonio e Mariinha, as meninas Minohara, adotadas informalmente pelo casal; à esquerda, Antonio e Stela Minohara, em Termópolis e, abaixo, as irmãs Benedita, Cordélia e Stela Minohara. Fotos de Stela Handa, filha de Stela Minohara.



Paulo, para onde seu corpo seguirá de avião”, entre título, subtítulo e o texto da matéria foram 28 linhas.

Nesta madrugada faleceu no Pavilhão de Pensionistas do Sanatório São Sebastião, o sr. Antonio Diederichsen, cidadão Ribeirãopretano, Benemérito e Figura de inconfundível destaque em todos os meios locais. Perda irreparável, que fôge deste comentário comum, feito em cima da hora e no qual não podemos nos alongar, devido ao racionamento. O corpo do sr. Antonio Diederichsen, seguirá às 13 horas de avião, para a Capital do Estado, onde será sepultado no jazigo da família, ao lado de sua genitora, d. Anna Diederichsen. “Diário da Manhã” dará amanhã completo noticiário.¹

De acordo com a certidão de óbito, solicitada pelo autor ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito da Sede, em Ribeirão Preto, como disse o “A Cidade”, a morte ocorreu no dia 1º de outubro às 2h45, no Pavilhão Tinoco Cabral [da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto], causada por infarto do miocárdio e arteriosclerose generalizada.

A causa apontada na certidão foi apenas a consequência de um processo longo - e, provavelmente, doloroso - vivido por Diederichsen, em função de ser diabético. O documento informa que a morte foi assinada pelo médico Álvaro de Oliveira Paiva e o declarante foi Alberto Seixas. O local de sepultamento, foi apontado como sendo o Cemitério da Consolação - Seção Protestantes, em São Paulo. Segundo o atestado, o local de residência de Antonio Diederichsen era a rua Álvares Cabral, 730.

Foi a essa certidão - ou a um dos médicos

¹ Diário da Manhã, edição de 1 de outubro de 1955, capa.



Na foto superior, Antonio (sentado) com Manoel Penna à sua esquerda, de pé, com os braços cruzados à frente do corpo. Acima, Penna e a esposa, Esther D'Ávila, com quem casou em 1919. Ao lado, Penna, em foto do seu 100º aniversário. As duas últimas fotos estão no livro da filha Nice Cruz, “Manoel Penna - 100 anos”

da Santa Casa - a que o “A Cidade” teve acesso, para poder informar os seus leitores a morte de Diederichsen, com detalhes como o horário da sua morte.

No dia seguinte, além de os jornais locais publicarem matérias de capa mais amplas a respeito da morte, pelo menos dois jornais paulistanos informaram o falecimento do empresário: o Correio Paulistano e o Estado de São Paulo.

No próprio dia 1, por meio do Ato nº 7, o prefeito José Costa decretou luto oficial de três dias, *“tendo em vista que o Senhor Antônio Diederichsen, cidadão ribeirãopretano, hoje falecido, prestou relevantes serviços a este Município, ao qual, como um dos pioneiros da indústria e do comércio, com o seu dinamismo ímpar imprimiu crescente progresso nestes últimos anos.”*

No mesmo dia, a Acirp (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), Arri (Associação Regional de Rádio e Imprensa) e a Câmara Municipal publicaram anúncios lamentando a morte de Diederichsen.

A Acirp, na ocasião uma das entidades mais fortes da sociedade civil de Ribeirão Preto, tinha sido cofundada por Diederichsen em 1904. A Arri, que havia dado o título de comendador da Ordem do Estilingue ao empresário, era integrada pelos jornalistas João Palma Guião (A Cidade) e Antonio Machado Sant’Anna (Grupo Diário).

Sant’Anna, como se verá no próximo capítulo, é tido como uma das pessoas presentes à reunião de Antonio Diederichsen, *“em uma tarde de 1934”*, na casa de Osório Diniz Junqueira, filho do Cel. Quinzinho da Cunha, onde foi acertada a compra do terreno onde seria construído o Edifício Diederichsen.

No anúncio da Câmara, assinado por nove vereadores, constava o nome de Romero Barbosa². Advogado, professor e, claro, vereador, ele tinha sido casado com Hilce Ramos, a neta mais nova da companheira de Diederichsen, Cândida Bessa.

Na capa da edição de 2 de outubro de 1955 do Diário da Manhã, abaixo de uma matéria de Antonio Machado Sant’Anna sobre a morte de Diederichsen, aparecia um “santinho” de Barbosa, como candidato à Câmara, pelo PSB. Na sua primeira eleição como vereador (1952-1955), ele teve como companheiro de plenário, que assumiu como suplente, o mesmo Machado Sant’Anna, na primeira (1948-1951) e segunda legislaturas (1952-1955).

Embora generosa, a cobertura feita pelos meios de comunicação da morte de Diederichsen foi ofuscada pela realização das eleições presidenciais e municipais³, que ocorreram no dia 3 de outubro de 1955. Por exemplo, nessa mesma edição de 2 de outubro, a

2 Romero Barbosa foi eleito vereador para a 2ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (1/1/1952 a 31/12/1955) e suplente que assumiu o cargo nas duas seguintes: 1/1/1956 a 31/12/1959 e 1/1/1960 a 31/12/1963.

3 Naquelas eleições, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente do Brasil. Em Ribeirão Preto, os 20.341 eleitores elegeram Costabile Romano para prefeito de Ribeirão Preto, com 7.267 votos e Geraldo Carvalho para vice, com mais de três mil votos do que os conseguido por Romano. A Câmara, composta por 21 vereadores, teve a seguinte composição: PSP (Orlando Vitaliano, Orlando Jurca, Celso Pascoal, Morgade de Miranda, Aureo Norberto da Silva); PTN (Francisco Luciano Lepera, Gavino Virdes, Honorato de Lucca, Olímpio Rossi e José Spanó); PTB (José Velloni, José Mortari e Guilherme Giro) PSD (Rios Netto e José Ferreira Athayde Sobrinho); PDC-PR (Sebastião Palma e Antonio Nogueira de Oliveira); UDN (Otávio Terreri e Manir Antonio Calil); PSB (José Marques Ferreira) e PRP (Luiz Salomone). O PSP (Partido Social Progressista) foi a agremiação que elegeu mais vereadores, com cinco representantes. Otávio Terreri era engenheiro e sócio do irmão, Nicolau, em uma empresa de engenharia. Pelo sobrenome, é provável que tivesse algum tipo de parentesco com o construtor do edifício Diederichsen, mas não foi possível comprovar. O seu companheiro de partido, igualmente eleito pela UDN, Manir Antonio Calil, era irmão do presidente da Acirp, Amin Antonio Calil.

matéria de Sant'Anna sobre Diederichsen foi a única que não estava ligada às eleições.

A memória de Antonio Diederichsen foi lembrada em várias homenagens, entre elas, a proposta de dois vereadores - Antonio Machado Sant'Anna e Aureo Norberto de Oliveira - propondo a troca do nome da avenida Jerônimo Gonçalves para o do empresário.

Sant'Anna, que fez um dos discursos de despedida a Antonio Diederichsen, quando o seu corpo era embarcado para o sepultamento em São Paulo, no dia 1 de outubro, afirmou em entrevista ao Diário da Manhã, que era possível perceber uma certa frieza da sociedade de Ribeirão Preto em relação ao legado do empresário na cidade, opinião reforçada pelo texto introdutório do jornal.

Na edição de 6 de outubro de 1955, a linha fina da matéria “*Homenagem de Ribeirão Preto*” daquele diário, foi a seguinte:

Na lufa-lufa dos últimos dias do grande prélio eleitoral, a notícia do falecimento do cidadão que mais fez em benefício de nossa terra, não teve a ressonância que era de se esperar. Notamos, mesmo, contristados, certa frieza e mesmo ausência do povo e do poder público no aeroporto, na despedida daquele que foi o remodelador da cidade. (Diário da Manhã, capa).

De forma não tão direta, o jornalista e vereador Antonio Machado Sant'Anna, reforçou a ideia de uma certa indiferença geral da cidade com a morte de Diederichsen.

Há dois anos, desejamos prestar uma homenagem ao grande burilador da cidade. Ao homem que transformou Ribeirão Preto dando-lhe esse aspecto importante e projetando-a como centro de progresso e de plena ascensão em todos os meios. “Seu” Tonico estava vivo, já com 78 anos. Nunca pretendia algo, no seio da coletividade, não a de que o deixassem trabalhar. Não quis ser vereador, nem prefeito, nem deputado, nem senador, nem coisa alguma. Era o anônimo contribuinte do progresso. Quando dele se requereu algo, nunca falhou. (...) Em outra cidade, o dia do falecimento de um cidadão de tal porte, seria um dia de luto completo. De meditação. De reconhecimento àquele que tudo deu à terra em que viveu mais de meio século. Que outro exemplo temos nós pela frente? Fortunas imensas foram feitas em Ribeirão Preto e nunca se viu obra de vulto que atestasse a boa vontade do seu possuidor em benefício da cidade. Antônio Diederichsen, pelo contrário, deu tudo a cidade e jamais pensou em si próprio. Era um agente apenas que a amalhava o dinheiro, mas sabia aplicá-lo em benefício do bem público. Poderia aplicar vultuosos capitais em São Paulo e no Rio, onde teria juros compensadores, onde a valorização brutal lhe daria imensa retribuição. Mas a sua resposta era sempre a mesma. Invariável. “Eu ganhei aqui!”. Merecia, só por isso, um monumento com esse slogan: ganhou aqui e deixou aqui. (Idem, capa)

Aliás, a atribuição do nome de Diederichsen à Jerônimo Gonçalves ou a qualquer outra das vias públicas de Ribeirão Preto foi uma verdadeira via crucis. Começou com os projetos (ou projeto conjunto) de Sant'Anna e Norberto da Silva, ainda em 1955.

Ainda em 1955, por iniciativa do deputado estadual e ex-prefeito, Condeixa Filho, é elaborado um projeto de lei estadual, nomeando o Grupo Escolar do Bairro dos Campos Elíseos com o nome do empresário. O projeto é sancionado, em julho do ano seguinte pelo governador Jânio Quadros.

No ano seguinte, o prefeito Costabile Romano promulgou a lei 514, que “*Denomina de Antônio Diederichse*” à primeira avenida ou praça a ser aberta nesta cidade”. Em princípio, a lei não foi cumprida, porque somente em 1965, dez anos após a morte do empresário é que o então prefeito, Orestes Lopes de Camargo, promulgou outra lei, de nº 1.627, denominando uma via pública da cidade com o nome de Antonio Diederichsen, *na área atualmente ocupada pelas dependências e trilhos da Cia. Mojiana de Estradas de Ferro, cuja aquisição está sendo providenciada*.

Também em 1956, durante a realização da V Convenção das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, realizada em Ribeirão Preto, a Associação Comercial e Industrial local inaugura uma placa em homenagem a Antonio Diederichsen, na sala que também levava o seu nome.

Em março desse ano, a assembleia geral ordinária do Banco Mercantil de São Paulo também realizou uma homenagem à memória de Diederichsen, acionista do banco.

A memória de Antonio Diederichsen também foi lembrada por meio da instalação de duas hermas. A primeira, atualmente está na Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, não tem data definida e contém a inscrição “*A Antonio Diederichsen eterna gratidão da Santa Casa de Ribeirão Preto*”. A estátua é feita de bronze, sobre um pedestal de granito e mede 63cm x 54cm x 1,64m.⁴

A história da outra estátua faz lembrar a matéria do Diário da Manhã, de 1955, e os comentários feitos a respeito de como o Poder Público (não) se relacionou com a memória do “seu” Tonico. Em 1957, o prefeito Costabile Romano promulgou a lei 557, de 11 de março daquele ano, determinando a construção de uma herma em homenagem a Antonio Diederichsen, que deveria ser instalada na praça Joaquim da Cunha Diniz Junqueira.

De acordo com o “Guia de Monumentos em Lugares Públicos de Ribeirão Preto”⁵, a iniciativa de construção da estátua surgiu dos funcionários do Antigo Banco Construtor e, durante um período, ela ficou instalada na entrada principal da empresa, na rua Saldanha Marinho.⁶

O histórico não informa se a estátua, em algum momento, chegou a ficar instalada na praça determinada pela lei. A única informação que existe, após isso, é que o monumento foi transferido para o Museu Histórico e do Café, no bairro Monte Alegre e por lá ficou. Em 2019, o autor fez uma visita ao museu e a estátua não estava no pedestal. Ela foi encontrada jogada no chão da reserva técnica, já coberta de poeira e com partes bastante degradadas.

Finalmente, em 1958, o deputado estadual Orlando Jurca, que tinha sido vereador, presidente da Câmara, prefeito interino e vice-prefeito de Ribeirão Preto, apresentou um projeto de lei atribuindo o nome de Antonio Diederichsen ao futuro Museu Industrial de **Ribeirão Preto**, “a ser criado pela municipalidade”. O museu não foi criado.

4 Essa herma, provavelmente, é a mesma a que o jornal O Estado de São Paulo se referiu na edição de 10 de dezembro de 1956, ao se referir à inauguração de uma estátua em homenagem ao empresário, no Asilo “Padre Euclides”, do qual Diederichsen era um dos principais doadores de dinheiro.

5 Guia de Monumentos em Lugares Públicos de Ribeirão Preto, 2019. Ribeirão Preto. Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Documento sem numeração de páginas, mas a citação ao monumento pode ser encontrada na folha 113, incluindo a capa. O mesmo documento pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/porta1/pdf/adm02202109.pdf>.

6 Um ano após a morte de Diederichsen, o jornal Correio Paulistano, na sua edição de 10 de abril de 1956, informa que “os antigos funcionários da Companhia Comercio e Industria ‘Antonio Diederichsen’ vão inaugurar uma estátua de seu saudoso chefe no pateo daquela organização”.

Em 1953, dois anos antes da sua morte, por meio da lei 299, de 2º de maio, o prefeito Antonio Condeixa Filho entregou a Antonio Diederichsen o título de cidadão ribeirão-pretano.

As homenagens recebidas por Diederichsen estão relacionadas não apenas com a sua trajetória como um empresário de visão, mas, também, com a sua relação com diversas obras sociais de Ribeirão Preto e região.

O caso mais conhecido é da Sociedade Beneficente e Hospital “Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto”. Mas, como se verá na tabela presente no final deste capítulo, treze outras instituições de caridade ou de cunho social foram contempladas no testamento feito pelo empresário.

Cândida Bessa

Durante os primeiros dias da morte de Antonio Diederichsen, em 1 de outubro de 1955, mais do que a frieza ou esquecimento da sociedade e do Poder Público de Ribeirão Preto em relação à memória do empresário, há uma ausência total de qualquer referência a uma pessoa que foi fundamental na sua vida e que, com ele, compartilhou meio século de convivência: a companheira Cândida Bessa.

De todas as reportagens e homenagens feitas, nenhuma cita o nome de dona Candinha, algo que só foi recuperado, até onde o autor tem conhecimento, a partir do artigo “O Guia”, escrito por Geraldo Hasse no livro “1904-2004 - Um Espelho de 100 anos”, de 2004, que comemorou os cem anos da Acirp.

De certa forma, acostumara-se a uma espécie de reclusão social por viver maritalmente com D. Candinha, ex-mulher do seu capataz em Batatais-SP. No entanto, quando sua velha companheira ficou viúva do ex-marido, AD rejeitou o conselho do bispo D. Jaime Luiz Coelho, que se apressara a recomendar o casamento com a mulher com quem vivera tantos anos. O velho foi categórico: “Se Deus me permitiu viver essa situação por tantos e tantos anos, não será agora que vai me condenar por um erro tão antigo”. (GERALDO HASSE, 2004) p. 47.

O autor compartilha da opinião de Hasse de que a ligação com uma mulher casada e com uma filha de outro homem pode ter sido um dos principais fatores para a reclusão social do empresário, que se refere no seu texto.

A lei do divórcio só surgiu no Brasil em 1977, mas, antes dela, em 1916, já havia uma figura jurídica chamada “desquite”, que previa a separação de corpos e de bens, mas impedia a realização de novos casamentos. O motivo de o casal não ter, por exemplo, se desquitado, é desconhecido e, pelo visto no texto de Hasse, foi definido por Diederichsen como “um erro antigo”. A neta mais nova de dona Candinha, Hilce Ramos foi casada com o jornalista, advogado e vereador Romero Barbosa, mas desquitaram-se anos depois do casamento, ocorrido, provavelmente, em 1936.⁷

Não é possível saber exatamente quando Diederichsen e Cândida Bessa se conheceram. Sabe-se, por várias fontes, que ela era casada com o administrador de uma das fazendas nas quais ele trabalhou e como Hasse afirma que foi em Batatais, é quase certo que tenha sido a Retiro do Desengano, de propriedade de seu primo, Arthur Diederichsen.

Em 2025, o historiador Sérgio Ramos, de Batatais, enviou ao autor do livro a imagem de uma certidão de casamento que pode trazer um pouco de luz a respeito de dona Cândida. Como se verá, em vários momentos, o nome dela é escrito de diversas formas e, até sobrenomes. O documento levantado por Sérgio Ramos informa que,

Aos trinta e um de Julho de 1886, corridas as anunciações (?) canônicas receberão-se em Matrimônio José Joaquim de Sant’Anna Júnior e Candida Maria da Conceição, freguezes desta Parochia, filhos legítimos, elle, de José Joaquim de Sant’Anna e D. Ana Marcilia de Sacramento, e ella, do finado Candido José de Bessa e dona Placidina Eugenia de D. José, sendo testemunhas Alfredo da Silva Leitão e José João da Rocha, que fez este termo.

⁷ Na edição de 6 de fevereiro de 1936, o jornal Correio Paulista publicou uma nota, à página 4, referindo ao matrimônio dos dois. “Contractaram casamento o dr. Romero Barbosa, advogado em S. Sebastião do Paraíso, Minas Geraes e a senhorita Hilce Ramos, filha do sr. Francisco da Silva Ramos, negociante em Ribeirão Preto, e de d. Maria Candida Sant’Anna Ramos”. Não foi possível encontrar a data de desquite dos dois.

Como na certidão de óbito dela informa-se que morreu em 14 de outubro de 1957, com 85 anos, ela teria 14 anos na data do casamento. Assume-se que o casamento ocorreu na paróquia de Batatais, mas essa informação não estava disponível.

A mesma certidão confirma os nomes dos pais, presentes no termo de casamento, indicando que era filha de Candido Bessa e Placedina Bessa. Também é informado que ela nasceu em Santo Antonio da Alegria e que era viúva de José Joaquim Sant'Ana, "*com quem foi casada, em Batatais, deste Estado*".

Provavelmente por um erro na declaração de morte, feita por algum familiar, o nome do marido é descrito como José Joaquim de Sant'Anna, quando, de acordo com o termo de casamento, era o filho dele, José Joaquim de Santana Junior. A causa da morte foi atribuída a "senilidade, caquexia e congestão brônquica".

O nome que consta da sua certidão de óbito, emitida em 1957, é apenas Cândida Bessa. No entanto, o mais provável é que ela, realmente, tenha se chamado Cândida Maria da Conceição, mesmo nome presente na certidão de óbito da filha, Maria Cândida Sant'Anna Ramos. Em algumas publicações, o nome dela também aparece como sendo Maria Cândida Bessa. É provável que, após a separação, ela tenha decidido usar, informalmente, o sobrenome do pai, por motivos sentimentais.

Não é possível saber quando dona Candinha veio para Ribeirão Preto. Mas é possível estimar: como a filha dela, Maria Candida Sant'Anna Ramos, morreu com 85 anos⁸ em 1972, ela nasceu em 1887 (um ano após o casamento dos pais), em Batatais. Como, em 1914, Diederichsen fez uma doação inter-vivo de um prédio, na rua Álvares Cabral, esquina da rua Florêncio de Abreu, para ela, "*com os rendimentos do imóvel doado pertencem Cândida Bessa*", é possível que a companheira de Diederichsen tenha vindo morar com ele, em Ribeirão Preto, na primeira década de 1900.

Cândida Bessa teve a filha Maria Cândida, que casou com Francisco da Silva Ramos. Desse matrimônio, nasceram as filhas Hilda Ramos Rocha (1908-1998), Hilce Ramos (1918-1995) e Carmen Beatriz. Hilda era casada com Antonio Pereira da Rocha e o casal não teve filhos, Hilce também não teve filhos no seu casamento, depois do desquite e divórcio de Romero Santana e Carmen Beatriz era menor de idade na ocasião da morte da mãe, em 1972.

A casa da rua Álvares Cabral já não existe mais. De acordo com a averbação nº 3 da escritura de matrícula do "*prédio antigo sem número, posteriormente nº 730 da rua Álvares Cabral*", registrada no Livro 2 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto, a dona do imóvel, em declaração feita em 9 de maio de 1980, informou que o imóvel foi demolido.

O terreno foi vendido para o Banco Mercantil e, depois de passar por outros proprietários, terminou sendo comprado pela BSP Empreendimentos Imobiliários, integrante do Grupo Bradesco Seguros. Atualmente, o terreno é ocupado por uma agência do banco.⁹

8 Na sua certidão de óbito, onde o nome do pai também é grafado como José Joaquim de Sant'Anna, o nome da mãe coincide com o que foi apresentado no termo de casamento, de 1886: Cândida Maria da Conceição.

9 O site "Arquitetura italiana no estado de São Paulo" possui uma espécie de arquivos de trabalhos de engenheiros e arquitetos que realizaram trabalhos em diversas cidades do estado. Na área relacionada a Ribeirão Preto, um dos projetos apresentados é a residência de Cândida Bessa, que tem projeto de 1927, feito por Pascoal de Vicenzo. A fonte da matéria é a tese de Ana Carolina Gléria Lima, chamada "Casa e documentação: a história contada através de um acervo de projetos". A tese foi apresentada a uma banca da USP de São Carlos, para obtenção do grau de doutora em Arquitetura e Urbanismo. A página pode ser vista no seguinte endereço: <https://arquiteturanasao paulo.iau.usp.br/obras/residencia-candida-bessa/>. Última visita em 22 de setembro de 2025.

Um pouco do relacionamento de Diederichsen com dona Candinha foi descrito pela fotógrafa paulistana, Stela Hand. Ela é filha de Stela Minohara, a caçula de três órfãs brasileiras de origem japonesa, que foram adotadas informalmente pelo casal Antonio e Cândida. Além dela, também foi adotada Cordélia e Benedita Minohara que, posteriormente, foi morar com a filha de Cândida, Mariinha.¹⁰ Stela nasceu em Ribeirão Preto e teve como padrinhos, a filha mais velha de Mariinha, Hilda e o marido.

Stela, Cordélia e Benedita, além dos outros três irmãos, eram filhas do casal Takuyeman Minohara (falecido quando Stela ainda era bebê) e Fumi Minohara, que faleceu de tuberculose em Campos de Jordão, onde foi fazer tratamento. O casal era natural do Japão, da região de Fukuoka, e imigrou para o Brasil no período da Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Stela Handa, Antonio e Cândida conheceram as meninas Minohara no período em que a mãe delas ainda estava fazendo o tratamento de tuberculose.

Minha avó pediu auxílio para dona Candinha pois estava doente e não tinha com quem deixar os filhos. Eram seis ao todo, três homens e três mulheres. Os homens foram para casa de parentes e as meninas, para a casa do senhor Diederichsen. Depois disso, a Benedita Minohara foi para a casa da filha de dona Candinha, Maria Cândida Ramos. Parece que a dona Candinha se apaixonou pela minha mãe e se ofereceu para ficar com as meninas enquanto minha avó fosse fazer o tratamento de tuberculose em Campos do Jordão. Prometeu que quando ela melhorasse, que poderia buscá-las. Isso nunca aconteceu porque minha avó faleceu por lá mesmo.

Segundo ela, a mãe não se lembra exatamente com quantos anos foi para a casa de Antonio e Cândida.

Quando minha tia Cordélia era viva, dizia que minha mãe tinha uns 2 ou 3 anos de idade quando foi adotada. Minha mãe, hoje, diz que foi com 6. Mas a memória dela não anda muito nítida. O que minha tia contava é que a Stela era a xodozinha do casal Diederichsen, pois havia chegado na casa bem pequena. Minha mãe foi criada com muitos mimos e minha tia Cordélia ficava encarregada dos cuidados da casa e também da minha mãe.¹¹ Ela se lembra com muito carinho do casal, em especial, do Sr. Antônio. Ela conta que ele a chamava para as inaugurações dos locais e, em muitas vezes, ela era quem cortava a fita de inauguração. Disse que saiu uma vez ou outra em colunas sociais da época. Disse que os dois eram bons e amorosos e que os chamava de “papai” e “mamãe”.

Várias publicações informam que a ida das meninas Minohara para a casa de Antonio Diederichsen ocorreu “quando já estava dobrado pelo peso dos anos”, como disse Geraldo Hasse no seu texto. Isso pode sugerir já os últimos anos de sua vida, mas, de fato, foi quase uma década antes.

De acordo com Stela Handa, a mãe nasceu em 20 de junho de 1933 e chegou à casa da rua Álvares Cabral, nº 730, com idade entre 2 e 6 anos. Isso daria um período localizado entre os anos de 1935 e 1939. Ou seja, a convivência com Antonio e Cândida foi de quase duas décadas. Diederichsen morreu em 1955 e Cândida Bessa, dois anos depois.

¹⁰ As três irmãs tinham mais três irmãos, que foram criados por familiares: Geraldo Minohara, Alexandre Minohara e Sebastião Minohara.

¹¹ Stela Minohara faleceu poucos anos após a entrevista feita pelo autor com a filha dela, Stela Handa.

O ambiente na casa do casal é descrito como bastante tranquilo. A mãe de Stela Handa disse-lhe que um dos hábitos do casal era, no caso dele, a filatelia, e, no caso, dela, a coleção de pratos decorativos.

Essa tranquilidade da família transparece em uma foto enviada por Stela ao autor, onde aparecem Diederichsen e a pequena Stela. A imagem, em preto e branco, mostra os dois na estação de águas de Termópolis, na região de São Sebastião do Paraíso, e é de uma singeleza impressionante: Antonio está de terno, gravata, colete e chapéu, com um olhar tranquilo, ao lado da pequenina Stela, com ar de felicidade, segurando um guarda-chuva.

Stela Minohara ficou na casa de Antonio Diederichsen e Cândida Bessa até a segunda metade da década de 1950. Ela tornou-se professora de 1º grau e, na época da entrevista, em setembro de 2019, já tinha se aposentado. Logo depois de formada, foi dar aulas em fazendas de São José do Rio Preto e, em 1959, casou com Américo Sueo Handa, já falecido. O casal teve quatro filhas (entre elas, Stela Handa), um homem e dez netos.

Em fevereiro de 2019, o autor esteve no Cemitério da Saudade, onde Cândida Maria da Conceição foi enterrada, em 1957. Não foi possível encontrar o túmulo dela. Provavelmente em função do tempo decorrido desde o seu sepultamento (62 anos), a ossada foi transferida para um túmulo comum, juntamente com o de outras pessoas. Não havia identificação visível. A sua localização somente foi possível por meio do acesso ao banco de dados do cemitério.

Testamento

O testamento de Antonio Diederichsen foi feito, inicialmente, em 6 de maio de 1948. Isso explica, por exemplo, a presença do nome do irmão, Ernesto, em vários trechos dele, seja como herdeiro dos bens não descritos no documento, seja como segundo testamenteiro, atrás de Manoel Penna. Ernesto Diederichsen morreria no ano seguinte, em São Paulo.

O testamento pode ser dividido em três grandes partes: família, obras sociais e empresa. No primeiro caso - não levando em conta as sextas partes que lhe cabiam em um prédio, em São Paulo, cujo valor não pode ser verificado, a maior beneficiária do testamento é Cândida Bessa.

Na área relacionada com as obras sociais, a principal beneficiada foi a Sociedade Beneficente e Hospitalar “Santa Casa de Misericórdia”, de Ribeirão Preto. Já na área empresa, o sócio e amigo Manoel Penna foi o mais contemplado no testamento, tanto diretamente, pelos valores recebidos, como pelo fato de ter sido nomeado por Diederichsen como seu primeiro testamenteiro. Nessa área, também é bastante significativo o valor deixado por ele para a Associação Banco Construtor.

A tabela abaixo mostra quem foi beneficiado no testamento, em que condições e com quais valores.

Quem está no testamento de Diederichsen

Família

Quem	Parentesco	Valor
Ernestina	Irmã	1/6 de um prédio em SP
Berta	Irmã	1/6 de um prédio em SP
Emílio, Carlos, Rodolfo e Judite (filhos da irmã Ana)	Sobrinhos	Cr\$ 50 mil cada
Cândida Bessa	Companheira	Cr\$ 500 mil
Maria Candida Sant’Anna Ramos	Filha de Cândida Bessa	Administradora do valor deixado a Cândida Bessa
Hilda Ramos Rocha	Neta de Cândida Bessa	Administradora do valor deixado a Cândida Bessa
Hilce Ramos	Neta de Cândida Bessa	Administradora do valor deixado a Cândida Bessa
Maria Cândida Sant’Anna Ramos	Filha de Cândida Bessa	Cr\$ 100 mil
Hilda Rocha Rocha DUPLICADO	Neta de Cândida Bessa	Cr\$ 100 mil
Hilce Ramos	Neta de Cândida Bessa	Cr\$ 100 mil
Hatsue Minohara (Cordelia)	Adotada informalmente	Cr\$ 40 mil
Fusako Minohara (Stela)	Adotada informalmente	Cr\$ 40 mil
Tomiko Mihohara (Benedita)	Adotada informalmente por Maria Cândida Sant’Anna Ramos	Cr\$ 20 mil

Obras sociais

Quem	O que	Valor
Associação Banco Construtor	Bens ou títulos	Cr\$ 400 mil
Manoel Penna		100 ações no valor de Cr\$ 5 mil cada
João Marzola		50 ações no valor de Cr\$ 5 mil cada
Cada um dos outros 19 acionistas da Cia. Com. Ind. “Antonio Diederichsen”		1 ação cada acionista, no valor de Cr\$ 5 mil
Funcionários, auxiliares e operários da Cia. Ind. Com. “Antonio Diederichsen”, Antonio Diederichsen & Cia e edifício Diederichsen	Condição: que tenham trabalhado, pelo menos, cinco anos completos	Cr\$ 200 por ano trabalhado.

Herdeiros

Quem	Parentesco	Valor
Ernesto Diederichsen ou descendente	Irmão	Outros bens não dispostos no testamento
Ernestina ou descendente	Irmã	Outros bens não dispostos no testamento
Berta ou descendente	Irmã	Outros bens não dispostos no testamento

Testamenteiros e inventariantes (nessa ordem)

Manoel Penna		Cr\$ 200 mil
Ernesto Diederichsen		
João Marzola		

Dados sobre o testamento:

- 1) Data do testamento: 6/5/1948;
- 2) Correção feita em 11/5/1948;
- 3) Abertura do testamento: 22/10/1955;
- 4) Doação do edifício Diederichsen à Santa Casa: 22/8/1962, com o adendo de que usava, também, o nome de Antonio da Rocha Diederichsen, feito por Manoel Penna.

Antonio e Lolé

Na edição de 24 de junho de 1979, o jornalista Luciano Lepera escreveu uma minibiografia de Manoel Penna, quando da comemoração dos seus 90 anos de vida¹. O texto, feito para o Diário da Manhã, conta detalhes da vida daquele que foi o braço direito de Diederichsen, durante quase meio século, com revelações interessantes a respeito do homem que decidiu fazer o edifício Diederichsen.

O título, em princípio, parece grandiloquente demais: “A Manoel Penna, Diederichsen deveu muito do seu sucesso”. Mas, exageros à parte, não é.

Não se sabe de onde veio a frase, se de Antonio ou de Manoel, mas Penna, várias vezes comentou a cumplicidade da relação entre os dois com a frase “Somos dois corpos e uma só cabeça”. Inclusive na entrevista de 1979 a Lepera.

Nesse texto, o perfil que o jornalista faz da outra cabeça do corpo é de uma pessoa extremamente reservada, metódica e extremamente econômica, mas com um coração enorme. Em uma das passagens, ele conta como Diederichsen chegava ao ponto de guardar cliques e envelopes abertos, para depois usá-los como blocos de anotações.

Guardava também sistematicamente as beiradas de envelopes. Aberto o envelope ele guardava cuidadosamente a beirada do envelope que, como aparas de papel, serviram para anotações. Até pouco tempo tínhamos muitos caixotes contendo esse material. Esse método de trabalho, espírito de economia e organização, fazia com que ele visse um prego ou um alfinete fora do lugar. E não admitia. Tudo tinha que estar em seu devido lugar

Era também, uma pessoa extremamente formal. Mesmo após décadas de conhecimento mútuo, o tratamento de Diederichsen em relação a ele sempre envolvia o uso da palavra “senhor”, antes do nome. Nas centenas de correspondências que trocaram, invariavelmente, a frase inicial ou final era “Ao bom amigo, Sr. Penna”. Foi, como disse o entrevistado a Luciano Lepera, um hábito que mantiveram nas dezenas de anos em que conviveram.

A formalidade de ser estendia-se à vestimenta. Em poucas ocasiões, como pode ser visto pelas várias fotos dele, o presidente da Cia. Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen” era visto em qualquer terno que não tivesse colete.

Aliás, como contou na reportagem, ternos sempre feitos de um tecido chamado zergalba, leve e apropriado para o clima tórrido de Ribeirão Preto. Eram vários: branco, rosa claro e, vejam só, até roxo.

O acompanhamento obrigatório do traje era a inseparável bengala, que passou a usar, provavelmente, depois que a idade e o diabetes tornaram-lhe mais difíceis os movimentos. Por causa dessa redução de mobilidade, aliás, Andréa Miloná - filho do locatário do Hotel Umuarama - conta que a casa da rua Álvares Cabral era dotada de um elevador, de forma a que ele pudesse evitar o uso das escadas.

Um dos hábitos de Diederichsen era, todos os anos, passar um mês na estação de águas de Termópolis. E todas as viagens eram registradas.

E a bengalinha, dela ele não largava. Naquela bengala ele marcava as estações de água

1 “A Manoel Penna, Diederichsen deveu muito do seu sucesso”. Matéria publicada na edição de 24 de junho de 1979 do jornal Diário da Manhã, à página 19.

que fazia em São Sebastião do Paraíso. Ele fez 40 estações de água e a bengala ostentava marcas. Cada estação feita, assinalava com o canivete na bengala.

Aos finais de ano, Antonio ia a São Paulo visitar a mãe, Anna, que morava na capital do Estado. Parou em 1919, quando ela faleceu, mas continuou indo a São Paulo uma vez por ano, para reverenciar a memória de Anna Diederichsen nos dias de Finados.

Uma das histórias mais interessantes relatadas na entrevista de Luciano Lepera com Penna envolve um de seus lados mais conhecidos, que era a filantropia.

De acordo com Penna, durante a construção da avenida Francisco Junqueira, o carregamento de terra para a montagem de aterros daquela via foi feito pelo que chamou de “trenzinho”. Embora o texto não defina, imagina-se que seja um caminhão ou algo parecido, puxando uma série de pequenos vagões. O veículo foi comprado pela Antonio Diederichsen & Cia. e cedido à Prefeitura, para que esta fizesse a infraestrutura da avenida.

Lembre-se do trenzinho, a delícia das crianças? Pois o trenzinho tem uma história. Ele foi encomendado por nós, do Antigo Banco Construtor ou a Diederichsen. Compramos da Siemens na Alemanha. Sua finalidade foi carregar terra para fazer o aterro quando da construção da avenida Francisco Junqueira. A máquina puxando aqueles vagões descia toda a rua Tamandaré, desde lá do alto até o local onde surgiria a avenida. Carregando terra. Depois, trabalho concluído, o trenzinho foi encostado na prefeitura. Ficou por lá esquecido. Foi quando Alfredo Porto [administrador do antigo Asilo Padre Euclides, hoje Lar Padre Euclides, de 1919, data da sua fundação, até 1968, grifo nosso] teve a ideia. Conseguiu que o trenzinho passasse a funcionar novamente, mas nas quermesses do asilo Padre Euclides.

O trenzinho do Padre Euclides foi uma das ações nas quais esteve envolvido Manoel Penna. Há outras, de importância mais estrutural, como conversar com Diederichsen sobre a vinda de um dos primeiros automóveis para a cidade, na década de 1920, desencadeando uma nova área de negócios para a empresa ou, até mesmo, sugerir a construção do edifício Diederichsen na sua localização atual, em detrimento de outra área, localizada cinco quarteirões abaixo, na rua Amador Bueno. Também abriu a cidade para o mercado de eletrodomésticos e, no período da Primeira Guerra Mundial, quando o estoque de mercadorias começou a diminuir, criou uma seção de presentes no Antigo Banco Construtor, que permitiu à empresa manter fidelidade da clientela.

Para compreender a importância de Manoel Penna para Antonio Diederichsen é preciso usar uma palavra: resiliência. Essa é a palavra para entender não apenas o desempenho decisivo que teve na trajetória das sucessivas variações do Antigo Banco Construtor, mas, acima de tudo, a superação de uma vida, que começa no final do século passado, marcada por sucessivas rasteiras do destino.

Manoel Penna nasceu em 16 de fevereiro de 1889, na cidade de Areias, no Vale do Paraíba. Foi o quarto filho do fazendeiro José Joaquim Ferreira Penna Jr. com Emília Silva Leme (daí o nome Santa Emília do grupo atualmente existente). Os irmãos eram Maria Emília Leme Penna (Zinha d'Ávila), José Joaquim Ferreira Penna Neto, Antonieta Leme Penna Pinto e o caçula Silvio Penna.

Com cinco anos perdeu o pai, foi morar com os irmãos e a mãe na Fazenda Pedra Branca e, passados alguns anos, perdeu a mãe. Os irmãos foram separados e criados por diversos

parentes. Ele foi morar com a tia materna, Virgília, um fato que teria, na sua vida, uma importância maior do que imaginava: a filha dela, Esther D'Ávila, prima de Penna, iria tornar-se sua esposa, em 1919.

Depois de ir para Guaratinguetá, para onde a família da tia se mudou, depois de Virgínia enviuvar, ela acabou conhecendo um caixeiro-viajante que lhe falou das maravilhas de Ribeirão Preto e, em especial, de um homem chamado Antonio Diederichsen. Prometeu-lhe conseguir um emprego na empresa do empresário.

Toda essa história - e as que vêm depois - está no livro “Manoel Penna - Centenário”, escrito em 1989 pela sua filha, Nice Penna de Barros Cruz, em comemoração aos 100 anos de vida do pai.

Penna chegou a Ribeirão Preto em 1910. E o começo não foi fácil. Como relata Rui Flávio Chufalo Guião, “o começo foi difícil. Varria o chão, arrumava mercadorias”.² “Ele aceita, pois, todas as condições que lhe foram impostas. A casa comercial abria às 6 horas da manhã fechando às 21 horas com 1 hora de intervalo para o almoço e 1 hora para o jantar. Este horário era de segunda-feira até sábado. Aos domingos, a casa fechava ao meio-dia”, (NICE PENNA DE BARROS CRUZ, 1989),³

Cheguei a Ribeirão Preto com 90 mil reis no bolso e fui procurar o Ademar Fonseca [o conhecido de Guaratinguetá], só que ele não foi encontrado, estava viajando. Tomei uma pensão e fui ver meu irmão, José Pena Neto. (...) Voltei para a cidade e finalmente encontrei o Ademar. Ele me apresentou ao senhor Antônio Diederichsen. Era o ano de 1910. “Seu” Tônico me recebeu muito bem, ainda sócio do senhor Hibbeln do qual se separaria durante a Primeira Guerra Mundial. Comecei a trabalhar imediatamente. E com muita vontade, posto que já estava habituado ao trabalho e àqueles horários longos e ainda aos métodos rígidos do seu Tônico, conta Penna na sua entrevista a Lepera.

Passou de ajudante de serviços a balconista, depois a sócio interessado, em seguida sócio na Antonio Diederichsen & Cia. para, finalmente, tornar-se o segundo maior acionista da Companhia Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen”, atrás apenas de Antonio.

Nove anos depois de chegar a Ribeirão Preto, ele casou com a prima Esther D'Ávila (Penna), em 27 de julho de 1919, e teve três filhas: Avany, Nice e Vera.

Depois de passarem um período morando na antiga rua do Comércio, atual Mariana Junqueira, o casal mudou para a rua Prudente de Moraes, no Centro da cidade, em uma casa localizada ao lado do Ginásio do Estado, atual Escola Estadual Otoniel Motta.

Na ocasião, final dos anos de 1920 e começo do seguinte, a região ainda era praticamente desabitada, mas a escolha da casa da Prudente de Moraes teve a ver com a proximidade da escola, por causa da educação das filhas. Essa casa seria a sua residência para o resto da vida.

Ela - ao lado da chácara que comprou na Vila Virgínia, na época, bem distante do Centro - eram os seus portos seguros. Na primeira, aliás, surgiu uma prática que se repetiu

2 RUI FLÁVIO CHUFALO GUIÃO. **Forte Gente**, Ribeirão Preto, 2014, edição do autor, p. 69. Guião é advogado, empresário e presidente do Conselho da Santa Emília Automóveis e Motos, em Ribeirão Preto, grupo que sucedeu a Cia. Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen”. É casado com Cecília de Barros Cruz e Guião, neta de Manoel Penna.

3 NICE PENNA DE BARROS CRUZ. **Manoel Penna - Centenário**. Ribeirão Preto, 1989, p.41. SDP Marketing & Comunicação.

por décadas, que foi a reunião semanal, aos domingos, com amigos de uma vida, para simplesmente conversar.

Eu gostava muito de frequentar as suas famosas reuniões semanais, domingo de manhã, em sua casa, à sombra do amplo vitral desenhado de sua sala. Havia dois tipos de convidados: os titulares, que obrigatoriamente deviam ter mais de 90 anos e os espectadores, que ficávamos a respeitável distância, porém participando de tudo.

Seus companheiros habituais eram o Angelo Sampaio, dono da primeira tabacaria da cidade, localizada ao lado do Theatro Pedro II e orquidófilo de primeira; o Dr. Luiz Felipe Tinoco Cabral, médico, que havia morado na república de meu pai, em São Paulo, quando estudante universitário e nos Estados Unidos, já como profissional de renome; o Prof. Antonio Rodrigues da Silva, o seu Tônico, cirurgião dentista de todos nós e provedor da Santa Casa.

O Dr. Tinoco Cabral, já avançado nos anos, sacava um aparelho de pressão de coluna, para verificar como tinha sido a semana dos participantes titulares do encontro. Como ele tinha dificuldade em ver os números, pedia ao Sampaio que o ajudasse. (...) Terminada a sessão médica, D. Nice, minha sogra, servia pasteizinhos, croquetes e afins, acompanhados de um copo de cerveja pingada, ou seja, cortada com um pouco de cerveja preta.

Ao primeiro gole, diziam todos: “Como Deus é Bom”, num agradecimento pela vida longa, pela felicidade dos descendentes e pelas realizações que todos tiveram.

Nós, os espectadores, éramos servidos por último e participávamos do papo gostoso dos mais velhos. (RUI FLÁVIO CHÚFALO GUIÃO, 2014), p. 71.

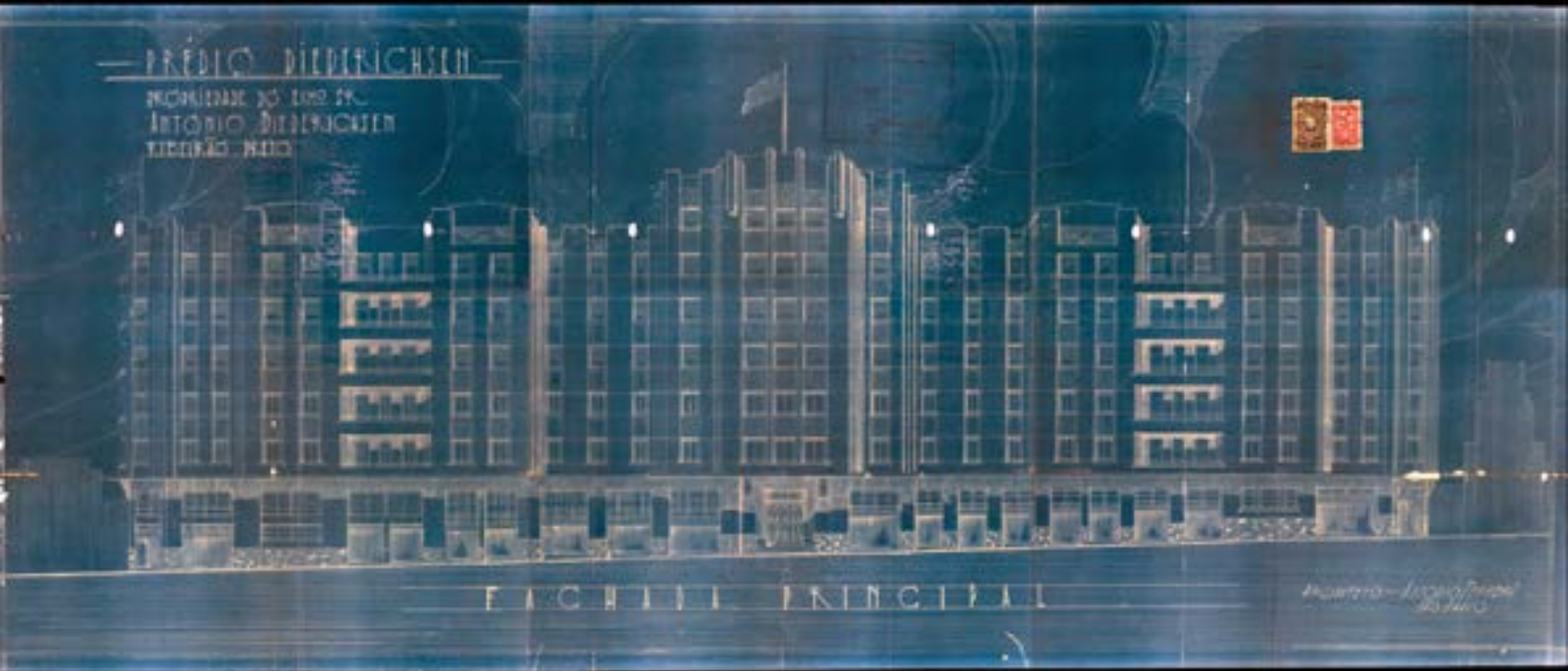
Manoel Penna também tinha outro hábito semanal: passear de carro com Antonio Diederichsen, para observar o crescimento da cidade. Mas, esses passeios não tinham só o lado lúdico.

No domingo, o meu pai passeava com ele para ver o progresso de Ribeirão Preto, para ver tudo o que estava sendo construído em Ribeirão Preto. Eles ficavam falando o que estava sendo construído, quem estava construindo, quem era o engenheiro, enfim, eles sempre estavam em busca de oportunidades de negócios. Como eles tinham [a empresa de] material de construção, tinham de ficar pensando nesse tipo de coisa. É um tipo de visão que é extremamente rara para a época, mas a pessoa nasce com isso, contou Nice Cruz, em entrevista ao autor.

Após a morte de Antonio Diederichsen, Manoel Penna tornou-se o responsável pela continuidade da empresa do sócio e amigo⁴. Em 1965 criou o Grupo Santa Emília, um dos principais de Ribeirão Preto. Nesse período, durante três décadas trabalhou, como voluntário, na Santa Casa de Ribeirão Preto. Foi definido por Rui Flávio como *uma pessoa fina, gostava de boa comida, bons vinhos, boas amizades.* (p. 70).

Permaneceu lúcido até o final de sua vida. Morreu sem nenhuma doença, simplesmente apagou-se. Faleceu com 101 anos no dia 16 de agosto de 1990, em sua casa. (p. 71). Para os mais próximos, Manoel Penna era chamado de Lolé.

4 Na página 70 de seu livro, Rui Flávio Chufalo Guião conta que, nos últimos dias de sua vida, Antonio Diederichsen chamou Manoel Penna e vendeu-lhe a sua parte na empresa.



Capítulo 6

O sonho de Antonio em concreto

Numa tarde de 1934, não me recordo o mês, estávamos no quintal do solar “Quinzinho da Cunha”, mais ou menos no ponto onde hoje se localiza a entrada do Prédio Diederichsen. Acabavam de fechar vultosa transação para a época, os srs. Osório Diniz Junqueira e Antonio Diederichsen, tendo este adquirido a área de quarteirão em que se localizara o vetusto edifício onde se tratara em anos seguidos, quasi meio século, a politica não só municipal, como estadual e mesmo nacional. Era, como todos sabem, o cel. Quinzinho o chefe de inconteste prestígio que fazia e desfazia deputados, senadores até presidentes do Estado.

Enquanto fazia um cigarrinho de palha, seu Tônico ouvia o sr. Osório Diniz Junqueira que discutia as fases finais, sendo o grupo composto por dr. Jaime Monte Alegre, gerente do Banco de São Paulo, Manoel Penna, do Antigo Banco Construtor, dr. Luiz Ferreira Gomes, então diretor



Acima, planta do prédio. Na foto do meio, feita por Weber Sian, o edifício atualmente e, abaixo, o prédio em construção.

do “Diário da Manhã” e este reporter. Firmava-se ali a base do reerguimento de Ribeirão Preto, que estava lutando bravamente para sair da tremenda crise que assolava a região desde 1939. Seu Tônico declarou que esperava construir um prédio que tomasse parte da rua General Osório, toda extensão da Rua Álvares Cabral e parte da rua São Sebastião. Após fazer breve exposição, seu Tônico afirmou que o edifício teria mais ou menos 7.000 metros de área construída.

O sr. Osório Junqueira perguntou ao industrial e comerciante, porque iria empregar tal importância, algo elevada para a época, cerca de 4.500 a 5.000 contos, quando esse dinheiro empregado em São Paulo daria juros compensadores. Foi nessa ocasião que minha admiração pelo homem que estava disposto a dar a injeção de óleo canforado de entusiasmo e confiança na terra roxa, cresceu ainda mais. Na sua simplicidade, pois, seu Tônico sempre foi simples, sem ostentação e até tímido, enrolando o cigarro de palha, retrucou: “É verdade. Mas, o sr. sabe, eu vim para cá há muitos anos, bem jovem ainda. Aqui constituí uma grande família de excelentes auxiliares e cooperadores. Ganhei bem e como retribuição à terra, aqui vou empregar o fruto desse lucro, em agradecimento à maneira como aqui tenho sido tratado”.

Luiz Gomes, não se conteve e abraçou seu Tônico, declarando-me: “Tome nota dessa afirmação que bem caracteriza um homem de fibra”, ao mesmo tempo que o sr. Osório Diniz Junqueira, acrescentava: “Então estamos satisfeitos pela venda que acabamos de fazer. Outrora foi a casa da política, amanhã será o marco de nova era.

Ontem, seu Tônico seguiu para São Paulo nas azas da REAL. Lá de cima, passando pela cidade que viu pequenina, que ajudou a crescer e da qual foi o grande arquiteto, com as construções monumentais que legou a todos nós, deve ter sentido interiormente essa grande paz, essa extraordinária satisfação dos espíritos eleitos. Os homens passam e as suas ações ficam. Antonio Diederichsen viverá eternamente no coração dos ribeirão-pretanos, da gente simples humilde da terra que tanto amou e onde viveu cercado pelo respeito e admiração dos seus concidadãos.

Porque “seu” Tônico foi, acima de tudo, um bom.

O texto acima é uma matéria do jornalista Antonio Machado Sant’Anna, chamada “O homem que transformou a fisionomia da cidade”, publicada na capa da edição de 2 de outubro de 1955 do jornal Diário da Manhã, um dia depois da morte de Antonio Diederichsen. Sant’Anna era um dos jornalistas mais influentes de Ribeirão Preto e compartilhava, socialmente, do cotidiano do empresário.

É bastante possível que a tal reunião com o filho de Quinzinho da Cunha tenha ocorrido, embora não seja possível comprovar se o conteúdo emocional e épico da conversa tenha sido, realmente, de tal dimensão.

Mas, esse é o texto “oficial”, digamos assim, dos bastidores daquele encontro, que mostra a compra do arcaico pela modernidade, em um simbolismo extremo: o terreno e a casa sobre ele pertenciam a Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o supercoronel ribeirão-pretano da República Velha, do Partido Republicano Paulista e de uma região e país, fortemente atrelados às exportações do café.

Ao adquirir a área e derrubar a casa, que também era sede do partido-símbolo de uma época, é impossível não pensar na pá de cal que foi jogada sobre essa estrutura, que

transformou um fruto minúsculo em uma demolidora máquina política e determinou a construção estrutural do estado brasileiro, sem qualquer pudor em usar de procedimentos como corrupção, fisiologismo, votos de cabresto e ameaças físicas diretas e indiretas, para se perpetuar.

A facilidade com que Getúlio Vargas e demais usuários dos modelitos cáqui ou verde-oliva impuseram a Revolução de 1930 mostra, antes de mais nada, a saturação daquele modelo, simbolizado na figura de Quinzinho da Cunha.

A poderosa República Velha, naquele começo da década de 1930, tornara-se um castelo de cartas e o seu representante local, nada pode fazer contra o seu fim. Sucumbiu, fisicamente, no dia 14 de setembro de 1932, dois anos depois da Revolução de 1930 e apenas 19 dias após a rendição de São Paulo às tropas getulistas, na Revolução de 1932.

O seu espólio físico da esquina das ruas Álvares Cabral, General Osório e São Sebastião foi demolido menos de um mês após a compra e, sobre ele, erigida a sua negação.

Para a arquiteta e urbanista Rita Fantini, a reunião de várias atividades em um mesmo prédio, verticalizado, é uma das principais características do edifício.

O fato dele ser multiuso não era uma novidade, porque já existiam alguns edifícios multiuso em São Paulo. Mas funcionou tanto tempo, desse jeito, mostrando que, realmente, era uma aposta interessante, essa ideia de que um edifício pudesse, então, concentrar várias atividades que se complementavam, porque as pessoas podiam morar lá, ter os seus consultórios, usufruir do comércio, tomar um café na “Única”, ir ao cinema. É de uma absurda a modernidade.

Em termos arquitetônicos, o edifício tem uma influência muito forte do estilo Art Déco, marcado pela racionalidade, geometria das máquinas, que muda todo o processo de produção, com uma estética que passeia entre áreas como as artes gráficas e visuais, como no filme Metrópolis, de Fritz Lang.

Diversos detalhes no seu interior, esse tipo de elemento que segura a marquise com curvas, que lembra muito peças de máquinas, essas figuras geométricas, tudo isso é Art Déco. Essa estética maquinista também é a base da estética também do Art Déco. O tipo de letra usado na placa de homenagem a Diederichsen, que está na entrada do prédio, na rua Álvares Cabral é característica desse período.

Mas, há algumas diferenças sutis, sobretudo quando a estética do edifício é comparada com a de outro prédio que está próximo dele.

Sem dúvida, ele é Art Déco Mas, talvez fosse mais preciso dizer que ele é uma primeira fase do Art Déco com transição do ecletismo, porque o uso dos materiais, os seus elementos decorativos ainda são um pouco mais carregados. Se você comparar, por exemplo, com o hotel que tem ao lado [Montreale], ele também é Art Déco, mas ele é de uma outra fase. Você percebe que ele é mais claro, mais limpo. Então talvez seja mais correto falar que é uma primeira fase do Art Déco.

O historiador e engenheiro civil, Marcelo Gouveia de Araújo, concorda com Rita Fantini e acrescenta um detalhe, o pioneirismo do edifício:

Ele traz um inovador estilo Art Déco para Ribeirão Preto, que até então era algo que não tinha caído no gosto da população. E, como se pode ver no Memorial Descritivo do prédio, nem o Terreri [arquiteto construtor do prédio] sabia definir exatamente qual era o estilo. No memorial, diz-se que edifício terá detalhes arquitetônicos no último estilo moderno.

Mas, para Araújo, o ineditismo do prédio vai além do seu estilo. Segundo ele, a construção do Diederichsen mostra a mudança do paradigma econômico da cidade, que abandona a uma economia toda voltada para a monocultura do café e que, com o “crash” da Bolsa de Valores de Nova York vê-se obrigada a buscar novas formas de renda.

E, nesse cenário, a construção do prédio assume uma dimensão maior ainda, sobretudo em termos nacionais;

O Diederichsen não foi apenas o prédio que deu start no fenômeno da verticalização de Ribeirão Preto. Ele foi o primeiro edifício multifuncional do interior do Brasil e o segundo maior de cinco pavimentos, também do interior do Brasil. Já existiam prédios desse tipo em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Recife, mas do interior do Brasil ele é o primeiro.

Para ele, a principal característica da multifuncionalidade é capacidade de inserir vários organogramas de funcionamento dentro de uma mesma construção. Nesse sentido, para Araújo, o Diederichsen tem cinco principais pontos: comércio no térreo, hotelaria no último pavimento, entretenimento pelo Cine São Paulo, residência, por causa dos apartamentos e prestação de serviço, com os escritórios.

Então isso caracteriza a multifuncionalidade dele, o que difere, por exemplo, do edifício Santana, existente em Campinas, que poderia ser definido como um monofunção, no caso dele, só comercial: eram lojas no térreo e escritórios nos outros pavimentos. Foi o primeiro arranha-céu do interior do Brasil, sendo o Diederichsen o segundo. Mas, em termos de multifuncionalidade, o Diederichsen foi o primeiro.

A notícia da compra da casa de Quinzinho da Cunha foi destacada, com pompa, na edição de 25 de abril de 1934 do jornal “A Cidade”, com o título “Um grande melhoramento no centro da cidade”.

A's 14 horas corria pela cidade a informação de que o sr. Antonio Diederichsen, o estimado industrial, proprietario do Banco Constructor e das officinas mechanicas havia adquirido o vasto terreno que existe na Praça 15, onde está o velho chalet do cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, fazendo esquina com a rua Alvares Cabral e subindo até a rua São Sebastião, e ali avançando até o meado do quarteirão.

Esse enorme terreno e o chalet foram de facto adquiridos hontem pelo sr. Antonio Diederichsen, que, ao que consta, pagou a importancia de 417 contos de réis.

Esse facto fazia o princípio duvidar. Procuramos os srs. Antonio Diederichsen e Manoel Penna, e a informação foi nos confirmada.

Estavam os dois chefes do Banco Constructor no momento recolhidos no escriptorio, palestrando em torno do contracto, com o constructor do predio, sr. Antonio Terreri, que seguirá hoje pela manhã de automovel para S. Paulo.

No Banco Constructor conseguimos a informação que dentro de poucos dias serão iniciados os trabalhos e em pouco tempo os alicerces escavados, proseguindo as obras com a maior rapidez, afim de doar a esta cidade o maior palacete até hoje existente, de extensão de

um quarteirão e da largura de 14 metros. A realização dessa bellissima construção fará com que o centro da cidade conte com um magestoso prédio, que virá melhorar sensivelmente, dando novo aspecto ao trecho da rua Álvares Cabral e a Praça 15.

Esse emprenhimento do sr. Antonio Diederichsen, não só vem embellezar um trecho da cidade, como aumentar-lhe o movimento e intensificar-lhe a vida nocturna.

A grandiosa construção terá 6 andares, segundo se afirma, sendo que toda a parte baixa do prédio será aproveitada para grandiosas lojas, salões de exposições, confeitaria, cafés, salões de festas, armazens, bazares e todo o genero de negócios.

Nos demais andares as distribuições serão aproveitadas de accordo com a indicação da planta, de modo a facilitar qualquer dos andares.

Emquanto não for concluída a planta, tudo quanto se afirma são supposições acceltaveis. Foram essas as da palestra ouvida.

A verdade é que o sr. Antonio Diederichsen tomando a iniciativa de uma grande construção no centro da cidade, veio ligar, como bemfazejo e verdadeiro emprehendedor o seu lídimo nome ao progresso de Ribeirão Preto. (Grafia original).

A informação da compra foi replicada em outros jornais locais e da capital do Estado, embora com valores que variassem de 400 a 450 contos de réis. A negociação foi fechada em R\$ 425 contos de réis, de acordo com a escritura de venda,

Escritura de 25 de abril de 1934, lavrada em notas do 1º Tabelião, desta comarca. ADQUIRENTE: Antonio Diederichsen, domiciliado nesta cidade. TRANSMITENTES: Augusta Junqueira Pereira Lima, assistida de seu marido Mario Pereira Lima, e outros. VALOR DO CONTRATO: 425:000\$000. CONDIÇÕES DO CONTRATO: Não há. CARACTERÍSTICAS CONFRONTAÇÕES: O prédio situado nesta cidade, á Rua General Osório n 101, dando face para a Praça 15 de Novembro e fazendo esquina com a rua Álvares Cabral, prédio esse de construção antiga, em forma de chalé, construído de tijolos, coberto de telhas, com dependências no quintal, tendo uma destas, atualmente, o n° 20 da rua Álvares Cabral, prédio esse com o seu respectivo terreno FOREIRO á Matriz desta cidade, todo murado, e que fica compreendido dentro das seguintes divisas e confrontações: Partindo do canto da rua General Osório com a rua Álvares Cabral, sobe por esta última rua até alcançar a rua São Sebastião na distância de 89 metros e 61 centímetros; deste ponto quebra a esquerda e dividindo com a rua São Sebastião vai até a distância de 34 metros e 70 centímetros; deste ponto faz ângulo reto á esquerda e confrontando com Sebastião Maximiano Junqueira e irmãos, vai até a distância de 45 metros e 40 centímetros; deste ponto faz ângulo reto á esquerda e vai até a distância de 19 metros e 25 centímetros, confrontando em parte com os transmitentes e em parte com Manoel Lopes Velludo; deste ponto que dista 15 metros e 45 centímetros da rua Álvares Cabral, quebra á direita e confrontando com Manoel Lopes Velludo vai á distância de 44 metros e 21 centímetros onde vai alcançar a rua General Osório; deste ponto quebra á esquerda e confrontando com a rua General Osório vai até alcançar o ponto de partida na distância de 14 metros e 10 centímetros (...).

Ao contrário do que sugere o texto de Machado Sant'Anna, o proprietário do terreno não era Osório Diniz Junqueira, como é sugerido no texto, mas a sua irmã Augusta. Na primeira de três averbações contidas no documento, feita em 17 de junho de 1955, informa-se que a demolição da casa ocorreu no dia 8 de maio de 1934, apenas 13 dias após a lavratura da certidão de venda.

Dois documentos importante e que revelam o processo de construção do Edifício Diederichsen estão na pasta coleção Terreri, guardada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. São eles o Contrato de Empreitada entre os empreiteiros Antonio Terreri e Domenico Paschoal de Vicenzo com Antonio Diederichsen, assinado em 1935. O segundo documento é o Memorial Descritivo da obra.

O primeiro, de cinco páginas e vinte artigos, mostra como foi a relação proprietário x empreiteiros na definição das obrigações para a construção do prédio. No contrato pode-se ler, por exemplo, que o prazo da obra era de 24 meses, a contar da assinatura do contrato, com a aplicação de multas em caso de atraso e que os empreiteiros “*não poderão fazer qualquer alteração no plano da obra sem alteração escripta do proprietário*”.

O valor da empreitada, nesse período de dois anos, era de R\$ 2,8 mil contos (dois mil e oitocentos contos de réis), número que era pouco inferior ao orçamento de Ribeirão Preto previsto para 1936, que foi de três mil e setenta e dois contos de réis (R\$ 3.072:000\$000)¹.

O documento também mostra que “*os empreiteiros contribuirão com todos os materiaes da obra*” e que “*o proprietário lhes venderá pelo preço de factura todos os materiaes necessários à obra, com acréscimo de 4% e das quais preço de frete e carreto*”. Ligado a esse ponto, o item 8 do contrato revela que Terreri e Vincenzo obrigam-se a usar exclusivamente materiais de primeira qualidade, que o uso desses materiais em outras [obras de terceiros] era proibido, arrematando que os empreiteiros também estavam proibidos de empregar, na obra do Diederichsen, materiais que não tenham sido adquiridos pelo empresário ou por intermédio dele.

O contrato de empreitada também dizia que, na eventualidade da ocorrência de acidentes na obra (assume-se que o documento refira-se tanto com operários ou a terceiros), a responsabilidade seria exclusiva de Terreri e Vincenzo, especificando que “*os empreiteiros ficarão responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros por motivo da construção do prédio (...)* ficando obrigados a repará-los ou indenizá-los á medida que se verificarem, e correrão por conta deles as obrigações de accidentes de trabalho”

Por fim, uma vez finalizado, o prédio seria sujeito à avaliação de uma comissão de peritos - nomeada de comum acordo - e que, caso fosse percebida algo diferente do especificado em contrato, os empreiteiros teriam um prazo - determinado pela comissão - para a solução dos problemas.

O “Memorial Descriptivo da Construcção do Predio Diederichsen, em Ribeirão Preto” é um documento de oito páginas, de conteúdo bastante técnico, mas que faz um raio X do edifício. Ao falar sobre os alicerces, o texto informa o seguinte:

Os alicerces serão abertos em pilares tendo a profundidade necessaria até encontrarem a camada de rocha para poderem obter um coefficiente de gravidade de 6 kg, por centimetro quadrado². Ditos pilares serão em número necessario á estrutura em concreto armado,

1 “O orçamento municipal para 1936 - O que nos disse sobre os seus pontos essenciais o sr. Dr. Ricardo Guimarães Sobrinho, ilustre prefeito desta cidade”. Matéria publicada na edição de 1/1/1936 do jornal “A Cidade”, cuja identificação de data e página só está presente na capa.

2 Na entrevista dada ao autor, o historiador Marcelo Gouveia de Araújo - que também é engenheiro civil - afirmou que os cálculos usados para o suporte de carga, no Diederichsen, eram suficientes, por exemplo, para que se construísse outro edifício igual sobre ele. “*Eles usavam coeficientes que são muito diferentes dos que usamos hoje, tanto que, analisando o cálculo estrutural e vendo todo o projeto de fundação até o último andar, se, um dia, quisessem dobrar a altura do prédio poderiam fazê-lo sem prejudicar a estrutura. Na época, a tecnologia do concreto armado, até a década de 1930, quando é construído o prédio, era uma tecnologia nova, sem uma normatização*

seguindo até a ultima lage do predio. De forma alguma os pilares terão um coeficiente menor, e terão a secção necessária ao calculo de resistencia e estabilidade de acordo com o Codigo Saboya.

O memorial informa, entre outras coisas, que o prédio teria seis pavimentos, com a parte relativa à rua Álvares Cabral teria mais um. Nessa área seria construído um terraço descoberto, com largura de 4,2 metros, impermeabilizado com feltro betuminoso.³

O prédio seria construído todo em concreto armado e coberto - à exceção da área descoberta do último andar - e todas as paredes de alvenaria de tijolos de primeira qualidade.

O telhado - à exceção da área descoberta do último pavimento - seria coberto com telhas nacionais *“do tipo francezas sobre madeiramento de peroba de primeira qualidade”*, todos eles coberto cm calhas e ferros condutores eitos em chapa de ferro galvanizado.

A fachada e as partes laterais previam a execução com argamassa grossa, misturada com uma parte de cimento, três de areia e uma de cal. O revestimento final era de uma *“massa especial, composta de diversos pós de pedra, formando uma côr a ser escolhida pelo proprietário, com mica brilhante misturada. O documento informa que a lavagem da fachada seria feita com ácidos temperados”*.

As entradas principal, lateral, para o cinema e salão de espera seriam executas em gola de gesso e ornamentos do mesmo material. No cinema, as paredes da plateia e contraplateia previam decorações com frisos de gesso em relevo e o teto desses mesmos locais seria executado em celotex, material de painéis, de propriedades acústicas, térmicas e resistentes ao fogo.

Os degraus das escadas de acesso do térreo ao primeiro andar, rodapés, soleiras das portas de todas as lojas, entrada principal, lateral, do cinema e as portas dos elevadores do térreo seriam todas em mármore. A partir do primeiro andar, os degraus das escadas seriam em granilite, *“imitação Chiampo”*.

Todos os pavimentos das alas destinadas a escritórios, salas, dormitórios e hall dos apartamentos, plateia e contraplateia do cinema tinham precisão de uso em assoalho parquet. Nas lojas, entrada lateral, entrada do cinema, sala de espera do cinema, bar, corredores de distribuição, cozinhas, WCs e mictórios, o piso seria em ladrilhos de três cores. As paredes de todas as cozinhas, copas, banheiros e mictórios iriam receber azulejos até a altura de 1,5 metro.

As portas de todas as lojas (no térreo) deveriam receber portas de cortina de aço ondulado, com bandeiras de ferro T envidraçadas. Todas elas, do segundo ao sétimo pavimento, deveriam ser de madeira *“envernizada a boneca”*, com a cor natural, assim como os respectivos rodapés.

internacional de cálculo estrutural de resistência do concreto. Isso ainda estava em desenvolvimento. Então, o que é que eles faziam? Eles aumentavam a carga. Como não sabiam, eles colocavam valores a mais, por segurança. Por exemplo, se um determinado cálculo deu 630 kg por centímetro quadrado eles passavam para 1.500. Por isso é que você vê nesses prédios antigos aquelas colunas, aquelas vigas imensas, que são decorrência da falta de uma normatização específica para o concreto armado, como existe hoje. Atualmente existe um padrão internacional, para todo o mundo, onde você define o coeficiente de acordo com o tipo de terreno, da altura, da estrutura etc.”.

3 Em função de infiltrações ocorridas nesse local, Diederichsen enviou um documento à Prefeitura, em 1938 - um ano após a inauguração do prédio - solicitando a cobertura do telhado, parte com telhas cerâmicas e parte com uma estrutura de vidro e ferro. O documento tem o protocolo de recebimento nº 408, de 18 de julho de 1938, e tem Manoel Penna como procurador de Diederichsen.

O memorial também detalha as instalações e pontos de água, esgoto, eletricidade e telefones, destacando, além deles, a obrigatoriedade - em cada apartamento, bar, cinema e restaurante, da existência de um ponto embutido para aparelhos de rádio.

A forma como o lixo seria tratado também está destacado no memorial. No tem “Caixa de despejo de lixo”, o memorial informa que:

Haverá um despejo colectivo para o lixo do prédio, tendo em cada andar um “Box” de abrir com os lados e fundo a leque, de ferro com fechos automáticos de bronze. Ditos despejos terão uma ventilação directa que será elevada dois metros acima da parte mais alta do prédio. No andar térreo dito despejo terá um forno de incineração do lixo, ou gavetas conjugadas em laminais de ferro para poder ser removido para as carroças que recolhem o lixo.

No total, o memorial descritivo fala dos seguintes itens: Caracteristicos do Predio, Abertura dos Alicerces, Concreto Armado, Terraço Superior, Telhados, Calhas e Conductores, Alvenaria de Tijolos, Revestimento Interno, Estuque Lucido, Fachadas, Decoração em Gesso, Mármore, Granilite, Parquet, Ladrilhos, Azulejos, Esquadrias, Ferragens, Vidros, Portas de Aço Ondulado, Cimentados, Instalação de Agua e Exgottos, Instalação de Servicos de Electricidades, Campainhas, Telephones, Rádios, Caixa de Despejo para o Lixo, Pintura, Limpeza Geral, Corremão das Escadas, Grades das Saccadas Externas, Lustres, Plafoniers e Arandelas, Elevadores, Maquinas, Andaimos e Ferramentas, Projectos e seus Detalhes, Cantaria e Calçada.

Construção de um gigante

O pedido de vistoria foi feito no dia 4 de agosto de 1934, por Paschoal Vincenzo, e no dia 16 de agosto do mesmo ano, de acordo com a edição de 14 de dezembro de 1934, do jornal “A Cidade”. No dia 4 de setembro, a resposta a Vincenzo, vinda do engenheiro Nelson Nobrega, da Repartição de Obras da Câmara Municipal ⁴, condicionou a aprovação do projeto à resolução de uma série de irregularidades apontadas por ele:

Tratando-se de uma obra de vulto, e demais, projetada por architecto não diplomado, esta Repartição de Obras não pode assumir a responsabilidade da aprovação do projeto sem que ao mesmo sejam apensos os respectivos calculos como determina o artº 83 do Código de Obras Saboya adoptado por esta municipalidade. Além disso, o Sr. Antonio Terreri, autor do projeto, deve comparecer a esta R. de Obras para fazer prova de que está habilitado e registrado, de acordo com o dec. 23.567 de 11/12/1934. Fica dispensado deste encargo o senhor Pascoal de Vincenzo por já ter feito a prova alludida.

Em dezembro de 1934, Nobrega emitiu um adendo ao “puxão de orelhas” emitido três

⁴ Em 1934, a Câmara Municipal acumulava as funções de Legislativo e Executivo, onde o prefeito era “eleito” em uma escolha feita por seus pares. No entanto, em função da Revolução de 1930, entre esse ano e 1936, as eleições para esse órgão foram canceladas e a cidade - assim como as demais do Brasil - passou a ser gerida por interventores, nomeados, por sua vez, pelo interventor do estado, indicado por Getúlio. No caso de Ribeirão Preto, entre 1933 e 1936, os interventores foram Ricardo Guimarães Sobrinho (1933-1936) e João Dias de Arruda (1936). Com a volta das eleições para a Câmara Municipal, os prefeitos foram Alberto Whately e João Dias Arruda, em 1936. No dia da inauguração do Edifício Diederichsen, em 10 de janeiro de 1937, o prefeito era Fábio Barreto, “eleito” de junho de 1936 a novembro de 1937. Com a eclosão do Estado Novo, Getúlio voltou a dissolver as câmaras.

meses antes, informando a Vincenzo que ele e Terreri deveriam se comprometer a *fazer as instalações contra incêndio e apresentar planta das instalações de água e eletricidade em tempo oportuno*.

Nas edições de 7 de novembro e 14 de dezembro de 1934, respectivamente, os jornais “Correio Paulistano”, de São Paulo, e “A Cidade”, de Ribeirão Preto, informaram que o prédio havia sido liberado de impostos e emolumentos estaduais (processo nº 1.226, do Conselho Consultivo do Estado) e municipais, por um período de cinco anos, a partir da data de conclusão.

Em 2022, com a publicação da sua tese de doutorado sobre o Edifício Diederichsen, a arquiteta e urbanista Tatiana Gaspar fez uma radiografia do prédio, a partir da leitura das plantas presentes no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

(...) as duas entradas e circulações verticais, posicionadas nos centros das fachadas da Rua Álvares Cabral e Rua São Sebastião, determinaram, a partir do segundo pavimento, a criação de um eixo central de circulação horizontal conectando os dois pontos. Em cada um desses andares, um corredor com 1,8 metros de largura se desenvolveu por mais de 100 metros de extensão, recebendo, na sua maior dimensão, no 2º, 3º, 4º, 5º e 6º pavimentos, duas áreas para iluminação e ventilação junto à fachada posterior, paralela à Rua Álvares Cabral, com esquadrias basculantes de ferro e vidro, além das aberturas que já se posicionavam junto aos patamares das escadas (figura 4.2.34). Ao longo da circulação horizontal foram distribuídas as salas, um depósito e quatro blocos de sanitários coletivos - dois femininos e dois masculinos, sempre intercalados. A disposição desses sanitários refletiu a organização espacial do pavimento a partir de setores determinados pelas circulações verticais, e das duas zonas geradas ao longo da circulação horizontal, junto ao alinhamento das fachadas frontais ou posteriores. Diferentemente do que se propunha para a maior parte das lojas comerciais, os banheiros dos pavimentos de escritórios foram inseridos no interior do bloco verticalizado, mas se mantiveram junto às fachadas posteriores, voltadas para os recuos. O trecho entre o eixo da entrada principal e as salas voltadas para a Rua General Osorio recebeu um sanitário de uso coletivo masculino e outro feminino. Do lado oposto foram criados mais dois blocos de sanitários, também para o público masculino e feminino, nesse último caso já na área mais próxima à entrada da Rua São Sebastião. Os sanitários foram posicionados de tal forma que a distância entre os blocos feminino e masculino não ultrapassasse 15 metros e, apesar de não terem exatamente as mesmas medidas, possuíam configurações e áreas similares: sempre um lavatório na frente e duas cabines no fundo, com cerca de 10 m², evidenciando a concepção racionalizada por módulos. Entre as páginas 275 e 278, ela mostra a seguinte configuração do edifício e seus sete pavimentos, na sua configuração, em 1934: térreo: 15 lojas, um bar e confeitaria, um restaurante, dois halls de acesso e um cinema;⁵ (TATIANA DE SOUZA GASPARG, 2022), p. 353.

Entre os ocupantes dessas lojas estava Marcos Zeri Ferreira⁶, que tinha uma conhecida

5 TATIANA DE SOUZA GASPARG. **Edifício Diederichsen: concepção e história**. Tese de doutoramento, São Carlos, 2022.

6 Além de ter sido um dos ocupantes mais antigos da área comercial do Diederichsen, Marcos Ferreira é um dos pioneiros de um trabalho infatigável de recuperação do Centro de Ribeirão Preto e a criação de alternativas para viabilizar o comércio dessa área. Ele foi o fundador da Associação dos Moradores e Empresários do Centro, entidade que reuniu diversos empresários do setor em torno de um projeto destinado a tornar a área mais atraente para moradores, usuários e empresários.

joalheria na cidade. Ele nasceu em Ribeirão Preto, no dia 29 de julho de 1942, filho de Antenor e Adelaide Zeri Ferreira.

Em 2019, ele deu o seguinte depoimento.

Eu vim para cá em 1951, porque o meu pai, Agenor Ferreira, trabalhava com joias em casa. Naquele tempo, a gente trabalhava em casa e recebia a visita de várias firmas grandes de São Paulo. Um representante dessas firmas foi o Levi Frank, que era um judeu maravilhoso, lá de São Paulo. Ele saía da estação da Mogiana, com aqueles carros grandes de seis cavalos e ele punha duas, três, quatro malas, daquelas enormes, duras, com 80, 100 kg de ouro nas malas, e vinha da estação, parava na casa do meu pai e ele escolhia as coisas. Não dava para ver tudo em um dia, às vezes ficava dois, três dias e as malas ficavam guardados lá em casa, trancadas. Era maravilhoso. Porque você não tinha essa visão da violência que existe hoje, era quase inacreditável. Também havia uma figura muito especial que era o senhor Delcídes Machado, pai do Marcelino Romano Machado, que tinha uma livraria onde você está sentado. A primeira porta encostada ao café era joalheria do Paulo Neves. A segunda porta, à nossa esquerda, era a livraria do Delcídes. Ele conhecia muito o meu pai e o Santaninha, o Antônio Carlos Machado Sant'Anna, filho do jornalista Antonio Machado Sant'Anna, que montou uma agência parede e meia aqui ao lado, a agência da Real Transportes Aéreos. Depois virou Varig e aí foram para onde é o Doutor Linguíça. Em 1951, o senhor Delcídes vendeu o espaço dele para nós e o Santaninha. Nós colocamos uma parede na sala original e, de um lado ficou ele, com a agência da Real, de aviação, e do outro, meu pai montou o Ferreira Joias. E, além de tudo o que te falei, tem ainda o Pinguim, que ficava na esquina da Álvares Cabral com a General Osório. O dono era o senhor Miranda, um português, onde a gente vinha comer um bacalhau maravilhosos e uns bolinhos de bacalhau fantásticos. Isso sem falar do famoso chope do Pinguim, feito com as águas do Aquífero Guarani e que era uma das melhores coisas do mundo. A Antarctica tinha um alemão cervejeiro muito bom, que era o responsável pela cerveja.⁷ E, no meio disso tudo, bem aqui no comecinho da quadra, o meu pai ficou com esse pedacinho aqui. (...). Era um tempo bom porque a gente vendia tudo na caderneta, então havia as enfermeiras do Hospital das Clínicas da Santa Casa, era uma coisa fantástica, porque você tinha a clientela, não tinha aquele negócio de nota promissória, de carnês e tudo mais.

Ao lado de lojas como as que Marcos Ferreira se referiu, lembra, ainda de empresas como “A Caprichosa”, que vendia roupas finas e elegantes, “A Deliciosa”. que vendia frutas ou a farmácia do dr. Plínio. Mas uma das lembranças mais fortes que ele tem é da Única, o atual café, ainda instalado na esquina das ruas Álvares Cabral com a São Sebastião e que ficou conhecida pelas artes de seu dono em fazer doces.

A confeitaria e, sobretudo, o cheiro dos doces que vinham de lá, mais de meio século depois, permanecem no inconsciente de pessoas como Ferreira, Regina Scatena e Carmen Luiza Resende, moradoras no prédio.

A Única abriu as portas em 1936, ainda antes da inauguração do Diederichsen, assim

⁷ Marcos Ferreira provavelmente está se referindo a Max Bartsch, gerente da fábrica de Ribeirão Preto da Cervejaria Antarctica. Uma das fotos mais famosas do Pinguim, provavelmente tirada entre 1936 e 1940, mostra a choperia, no Edifício Diederichsen, vista do salão. À direita da foto, próximo ao espelho com a grafia Cerveja Pinguim, sentado numa mesa, está Max Bartsch sentado, olhando para o fotógrafo. A foto faz parte do acervo do Artigo Público e Histórico de Ribeirão Preto. O Pinguim e a Única fazem parte de um grupo de empresas que ocuparam o Edifício Diederichsen em 1936, ainda antes da sua inauguração, no ano seguinte.

como o Pinguim. O seu proprietário, na época, chamava-se Oscar Zoega. Ele morreu em 14 de dezembro de 1979, de parada cardíaca.

Nasceu em Rio Claro e teve quatro filhos do primeiro casamento, com Maria Rita Souza: Marita, Mauro, Márcia e Marly. Depois da morte da esposa, voltou a casar com Maria Salles, e tornou-se padrados de Cássio Mauro e Odilon Lourenço.

A história da Única é contada no Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social, de Alexandre Malvestio Clemente, de 2006. O trabalho chama-se “Uma esquina como testemunha: livro-reportagem sobre o ponto de encontro mais tradicional de Ribeirão Preto: a Única”.

Pelo trabalho de Clemente, sabe-se que Oscar Zoega nasceu em Rio Claro, em 1908. Os pais, o sueco Guilherme Zoega e a mãe, Catarina Vollet, descendentes de alemães, faziam parte do núcleo inicial de fundadores da cidade e já vinha deles o domínio da arte de trabalhar com pães e doces. Os dois foram fundadores da Padaria Zoega, em Rio Claro.

Em 1929, Oscar Zoega foi para Araraquara, onde montou a Confeitaria Regina, juntamente com o irmão, Edwin. Em 1936 veio para Ribeirão Preto. Por intermédio de um conhecido, o arquiteto-construtor, Antonio Terreri - que havia construído o Diederichsen -, resolveu abrir uma confeitaria no prédio, que, na década de 1950, passou a servir o famoso café feito no coador de pano.

Além dos atributos como confeitoiro, Zoega ganhou uma fama muito especial: a de ser uma espécie de patrono dos estudantes, em geral, e dos que moravam no prédio, em particular, acima da sua loja. Em 1971, a XV Turma da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto homenageou-o cm uma placa, em função dessa relação especial.

Quando não era dinheiro emprestado, era comida que ele dava aos estudantes. Mas não era só com os estudantes com quem Zoega tinha uma relação especial. Os formados também tinham a ajuda dele, em muitas ocasiões. Algumas dessas histórias são contadas pela sua filha caçula, Marly.

Aqui no prédio tinha um dentista, que foi meu professor de faculdade. Ele morava com o irmão aqui no Diederichsen, ambos solteirões. E eles tinham umas caixinhas pequenas e, à noite, desciam-nas com uma roldana até chegarem aqui embaixo. E meu pai, antes de fechar a Única, botava pãozinho de minuto com café e leite lá dentro e eles subiam tudo para cima, com a roldana.

Uma das suas memórias do trabalho com o pai é de quando ainda era adolescente: ficar no balcão da confeitaria e café, com 12 ou 13 anos, cuidando do pagamento do consumo dos clientes.

Eu chegava do [colégio] Santa Úrsula e ia para lá. O movimento era muito grande e tinha de ser rápida, recebendo o dinheiro já com o troco na cabeça. Por isso é que acho que sou boa em matemática. E trabalhava lá até tarde, no caixa. Por causa da idade - as coisas eram meio altas para mim - o meu pai fez um caixotinho de madeira para conseguir alcançar o caixa, de pé. As máquinas registradoras, naquela época, para uma pessoa com 12, 13 anos, pareciam enormes.

Marly conta que um companheiro inseparável do pai era um caderno, onde anotava as

receitas dos doces e pães que fazia. Esse caderno hoje está com uma irmã dela.

O cineasta Edgard Castro não morava no Diederichsen, mas era um frequentador assíduo da região central. Uma das suas principais lembranças era o inconfundível cheiro e gosto dos doces que saíam das mãos abençoadas do dono da Única.

Oscar Zoega morava aqui em frente aos Correios, em frente ao Cassino Antarctica. Era Amador Bueno com Américo Brasiliense e a fábrica de doces era no mesmo terreno em que ele morava. Então, eu me lembro de ele saía para fazer os doces lá no fundo e eles traziam os doces num tabuleiro com uniforme branco bonitinho, asseado, que vinham de lá até aqui carregando aqueles tabuleiros, com os doces sempre fresquinhos. Tinha um que eu adorava que era uma espécie de um pão de ló, que tinha um creme gostoso no meio, chamado vienense. Tinha também o canudinho, Maria Mole, doce de leite, tortinha de banana, doce de abóbora, tinha um monte de coisas, mas o que me chamava muito atenção era o vienense e a tortinha, que ele vendeu anos a fio. Um detalhe: ele nunca vendeu álcool, era só café, doces e chocolates.

A fama da Única acabou por transformá-la em um ponto de encontro obrigatório em Ribeirão Preto, onde se fecharam negócios de vulto, sempre acompanhados da dupla café e política. Não por acaso, a esquina recebeu o apelido de “Senadinho” e, talvez por isso, chegou a receber os ex-presidentes Getúlio Vargas e João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Mas existe uma história do dono da Única, desconhecida, e que cruza o caminho de Oscar Zoega com Antonio Diederichsen. Uma história que começa com o casal Johännes e Juliane Margar Christhiane Zoëga, não na Suécia, mas na Alemanha.

O sobrenome de Julianne era Diederichsen e ela era um dos 15 filhos do casal Jacob e Magdalene, bisavós de Antonio Diederichsen (ver capítulo 2 deste livro) e origem do tronco brasileiro da família Diederichsen. Johänes e Julianne, por sua vez, tiveram seis filhos, entre eles, o caçula Ludvig Christian Zoëga. Natural da Suécia, ele casou com Margretha Kathrina Aarslev e tiveram 14 filhos. Entre eles Christian Isveller Zöega, nascido a 14 de outubro de 1858 em Kvistofta, na Suécia. Este casou com Catharina Vollet e tiveram seis filhos.

O mais velho chamava-se Oscar e, em 1936, fundou a confeitaria mais famosa de Ribeirão Preto. Ele era trineto dos bisavós de Antonio Diederichsen, pela linhagem da bisavó, Julianne. Até onde foi possível apurar, nem um nem outro sabia dessa relação de parentesco distante.

O segundo e terceiro pavimentos do prédio eram ocupados pelos escritórios. Essa área foi bastante marcada pela presença de profissionais liberais, especialmente médico, dentistas e advogados, mas também se tornou a base de pequenos negócios.

Na página 353 da sua tese, a arquiteta informa que o Edifício Diederichsen apresentou uma planta com 60 salas, em cada um dos pavimentos 2 e 3. No entanto, na prática, o segundo teve oito delas retiradas, em função de necessidades posteriores do Cine São Paulo. Assim, em vez das 120 salas originais para os dois pavimentos, ele ficou com 112 salas.

O trabalho de Tatiana Gaspar mostra que, originalmente, o projeto para cada um desses dois pisos previa 58 salas comerciais, mais duas salas duplas, um depósito, dois sanitários masculinos e dois femininos.

Era um piso especial porque, a partir da sua construção, a Edifício Diederichsen criou novas formas de ocupação da região central e, mais do que isso, mudou a visão das pessoas

a respeito de morar e trabalhar em um prédio. Até, praticamente, o final da década de 1960 e início da seguinte, morar e, mais do que isso, ter um escritório no prédio, era sinônimo de status, e quem lá estava usufruía dessa prerrogativa.

Então, aqui você tinha os melhores médicos, os melhores engenheiro [o próprio construtor do Diederichsen, Antonio, e o filho, Nunzio Terreri tinham um escritório no prédio, grifo nosso], os melhores advogados, dentistas como os irmãos Gabarra, que era uma família espetacular, que deu ótimos profissionais liberais, conta Marcos Ferreira.

Ao lado de advogados, médicos, dentistas e engenheiros, também havia os pequenos negócios. Entre eles, na sala 228, no terceiro pavimento (2º andar), trabalhou, durante décadas, o alfaiate Walter Feloni, o Alemão.

Eu estou aqui neste centro de Ribeirão Preto desde os 11 anos de idade, quando vim do Rio de Janeiro. Fui estudar ali no 2º Grupo Escolar, na rua amador Bueno. Aí, fui trabalhar no JB Alfaiates, na general Osório, fui office-boy lá. Lá eu limpava a loja, entregava roupa, essas coisas. Aos 14 anos eles colocaram uma agulha e um dedal na minha mão para virar aprendiz. Eu vim aqui para o prédio no final da década de 1950, para trabalhar com o Palucci, que tinha uma sala no 1º andar. Ele era alfaiate e se tornou um grande amigo. Trabalhei com ele, mais ou menos, uns 12 anos. Aí, depois desse período, vim trabalhar sozinho, em 1970, e montei esta salinha que você está vendo. Então, continuei a minha vida aqui, de 1970 para a frente. Naquela época era difícil conseguir uma sala aqui para trabalhar. Tinha fila de espera para os apartamentos e para as salas também. Para você ter uma ideia, outro dia estava conversando com o advogado e professor, Antônio Rodrigues, que era provedor da Santa Casa na época, em 1970, e lembrei que tive de pagar 24 aluguéis atrasados das pessoas que estavam aqui e que não tinham pagado. Então, esses valores ficaram como um tipo de uma caução. Então, eu pagava dois aluguéis, o meu e outro, que ficava por parte das prestações atrasadas. Antônio Rodrigues também tinha sala aqui, juntamente com o filho. O Diederichsen era um lugar bastante procurado: tinha o dr. Paulo Valentim de Oliveira, que médico, com consultório no primeiro andar, tinha o senhor Botelho, com um escritório de contabilidade, o dr. Romero Barbosa, com um escritório de advocacia, o senhor Pinzan, pai da Regina Scatena, que era um dos melhores ourives de Ribeirão Preto e tinha uma sala no segundo andar, lá no fundo. Também havia a família Gabarra, enfim, nós éramos uma família. Todo mundo conhecia todo mundo. O prédio era bem organizado, era uma coisa impressionante. Não entravam pessoas estranhas, a portaria não deixava a pessoa chegar e simplesmente entrar.

O quarto e quinto pavimentos do prédio eram voltados para a habitação permanente, com apartamento de tamanhos variados, que eram alugados. No total, de acordo com o trabalho de Tatiana Gaspar, era 23 apartamentos por andar, divididos de acordo com a seguinte tipologia:

- a) hall, quarto, banheiro, sala de visitas, sala de jantar, cozinha e tanque (2);
- b) hall, quarto, banheiro, sala de jantar, cozinha e tanque (2);
- c) hall, dois quartos, banheiro (10);
- d) hall, quarto e banheiro (9);

Nesse piso, ainda havia um depósito.

Durante cerca de vinte anos, Regina Helena Pinzan Scatena viveu no 3º andar do Diederichsen, dos 2 até os 20 anos. Era em um dos menores apartamentos que o prédio oferecida, do lado do prédio na rua São Sebastião, mas voltado para área interna. A sua vista era o Cine São Paulo. O espaço não era grande, ainda mais para acomodá-la, os dois irmãos mais o pai e a mãe.

Mas, as lembranças do Diederichsen - e do Centro - permaneceram. Uma delas, por exemplo, era percorrer, com a máxima velocidade possível, aqueles corredores sem fim, para uma criança, de triciclo ou bicicleta. Ia até onde dava ou até a mãe chamá-la de Regina Helena, que não significava boa coisa.

São cem metros, né [de corredor]? É, mais de cem. Porque começava na São Sebastião, fazia a curva, pegava toda a Álvares Cabral e ainda virava. O meu pai tinha uma sala no 2º andar, acho que 244. Ele era ourives. Quando nós mudamos para cá, ele já trabalhava lá, não como o negócio próprio. Aí ele alugou essa sala no segundo e o apartamento no terceiro andar.

Eu me lembro de algumas coisas. Mas principalmente do cheiro do gosto e do cheio dos doces da Única. Eu tenho essa memória até hoje. Dos doces que eu ia comer na Única. Com muita frequência eu não pagava, porque ele [Oscar Zoega] não me deixava pagar. Ele falava, 'não, depois o seu pai paga'. Eu falava para o meu pai, 'comi um doce na Única', ele ia lá para pagar o doce. E eu me lembro porque eu ia na fábrica dos doces. Que era na América Brasileira, ao lado dos Correios. Acho que foi aí que eu comecei a gostar de doces. E era um tormento, porque a gente via os funcionários trazendo aquele monte de doce, carregados na cabeça em um tabuleiro de madeira. E aí subiam lá da fábrica até à Única, passando em frente de todo mundo com aquelas delícias. Na época, quando ainda era bem nova, não percebia muito mas, com o passar do tempo deu para perceber que morar ali tinha alguma coisa de status. Eu sei que, para os negócios, foi muito bom, porque estávamos no Centro e a clientela era enorme.

Apesar das memórias e experiências que teve no prédio - talvez até por causa delas - Regina não consegue evitar de falar do prédio e da progressiva diminuição da sua importância para a história da cidade. Segundo ela, é uma mistura de tristeza e melancolia que, durante muito tempo, fez até com que evitasse passar ali por perto.

Acho que as coisas na cidade simplesmente foram mudando. Veio o shopping, o Centro deixou de ser a referência para muita coisa e isso acabou afetando muito o Diederichsen. Já no final do período em que morei lá, a gente percebia pequenas coisas: as escadas começaram a perder o brilho, depois de anos e anos sendo escovadas com sapólio, as portas dos elevadores, coisas quebradas que ficavam à espera de reparo por mais tempo. Enfim, eram pequenas coisas que, na época, percebíamos mas não prestávamos muito atenção e, depois, com o passar do tempo, a gente começa a ver que alguma coisa estava mudando e não era para melhor.

O sexto pavimento era voltado exclusivamente para um hotel que, na época da inauguração do prédio, foi o Grande Hotel Gallucci⁸. Esse pavimento tinha a mesma planta dos dois anteriores.

⁸ Na nota de rodapé, nº 366 da página 386, ela informa o seguinte: *Embora não exista representação da planta do hotel quando inaugurado, o contrato de arrendamento entre Antonio Diederichsen e Giuliano Gallucci esclarece os compartimentos do estabelecimento em 1937. No 5º andar: uma sala de jantar, uma sala de visitas, uma*

No sétimo e último pavimento (cobertura) havia o que chamou de “casa do zelador”, mas que, na prática, acabou sendo a moradia das famílias de Giuliano Gallucci e, posteriormente, Luís Pimenta Rezende. Além disso, esse último pavimento também contava com a máquina do elevador, um tanque e um quarto. Ainda havia a cobertura, mas ela foi, como se viu, coberta em 1938, em função de infiltrações.

Na época de sua inauguração, o Grande Hotel Gallucci representou um salto de qualidade em relação a similares já existentes. Hospedar-se e comer ali era um símbolo de requinte, com os hóspedes tendo acesso a um cardápio escrito em seis línguas e, algo inédito para a época, acesso a água quente encanada.

O hotel permaneceu como referência de sofisticação e bom gosto por, mais ou menos, uma década e meia quando, a metros dali, foi inaugurado o Hotel Umuarama, que lhe tomou esse posto.

O Grande Hotel Gallucci se destinou à população com maior poder aquisitivo e foi um estabelecimento diferenciado em Ribeirão Preto, não só por seu local de implantação, mas, possivelmente, por sua localização em um andar alto do edifício. Não se pode desconsiderar o fascínio provocado por essa nova paisagem avistada pela perspectiva dos que ocupavam o interior do prédio, a despertar a atração de locadores que contariam com esse privilégio, quando o Edifício Diederichsen ainda era a edificação com maior número de pavimentos da cidade. Durante a execução do sexto pavimento, o hotel sofreu alterações em relação ao projeto original, como a construção de um restaurante com amplo salão de refeições e vista privilegiada para a Praça XV de Novembro e Quarteirão Paulista, atendendo não só aos hóspedes do hotel, como ao público externo e a outros moradores e ocupantes do Edifício Diederichsen. (TATIANA DE SOUZA GASTAR, 2022), p. 603.

Um dos quartos do Grande Hotel Gallucci era especial. Localizado em cima da Única, na esquina das ruas São Sebastião e Álvares Cabral, foi ocupado pelo presidente da República, na época, Getúlio Vargas, no seu primeiro - e longo - período na presidência (1930-1945). Uma das curiosidades do cômodo é que as paredes voltadas para essas duas ruas era curvas.

Existem informações que dizem que Giuliano Gallucci permaneceu à frente do hotel por 13 anos, até 1948, quando voltou à Itália. Se a data estiver correta, o autor não conseguiu identificar quem administrou o hotel depois dele ou se o local permaneceu fechado por vários anos.

Na década de 1950, uma família de Cássia, Minas Gerais, alugou o hotel por vários anos. Era o casal Luís Pimenta Rezende e Lavínia Panucci Rezende, com a filha Carmen Luiza Rezende.

Acho que mudamos para cá mais ou menos na época do centenário de Ribeirão Preto, 1956, por aí. Eu me lembro que tinha mais ou menos uns 12 anos antes. Nós viemos de Minas Gerais, meus pais eram donos da fazenda Rio Grande e vieram para Ribeirão Preto tentar algo, por conta de ter uma outra vida, inclusive os meus estudos. O meu pai vendeu a fazenda, acho que em 1955 e, pouco depois, eles compraram o Grande Hotel.

Uma das coisas que me lembro daquele período, é que, quando pegamos o hotel, ele estava bem precário, em uma situação de quase abandono.

saleta de entrada, 17 quartos, 18 quartos “ditos ligados em apartamentos” (com dois quartos, hall e banheiro), uma cozinha, duas copas, três banheiros coletivos. No 6º andar: quatro quartos e um banheiro, terraços e lavanderia (TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, 1941).

Aí meus pais já reagiram foram tentando colocar as coisas nos eixos para poder tocar o hotel. Eu nunca conversei essas questões de negócio com os meus pais, por causa da minha idade, mas o que a minha mãe me passou rapidamente é que havia muitos estudantes em Ribeirão Preto e ela viu a oportunidade de recebê-los aqui.

Era uma fase em que tinha aberto a Faculdade de Medicina, então os meus pais viram ali uma oportunidade de poder minimizar essa questão da queda do movimento do hotel. Também tinha muitos jogadores de futebol, do Botafogo e do Comercial.

Havia uma parte do hotel que era bem grande, bastante grande mesmo, cheia de pequenos quartos bem simples. A minha mãe deixava as funcionárias ficarem lá. Alguns estudantes que não tinham condições de pagar faculdade, que passavam dificuldades, a minha mãe também abria espaço para que eles pudessem ficar lá.

Ela sofreu muito para estudar, então tinha uma coisa dentro dela que a fazia querer ajudar os estudantes. Alguns fizeram medicina, outros advocacia e ela deixou o aluguel por um valor menor e, em alguns casos, até sem cobrar mesmo, para poder colaborar com o estudo deles.

Eu me lembro que o prédio era muito bonito, aquelas escadarias de mármore que a mamãe sempre comentava, 'olha que coisa mais linda, este mármore veio da Itália, olha que coisa linda, que perfeição'. E, enquanto falava isso, ia mostrando os vitrais, que eram maravilhosos. Quando vi que tiraram os vitrais da portaria, lá embaixo, e que estavam lá na entrada da Álvares Cabral, o dia em que tiraram esses vitrais foi realmente de cortar o coração.

No quinto andar, na recepção dos hóspedes e na janela tinha um maravilhoso, que era um arco como se fosse uma entrada de um ambiente, com o vaso pintado. Foi um pecado passar uma tinta de uma cor só em cima daquilo, foi horrível.

Aqui no hotel, imagina entrar no salão ver aquela imensa cristaleira com o vidro bisotê, as taças com o logo do grande hotel. Eu ainda tenho algumas taças dessa época, era tudo muito bonito.

Na década de 1990, parte da cobertura passou a ser utilizada, por um grupo de teatro, chamado Fora do SériO, que teve, na sua primeira formação, Gustavo Trestini, Gusto Albanez, Isabela Graeff, Jayme Paez, Joca Andreazza, Míriam Fontana e Simone Boer, todos formados pela Unicamp.

Eles ocuparam o local de janeiro de 1990 a dezembro de 2001. Depois deles, o local foi ocupado por outro grupo teatral, chamado Engasga Gato.

Segundo Míriam Santana, a vinda do Fora do SériO de Campinas para Ribeirão Preto deu-se por uma percepção de como grandes grupos de teatro no mundo conseguiam fazer um trabalho artístico extraordinário sem fronteiras, mas residindo numa cidade que não fosse uma capital.

O Dr. Albanez, naquela época provedor da Santa Casa (instituição que recebeu por doação o Edifício Diederichsen), com a certeza de que a cultura pulsante era um grandioso investimento para a saúde, sonhou junto e o espaço ocioso no sexto andar do Edifício Diederichsen foi ocupado pelo Grupo Fora do sériO para o cultivo da arte teatral.

Além de diversas apresentações, inclusive com a presença de artistas internacionais e a

realização de eventos como o 1º e 2º Encontro Brasileiro de Teatro de Grupo, o Fora do Sério fez parte de um dos movimentos culturais e cívicos mais importantes da história da cidade: a criação de um grande movimento, que reuniu não apenas artistas, mas também empresários e representantes da classe política, destinado a recuperar as ruínas do Theatro Pedro II, onde havia ocorrido um incêndio na década de 1980.

Houve um período em que recebemos aqui o mímico e ator Everton Ferre. Ele ficou hospedado com o Fora do sériO durante alguns meses e quis deixar registrada sua presença. Ele instalou na janela da esquina das ruas Álvares Cabral com General Osório o boneco Brianito. Este boneco era o personagem que ele fazia em nosso espetáculo “Aqui Não, Pantaleão!”. Para que sentíssemos mais a sua saudade ele fez um Brianito e colocou na janela para que as obras da restauração do Theatro Pedro II não parassem e fossem constantemente fiscalizadas. Como o primeiro boneco foi feito no ímpeto, na sequência o artista plástico Jair Correia fez um Brianito com condições de suportar sol, chuva e vento, e principalmente sem o risco de despencar. Aliás, esta foi a grande sensação do seu surgimento. Os passantes da rua paravam e perguntavam: ‘quem era aquele homem da janela?’.

O próprio Diederichsen foi alvo de ações culturais por parte do grupo teatral.

Nós lançamos, em parceria com a arquiteta Valéria Valadão, uma grande campanha na cidade em prol da revitalização do prédio. Com livros de assinaturas espalhados pela cidade sensibilizamos os cidadãos e conseguimos promover algumas reformas: a troca do telhado e a mudança dos (horríveis) canos brancos de PVC de escoamento pluvial que desciam pela fachada e foram deslocados para a face interna do edifício. A troca do telhado foi/é inesquecível, pois ficamos a céu aberto. As caixas dos elevadores também precisaram ser mudadas por outras que ofereciam maior segurança. A perda foram as charmosas portas sanfonadas, ou pantográficas. [Jair] Correia mais uma vez interveio e recolhendo do lixo este material transformou-o em obra de arte, que hoje pertence ao acervo da Unaerp e encontra-se nos corredores da universidade.

O prédio viveu um período áurea que podia ser definido da época da sua criação, já na segunda metade da década de 1930, até, praticamente, os anos finais da década de 1960. Morar e ter um escritório no Diederichsen no Diederichsen era sinal de elegância, sofisticação e, sobretudo, de modernidade.

Não por acaso, todas as entrevistas feitas para o livro podem ser divididas em duas partes: a primeira, ocupando grande parte das conversas, fala desse período, de modo quase eufórico, com regras de comportamento social bastante definidas, ausência de violência e, o que é mais interessante, todos os entrevistados, sem exceção, usam a palavra “família” para definir os atos de morar ou trabalhar no prédio.

A segunda parte, no entanto, é a negação da primeira, onde, com poucas exceções, os discursos são permeados pela tristeza e melancolia, quando se aborda, por exemplo, da década de 1970 e 1980 em diante.

Outro ponto perceptível nas entrevistas é que a decadência do prédio vem atrelada à, também, decadência da região central. No caso de Marcos Zeri Ferreira, que dirigiu

uma associação voltada para a reviver o Centro, a recuperação de um deve implicar, simultaneamente, na recuperação do outro.

Essa percepção também é capturada, de forma perfeita, no trabalho de Tatiana Gaspar. Segundo ela, existem dois grandes fatores e um, mais específico, que podem explicar como aquele outrora símbolo de elegância e sofisticação foi definhando e perdendo as forças, mudando o perfil de seus ocupantes e reduzindo a sua influência na cidade.

Segundo ela, o primeiro ocorreu na década de 1970, com o processo de saída de vários serviços no Centro, um processo, aliás, que, assinala, já vinha sendo característico das cidades brasileiras, na substituição do “velho centro” por “novos centros”.

Após a construção de edifícios altos no entorno do Edifício Diederichsen, a partir da década de 1970, a descentralização do setor terciário em relação ao centro culminou no deslocamento de diversas funções públicas e institucionais, anteriormente abrigadas por prédios instalados nessa área, para outras regiões da cidade, como ocorreu com algumas escolas de formação superior, a Câmara Municipal, o Fórum e várias Secretarias Municipais, nas décadas de 1980 e 1990, e até mesmo com o Hospital das Clínicas, inaugurado em 1978 no Campus da Universidade de São Paulo. (TATIANA DE SOUZA GASTAR, 2022), p. 491.

O segundo fator, de impacto igualmente devastador, foi a consolidação das grandes redes de varejo e, ao mesmo tempo, a instalação do primeiro shopping center, em Ribeirão Preto, ocorrido no início da década de 1980, provocando, sobretudo, a “fuga” do Centro por parte da classe com maior poder econômico.

Igualmente, para a consolidação dos hipermercados, ocorrida na década de 1970, além da comodidade em oferecer diversos produtos em uma mesma loja - que variavam entre gêneros alimentícios, eletrodomésticos, vestuário, artigos para presentes, higiene pessoal, cosméticos, entre outros -, foi fundamental a adoção de uma nova tipologia construtiva, maior e mais ampla, vinculada às cadeias varejistas de grande porte, com edifícios construídos em terrenos que dispunham de estacionamentos para os clientes e, cada vez mais, estavam localizados em áreas fora do perímetro do Quadrilátero Central, com acesso pelos eixos viários estruturantes. Nesse sentido, a inauguração do primeiro shopping center de Ribeirão Preto, em 1981, implantado a cerca de 4 quilômetros do centro, no extremo sul da cidade, com 98 lojas e 50 mil metros quadrados de área construída - 20 mil disponíveis para a locação (GARREFA, 2002, p. 107) -, sinalizou o estabelecimento de uma nova escala de edifício comercial voltado ao consumo e lazer das classes média e alta, amplamente distinto do modelo que pautou a concepção dos espaços comerciais no primeiro pavimento do Edifício Diederichsen. (IDEM, p. 567)

O terceiro fator, bem mais específico, teria afetado diretamente o desempenho e o posterior fechamento do hotel existente no 5º andar do prédio.

No entanto, em 2009, a execução do Calçadão, concluída em 1994, foi mencionada como um fator problemático por Jose Carlos Mathias de Almeida, filho de Maria de Lurdes Mathias, cuja família administrava o Grande Hotel, no Edifício Diederichsen, desde 1989. O administrador apontou que sua instalação foi uma das causas da queda no movimento do estabelecimento hoteleiro, uma vez que “dificultou o estacionamento” de veículos” (...).

Não obstante, outro motivo - que se avalia mais pertinente -, citado pelo empresário, foi a “desvalorização do centro”, ao alegar que, naquele momento o centro comercial de Ribeirão Preto estava em outro lugar: “Aqui é apenas o centro popular” (IBIDEM, p. 520)

Esse processo é resumido na dissertação de mestrado de Laís Fernandes Leonardo, apresentada à banca ao Programa de Pós- Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Urbanismo. Ali, o processo de degradação ou perda de importância também é destacado.

(...) Na esteira da perda da importância e do papel que os centros das cidades de médio porte tiveram nas últimas duas décadas, o Edifício Diederichsen perdeu o seu lugar no imaginário coletivo da cidade. Ele que outrora foi marco do desenvolvimento e progresso da cidade, passa hoje por um processo de esquecimento e relativo abandono. (...) O Edifício Diederichsen foi um marco da época, e um símbolo do progresso da cidade que infelizmente foi esquecido pelo próprio progresso, ou seja, com a criação de novos centros empresariais e comerciais em novas centralidades, o centro fora abandonado e consequentemente gerou um esvaziamento do papel do centro antigo - histórico da cidade que inevitavelmente levou a configurar um descaso com os prédios aí localizados, bem como pelo seu entorno, estando o nosso edifício inserido nesta dinâmica. Em Ribeirão Preto, como na cidade de São Paulo, o crescimento da cidade implicou na destruição da mesma. (LAÍS FERNANDES LEONARDO, 2013), p. 54.⁹

9 LAÍS FERNANDES LEONARDO. **Um Prédio, Três Cidades - A Biografia Urbana do Edifício Diederichsen**. 2013. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/16167/ceatec_ppgurb_me_Lais_FL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9/7/2025.

Cine São Paulo

Entre o final da década de 1960 e o começo dos 70 uma das principais diversões do então adolescente, Aurélio Cardoso, era assistir às sessões especiais que passavam no Cine São Paulo. Eram westerns, como os de John Wayne e Randolph Scott, filmes de terror, mas também havia muito Ingmar Bergman, Martin Scorsese, Luchino Visconti, Federico Fellini.

Era uma programação bem legal, de alta qualidade, nós podíamos ver filmes franceses, italiano, “Gritos e Sussuros, do Bergman, e tudo com uma bela projeção. Isso, pelo menos, até o final dos anos 1980, contou em entrevista ao autor.

Essa ligação com a projeção de filmes e a qualidade da maioria deles, sobretudo em uma cidade como Ribeirão Preto fez com que o adolescente se transformasse na principal referência da cidade - e da região - em termos de salas de cinema.

O agora cinéfilo é uma verdadeira base de dados quando o assunto é conhecer a trajetória do cinema e dos seus locais de projeção na cidade.

Quando o cinema chegou a Ribeirão Preto, os locais eram improvisados, muitas vezes em salões não construídos com essa finalidade. O Teatro Carlos Gomes, por exemplo, foi usado como cinema; o Cassino Antarctica, também. O primeiro grande cinema construído em Ribeirão Preto, em 1927/28, foi o Cine Avenida, pertinho da estação da Mogiana. Os filmes, na época, vinham todos por trem e Ribeirão Preto girava ali em torno da estação Mogiana, da Antarctica e da Cervejaria Paulista (onde hoje estão os Estúdios da Kaiser). O Cine Avenida foi o primeiro construído para ser cinema mesmo. Já o Pedro II, inaugurado em 1930, passou a ser usado como cinema para poder se manter. No final dos anos 30 foi inaugurado o Cine São Paulo, também específico para cinema, integrado ao edifício Diederichsen, um verdadeiro shopping para a época envolvendo hotel, salas comerciais, choperia etc. O Cine São Paulo tinha duas partes: em baixo e em cima o chamado “foyer”. Ao lado do São Paulo, também tinha, no Centro, o Cine São Pedro, da Empresa Paulista, uma sala não muito grande. Nos anos de 1950, ocorreu um boom na construção de salas, inaugurando-se o Cine São Jorge e, em 1956, os cines Campos Elíseos e Centenário. Com capacidade para 2.200 pessoas, o Cine São Jorge foi o maior cinema de Ribeirão Preto.

O Cine São Paulo foi inaugurado antes do Edifício Diederichsen. A sua projeção inicial ocorreu no Dia do Trabalhador de 1936, em 1º de maio, com a apresentação do filme “Diva Casta”, com Martha Eggert “no seu filme supremo”, com Phillip Holmes e Benita Holmes como coadjuvantes.¹⁰

Era um local sofisticadíssimo, onde os homens só podiam entrar de terno e gravata e as mulheres vestidas de maneira bastante formal. E, também era bastante inovador em vários aspectos, inclusive no fato de ter sido o primeiro da cidade a usar ar-condicionado”, afirmou Cardoso.

A inauguração do cinema foi descrita da seguinte forma pelo “A Cidade”, na sua edição de 1º de maio, em uma matéria dividida entre a capa e a página 6, em texto bastante confuso.

CINE SÃO PAULO

Dar-se-á hoje á noite a inauguração dessa sumptuosa casa de diversões constituindo notavel acontecimento do progresso local.

10 Diário de Notícias, edição de 30 de abril de 1936, rodapé da capa.

A chronica diaria da vida local registra hoje, um notavel marco para o progresso de Ribeirão Preto. Inaugura-se o luxuoso e confortavel Cine S. Paulo, localizado em uma das alas do magestoso edificio “Diederichsen”, ora em viras de conclusão. A nova casa de diversões, construida com os requisitos mais modernos exigidos pela technica theatral, satisfaz integralmente aos mais exigentes esthetas.

O bom gosto artistico que inspirou a confecção do “Cine São Paulo”, deu a este uma extraordinaria magnificiencia. O seu conjuncto é imponente e elegante. A entrada, um amlo salão de espera, tendo ao centro com a adaptação de dezesseis aparelhos. (...) Aqui, as decorações adequadas e de fino gosto são realçadas atraves uma illuminação apropriada, em cores variadas, cujas luzes indirectas avivam e refletem a intensidade dos coloridos. O mobiliario adequado poltronas e sofás fazem commodidade á sala de espera.

A seguir, a platéia, em dois lances, com 1.200 poltronas, solidas, de fino acabamento, e sobretudo de perfeita qualididade, collocadas em simetria e situações necessarias á visão do espectador em qualquer ponto em que esteja. O salão amplo, bastante ventilado atravez os grandes “vitraux” moveis e ainda electricos.

Sua decoração tambem de fino gosto artistico, está feita em interessante concepção regional, em cores pretas e brancas, da bandeira paulista. Encimando a tēla, um grandioso escudo das armas de S. Paulo se ostenta de maneira a empolgar o ambiente e completar em definitivo a concepção original da decoração.

O aparelho sonoro, de grande capacidade e absoluta precidade, localisa-se em cabines fechadas e isolada. Tudo ali, foi cuidado com carinho, pela mão habil dos artifices. Encanta e satisfaz aos riberopretanos, possuir em nossa cidade uma casa de diversões tão chic tão elegante e tão moderna como o “Cine São Paulo”.

Se o magestoso arranha-céu “Diederichsen” é o orgulho de nosso pocco, o “Cine São Paulo é a sua elegante sala de visita.

Registrando em nossas columnas mais um auspicioso acontecimento na vida progressista de Ribeirão Preto, é justo que nos lembremos das felicitações e applausos aos seus idealisadores. Em primeiro plano, o sr. Antonio Diederichsen, conceituado cidadão que por todos os titulos merece a gratidão publica. E’ elle o arojado idealizador do magnifico monumento architetonico que é o Arranha-Céus Diederichsen. Ao seu lado vem a figura sympathica de Manoel Penna, espirito vibrante e tenaz da firma A. Diederichsen.

A construcção maravilhosa é da responsabilidade dos conceituados constructores Antonio Terreri e Paschoal de Vicenzo, que mais uma vez conquistaram justo triumpho profissional. Agora, com o “Cine São Paulo” se integra Sa sua gerencia, o sr. Antonio Albino Junior, veterano e competente technico em assumptos theatraes, que em casas similares, sempre tem produzido, com sua capacidade administrativa e visão technica, o prestigio victorioso das sympathias populares. A cinematographica do “Cine São Paulo está a cargo da conceituada Empresa Theatral Paulista, sob a direcção do seu director principal, sr. dr. Oswaldo Sampaio. (grafia original).

Segundo Tatiana Gaspar, o local teve uma particularidade: foi o primeiro da cidade a ser projetado para ser apenas como cinema, ao contrário dos demais então existentes. Um dos detalhes que aponta, por exemplo, é a ausência de palco (ou a existência de um de tamanho exíguo) e o tipo de construção da plateia em formato reto, que o distanciava de cinemas tradicionais, com salas de projeção em formatos ovais, circulares u como “ferradura”.

Com uma capacidade para 1,3 mil lugares, o Cine São Paulo tinha a sua parte térrea com um declive de 3%, como forma de facilitar a visualização dos filmes.

No segundo pavimento, antes de se acomodarem nas poltronas do balcão, ainda poderiam usufruir de outro hall e de um salão com vista para a Rua São Sebastião. A cabine de projeção também se encontrava nesse piso, mas estava conectava apenas com a escada destinada à saída do público. Do lado oposto, a escada de chegada ao hall superior também dava acesso a um compartimento com lavatório e mictórios, o que parece evidenciar a predominância do público masculino na utilização desse setor.

Completando o programa de usos complementares à exibição cinematográfica, cabe destaque à presença de um bar voltado para a plateia. Era unicamente a partir dele que se tinha acesso a outro banheiro coletivo com duas cabines sanitárias e mictórios. Ou seja, tratava-se de um ambiente destinado ao público masculino, enquanto o toilette, para “senhoras”, era composto por outras três cabines com entrada localizada no início do setor da plateia. O bar e os sanitários do cinema foram implantados em área que também abrigou as cabines sanitárias das lojas comerciais. (TATIANA DE SOUZA GASTAR, 2022), pp. 326 e 327.

Em 1953, segundo Aurélio Cardoso, o cinema passou por uma reforma, que, entre outras coisas, retirou as antigas cadeiras de madeira para substituí-las por outras, de material estofado. Mas, segundo ele, a concorrência e existência de salas de exibição em locais como o RibeirãoShopping começaram a determinar o seu fim.

Ele funcionou até 1992 deixou de funcionar para, um ano depois, tornar-se um bingo. Nas primeira década dos anos 2000, já com o bingo fechado, foi adquirido por uma empresa de Ribeirão Preto, para ter parte da sua área térrea usada como área de expansão do negócio, que era voltado para a rua General Osório.

O processo de transformação descaracterizou completamente o cinema, inclusive com o nivelamento do piso em declive. A realização das obras foi considerada irregular pelo Conppac e Ministério Público, mas o piso nunca foi refeito.

No final da década de 2010, parte da cobertura do cinema desabou, em função de uma tempestade ocorrida em Ribeirão Preto. O local foi refeito, mas o interior do prédio continua em estado bastante avançado de degradação.

Inauguração

A contrário do que se imagina ser um consenso geral, o Edifício Diederichsen não foi inaugurado em 1936, mas um mês depois, já em 1937. A confusão surge da existência de uma placa, fixada na entrada do edifício na rua Álvares Cabral, com data de 1936, com os seguintes dizeres: “*Edifício Diederichsen - A Antônio Diederichsen - grande benemérito desta cidade e propulsor do seu progresso, homenagem do povo de Ribeirão Preto - 20/12/1936*”.

Mas o prédio foi inaugurado, oficialmente, com direito à presença do próprio Antonio Diederichsen, o prefeito Fábio Barreto e Oswaldo Sampaio, dono da *Empresa Theatral Paulista*, no dia 10 de janeiro de 1937. Isso foi destacado nas edições daquele dia dos jornais “Correio Paulistano” e o “Diário da Noite”, na edição do dia seguinte.

Na mesma edição em anunciou a chegada de Leon Trotsky à Cidade do México¹¹, o “Correio Paulistano” informava o seguinte:

EDIFÍCIO DIEDERICHSEN – O soberbo edificio que o industrial Antônio Diederichsen, fez construir no quarteirão mais central da rua Alvares Cabral, será solenemente inaugurado no próximo dia 10. Várias dependências daquelle importante próprio já se acham occupadas, mas a inauguração official será realiza da no próximo domingo. Ao sr. Antônio Diederichsen, como prova da gratidão do povo ribero-pretano pelo esplendido melhoramento com que dotou a cidade, será offerecido um rico álbum contendo as assignaturas de todas as pessoas mais representativas da cidade. (p. 30).

No dia seguinte, mesmo jornal complementava a informação, mas que só foi publicada no dia 17 de janeiro.

RIBEIRÃO PRETO, 11.

PREDIO DIEDERICHSEN

Realizou-se hontem com grande solemnidade a inauguração official do arranha-céu de Ribeirão Preto, o magnifico predio Diederichsen.

A's 10 horas, numeroso publico estacionava em frente á portaria daquelle immovel, aguardando a hora da inauguração.

Todas as autoridades ribero-pretanas compareceram, tendo-se feito ouvir os srs. dr. Camillo de Mattos, em nome da cidade e dr. Alcides Sampaio pelo proprietario, sr. Antonio Diederichsen.

A seguir, foi descoberta solemnemente a placa commemorativa do acto, e offerecido ao grande industrial um album contendo as assignaturas das pessoas de maior representação social da cidade, como homenagens áquelle grande amigo de Ribeirão Preto.

Essa homenagem prestada não é senão o signal da gratidão de Ribeirão Preto ao sr. Antonio Diederichsen, pois elle não mediu sacrificios para dotar a nossa cidade de um proprio de tamanho vulto, sem a menor duvida o maior do interior do Estado.

O predio Diederichsen occupa toda uma quadra, tendo cinco andares, sendo construido de forma impecavel em estylo moderno.

Entra assim Ribeirão Preto na posse do seu melhor edificio, tudo graças a dedicação de um dos seus mais antigos moradores.

Em 1º de agosto de 1937, quando completou 62 anos, os funcionários do empresário

11 Correio Paulistano, edição de 10 de janeiro de 1937, capa.

deram-lhe um álbum de fotografias de presente, com cerca de 90 imagens de todo o processo de construção do prédio, de 22 de setembro de 1934 a 10 de janeiro de 1937. A dedicatória dizia o seguinte:

Ao prezado chefe, snr. Antonio Diederichsen, os seus auxiliares-interessados, aproveitando a data de hoje, comemorativa de seu aniversário natalício, entregam-lhe este Album, que evoca em suas diversas phases, a construção do magestoso Edifício Diederichsen, obra que demonstra o seu grande amor e reconhecimento a Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 1º de Agosto de 1937.

A última foto, tirada na entrada da sua casa, no dia do seu aniversário, mostra toda a diretoria do Antigo Banco Constructor de pé, em duas filas. À frente, sentados, nos cantos, estavam as duas netas de Cândida Bessa, Hilda Ramos Rocha, com o marido Antonio Pereira da Rocha, e Hilce Ramos, com o (então) marido, Romero Barbosa. Ao lado deles e de Diederichsen, estava Maria (Mariinha) Cândida Ramos Sant'Anna Ramos e o marido, Francisco da Silva Ramos.

Ao centro, igualmente sentado, estava Diederichsen com a companheira, Cândida Bessa. Com as mãos apoiadas sobre as pernas dos dois, estavam as meninas criadas por eles, Stela e Cordélia Minohara. É uma das poucas fotos em que os dois aparecem juntos, em um evento que poderia ser chamado de público.

Tombamento

Em 1998, a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto enviou um ofício ao Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), solicitando a abertura de um estudo destinado ao tombamento do Edifício Diederichsen.

Foi o início de uma trajetória que só terminou sete anos depois, em 2005, com a publicação da resolução de tombamento e que, em dois momentos, ficou parado entre 1999 e 2001 e, um ano mais tarde, entre 2002 e 2005.

Além de se referir ao fato de que o edifício estava sob a proteção da [área envoltória do Theatro Pedro II, desde 1993, a justificativa apresentada na documentação enviada ao Condephaat, dizia o seguinte:

Toda a estrutura do edifício foi erguida em concreto armado e seu fechamento feito em alvenaria de tijolos vazados. A implantação do edifício obedece o alinhamento da rua e se destaca pela valorização das fachadas frontais, sendo seu revestimento composto de cimento, cal, areia e malacacheta, material reflexivo à luz solar. A valorização da fachada frontal é ainda reforçada pelo barrado de mármore preto com dois metros de altura no térreo e pelas aplicações em baixo relevo sobre as janelas do último andar. O estilo Art-Déco evidencia-se nas fachadas do edifício através da distribuição regular dos vãos, da platibanda em recortes geométricos e simétricos, nos baixos relevos do último andar e nas linhas retas em relevo, que acentuam a verticalidade do conjunto. No interior, o estilo está presente no ladrilho hidráulico decorado das escadarias, na paginação de piso no “hall” de entrada, nos vitrais e revestimento das paredes trabalhado em motivos geométricos, como ondas zig-zag e temas florais simplificados. O estilo Art-Déco do edifício Diederichsen é representativo do caminho em direção à arquitetura moderna da cidade, como também da dissiminação da técnica construtiva do concreto armado a partir da década de 30. O edifício foi inaugurado em dezembro de 1936.

Um dos pontos mais importantes é um histórico, feito um ano antes ela arquiteta Valéria Valadão, que aponta a descrição do prédio, assim como a sua atual (em 1997) situação.

Histórico do Edifício Diederichsen

1. Estado de conservação: o edifício não apresenta nenhuma descaracterização de estilo e de projeto, no entanto apresenta problemas de infiltração e o aspecto de suas fachadas deteriorado.

2. Atual utilização: Basicamente não houve nenhuma alteração do programa original, mantendo-se a mesma utilização ao longo de sua existência:

Térreo - lojas; primeiro e segundo andares escritórios; terceiro e quarto andares apartamentos residenciais; quinto andar - Grande Hotel. As mais recentes modificações dizem respeito às dependências do Cine São Paulo fisicamente não alteradas, mas hoje usadas por um Bingo; e o sexto andar, cuja cobertura feita para evitar infiltrações foi transformada em um espaço teatral, que vem resgatar dentre as múltiplas funções do edifício, um espaço cultural.

No histórico, ela também aponta que o edifício, originalmente, deveria ser construído em outro local e alguns problemas encontrados após a construção.

De início o projeto previa 10 andares e iria ocupar o prédio do antigo correio, onde atualmente funciona o INSS na rua Amador Bueno. O programa do edifício propunha uma utilização vista com o objetivo de se manter todo o imóvel ocupado. Desta forma projetou-se apartamentos, escritórios, lojas, hotel, teatro (cinema),

(...) cuja área era de 2 285 m², bem maior que a do terreno anteriormente adquirido. Diederichsen comprou esta propriedade e desfez-se do primeiro terreno. Como decorrência da aquisição, foram necessárias modificações no projeto, pois a área disponível era maior que a anterior. Apesar da funcionalidade e do programa propostos originalmente continuarem os mesmos, houve uma redução no número de pavimentos, que de 10 passou para 6, sendo suficiente para abranger o programa pré-estabelecido.

(...) Foram nestes terraços que serviram de mirante, mobiliados com mesas redondas cobertas com grandes guarda-sóis que eram servidos pelo hotel, onde surgiram fissuras na laje em decorrência do alto nível de insolação, temperaturas elevadas aliadas às grandes chuvas de verão. Essas rachaduras causaram sérios problemas de infiltrações no pavimento ocupado pelo hotel.

O edifício ocupa toda a área do terreno, no alinhamento das ruas. Sua forma é em “U” e tem nas ruas São Sebastião 36m, na Álvares Cabral 90m e na General Osório 22m, somando um total de 148 metros de fachada.

Ocupação atual

“Atualmente o Edifício Diederichsen é propriedade da Santa Casa de Misericórdia, por doação de Antônio Diederichsen em seu testamento; hoje encontra-se completamente ocupado mantendo suas funções originais e em bom estado de conservação. As transformações ocorridas durante o período de sua inauguração (1936) até o momento, foram poucas, contudo são bastante visíveis. As fachadas do pavimento térreo estão recobertas por grande quantidade de placas e letreiros de propaganda das lojas ali instaladas, ocasionando significativa poluição visual; ainda nas fachadas, podemos notar que houve a substituição da tubulação original de água pluvial em chapa galvanizada, que apodreceu, por canos de PVC; em sua parte interna notamos uma descaracterização parcial ocasionada por pinturas em cores não originais. O terraço que até há alguns anos estava abandonado, servindo como depósito e lavanderia do hotel, voltou a ser utilizado, sendo ocupado pelo Grupo de Teatro Fora do sério, que desenvolve diversas atividades culturais no espaço. O cine-teatro São Paulo, a primeira etapa do edifício, inaugurada em 01/05/1936, ficou desativada desde dezembro de 1992, sendo transformado em 1995 em “Bingo Eletrônico”. O corpo principal do edifício apresenta as funções originais, sem qualquer alteração.

A documentação enviada pelo economista Eduardo Louzada deu origem ao processo 37.922, de 11 de novembro de 1998 do Condephaat.

Veja, abaixo, quais foram os principais pontos dessa caminhada de sete anos, em uma linha do tempo que se inicia em 1998, termina em 2005, mas só em 2009 o tombamento é inscrito no Livro de Tombo Histórico.

1998

27/2
O provedor da Santa Casa, Eduardo Louzada, pede ao Condephaat a abertura de estudo de tombamento do edifício e informa que está inserido na área envoltória de proteção do Theatro Pedro II, desde 1993. São anexadas: a) 11 plantas do prédio, pavimentos e fachadas; b) histórico do prédio, feito em 1997 pela arquiteta Valéria Valadao; c) peças de campanhas, como a "A Santa Casa recupera a saúde do Centro e a memória da cidade" e "Campanha de Recuperação do Primeiro Edifício Multipiano de Ribeirão Preto", da Santa Casa, com entidades, como a Acirp, grupo Fora do Sério e Choperia Pinguim; d) documentação de posse do Abrigo Anna Diederichsen, inclusive certidão, escritura pública e ata da sessão da Santa Casa, de aceitação da doação. O processo recebeu o nº 37.922, de 11/11/1998

28/4
Recebimento pelo diretor técnico do STCR (Serviço Técnico de Conservação e Restauro) do Condephaat, José Guilherme Savoy de Castro, enviando o pedido de estudo à historiadora Marly Rodrigues

5/5
Marly responde que a arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolf já havia mencionado o prédio, no processo 29840/92, referente ao Quarteirão Paulista

10/5
Processo é enviado por José Guilherme Savoy de Castro ao presidente do Condephaat, Carlos H. Heck, que o envia para avaliação do conselheiro José de Souza Martins, no mesmo dia

21/9
Conselheiro José de Souza Martins opina favoravelmente ao tombamento

21/9
Conselheiro José de Souza Martins opina favoravelmente ao tombamento

30/9
O presidente do Condephaat, Carlos H. Heck, informa que "O Egrégio Colegiado deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável à abertura do processo de estudo de tombamento do Edifício Diederichsen, situado na Rua Álvares Cabral nº 469, no Município de Ribeirão Preto", manda notificar todos os interessados e informa que, a partir dessa decisão, "ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar a referida área, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro e da Lei nº 7347, de 17.07.1985."

1999

17/10
Decisão de abertura do processo de tombamento é publicada no DOE

23/12
Ofício de Carlos Heck, presidente do Condephaat, ao presidente da Santa Casa, informando a decisão acima, assim como ao delegado regional de polícia de Ribeirão Preto, Ivan Roberto Mendes Costa e ao prefeito, Luiz Roberto Jabali

29/12
Ofício interno de Carlos H. Heck ao diretor técnico do STCR (Serviço Técnico de Conservação e Restauro), José Guilherme Savoy de Castro, pedindo prosseguimento de estudo

28/1
Conselheiro remete o ofício para Marly Rodrigues e Silvia Wolf

6/7
Parecer dos arquitetos Silvia Wolf e Vitor Campos e da historiadora Marly Rodrigues apresenta "parecer quase integralmente favorável a seu tombamento"

22/7
Ofício ao diretor técnico José Guilherme Savoy de Castro, já com o parecer favorável do conselheiro Martins

26/7
Ofício de Savoy de Castro é enviado ao presidente do Condephaat, José Roberto F. Melhem que o reenvia, no mesmo dia, ao conselheiro José de Souza Martins

16/8
Conselheiro José de Souza Martins mantém o parecer dos arquiteto Silvia Wolf, Vitor Campos e a historiadora Marly Rodrigues, opina favoravelmente ao tombamento e pede minuta de resolução de tombamento

16/8
O presidente do Condephaat, José Roberto Melhem, envia ofício a Louzada informando da decisão

17/8
Notificação do Condephaat informa que, na decisão desse dia, o colégio do conselho deliberou o tombamento do prédio. Volta a informar que fica proibida qualquer intervenção no edifício sem autorização do Condephaat

11/9
Publicada notificação no Diário Oficial do Estado

22/10
Presidente do Condephaat envia ofício a Louzada, informando a resolução; da mesma forma ao delegado regional de polícia de Ribeirão Preto e ao prefeito. Também é enviado cópia do ofício à Pimental Ribas Construções

28/9
Requerimento da construtora, orotocolado no Condephaat nessa data, pede agilidade no processo de tombamento para poder dar entrada no processo e conseguir angariar fundos do Fundo Nacional de Recursos

29/10
Melhem envia pedido de minuta de tombamento ao STCR e envia cópia para Louzada

2001

9/8
Arquiteta Silvia Wolf sugere que o Condephaat divulgue os imóveis do interior presentes no inventário do conselho, inclusive os que não estão em bom estado de conservação. "Ilustram-se com exemplos de imóveis de pequeno ou médio porte que, por ação de particulares, seus proprietários, foram objeto de obras de valorização (ver fls?70. Parece- nos que cabe ao Conselho alertar à Prefeitura e sugerir-lhe criar mecanismos de incentivo à recuperação de fachadas e valorização da área. Seu papel desse modo seria ampliado, com a indicação dos imóveis significativos e sugestão de planos futuros de preservação e valorização da área, não seria apenas o órgão fiscalizador." (p. 84 do processo e 90 do Pdf). Pede medidas mais claras em relação à área envoltória e controle da poluição visual. O documento é acompanhado de Relatório Geral sobre preservação em Ribeirão Preto, Documentação fotográfica da área envoltória, minuta para tombamento, minuta para regulamentação da área envoltória, mapas e minuta de ofício à Prefeitura". Na minuta que o secretário poderia fazer ela lista diversos imóveis a respeito dos quais a prefeitura deveria tomar medidas, assim como praças, usando o termo "expressamente recomendável"

30/10
José de Souza Martins envia ao GP – Gabinete do Presidente, para análise

2002

4/3
Melhem envia material para a conselheira Carlota Boto

22/4
Emitido parecer favorável ao parecer.

22/4
Melhem envia ofício a Louzada sobre decisão de Carlota e envia o material para a Consultoria Jurídica para verificar o formato jurídico

2005

2/7
Eliana de Oliveira, da assessoria jurídica, concorda com a decisão de tombamento mas discorda da regulamentação da área envoltória. Frase: p147 do processo e 156 do pdf) "1. Cada bem tombado deverá, se assim o Egrégio Colegiado decidir, ter sua regulamentação de envoltória em seu processo específico; 2. Os imóveis localizados em área envoltória devem obedecer o artigo 137 do Decreto Estadual nº 13.426/79, onde a demolição não está elencada. E "recomendar" não gera qualquer obrigatoriedade, causando assim a impressão que se quis tomba, impondo restrições ao direito de propriedade, sem tomba

2/7
Melhem volta com o processo para o STCR

31/3
Silvia Wolf recebe a decisão e diz que entrou em contato com técnicos da Secretaria de Planejamento que estão tentando regulamentar aquela área e que apresentam algumas críticas às restrições impostas pelo conselho. Desarquivamento do processo do Quarteirão Paulista

22/2
Minuta de projeto de lei feito pelo planejamento de Ribeirão Preto, a partir de um relatório elaborado em 29.7.2003, sobre a preservação do skyline do Quarteirão Paulista

15/3
Prefeitura envia considerações sobre o projeto de regulamentação da área envoltória do Quarteirão Paulista do Condephaat e sugere outras alternativas, como o escalonamento de altura

2009

18/4
Melhem envia minuta de resolução de tombamento a Welson Gasparini, com as sugestões para a área envoltória

9/5
Silvia Maranca, em nome de José Melhem envia ao conselheiro Martins minuta da resolução de tombamento feita pelo STCR

23/5
Conselheiro Carlos Augusto Mattei Faggin dá parecer favorável à minuta, regulamentação da área envoltória e ofício ao conselho municipal sobre áreas e locais tombados ou passíveis de tombamento

23/5
Seção do Egrégio Colegiado do Condephaat, registrada na ata nº 1.365 aprovou tombamento

6/6
Melhem envia ofício ao GP para que tome providências

22/6
Melhem envia ofício ao secretário de Estado da Cultura, João Batista de Andrade a minuta de resolução de tombamento do prédio

13/7
A procuradora do Estado e chefe da Consultoria Jurídica, Rosana Villafranca dá parecer favorável à minuta

1/9
Resolução SC-33, de 8.8.2005 é publicada no DOE, seção I, página 28

8/11
José Roberto Melhem envia ofício a Dácio Campos, Gasparini e delegado seccional de polícia, informando a decisão de tombamento

18/11
18.11.2005 – Melhem pede inscrição no Livro de Tombo Histórico

27/11
Inscrição no livro de Tombo Histórico sob o nº 366, inscrição feita em 27/11/2009

Do seu ano de tombamento até o momento de redação deste livro, em 2025, diversos projetos ameaçaram ser feitos, ainda em 1999, 2008 e 2017, entre os mais conhecidos.¹

No entanto, somente em 2024 é que um projeto, pela sua estrutura e capacidade de angariar recursos que o financiasse, parece ter a capacidade de apresentar soluções - financeira e arquitetonicamente - viáveis para reinserir o Edifício Diederichsen na história do Centro e de Ribeirão Preto.

Em maio de 2024, a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto assinou um termo de cooperação com o IPCCIC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais), com o objetivo de que último fizesse um projeto arquitetônico de restauro histórico do prédio.

O IPCCIC é uma organização privada sem fins econômicos, criada em março de 2013, e que reúne pesquisadores de diversas áreas e que, em um primeiro momento, tinha as suas ações voltadas especificamente para a economia criativa. Com o passar do tempo, o leque de serviços foi se ampliando - inclusive geograficamente, atingindo os principais municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto - e a oferta de serviços passou a incluir, por exemplo, projetos como o do Edifício Diederichsen.

No caso do projeto do prédio, a base dos trabalhos foi a contratação de um grupo de profissionais, entre eles, as arquitetas Tatiana Gaspar, Letícia Xavier e Letícia França, e uma empresa especializada no escaneamento a laser do edifício. A ideia é poder mapear os cerca de 8 mil metros quadrados do local e saber, não apenas a real situação do Diederichsen, mas, também, as suas medidas.

Com a realização dessa análise estrutural do prédio, que incluiu, por exemplo, o objetivo é fazer com que os dados levantados possam ser transformados em um projeto executivo, que será apresentado ao Condephaat.

Em 2024, a Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão Preto já recebeu um estudo preliminar feito pela equipe de arquitetura. Tendo esse documento como base, à medida em que for evoluindo, a ideia é manter conversas permanentes com o Condephaat e Conppac para apresentar as propostas de intervenção e passar pelo aval de cada um, de modo a que isso se reflita, finalmente, no projeto executivo. A duração dos trabalhos para a realização desse projeto deverá se estender até 2026.

1 Além de projetos destinados a restaurar o prédio, no decorrer dos anos, o futuro do Edifício Diederichsen também sido alvo de diversos trabalhos de conclusão de curso, feitos por alunos das várias faculdades de Arquitetura e Urbanismo. Entre eles, selecionamos alguns, com os respectivos anos de publicação e a instituição de ensino: “Edifício Diederichsen – Marco da verticalização e do poderio econômico de Ribeirão Preto”. Paula de Vincenzo Fidelis, 1986, Instituição Moura Lacerda; “Restauração e modernização do Edifício Diederichsen”. Ana Maria da Silva, 1993, Instituição Moura Lacerda; “Edifício Moura Lacerda: uma proposta de requalificação”. Rosiene Akamoto Pane, 2003, Centro Universitário Moura Lacerda; “Intervenção em patrimônio histórico de Ribeirão Preto: o caso do Edifício Diederichsen”. Willian Giovani Nascimento, 2009, Centro Universitário Moura Lacerda; “Residência artística Diederichsen – Uma proposta de intervenção no Edifício Diederichsen. Maria Helena de O. Grigolati, 2012, Centro Universitário Lacerda; “Complexo de edifícios multifuncionais”. Brisa Mary Monteverde Kinchin, 2015, Estácio Uniseb; “Retrofit Diederichsen. Marina Quadros Maluf Pereira, 2017, Centro Universitário Moura Lacerda. Além deles, existe um documento, chamado “Leitura projetual do Edifício Diederichsen”, de data ignorada, feito pela Domer – Comunicação Visual, que propunha diversos tipos de logotipos para o prédio, visto ali como o futuro Instituto Diederichsen.

Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto

Mesmo com o tombamento, a indefinição sobre o futuro do prédio mais emblemático de Ribeirão Preto continua. Com a progressiva diminuição da importância do Centro e, desde 2025, com a obrigação de submeter quaisquer alterações aos órgãos estadual e municipal de patrimônio histórico, o futuro do prédio, até agora, tem passado pelo acúmulo de várias promessas.

Grande parte dos problemas e dores de cabeça do Diederichsen caem sobre as costas de diversos integrantes da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto, como o diretor superintendente, *Marcelo Di Bonifácio* e o provedor da entidade, quando da aprovação do tombamento do imóvel, *Dácio Campos*. O principal deles é viabilizar alternativas que resolvam não apenas o dia a dia de se manter vivo um prédio de 8 mil metros quadrados, mas que lhe permitam sobreviver, dignamente, às próximas décadas.

Nos depoimentos a seguir, eles contam um pouco dessa relação entre a instituição com o seu - sempre adiado - futuro.

Marcelo Di Bonifácio

O prédio sempre serviu como renda e a Santa Casa, obviamente, nas suas grandes crises, teve no edifício uma fonte de renda importante, até para o seu sustento. De lá para cá, a instituição tem sido bem rigorosa no sentido de que o prédio nunca foi um local de investimento da instituição. Isso explica, obviamente, porque a instituição mal pôde, no decorrer dos últimos vinte, trinta anos, cuidar do seu próprio hospital.

Mas nós temos a obrigação - e não me refiro apenas à obrigação por testamento, mas moral - que cuidar de um edifício que há algumas décadas não sofreu nenhum tipo de manutenção. Quase tivemos um problema muito sério, quando caiu janela do edifício e, por muita sorte não acertou ninguém. Então isso foi uma espécie de aviso para começarmos a procurar algum tipo de alternativa para fazer os investimentos necessários.

E a gente não está falando de poucos recursos, mas de algo que é proporcional ao tamanho de um prédio daquele tamanho. A gente precisava voltar ao passado e ver, por exemplo, que nós tivemos um problema grave com o Cine São Paulo, alugado por uma empresa e que fez uma reforma totalmente inadequada e contrária aos que determinava o Condephaat. Então a Santa Casa fez, obviamente, foi rescindir esse contrato, fazer um projeto para o Condephaat, que se estendeu por mais de um ano, entrou em uma ação contra a empresa que havia alugado, para que ela pudesse voltar à estrutura original, aceitando as obrigações lógicas do tombamento.

Desocupações

Você imagina quantas críticas nós sofremos por ter causado aquela desocupação do edifício, da parte de apartamentos? Foi algo necessário, porque são pequenas salas, que não dão à Santa Casa recursos suficientes para um caixa que viesse desses aluguéis. Então se cobrava um valor muito baixo, R\$ 100, R\$ 200 por uma sala. Além disso, historicamente, os inquilinos nunca pagaram condomínio, não havia uma corresponsabilidade de cuidar do edifício.

Então, chegou um momento em que percebemos que precisávamos caminhar, um momento

em que dissemos: “Olha, precisamos fazer alguma coisa, que não seja apenas restaurar a fachada para deixá-la mais bonita, porque temos todo aquele quadrilátero histórico muito bonito e nós com um prédio que parece aqueles de São, de setenta anos atrás.” O problema é que, para que isso aconteça, para que o Diederichsen possa se integrar não apenas esteticamente, mas financeiramente, ao Quadrilátero Paulista, precisamos de recursos. E, como disse antes, não são poucos, é algo que estimamos, minimamente, em Cr\$ 10 milhões a R\$ 15 milhões, que têm de ser usados apenas para a restauração da fachada. Ou seja, só isso para a parte externa do prédio, fora o investimento interno, para deixá-lo com condições minimamente adequadas para a locação e habitação.

E, dentro disso, há um agravante: nós, conversando com outras entidades que já restauraram outros imóveis, vemos que esse processo é extremamente rigoroso: por exemplo, pegando como exemplo uma janela, seja uma ou duzentas das que existem lá, as trocas têm de ser feitas com o mesmo material original, com o mesmo acabamento arquitetônico, mesma pintura, tudo isso. Para encontrar o profissional que faça isso, é uma dificuldade enorme, porque não pode ser uma pessoa qualquer, tem de ser um profissional com qualificações muito acima da média e isso também se reflete nos custos. Mas, para chegar até aí, precisamos de um projeto com começo, meio e fim, que é o que estamos tentando fazer agora.

Há alguns anos, contratamos uma arquiteta, que fez todo o mapeamento do prédio, verificou o que estava tombado, levou ao Condephaat e eles reconheceram que era exatamente isso que deveria ser feito. Então como base nessa resposta inicial, já sabemos o que pode e o que não pode ser feito.

Então, nós podemos, por exemplo, aglutinar duas salas de comercial e fazer uma sala maior, podemos pôr um banheiro entre as duas, podemos alterar os quartos de maneira a incluir banheiros, mais quartos, enfim, isso é outra fase.

A segunda fase foi inserir todos esses dados em uma planta baixa, que nós não tínhamos atualizada. Agora, está toda revisada, centímetro por centímetro, espaço por espaço, então estamos perto de ter tudo documentado, mapeado com plantas apropriadas e atualizadas.

E, a terceira fase, é esperar o que se vai fazer com o edifício, que é que estamos fazendo agora com o projeto do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais. O que posso garantir é que a nossa ideia sempre será transformar o Edifício Diederichsen em algo digno, de maneira a honrar a memória de Antonio Diederichsen.

Quantos anos eu vou demorar para fazer toda essa transformação? Não sei, esmo porque é um ponto que passar por definir, com a Promotoria Pública, a finalidade do próprio Abrigo Anna Diederichsen, uma coisa está vinculada à outra. É um espaço que, pelo testamento, foi vinculado exclusivamente para o tratamento de uma população de baixíssima renda, afetada por problemas de tuberculose.

Naquela época, essa doença era um flagelo para a população, mas hoje está razoavelmente sob controle e temos toda uma estrutura gigante praticamente parada.

Então, essa finalidade tem de ser discutida, porque, pelo testamento, a doação do Edifício Diederichsen está vinculada à manutenção do abrigo. Se a promotoria entender que essa finalidade do abrigo não pode ser alterada, então não tem jeito, temos de manter toda aquela estrutura enorme que temos lá para atender a um, dois ou nenhum paciente com tuberculose. Mas acho que a promotoria, pelo menos os promotores são flexíveis nesse ponto.

Dácio Campos

O processo de tombamento chegou ao fim na gestão do biomédico Dácio Eduardo Leandro Campos (1999-2009) à frente da entidade. Com ele à frente abriram-se oportunidades, mas também alguns problemas.

Segundo ele, a ideia de se tomba o Diederichsen já presente na Santa Casa há algum tempo [antes do pedido de Louzada, em 1998], porque ele já estava, de certa forma, protegido pela área envoltória do Theatro Pedro II. Perfeito. O projeto original era para ter o tombamento de tudo, do quarteirão paulista envolvendo o Diederichsen.

Não foi um processo iniciado pela Santa Casa. A instituição, com todas as dificuldades que tinha naquela época - e eram muitas - atendeu ao pedido de uma parte da cultura de Ribeirão Preto, da administração de Ribeirão Preto e do Estado, também. E, aliás, eles prometeram um monte de coisa para a Santa Casa e ninguém fez nada também. A Santa Casa conseguiu, em um primeiro momento, com gente própria lá, funcionários, que foram deslocados para o prédio para poder, eu não digo revitalizar, mas, primeiramente, pôr o prédio em condições o prédio para poder ser alugado, arrumar as salas, principalmente a do primeiro e do segundo andar. Muita gente passou por lá, mas ninguém se preocupou em reformar adequadamente e manter a estrutura original.

Para se ter uma ideia, canos de esgoto, de luz, foram abandonados para se deteriorarem. Então, quando algum deles começava a apresentar problemas, envolvia o andar inteiro, dava problema no outro, comprometia tudo. A gente está falando da mais ou menos segunda metade da década de 90, por aí.

Quando a gente assumiu, colocamos duas pessoas responsáveis para poderem fazer o mínimo para realizar essas obras, com a reforma de não deformar nada, tipo restauração mesmo, e reforma também. Então, a gente deixou um pessoal que sabia mais ou menos como fazer as obras.

Quando saí, depois de 11 anos, ele estava totalmente reformado em termos de encanamento de água e esgoto e de energia elétrica, até no hotel, porque também, como tudo, ficou muito tempo sem ninguém dar muita atenção. Pelo que sei, teve até gente que usava e morava lá de graça.

Aliás, essa questão da moradia sempre foi bastante crítica para nós, porque havia moradores que pagavam um valor que podia ser definido como simbólico, não por um ou dois anos, mas por dez ou vinte. Isso teve um impacto claro nas nossas contas.

Desta forma, quando foi necessário fazer um reacerto nesses valores, tivemos algumas dificuldades, porque a exceção havia se tornado a regra. Em alguns casos mais sensíveis, tivemos o cuidado de atuar em conjunto com a área de assistência social da Santa Casa, porque, em alguns casos, era uma situação humanitária.

Quando eu saí, estava tudo em ordem, com contas equilibradas. A gente negociou a saída do bingo, no térreo da rua São Sebastião, poder realocar e alugar o espaço com preços compatíveis com a época.

Alguns outros salões, que também ficaram com aluguéis estabilizados, durante muitos anos, tiveram os cálculos refeitos com os valores mais atualizados para tentar, pelo menos, fazer com que o prédio se mantivesse e se sustentasse, que não tivéssemos que tirar recursos da Santa Casa para poder cuidar do prédio.

E, dentro dessa linha de raciocínio, sempre houve a preocupação de manter o patrimônio. Chegamos a tentar fazer uma permuta, uma troca de uso, para pintar o prédio todo, para voltar com a sua cor original, mas acabou não evoluindo.

É bom lembrar que o problema já foi maior. Com essa reestruturação iniciada, há uns vinte anos, pelo menos conseguimos alugar alguns locais que tivessem condições de terem a manutenção feita.

Porque a maior fonte que a gente tinha - e foi na minha época também - a gente perdeu, que era o antigo Cine São Paulo, onde se instalou o bingo.

O aluguel dele ajudava demais a cobrir os nossos custos. Com a sua proibição, os ônus para a Santa Casa passaram a ser muito maiores. Eu acredito que, se tivesse havido uma recomposição de aluguéis da época, mesmo mantendo o hotel lá, que é uma coisa também simbólica, acho que o Edifício Diederichsen teria condições de ser autossustentável. Afinal, eles usavam o espaço do Cine São Paulo e uma parte do 1º andar também.

Projetos sempre houve. Eu me lembro, vagamente, que havia um projeto de criar novas utilidades para o prédio, possivelmente com a viabilização e diversos espaços multiuso. Isso seria feito com recursos do governo do Estado e contrapartida do governo municipal, sem que a Santa Casa tivesse que se envolver, financeiramente.

A instituição cederia o espaço e ganharia muito com isso, porque muitos desses eventos poderiam ser cobrados também, como é o caso do Theatro Pedro II e a sua fundação. Mas era tanta confusão, com os contratos diferentes de vários inquilinos, mudanças de governos na área municipal, estadual e esse binômio espaço-tempo acabou ficando incompatibilizado.

A própria Santa Casa perdeu a verba por falta de apresentação de projeto no prazo definido, de falta de documentação necessária. Se eu tivesse um acervo histórico e administrativo só do Edifício Diederichsen, talvez as coisas pudessem ter sido diferentes. Eu acho que é isso que se está tentando fazer agora.

O futuro

Do seu ano de tombamento até o momento de finalização deste livro, em 2025, diversos projetos ameaçaram ser feitos, em 1999, 2008 e 2019, entre os mais conhecidos. Da mesma forma, trabalhos acadêmicos, desde a década de 1980, já pensavam em alternativas para revivê-lo.¹

No entanto, somente em 2024 é que um projeto, pela sua estrutura e capacidade de angariar recursos que o financiasse, pareceu ter a capacidade de apresentar soluções - financeira e arquitetonicamente - viáveis para reinserir o Edifício Diederichsen na história do Centro e de Ribeirão Preto.

Em maio de 2024, a Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Preto assinou um termo de cooperação com o IPCIC (Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais), com o objetivo de que último fizesse um projeto arquitetônico de restauro histórico do prédio.

O IPCIC é uma organização privada sem fins econômicos, criada em março de 2013, que reúne pesquisadores de diversas áreas e que, em um primeiro momento, tinha as suas ações voltadas especificamente para a economia criativa. Com o passar do tempo, o leque de serviços foi ampliando - inclusive geograficamente -, atingindo os principais municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto - e a oferta de serviços passou a incluir, por exemplo, projetos como o do Edifício Diederichsen.

No caso do projeto do prédio, a base dos trabalhos foi a contratação de um grupo de profissionais, entre eles, as arquitetas Tatiana Gaspar, Letícia Xavier e Letícia França, e uma empresa especializada no escaneamento a laser do edifício. A ideia é poder mapear os cerca de 8 mil metros quadrados do local e saber, não apenas a real situação do Diederichsen, mas, também, as suas medidas.

Com a realização dessa análise estrutural do prédio, o objetivo é fazer com que os dados levantados possam ser transformados em um projeto executivo, que será apresentado ao Condephaat.

Em 2024, a Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão Preto já tinha recebido um estudo preliminar, feito pela equipe de arquitetura. Tendo esse documento como base, à medida em que for evoluindo, a ideia é manter conversas permanentes com o Condephaat e Conppac para apresentar as propostas de intervenção e passar pelo aval de cada um, de modo a que isso se reflita, finalmente, no projeto executivo. A duração dos trabalhos para a realização desse projeto deverá se estender até 2026.

1 Além de projetos destinados a restaurar o prédio, no decorrer dos anos, o futuro do Edifício Diederichsen também sido alvo de diversos trabalhos de conclusão de curso, feitos por alunos das várias faculdades de Arquitetura e Urbanismo. Entre eles, selecionamos alguns, com os respectivos anos de publicação e a instituição de ensino: “Edifício Diederichsen - Marco da verticalização e do poderio econômico de Ribeirão Preto”. Paula de Vincenzo Fidelis, 1986, Instituição Moura Lacerda; “Restauração e modernização do Edifício Diederichsen”. Ana Maria da Silva, 1993, Instituição Moura Lacerda; “Edifício Moura Lacerda: uma proposta de requalificação”. Rosiene Akamoto Pane, 2003, Centro Universitário Moura Lacerda; “Intervenção em patrimônio histórico de Ribeirão Preto: o caso do Edifício Diederichsen”. Willian Giovani Nascimento, 2009, Centro Universitário Moura Lacerda; “Residência artística Diederichsen - Uma proposta de intervenção no Edifício Diederichsen. Maria Helena de O. Grigolati, 2012, Centro Universitário Lacerda; “Complexo de edifícios multifuncionais”. Brisa Mary Monteverde Kinchin, 2015, Estácio Uniseb; “Retrofit Diederichsen. Marina Quadros Maluf Pereira, 2017, Centro Universitário Moura Lacerda. Além deles, existe um documento, chamado “Leitura projetual do Edifício Diederichsen”, de data ignorada, feito pela Domer - Comunicação Visual, que propunha diversos tipos de logotipos para o prédio, visto ali como o futuro Instituto Diederichsen.

A parceria da Santa Casa com o instituto tem uma diferença fundamental em relação aos anteriores: recursos. No ano passado, o IPCIC apresentou o projeto “*Proposta de Ocupação e Requalificação Edifício Diederichsen*” à Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. O objetivo foi obter recursos, previstos em um edital daquela secretaria, destinados a financiar ideias votadas especificamente para a elaboração de projeto de arquitetura para ocupação de bens tombados pelo Condephaat.

Em 2025, o instituto foi uma das entidades selecionadas para o recebimento de uma verba de Cr\$ 500 mil, que está sendo a base de todo o trabalho feito no prédio.

O instituto já tem no DNA dele uma dedicação para pensar as identidades culturais, o patrimônio. A gente fez muita pesquisa, publicamos muitos livros e já de algum tempo a gente queria materializar todo esse conhecimento. E fazer a parceria com a Santa Casa foi uma lógica, porque a gente sabe fazer, eles querem, mas eles não têm um lugar legal para poder executar. A missão social deles está muito clara, que é atender a questão da saúde. A gente fez um termo de cooperação e nesse termo a gente faz a divisão: eles se mantêm proprietários, coordenando e acompanhando, e a gente faz todo o estudo, todo o acompanhamento e a captação de recursos, que é uma coisa extremamente importante, afirmou a educadora e pesquisadora do IPCIC, Adriana Silva, em entrevista à TV Record, em 2025. Ela foi uma das fundadoras do instituto, em 2013.

O projeto que está sendo trabalhado pelo instituto a manutenção da sua principal característica da multiutilidade, com a divisão do prédio, nas áreas de comércio e serviços, habitação, com uma diferença fundamental: a ausência do hotel.

O projeto prevê, por exemplo, que o térreo do Diederichsen mantenha os comércios funcionando, mas, no primeiro andar, pensa-se na implantação de uma clínica popular da Santa Casa, proprietária do imóvel. O segundo andar manteria o uso original do prédio, que é a presença das salas comerciais. O terceiro e quarto andares estariam destinados à habitação e, no quinto, a ideia é usá-lo como um pavimento de transição, com a instalação de serviços de lavanderia e cowork, por exemplo, para a realização de alguma atividade física. Por fim, no último pavimento, seria instalada uma choperia e um espaço lúdico, no terraço.

Não existe prazo definido para a conclusão do projeto, mas integrantes da Santa Casa apontaram para cinco ou seis anos, após a aprovação do projeto executivo, eventualmente aprovado pelo Condephaat.

Conclusão

A experiência de morar no Diederichsen e a memória de uma estátua abandonada no chão de um museu

Entre 2017 e 2018, o autor teve o privilégio de morar no Edifício Diederichsen, graças à gentileza sem fim da Santa Casa da Misericórdia de Ribeirão Preto, especialmente o provedor Amauri Elias Calil, o diretor superintendente Marcelo Di Bonifácio.

A ideia era poder começar os primeiros trabalhos para o desenvolvimento do livro no próprio local que seria objeto da publicação. E valeu a pena.

A primeira impressão - que permanece até hoje - foi a imponência do local. Não é possível que alguém consiga perceber o tamanho do prédio apenas pelo lado de fora. Somente estando em uma das pontas do corredor e olhar para a outra para perceber que ali estava todo o quarteirão da rua Álvares Cabral, entre as ruas General Osório e São Sebastião.

Depois, havia os detalhes: corrimões, ladrilhos hidráulicos, as caixas de correio

embutidas nas paredes daqueles corredores, o piso de madeira nos apartamentos, pequenas coisas que carregavam consigo uma história que, naquela época, de mais de oitenta anos. E havia os cheiros os sons: de mofo, das comidas dos apartamentos e do restaurante Dr. Linguíça, logo abaixo, das meninas da TIM vendendo chips para celulares e das garrafas do Pinguim sendo recolhidas às 6h das segundas feiras. Dos skates passando pelos bancos, das brigas dos moradores em situação de rua, mas, sobretudo, havia um cheiro próprio, indescritível, que atraía e causava repulsa, ao mesmo tempo.

Essas talvez tenham sido as principais impressões que ficaram de morar no Diederichsen: saber que, por aqueles corredores, salas, apartamentos, havia histórias e história e que, apesar de, naquele momento, estar quase vazio, o prédio insistia em mantê-las, enquanto, igualmente, insistia em resistir a uma realidade que já lhe era adversa de há muito.

Ao lado dessas impressões, havia um misto de tristeza e melancolia por ver o trabalho insano e incessante de pessoas como o zelador Cícero da Silva, de formiguinha, lutando, todos os dias, contra quadros de energia com vida própria, partes do gesso do teto que despencavam e falta de conservação de locatários em relação a alguns apartamentos e salas que ocupavam.

Não havia como olhar para aquele prédio e pensar no que Marcelo Di Bonifácio havia dito sobre a corresponsabilidade de quem morou e trabalhou no prédio, em deixá-lo minimamente apresentável.

Da mesma forma, entrar no Cine São Paulo e ver o estado de degradação em que estava, com a cobertura de madeira em estado de decomposição - e que iria desabar pouco tempo depois - já vítima de um ataque irresponsável ao seu piso, foi, no mínimo, desolador.

Da mesma forma, o antigo hotel, onde Carminha viveu, correu pelos corredores e lia revistas “Capricho” escondida dos pais, abandonado, vazio, indefeso, foi de cortar o coração.

Essa sensação não era exclusiva do autor. Um dos patrimônios do prédio, Walter Felloni, que criou e vestiu muitas pessoas da cidade e do prédio, no seu dia a dia de alfaiate, não conseguia esconder a tristeza ao falar do estado do prédio, naquele já distante 2019.

Apesar de tudo, foi uma experiência única e que deixou a certeza, cada vez mais inabalável, da necessidade de se preservar imóveis como esse, como forma de não perdermos a ligação com a nossa história.

O trabalho feito pela Santa Casa, assim como o de Cícero, andando pelo prédio com as suas ferramentas de trabalho, apesar de tudo, é louvável. Se, o impacto de manter um edifício desse tamanho já seria insano para o poder público, para uma entidade com as características da Santa Casa, é duplamente maior. E, em decisões como a necessidade de desocupação do imóvel, em 2007, dificilmente compreendidas.

Este livro é, antes de mais nada, uma homenagem a todos eles: a Regina Scatena, Marcos Ferreira, Carmen Rezende, Walter Felloni, aos doces de Oscar Zoega, chopes do Pinguim, às roupas da Caprichosa, aos quixotes do Fora do Sério e do Engasga Gato, Eduardo Louzada, Marcelo Di Bonifácio, Dácio Campos, Amauri Calil, Antonio Colla, enfim, todos os que, em algum momento, viveram e trabalharam no Diederichsen e para o Diederichsen, desde 1936.

Mas é também uma homenagem ao que virá, aos trabalhos de Adriana Silva, Tatiana Gaspar e do IPCCIC, em busca da restauração, não apenas de um prédio, mas de uma esperança: a de que, ao recuperar a memória, ao restaurar o passado, constrói-se o futuro

onde, como todos queremos, a palavra cidadania haverá de estar presente.

Porque como sempre diz a historiadora Lilian Rosa, quem conhece a nossa história, não a picha. O Diederichsen, como os palacetes Camilo de Mattos, Albino de Camargo e tanto outros, não são apenas prédios velhos: são pedaços da alma de Ribeirão Preto e merecem continuar a fazer parte dela, sob novos formatos. A biblioteca Sinhá Junqueira e o Palacete 1922 são os melhores exemplos disso.

É preciso que essa ideia se acomode nas entranhas de todos nós, assim como nas de todos os integrantes dos poderes Executivo e Legislativo municipais. Mais do que estátuas e nomes de ruas, Ribeirão Preto precisa de uma política clara de acolhimento dos seus patrimônios, que contemple não apenas a proteção desses bens, mas a apresentação de caminhos que garantam a sua sobrevivência. E, acima de tudo, que essas políticas sejam seguidas.

A nós, sociedade, compete apresentar algumas dessas soluções, como a que foi feita pelo IPCIC, mas é preciso que haja disposição dos nossos representantes naqueles dois poderes em ouvi-las. Porque, o caminho para o resgate da nossa memória - parte dela expressa no patrimônio histórico - passa por essa disposição do Poder Público em adotar medidas concretas em torná-lo viável, em trocar a ideia de “prédio velho” pela de “pedacinho da alma ribeirão-pretana”.

Talvez um primeiro passo para que isso aconteça seja os nossos representantes irem, pessoalmente, ver a estátua de Antonio Diederichsen abandonada, jogada ao chão de um prédio público, em uma imagem vergonhosa com a história desse personagem que ajudou a construir a cidade que é hoje.

Bibliografia

ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA MANHAS. A expansão de Ribeirão Preto a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado e o início de uma geografia urbana. Em: Urbanismo e Urbanização em Ribeirão Preto - História e Desenvolvimento. Brasília: faunb, 2022. p. 29-52. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/194/353/1911>. Acesso em: 9 jul. 2025.

ADRIANA CAPRETZ BORGES DA SILVA MANHAS; OSWALDO MARIO SERRA TRUZZI. O Núcleo Colonial Antonio Prado e as origens da segregação urbana em Ribeirão Preto. TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.], v. 21, n. 62, p. 15-20, 2008. DOI: <https://doi.org/10.48213/travessia.i62.528>.

ADRIANA SILVA; LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA. Memórias de uma escola: 110 anos do Otoniel Mota. Ribeirão Preto: Fundação do Livro e Leitura; Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, 2017. Disponível em: <https://portalc.com.br/wp-content/uploads/2024/08/memorias-de-uma-escola-110-anos-de-otoni-el-mota.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI. A teia de poder: Coronel Junqueira e a política da Primeira República - Ribeirão de 1839-1932. 2014. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16485/1/TeiaPoderCoronel.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Almanak Laemmert 1934. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert. Limitada, 1934. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=112214>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Almanak Laemmert 1935. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert. Limitada, 1935. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=113321>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Almanak Laemmert 1936. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert. Limitada, 1936. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=116414>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Almanak Laemmert 1937. Rio de Janeiro: Empresa Almanak Laemmert. Limitada, 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=119345>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ANA CAROLINA GLERIA LIMA. Casa e documentação: a história contada através de um acervo de projetos. 2020. Tese de doutorado - São Carlos, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30042021-072956/publico/TeseCorrigidaAnaCarolinaGleriaLima_1.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

ANA MARIA DA SILVA. Restauração e Modernização do Edifício Diederichsen. 1993. Trabalho Graduação Interdisciplinar - Instituição Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1993.

ANA MARIA DIETRICH. Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil. 2007. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113709/publico/TESE_ANA_MARIA_DIETRICH.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

ANDRÉ BERNARDO. De atração turística a propaganda nazista: a história dos dirigíveis no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c28vyplnx99o#:~:text=O%20document%C3%A1rio%20foi%20escolhido%20para,interior%20de%20um%20zepelim%20alem%C3%A3o>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ANDRÉ LUIZ LANZA; MARIA LÚCIA LAMOUNIER. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930). História Econômica & História de Empresas, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 567-604, 2014.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. Fundo Terreri - contrato de empreitada - APHRP. , [s.d.].

Ata da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Câmara Municipal de Ribeirão Preto, , 1933.

BOLLE, Willi; KUPFER, Eckhard E. Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs - Prefácio. 2013. Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/br/#apresentacao>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRISA MARY MONTEVERDE KINCHIN. Complexo de edifícios multifuncionais. 2015. Trabalho Final de Graduação - Estácio Uniseb, Ribeirão Preto, 2015.

BRUNO GABRIEL WITZEL DE SOUZA. 'The same contract that is suitable for your Excellency': Immigration and emulation in the adoption of sharecropping-cum-debt arrangements in Brazil (1835 - 80). The Economic History Review, [S. l.], v. 77, n. 2, p. 612-643, 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Memória - As legislaturas municipais de 1874 a 2024 (Edição atualizada). Ribeirão Preto: Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 2022. Disponível em: <https://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/sites/default/files/2024-07/LIVRO%20MEMORIA%20-%20OEDICAO%20ATUALIZADA%202024.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CARLO GUIMARÃES MONTI. Composição da riqueza em Ribeirão Preto (1870-1920). Em: ANAIS DA XIV SEMANA DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA - PAISAGENS CULTURAIS: DO CAFÉ À CANA 2010, Ribeirão Preto. Anais [...]. Ribeirão Preto: Centro universitário Barão de Mauá, 2010. Disponível em: <http://unimaua.br/comunicacao/publicacoes/pdf/anais2010/12-composicaodariqueza.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CARLOS ALBERTO UNGARETTI DIAS. Política dos Governadores (verbete). [s.d.]. Disponível em: <https://cp-doc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CARLOS AUGUSTO TROJANER DE SÁ. Os nacionalismos do século XIX: o caso Schleswig-Holstein. Revista Historiador, [S. l.], v. 7, n. Ano 7, p. 11, 2015.

CARLOS GUIMARÃES MONTI. O empreendedor possível na cafeicultura de Ribeirão Preto - Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (1890 - 1915). 2014. Tese de doutorado - niversidade Estadual Paulista, FRanca, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/d42eade5-8065-4422-bd05-2f67268fa92b/download>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CARLOS PIMENTEL MENDES. Histórias e Lendas de Santos - Comércio do café. Jornal digital. 2011.

Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0090d.htm>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CELIA SVEVO; SANDRA NEDOPETALSKI. O Toriba na cultura de Campos do Jordão. São Paulo: Metalivros, 2007.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO. Estudo de tombamento do Edifício Diederichsen, situado na Rua Álvares Cabral, no 469 - Ribeirão Preto. São Paulo: Santa Casa da Misericórdia, 1998.

COSTA, I. D. N.; HERNANDES, Valério A.; LIMA, JOSÉ L. Estatísticas básicas da agricultura paulista (1839-1988). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990. Disponível em: [http://www.ipeadata.gov.br/doc/Estat%C3%ADsticas%20b%C3%A1sicas%20da%20agricultura%20paulista%20\(1839-1988\).pdf](http://www.ipeadata.gov.br/doc/Estat%C3%ADsticas%20b%C3%A1sicas%20da%20agricultura%20paulista%20(1839-1988).pdf). Acesso em: 12 jul. 2025.

CURADORIA HISTÓRICA DO MUSEU DO CAFÉ. Filhos do café - Ribeirão Preto da terra roxa - tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010. Disponível em: https://www.cocreareconsultoria.com.br/_files/ugd/ac2a16_bb6abe713b65442e9d9565c08ec54145.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

DANIEL ARAÚJO. O automóvel nos anos 20 e 30 através da propaganda. 2017. Disponível em: <https://autoentusiastas.com.br/2017/09/o-automovel-nos-anos-20-e-30-atraves-da-propaganda/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

DANIEL DEMINICE. A arte de se construir cidades em meio à política local: Ribeirão Preto, 1890-1960. 2015a. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.102.2015.tde-26082015-162336>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-26082015-162336/publico/CORRIGIDADEMINICE.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DANIELA PENHA. Regina Scatena cresceu no Edifício Diederichsen e construiu ali parte de sua história. 2021. Disponível em: <https://historiadodia.com.br/regina-scatena-cresceu-no-edificio-diederichsen-e-construiu-ali-parte-de-sua-historia/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1940: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1940. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011085&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1951: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1954. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011103&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1951: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1955. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011104&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Brasil - Compra e Vende - Manual de Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Edições 3 Américas, 1941. Disponível em: <https://archive.org/download/brasilcompraeven-1941depa/brasilcompraeven1941depa.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Estatística Industrial 1938 e 1939. São Paulo: Departamento Estadual de Estatística, [194-?]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011286&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DESCONHECIDO. Schleswig-Holstein. London: H. M. Stationery Office, 1920. Disponível em: <https://tile.loc.gov/storage-services/service/gdc/gdclccn/a2/20/00/89/4/a22000894/a22000894.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

DESCONHECIDO. Álbum de construção do Edifício Diederichsen. , 1937.

DESCONHECIDO. Cruzeiro (moeda). 2024. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzeiro_\(moeda\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzeiro_(moeda)). Acesso em: 14 jul. 2025.

DIRECTORIA DO ENSINO. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1935-1936: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria da Educação e da Saude Publica, 1936. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011717&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Atlas Econômico do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1940. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=1001173&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DIRETORIA DO SERVIÇO SOCIAL DOS MENORES. Boletim do Serviço Social dos Menores. São Paulo: Diretoria do Serviço Social dos Menores, 1941. b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10013370&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ECKHARD E. KUPFER; WILLI BOLLE. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha - 1889-1942. 2013. Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/20sec/As-relacoes-diplomaticas-entre-o-Brasil-e-a-Alemanha.php>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FERRARESSO, Jonas. Há 90 anos, o Brasi queimou milhões de sacas de café. 2021. Disponível em: <https://www.valorcafe.com.br/novidades/ha-90-anos-em-busca-de-salvacao-o-brasil-queimou-bilhoes-de-quilos-de-cafe/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FERREIRA, Angela Lúcia; DA SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso; SIMONINI, Yuri. Os donos da luz: sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da AMFORP (1927-1939). Em: SIMPOSIO INTERNACIONAL GLOBALIZACIÓN, INNOVACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE REDES TÉCNICAS EN AMÉRICA Y EUROPA, 1890-1930 2012, Barcelona. Anais [...]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. p. 21. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal_Osdonos.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

FOGÕES JUNKER E RUH LTDA. Legislação de Guerra - Liquidação forçada de empresa - Brasileiro naturalizado - Intrpretação dos decretos-leis 4.166, de 1942, e 5.777, de 1943 - Supremo Tribunal Federal. Mandado de segurança n.o 807 - Relator: Sr. Ministro Ábner de Vasconcelos. 22 abr. 1949.

FRANCISCO ALVES MOURÃO. Relatorio - Delegacia Regional de Ensino de Ribeirao Preto. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negocios da Educação e Saúde Pública, 1936. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116481/Relat%C3%B3rio%20da%20delegacia%20do%20ensino%20de%20Ribeir%C3%A3o%20Preto%2c%201936%2c%20SP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GUSTAVO PEREIRA DA SILVA. O Predomínio das Casas Estrangeiras sobre a Exportação Cafeeira em Santos no Século XIX. América Latina en la Historia Económica Revista de Investigación, Ciudad de México, v. no 3, p. no.3 México sep./dic. 2015, 2015.

H. PETERSEN. A família Diederichsen. Em: Revista Genealógica Brasileira. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1941. v. 3p. 467-480. Disponível em: https://archive.org/download/revista-genealogica-brasileira/Revista_genealogica_brasileira.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

HENRIQUE CARNEIRO. Guerra dos trinta anos. Em: DEMÉRIO MAGNOLI (org.). História das Guerras. 3a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 163-188. Disponível em: https://www.academia.edu/30448448/Dem%C3%A9rio_Magnoli_Hist%C3%B3ria_das_guerras. Acesso em: 12 jul. 2025.

HENRIQUE TELLES VICHNEVSKI. As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). 2004. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2004.319203>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/319203?guid=1753746866067&returnUrl=%2fresultado%2fflistar%3fguid%3d1753746866067%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d319203%23319203&i=4>. Acesso em: 12 jul. 2025.

HIGA, Carlos César. Revolta Paulista de 1924. Não disponível. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolta-paulista-1924.htm>. Acesso em: 14 jul. 2025.

HIGA, Carlos César. Revolução Federalista (verbete). Não disponível. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucao-federalista.htm>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatística do Ensino Primário Geral no Estado de São Paulo em 1934. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1934. a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10013794&parte=1>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatística do Ensino Primário Geral no Estado de São Paulo em 1934. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1934. b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10013795&parte=1>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatística do Ensino Primário Geral no Estado de São Paulo em 1934. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1934. c. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10013796&parte=1>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse Estatística do Estado de SP - no 3 - Ano IV (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, ano IV - 1938). São Paulo: Departamento Estadual de Estatística, 1939. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000529/sinopse1938sp/sinopse1938sp.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Economicos - Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. a. Disponível em: https://bibliotecotecnografia/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t1_sp.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Economicos - Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t3_sp.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Economicos - Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t2_sp.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil - Série Regional - Parte XVII - São Paulo: Censos Econômicos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t2_sp.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil - Série Regional - Parte XVII - São Paulo: Censos Econômicos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. e. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t3_sp.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil - Série Regional - Parte XVII - São Paulo: Censos Econômicos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. f. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t1_sp.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Sinopse Estatística do Estado (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil, Ano II – 1936). São Paulo. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000529/sinopse1936sp/sinopse1936sp.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil 1936: Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Estados Unidos do Brasil, 1936. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10020581&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

JANAINA ANDRÉA CUCATO. As disputas pelo espaço urbano de Votuporanga: contradições no zoneamento de interesse social (ZEIs), 1996-2012. 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.102.2015.tde-31072015-094519>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-31072015-094519/pt-br.php>. Acesso em: 12 jul. 2025.

JARBAS CUNHA. “Cada sala de cinema tem uma história” - Entrevista com Aurélio Cardoso. *Jornal Enfim*, Ribeirão Preto, p. 5-6, 2012.

JONAS RAFAEL DOS SANTOS. As transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951. Em: ANAIS DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6a CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS 2003, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2003_jonas_rafael_santos_as-transformacoes-da-riqueza-dos-cafeicultores-em-ribeirao-preto-entre-1920-e-1951.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

JOSÉ MANUEL LOURENÇO. *Palace - Café, Poder e Política em Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Alma - Academia Livre de Música e Artes, 2017. Disponível em: <https://www.almarp.com.br/download/20180302084105livro-palace-indesign-cs5-5-baixa-res-1-.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

JULIA GUMIERI. Campo de Aprisionamento Ribeirão Preto (Era Vargas). [s.d.]. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/campo-de-aprisionamentoribeirao-pretoera-vargas/#:~:text=Endere%C3%A7o,Bandeirantes%2C%203900%2C%20Monte%20Alegre>. Acesso em: 12 jul. 2025.

JÚLIO MANUEL PIRES. O Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. Em: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos. Ribeirão Preto. p. 179-191. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/adm04202110.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

LAÍS FERNANDES LEONARDO. Um Prédio, Três Cidades - A Biografia Urbana do Edifício Diederichsen. 2013. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/16167/ceatec_ppgurb_me_Lais_FL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 jul. 2025.

LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA; SANDRA R. MOLINA. *Café com açúcar*. 2. ed. Ribeirão Preto: Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: <https://fundacaodolivroeleiturarp.files.wordpress.com/2019/08/livro-cafe-capa.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

LISTAS TELEFÔNICAS PAULISTA LTDA. Lista Telefônica 1953. Listas Telefônicas Paulista Ltda, 1953.

LUCAS GUIMARÃES VICENTE. Entre espelho e fantasia: a aventura da modernidade de São Paulo à Ribeirão Preto (1920-1930). 2014. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ddb84607-93e5-408e-9a2e-49f72887dea9/content>. Acesso em: 13 jul. 2025.

LUCIANA SUAREZ GALVÃO PINTO. Crise e Ajustamento da Economia de Ribeirão Preto: 1930-1956. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1997.

LUCIANA SUAREZ LOPES. As principais fontes de renda e as principais despesas do município de Ribeirão de 1911 até 1930. Em: 2001, São Paulo. Anais [...]. Em: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA / V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. São Paulo: ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001. p. 23. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/porta1/pdf/adm09202110.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

LUCIANA SUAREZ LOPES. A formação do município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. 1904-2004 - Um espelho de cem anos, [S. l.], p. 167-177, 277, 2004.

LUCIANA SUAREZ LOPES. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900. História Econômica & História de Empresas, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 59-94, 2016. DOI: <https://doi.org/10.29182/hehe.v19i1.249>.

MARCELO GOUVEIA DE ARAUJO. A dissonância da modernidade: o mito da cidade ideal por meio da cartografia urbana. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2015.

MARCELO LUÍS DE BRINO. Cia. Electro Metalúrgica Brasileira: Opções e disputas tecnológicas durante a década de 1920. 2019. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=500907&tipoMidia=0>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MARIA BEATRIZ SCHERMA ALTOÉ. Edifício Multifuncional no Quadrilátero de Ribeirão Preto. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro Universitário Estácio Uniseb, Ribeirão Preto, 2017.

MARIA CELINA D'ARAUJO (ORG.). As Instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/bitstreams/639b1145-59d1-4d51-baf8-c768b255d4e7/download>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MARIA HELENA DE O. GRIGOLATI. Residência artística Diederichsen: uma proposta de intervenção no Edifício Diederichsen. 2012. Projeto de Pesquisa - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2012.

MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO. Nazistas sob suspeita? Brasil, 1933-1945. [s.d.]. Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/20sec/Nazistas-sob-suspeita.php>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MARINA QUADROS MALUF PEREIRA. Retrofit Diederichsen. 2017. Trabalho Final de Graduação - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2017.

NEUHAUS, Paulo. A inflação brasileira em perspectiva histórica. Revista Brasileira de Economia, [S. l.], v. v. 32, no 2, p. 293-316, 1978.

NICE PENNA DE BARROS CRUZ. Manoel Penna - Centenário. Ribeirão Preto: SDP Marketing & Comunicação, 1989.

NIGEL WEST. Historical Dictionary of World War II Intelligence. Lanham, Maryland; Toronto; Plymouth, UK: The Scarecrow Press, Inc., 2008. Disponível em: <https://compress-pdf-free.obar.info/download/compresspdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PAPA PIO XI. Carta encíclica Divinis Redemptoris de Sua Santidade Papa Pio XI aos veneráveis irmãos, patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a Sé Apostólica sobre o comunismo ateu. 1937. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html. Acesso em: 12 jul. 2025.

PATRICIA GOMES FURLANETTO. O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895 -1920). 2007. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14052008-133033/pt-br.php>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PAULA DE VICENZO FIDELIS. Edifício Diederichsen: marco da verticalização e do poderio econômico de Ribeirão Preto. 1986. Trabalho de Graduação Interdisciplinar - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Guia de monumentos em lugares públicos de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/adm02202109.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

RAINER SOUSA. Levante do Forte de Copacabana. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/levante-forte-copacabana.htm>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RENATA ALVES SUNECA. Quarteirão Paulista - Um conjunto monumental de edifícios históricos. 2002. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2002.274038>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/274038>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RENATO LEITE MARCONDES. Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914). Estudos Econômicos, [S. l.], p. 283-310, 2018.

RENATO LEITE MARCONDES; JULIANA GARAVAZO. Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos, [S. l.], p. 211-222, 2004.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E ARQUIVO DO ESTADO. Divisão Judiciária e Administrativa do Estado de São Paulo em 1934. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011643&parte=1>.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARQUIVO DO ESTADO. Anuario Estatístico de São Paulo (Brasil) 1927: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1930. a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011080&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARQUIVO DO ESTADO. Anuario Estatístico de São Paulo (Brasil) 1927: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1930. b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011081&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

RODRIGO SANTOS DE FARIA. Ribeirão Preto, uma modernidade Entre Rios: higiene, beleza e progresso no discurso da metrópole do interior paulista (1902-1930). Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, [S. l.], v. 4, p. 36-50, 2006.

ROSIENE OKAMOTO PANE. Edifício Diederichsen - Uma Proposta de Requalificação. 2003. Trabalho Final de Graduação - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2003.

SEBASTIÃO PORTO. ABC - O que fomos ontem...1903. O que somos hoje... 1953. Edição Comemorativa do Cinquentenário da Cia. Comércio e Indústria “Antonio Diederichsen”. Ribeirão Preto: Desconhecido, 1953.

SECÇÃO DE ESTATISTICA DEMOGRAPHO-SANITARIA. Anuário Demographico - Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto - 1928: Anuário de Estatística Demographo-Sanitaria. São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011042&parte=1>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estatística Industrial do Estado de São Paulo - 1932. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio do Estado de São Paulo, 1934. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011281&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estatística Industrial do Estado de São Paulo - 1933. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio do Estado de São Paulo, 1935. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011282&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estatística Industrial do Estado de São Paulo - 1934. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio do Estado de São Paulo, 1936. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011283&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estatística Industrial do Estado de São Paulo - 1937. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio do Estado de São Paulo, 1939. a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011286&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estatística Industrial do Estado de São Paulo - 1938/39. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Industria e Comercio do Estado de São Paulo, 1939. b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011286&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Contas do Exercício de 1934: Balanço Geral do Estado. São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10014783&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. Estatistica Agricola e Zootechnica - Organizada pela Directoria de Estatistica, Industria e Commercio - 1932-1933. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Industria e Commercio, 1934. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011272&parte=3>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO. Estatistica Agricola e Zootechnica - Organizada pela Directoria de Estatistica, Industria e Commercio - 1934-1935. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Industria e Commercio, 1936. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011272&parte=4>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Resolução SC-33. Diário Oficial do Estado - Poder Executivo - Seção I. . 1 set. 2005 a.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Resolução SC-34. Diário Oficial do Estado - Poder Executivo - Seção I. . 1 set. 2005 b.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO; SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA EDUCAÇÃO E SAUDE PÚBLICA; COMISSAO CENTRAL DO RECENSEAMENTO. Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootechnico do Estado de São Paulo. São Paulo: Goverdo do Estado de São Paulo, 1936. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011676&parte=1>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA. Estatistica escolar de 1931 a 1934. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negocios da Educação e Saude Publica, 1937. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10013905&parte=1>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SEM AUTOR. Theodor Wille: uma tradição de trabalho através dos séculos. Mundo Agrícola, [S. l.], p. 66-67, 1955.

SÉRGIO RUBENS MACHADO SANT'ANNA; CRISTINA KOGA. Jornalista Antonio Machado Sant'Anna. Levando a informação de Ribeirão Preto para o mundo (1906 a 1981). Ribeirão Preto: Não informado, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/28680309/Antonio_Machado_SantAnna. Acesso em: 12 jul. 2025.

SERGIO WILLIANS. Santos se encanta, e espanta, com a passagem do Graf Zeppelin - Memória Santista. Blog. 2016. Disponível em: <https://memoriasantista.com.br/santos-se-encanta-e-espanta-com-a-passagem-do-graff-zeppelin/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALR "SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIBEIRÃO PRETO". Cópia do testamento com que faleceu Antono Diederichsen. , Desconhecida.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Revolta de Juazeiro. Não disponível. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolta-juazeiro.htm>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Mandado de segurança n.o 807-Relator: Sr. Ministro Ábner de Vasconcelos. Súmula STF - Legislação de Guerra - Otto Ubele. . 22 abr. 1949.

TALES PINTO. Guerra dos Ducados 1864. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/guerras/guer-ra-dos-ducados-1864.htm>. Acesso em: 12 jul. 2025.

TATIANA DE SOUZA GASTAR. Edifício Diederichsen: concepção e trajetória. 2021. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

TATIANA DE SOUZA GASTAR. A atuação de Antonio Diederichsen no início do processo de verticalização em Ribeirão Preto: Edifício Diederichsen (1934-1937) e Hotel Umarama (1947-1951). Em: Urbanismo e Urbanização em Ribeirão Preto - História e Desenvolvimento. Brasília: faunb, 2022. p. 51-86. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/194/353/1911>. Acesso em: 9 jul. 2025.

TERESA CRISTINA DE NOVAES MARQUES. Bancos e Desenvolvimento Industrial. Uma revisão das teses de Gerschenkron à luz da história da Cervejaria Brahma, 1888/1917. História e Economia Revista Interdisciplinar, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 87-119, 2005.

U.S. GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. Alleged swiss collaboration with the nazis and the smuggling of german looted property to Argentina. [s.l.] : U.S. Government Publishing Office, 1996. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CREC-1996-04-25/html/CREC-1996-04-25-pt1-PgS4253-2.htm>. Acesso em: 12 jul. 2025.

VALÉRIA VALADÃO. Memória Arquitetônica de Ribeirão Preto: Planejamento Urbano e Política de

VÁRIOS. Ribeirão Preto. O coração do Estado de São Paulo. A Cigarra Magazine, [S. l.], v. 7, n. Novembro de 1934, p. 15, 81-95, 151-153, 1934.

VÁRIOS. Subsídios genealógicos - Famílias brasileiras de origem germânica. [s.l.] : Instituto Genealógico Brasileiro / Instituto Hans Staden, 1963. v. I Disponível em: https://www.martiusstaden.org.br/images/conteudo/44_160821_16837.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

VÁRIOS. Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2024. Ribeirão Preto: Câmara Municipal de Ribeirão Preto, 2022. Disponível em: <https://www.camaraibeiraopreto.sp.gov.br/sites/default/files/2024-07/LIVRO%20MEMORIA%20-%20EDICAO%20ATUALIZADA%202024.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2025.

WAGNER PINHEIRO PEREIRA. Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 101-131, 2003.

WILFRIED KISLING. German merchants, banks, and coffee in Belle Époque in Brazil. *História Econômica & História das Empresas*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 719-748, 2024.

Autor

José Manuel Dias Lourenço nasceu em 19 de março de 1964, em Benguela, República Popular de Angola. É formado em Ciências Sociais, com especialização em Ciência Política, pelo Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Como jornalista, trabalhou no jornal A Cidade, de Ribeirão Preto, nos jornais Correio de Peniche e Público, em Portugal, e Diário do Povo e Folha de S. Paulo, em São Paulo e Campinas. Também atuou como assessor de comunicação nas empresas Parque Invest, S.A. e Associação Empresarial de Paços De Ferreira, em Portugal, e Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. Como escritor, publicou os livros -"Grama: a Biografia de Magalhães Teixeira" (2003/ em parceria com o jornalista Luiz Guilherme Fabrini); "Palace: Café, Poder e Política" (2017); "De Mãos Dadas - Como o voluntariado de Ribeirão Preto muda as vidas e a cidade" (2021/em parceria com o Instituto Ribeirão 2030); "Memórias de Vida: homens e mulheres que marcaram o seu tempo" -Capítulo: Diederichsen - o Empresário da Esperança" (2022/org. Adriana Silva), "Amin Calil: o visionário que revolucionou a Acirp" (2023) e "O Livro dos Presidentes" (2024). Foi coordenador de Comunicação e Projetos Especiais da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto.



Galeria

FOTOS: WEBER SIAN

